



CATÓLICA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

PACTOS TERRITORIAIS PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação
- Especialização em Administração e Organização Escolar

Angelina Cláudia Vaz Alves de Azevedo Presa

Porto, fevereiro de 2018



CATÓLICA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
E PSICOLOGIA

PORTO

PACTOS TERRITORIAIS PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Ciências da Educação
- Especialização em Administração e Organização Escolar

Angelina Cláudia Vaz Alves de Azevedo Presa

Trabalho efetuado sob a orientação de

Professor Doutor José Matias Alves

Porto, fevereiro de 2018

AGRADECIMENTOS

Um profundo agradecimento ao Professor Doutor José Matias Alves, por toda a disponibilidade demonstrada e pela orientação que me foi dando neste longo e solitário caminho de redação desta dissertação. De forma crítica e exigente ajudou-me e apoiou-me na condução à conclusão deste trabalho.

Ao Diretor da Escola onde exerço a minha atividade profissional, por todo o apoio prestado e pela autorização fornecida para a concretização do plano de recolha de dados, sem a qual teria sido muito difícil concluir este trabalho.

À minha prima e amiga Odete, companheira de jornada, pelo apoio e paciência que teve comigo durante todo este período e por ter atenuado os momentos de solidão e, até, de dispersão que existiram ao longo do tempo de redação deste trabalho.

À minha amiga de infância Cláudia Fernandes, pelo apoio na revisão final da dissertação, sem o qual teria sido muito mais difícil concluir este trabalho.

À minha Mãe, um agradecimento especial pela força e apoio necessários nos momentos em que, por força da minha ausência, cuidou e acompanhou o neto.

Ao meu Pai, pelo carinho, motivação e compreensão, transmitindo-me a força e apoio necessários nos momentos mais difíceis, mas também pelas oportunidades de debate e de reflexão que tanto me ajudaram na estruturação e organização de ideias.

Por último, mas não menos importante:

Ao meu marido, Hugo, pelo carinho e apoio incondicional demonstrado ao longo deste ano, nunca me deixando desistir deste objetivo de valorização pessoal e profissional que me propus alcançar.

Ao meu filho, Diogo, que com 3 anos de idade sentiu, em vários momentos, a minha ausência, mas também me deu força para concluir esta dissertação pensando no orgulho que, um dia, poderá sentir da sua Mãe.

Resumo

A Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP I.P.) considera extremamente importante e necessário para o país a existência de um Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), que surge como a grande fonte de informação para a caracterização dos territórios, em termos de previsão de necessidades de qualificação, a curto e médio prazo, e para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Com o presente estudo pretende-se analisar, por um lado, a abordagem metodológica em que se baseou o desenvolvimento do SANQ e, por outro, perceber de que forma se desenvolveu o esperado trabalho de parceria entre a CIM Alto Minho, os municípios e os operadores locais.

Este estudo deverá ainda elucidar-nos sobre o papel das diferentes estruturas que intervêm em todo o processo de organização da rede de oferta educativa e formativa desde o nível macro, ANQEP I.P. e Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), ao nível meso, CIM Alto Minho e Direção de Serviços Regionais do Norte (DSRN) e, finalmente, ao nível micro, onde consideramos os municípios, as escolas e onde está implementado o tecido económico e empresarial da região, abordando o papel decisivo que desempenham em todo este processo de “regateio” e negociação dessa rede, atentos os seus interesses.

Este estudo enquadra-se numa metodologia de investigação de natureza qualitativa, apresentando-se como um estudo de caso instrumental, validado pela triangulação das fontes de dados, de sujeitos e pela triangulação metodológica.

Os dados recolhidos e analisados neste estudo permitem-nos concluir que a generalidade dos intervenientes no processo de definição da rede de oferta formativa, reconhece que a metodologia que suporta os resultados do SANQ para a CIM Alto Minho, não produziu resultados válidos para a região e, face a esta constatação, consideramos que todo o trabalho subsequente de definição de critérios para a construção da rede e atribuição de relevâncias às qualificações previstas para a região está fragilizado.

Por outro lado, a recolha de dados e a análise que foi realizada, permitem-nos concluir que assistimos a um processo de concertação de rede de oferta formativa fictício, marcado pela lógica da encenação e da *Hipocrisia Organizada* enunciada por Brunsson (2006).

Palavras-chave

Educação e Formação, Oferta Formativa, Planeamento e Concertação, SANQ, Regulação da Oferta

Abstract

The National Agency for Qualification and Professional Education (ANQEP I.P.) considers extremely important and necessary for Portugal to have a System of Anticipation of Qualification Needs (SANQ), which appears as the great source of information for the characterization of the territories in terms of forecast short and medium term qualification needs and for the updating of the National Qualification Catalogue (CNQ).

The present study aims to analyse, on the one hand, the methodological approach on which the development of SANQ was based and, on the other hand, to understand how the expected partnership between CIM Alto Minho, municipalities and operators worked out.

This study should also elucidates us about the role of the different structures that interview in the whole process of organization of the educational and training supply network from the macro level, ANQEP I.P. and General Direction of School Establishments (DGEstE), at meso level, CIM Alto Minho and Direction of Regional Services of the North (DSRN), and finally at the micro level, where we consider municipalities, schools and where the economic and the business tissue of the region is implemented, approaching the decisive role they play in this whole process of "haggling" and negotiation of this network, paying attention to their own interests.

This study is part of a research methodology of qualitative nature, presenting itself as an instrumental case study, validated by the triangulation of data sources, subjects and by methodological triangulation.

Data collected and analysed in this study allow us to conclude that most of the participants in the process of defining the training supply network recognize that the methodology that supports SANQ results to CIM Alto Minho did not produce valid results for the region and, towards this observation, we consider that all subsequent work defining criteria for network construction and the relevance assigned to qualifications for the region is weakened.

On the other hand, the collection of data and the analysis that has been carried out, allow us to conclude that we are witnessing a process of concertation of a network of fictitious formative supply, marked by the logic of staging and organized hypocrisy by Brunsson (2006).

Keywords:

Education and Training, Training Offer, Planning and Concertation, SANQ, Supply Regulation

Índice Geral

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 1 |
| Parte I. Enquadramento Conceptual e Teórico..... | 6 |
| 1. Modelos de análise organizacional da escola – Olhando as organizações educativas de diversas perspetivas..... | 6 |
| 1.1 Perspetiva Racional/Burocrática..... | 7 |
| 1.2 Perspetiva Política..... | 9 |
| 1.3 Perspetiva (Neo) Institucional..... | 11 |
| 1.4 Perspetivas da Ambiguidade..... | 12 |
| 1.5 Funcionamento Díptico das Organizações Educativas..... | 15 |
| 2. A metáfora da <i>hipocrisia</i> na análise organizacional..... | 16 |
| 3. Os atores e as lógicas de ação..... | 20 |
| 3.1. Os atores..... | 20 |
| 3.2. As lógicas de ação..... | 26 |
| 3.2.1. Lógica da mudança..... | 27 |
| 3.2.2. Lógica do poder e lógica da confiança..... | 28 |
| 3.2.3. Lógica da decisão (e da não decisão)..... | 29 |
| 3.2.4. Lógica do planeamento da ação educativa..... | 30 |
| 4. Da criação das Escolas Profissionais às políticas recentes de projeção do Ensino Profissional em Portugal..... | 30 |
| 4.1. O Ensino Profissional entre 1989 e 1993..... | 32 |
| 4.2. O Ensino Profissional entre 1994 e 2004..... | 35 |
| 4.3. O Ensino Profissional depois de 2005..... | 37 |
| 4.4. A deriva da formação dual e dos cursos vocacionais a partir de 2011..... | 41 |
| 4.5. A retoma do primado dos cursos profissionais..... | 43 |
| Parte II. Metodologia da Investigação..... | 46 |
| 1. A Investigação Qualitativa em Educação..... | 48 |
| 2. O Estudo de Caso..... | 50 |
| 3. O Investigador..... | 53 |

| | |
|--|------------|
| 4. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados..... | 55 |
| 4.1. A Observação e o Diário do Investigador..... | 56 |
| 4.2. Análise documental..... | 58 |
| 5. Análise e apresentação dos dados recolhidos e tratados..... | 59 |
| 6. Síntese..... | 62 |
| Parte III. Apresentação e Discussão de Resultados..... | 65 |
| 1. Módulo de Aprofundamento Regional na CIM Alto Minho – Metodologia..... | 65 |
| 1.1. MAR - Eixos I e II – Apuramento dos Indicadores..... | 75 |
| 1.2. Atribuição da relevância de cada qualificação para o Alto Minho..... | 93 |
| 1.3. Análise da Proposta Preliminar do SANQ para o Alto Minho..... | 95 |
| 1.4. Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto – Reunião de trabalho..... | 97 |
| 1.5. Síntese..... | 106 |
| 2. Planeamento e Concertação da rede de cursos profissionais - Ano Letivo 2017/2018..... | 109 |
| 2.1. Orientações metodológicas e critérios de ordenamento..... | 109 |
| 2.2. O Anexo I da Circular n.º 2/ANQEP/2017..... | 123 |
| 2.3. Desenvolvimento do processo de planeamento e concertação da rede de ensino profissional..... | 131 |
| 2.3.1. Reunião entre o Município A e escolas do Concelho..... | 133 |
| 2.3.2. Reunião entre o Município B e escolas do Concelho..... | 146 |
| 2.3.3. Reunião entre Escolas Profissionais Privadas..... | 152 |
| 2.3.4. Rede de oferta de cursos profissionais – Documento subscrito pelas Escolas Profissionais da CIM Alto Minho..... | 158 |
| 2.3.5. Reunião de Rede de Oferta Educativa e Formativa..... | 163 |
| 2.4. Síntese..... | 183 |
| 3. Rede de oferta formativa da CIM Alto Minho – Ano Letivo 2017/2018..... | 191 |
| Conclusão..... | 202 |
| Referências Bibliográficas..... | 216 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|-----|
| Tabela 1. Lista de documentos analisados..... | 64 |
| Tabela 2. N.º Empresas que responderam ao inquérito, caracterizadas por sector de atividade e dimensão da empresa..... | 83 |
| Tabela 3. Taxa de respostas das empresas/entidades empregadoras ao inquérito, por CAE..... | 85 |
| Tabela 4. Taxa de empregados por CAE..... | 87 |
| Tabela 5. Taxa de respostas por CAE vs Taxa de empregados por CAE..... | 88 |
| Tabela 6. Entradas da tabela referente aos resultados da relevância das qualificações do Alto Minho e do Norte por qualificações do QNQ relacionadas com as Profissões segundo a CPP a 4 dígitos. Fonte: CIM Alto Minho (2017a)..... | 93 |
| Tabela 7. Intervalos de variação condicionantes da diferença da proposta de relevâncias do Alto Minho face à Região Norte. Fonte: CIM Alto Minho (2017a)..... | 94 |
| Tabela 8. N.º de qualificações, por nível e por grupos de relevância das qualificações do Alto Minho..... | 95 |
| Tabela 9. N.º de qualificações, por nível e por grupos de relevância das qualificações do Norte..... | 96 |
| Tabela 10. Preponderância dos critérios. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)..... | 114 |
| Tabela 11. Percentagem de cursos a atribuir por nível de relevância no SANQ. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)..... | 115 |
| Tabela 12. Coeficiente de ponderação dos indicadores de desempenho. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)..... | 116 |
| Tabela 13. Distribuição de cursos profissionais por intervalos de relevância do SANQ..... | 124 |
| Tabela 14. Distribuição de cursos profissionais por intervalos de relevância do SANQ e por AEF..... | 126 |
| Tabela 15. Distribuição dos CAE por ordem decrescente de representatividade..... | 127 |
| Tabela 16. Distribuição dos cursos por grupos de relevância, AEF e CAE..... | 129 |
| Tabela 17. % empregados/CAE vs n.º cursos do SANQ..... | 130 |
| Tabela 18. Distribuição de cursos profissionais por intervalos de número mínimo e máximo de turmas a autorizar..... | 131 |
| Tabela 19. Desvios Critério de Relevância (CIM 10). Fonte: CIM Alto Minho (2017b).... | 167 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 20. Desvios - Aplicação dos Critérios. Fonte: CIM Alto Minho (2017b)..... | 168 |
| Tabela 21. Evolução da rede de oferta formativa em termos de n.º de turmas. N.º de alunos das turmas em funcionamento, apuradas em dezembro de 2017. Fontes: ESCOLAS 1, CIM 11, DGEstE 2, DGEstE 3, DGEstE 4..... | 193 |
| Tabela 22. Distribuição de cursos profissionais da rede em funcionamento por escolas públicas vs escolas privadas. Fonte: DGEstE 4..... | 194 |

Índice de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 1. Eixo II – Indicador 3: Top 10 – Indústrias Transformadoras (CIM 7). Fonte: CIM Alto Minho (2017a)..... | 91 |
| Quadro 2. Escala de atribuição da RAM, a partir da RN. Fonte: CIM Alto Minho (2017a)..... | 94 |
| Quadro 3. Apuramento do n.º mínimo e máximo de turmas a atribuir a cada curso profissional. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)..... | 118 |
| Quadro 4. Distribuição do n.º de turmas a atribuir a cada CIM/AM por níveis de relevância do SANQ. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)..... | 119 |
| Quadro 5. comparação % cursos homologados e em funcionamento vs critério SANQ..... | 196 |
| Quadro 6. N.º de turmas em funcionamento vs intervalos de definidos para n.ºs mínimos e máximos de turmas..... | 197 |
| Quadro 7. Evolução do n.º de turmas aprovadas..... | 199 |
| Quadro 8. Comparação turmas homologadas em maio vs turmas homologadas em Agosto..... | 200 |
| Quadro 9. Turmas homologadas em agosto que não entraram em funcionamento..... | 201 |

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Distribuição do fundo comunitário no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por Ramo de Atividade (CIM 7). Fonte: CIM Alto Minho (2017a).....91

Gráfico 2. Cronologia do planeamento e concertação da rede de cursos profissionais 2017/2018. Fonte: Ministério da Educação (2017a).....112

Introdução

O ponto de partida para o presente estudo de investigação surge no momento em que foi lançado o desafio para a escolha de uma temática que nos tocasse, que nos incomodasse, que nos levasse a questionamentos, no sentido de querer saber mais e querer conhecer melhor uma realidade.

Surge, de imediato, a ideia de estudar um processo, relativamente recente, que depende da ação de diferentes estruturas como a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Direção de Serviços da DGEstE (DSR), as Comunidades Intermunicipais (CIM) e os municípios, a ANQEP I.P., mas também das escolas estatais e não estatais, enquanto partes interessadas na definição e construção da rede de oferta educativa e formativa de um determinado território, atentos os seus interesses, e desempenhando um papel decisivo, em cada CIM, no processo de “regateio” e negociação dessa rede.

O instrumento base que norteia a identificação dos níveis de relevância das qualificações que são propostas para cada NUT III é o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), que surge como a grande fonte de informação para a caracterização dos territórios em termos de previsão de necessidades de qualificação a curto e médio prazo e para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Numa época em que o subsistema do ensino profissional conta com (quase) 30 anos de história em Portugal, urge compreender e averiguar se este é um instrumento válido para definir, num determinado território, a sua oferta formativa, atendendo, por um lado, ao desenvolvimento económico da região e às necessidades das empresas, por outro, ao reconhecimento social da importância e da mais-valia de determinadas qualificações por parte dos jovens e das suas famílias e, ainda por outro, à capacidade instalada no território, em termos de instalações, equipamentos e recursos humanos dos operadores (escolas estatais e não estatais).

Importa, assim, perceber se este “triângulo”, com vértices opostos no que se refere ao regateio e aos interesses de todo este processo de negociação, terá condições para funcionar em plena articulação, uma vez que esse seria o cenário desejado de uma ação

política que, em cada um dos territórios, contribuísse para o seu efetivo desenvolvimento económico e social.

Este é um processo demasiado sério na medida em que a definição da rede de oferta formativa em cada uma das CIM/Áreas Metropolitanas (AM), em cada ano, condiciona a escolha dos milhares de jovens que pretendem ingressar percursos qualificantes, no ensino secundário, atentas as suas vocações e expectativas. Mas não só, também condiciona o desenvolvimento económico e social de uma região na medida em que, no fim de um ciclo de formação de três anos, são aqueles e não outros, os jovens qualificados que estão preparados para ingressarem no mercado de trabalho e que vão procurar emprego junto das empresas/entidades empregadoras da região.

Esta investigação apresenta a particularidade de tratar de um tema pouco estudado, pelo menos de acordo com as linhas orientadoras aqui propostas, esperando-se que resulte numa investigação inovadora e que permita a compreensão deste complexo processo de planeamento e organização da rede de oferta de cursos profissionais num determinado território, apontando em simultâneo pistas para a adoção de metodologias diferentes e conducentes a um processo mais transparente, e que responda ao desafio da articulação dos vértices do triângulo já mencionado anteriormente.

Para melhor compreendermos as realidades associadas ao processo de planeamento, concertação e definição da rede de oferta formativa, escolhemos analisar os documentos e as lógicas de ação das entidades que nele intervêm na NUT III – Minho Lima, procurando evidenciar

as dificuldades de articulação ou mesmo a dissensão, a discrepância e a incongruência vigente entre os vários elementos integrantes da organização escolar, a sua dependência de regras institucionais e de pressões ambientais, não esquecendo, contudo, os actores, os seus interesses, poderes e lógicas de acção (Costa, 2007, p. 3),

mas extrapolando da análise de uma organização escolar para a análise da atuação das várias organizações intervenientes em todo este processo.

Este estudo divide-se em três partes: o enquadramento conceptual e teórico (parte I), a metodologia da investigação (parte II) e a apresentação e discussão de resultados (parte III).

A primeira parte deste estudo centra-se na análise de diferentes perspectivas teóricas de organização escolar, assumindo que um modelo, de forma isolada, não pode explicar o seu funcionamento, enquanto organização, ou clarificar os processos de decisão desencadeados pelos seus atores, concluindo-se que, em contextos organizacionais coexistem uma pluralidade de racionalidades, de lógicas de ação e de poder.

Serão estas diferentes perspectivas analisadas que nos permitirão explicar as já invocadas lógicas de ação que serão evidenciadas neste estudo e que norteiam o posicionamento dos diferentes atores neste complexo processo de negociação de rede de oferta formativa.

Tal como Lima (2006c, p. 171) advoga, “nem todo o discurso nas organizações se transforma em acção organizacional” e, portanto, procurou-se explorar a conceptualização teórica de algumas lógicas de ação, que podem contribuir para a leitura do posicionamento dos atores intervenientes neste processo.

Procurou-se também evidenciar o elenco de atribuições definidas para as estruturas da tutela ou dependentes desta.

Por último, e ainda dentro deste primeiro capítulo, consideramos essencial para a compreensão da temática em estudo, fazer uma abordagem sobre a evolução do ensino profissional em Portugal, partindo da sua criação em 1989.

Dividimos essa retrospectiva histórica pelas várias fases de sobrevivência deste subsistema, alertando para os desafios e ameaçadas constantes que os promotores das Escolas Profissionais tiveram de enfrentar, para que estas não fossem erradicadas do sistema de ensino por algum Governo do país.

Na segunda parte desta investigação apresenta-se a metodologia que enquadra este estudo, os métodos usados na pesquisa empírica, assim como as técnicas e os

instrumentos utilizados, relatando-se o modo como foram os dados recolhidos, tratados e interpretados.

Portanto, este capítulo incide sobre as opções metodológicas adotadas com vista à recolha e tratamento dos dados.

Em termos de estratégia metodológica a ser aplicada, esta investigação desenvolve-se, assim, enquadrada por uma metodologia de investigação de natureza qualitativa, apresentando-se como um estudo de caso instrumental, validado pela triangulação das fontes de dados, de sujeitos e pela triangulação metodológica.

A observação de campo realizada nesta investigação, os registos escritos no diário de investigadora e o acesso às fontes documentais de um processo desta natureza, só se tornaram possíveis pelo cargo profissional que a investigadora possui no contexto educativo, permitindo-lhe participar e acompanhar todo o processo de planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa da NUT 3 Minho-Lima, com o estatuto de uma *insider*.

Também neste capítulo se apresentam as questões de investigação que elegemos e consideramos ponto de partida para este estudo.

Por fim e, na última parte desta dissertação apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos através da análise dos dados recolhidos. Esta recolha foi realizada recorrendo às observações da investigadora, enquanto participante em diversas reuniões promovidas para o planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa do Alto Minho, ao seu diário de investigadora e à análise de documentos, aos quais teve acesso e considerou relevantes para este estudo.

Nesta investigação, os dados recolhidos foram organizados e apresentados por ordem cronológica de acontecimentos, tendo-se atribuído uma codificação por autor e/ou entidade responsável pelo fornecimento dessa documentação.

Numa tentativa de simplificar a leitura dos dados recolhidos, esta parte do estudo será dividido em três capítulos, nos quais serão apresentados, comentados e discutidos os resultados que advêm da respetiva recolha de dados.

O primeiro capítulo procura estudar a metodologia inerente à aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional (MAR) na CIM Alto Minho. No segundo capítulo, procura-se problematizar o processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018, tendo em conta as observações da investigadora, bem como os registos do seu diário, e a análise documental, resultantes da sua participação nas diversas reuniões promovidas por diferentes estruturas durante todo este processo, de acordo com a cronologia dos acontecimentos que suportam esta investigação. O terceiro capítulo vai elucidar-nos sobre a evolução que sofreu a rede de oferta educativa e formativa da CIM Alto Minho, desde o momento em que foram apresentadas as propostas das escolas à DGEstE/DSRN, e que cronologicamente ocorreu no final do mês de março de 2017, até à rede de cursos profissionais efetivamente em funcionamento no ano letivo 2017/2018, apurada pela informação fornecida pela DGEstE e DSRN, em dezembro de 2017.

Na conclusão desta dissertação, apresentaremos uma síntese dos aspetos mais significativos e relevantes, explanados ao longo dos diversos capítulos dos temas II e III, retomando-se as questões de investigação que nortearam este trabalho, às quais procuramos responder.

Atendendo à experiência profissional da investigadora no contexto educacional e, particularmente, no contexto deste estudo, pareceu-nos pertinente apontar possíveis caminhos a ter em conta nas mudanças que todo este processo de planeamento e definição de rede de oferta formativa carecem, dada a sua relevância social e educacional para o território em análise.

Parte I - Enquadramento Conceptual e Teórico

1. Modelos de análise organizacional da escola - Olhando as organizações educacionais de diversas perspectivas

O presente estudo de investigação, para além de se focalizar no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), enquanto instrumento de identificação das relevâncias das qualificações para um determinado território e no papel de estruturas como a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), a Direção de Serviços da DGEstE (DSR), as Comunidades Intermunicipais (CIM) e os municípios, a ANQEP I.P., centra-se também nas escolas estatais e não estatais, enquanto partes interessadas na definição e construção da rede de oferta educativa e formativa, atentos os seus interesses e desempenhando um papel decisivo, em cada CIM, no processo de “regateio” e negociação dessa rede.

Importa assim, convocar as lentes teóricas que permitam compreender os objetos de estudo em questão, orientando a investigação para a compreensão de todas as incongruências deste complexo processo de planeamento e organização da rede de oferta formativa na CIM do Alto Minho.

A análise da organização escolar é complexa e multifacetada, considerando diferentes perspectivas, tal como advogam Lima (1997) e Alves (1999). Teoricamente, assume-se nesta investigação que a escola é “simultaneamente um *locus* de reprodução e *locus* de produção de políticas, orientações e regras” (Lima, 1992), pelo que, segundo o mesmo autor (1997), se “introduz a necessidade de proceder a análises multifocalizadas das organizações educativas/escolares, valorizando o estudo quer do plano das orientações para a acção, quer do plano da acção”.

Neste contexto, “os actores escolares não se limitam ao cumprimento sistemático e integral das regras hierarquicamente estabelecidas por outrem, não jogam apenas um jogo com regras dadas *a priori*, jogam-no com a capacidade estratégica de aplicarem selectivamente as regras disponíveis e mesmo de inventarem e construírem novas regras” (*Ibidem*).

Costa (2007, p. 2) refere-se ao pluralismo teórico em que assentam as perspectivas de análise da escola enquanto organização “(...) umas mais coladas aos conceitos de *ambiguidade* e de *incerteza* (anarquia organizada, sistemas debilmente articulados, teoria neo-institucional, teoria do caos), outras mais próximas dos conceitos de *conflito* e de *poder* (abordagens micropolíticas), outras, ainda, enfatizando as dimensões *simbólicas* e *subjectivas* da realidade organizacional (abordagens culturais)”.

A este propósito, Lima (2006a, p. 18) refere que "o recurso à pluralidade de modelos teóricos de análise das organizações torna-se imprescindível para a compreensão crítica da escola como organização educativa e do seu processo de institucionalização, inscrito na longa duração".

De forma muito abreviada, neste estudo referir-se-ão algumas perspectivas que revelam

as dificuldades de articulação ou mesmo a dissensão, a discrepância e a incongruência vigente entre os vários elementos integrantes da organização escolar, a sua dependência de regras institucionais e de pressões ambientais, não esquecendo, contudo, os actores, os seus interesses, poderes e lógicas de acção.
(Costa, 2007, p. 3)

Neste sentido, analisaremos diferentes perspectivas teóricas de organização escolar, rejeitando a ideia de que um modelo, de forma isolada, explica o funcionamento da escola enquanto organização ou clarifica os processos de decisão desencadeados pelos seus atores. Assume-se assim que, em contextos organizacionais coexistem uma pluralidade de racionalidades, de lógicas de ação e de poder.

1.1. Perspetiva Racional/Burocrática

Num modelo racional/burocrático, a organização escolar é vista como “um elemento de uma cadeia hierárquica” (Alves, 1999) e como resultante de um “modelo organizacional decretado” (Lima, 1992).

A racionalidade burocrática caracteriza uma organização escolar em que os recursos humanos estão organizados numa hierarquia bem definida, onde são emanadas regras, na sua maioria escritas, para que sejam cumpridas por todos de forma igual.

A centralização das decisões, o regulamento pormenorizado de todas as atividades, a previsibilidade pela planificação minuciosa, a centralização da estrutura organizacional, a prevalência dos documentos escritos, as ações de rotina para o cumprimento de normas estáveis são alguns dos indicadores mais significativos da escola como organização burocrática enumerados por Costa (1996).

Nesta perspetiva definem-se objetivos claros e unívocos que orientam o funcionamento da organização e as ações das pessoas (Alves, 1999).

De acordo com Crozier (1963, p. 253) "todo o sistema burocrático pode ser considerado como uma estrutura de protecção", na medida em que "desresponsabiliza os atores perante a resolução de problemas concretos, sendo este o preço a pagar pela falta de autonomia e liberdade" (Alves, 1999, p. 11).

Pelo cumprimento das regras burocráticas, os decisores e os atores de uma organização escolar sentem-se protegidos, uma vez que a tomada de decisões, a concretização de tarefas e atividades, se fundamentam, exclusivamente, na existência de normativos e documentos legais que legitimam as suas ações.

No entanto, este modelo de olhar a escola como organização,

é incapaz de dar conta de todas as lógicas de acção concreta e não consegue explicar evidências diversas que revelam que as escolas não se limitam a aplicar de modo objectivo, uniforme e racional os currículos, os programas e os regulamentos. (*Ibidem*, p. 11)

Recorrendo a uma imagem de infidelidade da escola para com o cumprimento de regras, normas e regulamentos "decretados", Lima (1992, p. 477) demonstra o seguinte:

Concluimos que, por mais autoritária, a força da imposição normativa nem sempre era obedecida, traduzida em poder e em acções orientadas em conformidade; a quantidade, a uniformidade e a precisão dos instrumentos normativos não eram condição nem sinónimos de reprodução normativa em contexto escolar. Pelo contrário, podiam frequentemente ser objecto de desconexão, base explorada pelos actores em sua defesa, fonte de diferentes interpretações, alvo de observância selectiva ou mesmo pretexto favorável, ou propiciador, para a produção de regras não formais e informais, por vezes de carácter alternativo. (...) A escola, como organização, não se revelava exclusivamente burocrática nem

exclusivamente anárquica e a acção organizacional, dos actores, ora se apoiava na ordem das conexões, ora promovia a ordem das desconexões.

Assim, a teoria da burocracia é parte integrante de uma teoria sociológica e organizacional, onde a racionalidade, a autoridade (poder considerado legítimo) e o poder (capacidade para induzir a aceitação de ordens mesmo contra a resistência) ocupam lugar central. Isolar a burocracia dos fenómenos de poder representa uma rutura com o referencial teórico que está na base da sua constituição enquanto teoria.

Em muitos estudos, é eleito o modelo burocrático de análise para explicar o funcionamento das organizações educativas. Nestes estudos mostra-se como a delineação de objetivos claros, a construção de critérios racionais de execução e de resolução de problemas, a *determinação a priori* de regras formais que determinam a ação, a departamentalização, são lógicas importadas da divisão racional do trabalho e são lógicas bem características da “burocratização da educação” (Motta, 1986, p. 47).

A racionalidade burocrática é, na atualidade, uma das perspetivas que caracteriza as organizações escolares, estatais e não estatais, as quais perante a necessidade da tomada de decisões, e quando assim interessa, se respaldam nos despachos normativos, nas circulares e em todas as instruções que chegam dos organismos pelas quais são tuteladas.

1.2. Perspetiva Política

Nesta perspetiva, a organização escolar é vista como "uma arena onde a política domina; os detentores de influência rivalizam entre si e perseguem fins pessoais" (Mintzberg, 1986), causando “dinâmicas de coligação e de conflito quer entre facções ou grupos internos quer entre estes e grupos externos” (Alves, 1999, p. 12).

Numa análise das organizações escolares a partir da perspetiva política, são realçadas as lutas pelo poder de vários indivíduos ou grupos, com valores, objetivos, perceções e interesses diferenciados e/ou opostos.

Segundo Nord (1995, cit. In Alves, 1999, p. 12) destacam-se dois pressupostos que transparecem a natureza política das organizações:

as organizações são constituídas por coligações que competem umas com as outras para alcançar recursos, energia e influência; as coligações tentam proteger os seus interesses e posições de influência através de trocas, regateio e negociação.

Em oposição à perspectiva burocrática, esta “valoriza as subjectividades dos actores, assume a realidade organizacional como um jogo de poder e de influência, considera os processos de decisão como dinâmicas de negociação e regateio” (Alves, 1999, p. 12).

Neste jogo de luta pelo poder, tornam-se evidentes as formas de negociação, utilizadas pelos diferentes atores, e os conflitos que originam as relações de poder que transparecem no quotidiano das organizações educativas.

Nesta perspectiva, segundo González (1994 e Costa, 1996, cit. in Alves, 1999, p.13) destaca-se

o facto de que as escolas nem sempre perseguem metas explícitas, mas múltiplos fins frequentemente implícitos e mesmo contraditórios, estando implicadas em contínuas lutas sobre meios e fins,

e sublinha-se que

não obstante as escolas possuírem estruturas formais, com normas e regulamentos próprios, são as condutas dos seus membros, com as suas correspondentes ideias, expectativas, valores, interesses e habilidades, aquelas que vão constituir o foco de atenção para uma melhor compreensão da vida da organização. (*Ibidem*)

Reconhece-se que são

os *interesses* pessoais, profissionais, políticos das pessoas concretas que determinam as decisões e as acções da organização escolar, e que a diversidade de interesses tende a gerar conflitos, de que o *poder* é uma variável chave para compreender as lógicas da acção e de que a negociação é a dinâmica central da vida organizacional (Alves, 1999, p. 13),

considerando-se a escola como “arena política”. (*Ibidem*)

A importância da análise das organizações por uma perspectiva política é fundamental, pois justifica ações desconexas ou ilógicas, que se evidenciam nas organizações, e nos

obriga a reconhecer a multiplicidade de interesses, de conflitos, de ações grupais e de relações de poder que coexistem nas escolas.

Neste sentido,

a dimensão pluralista que é imprimida às organizações enquanto “sistemas políticos” opõe-se à visão unitária e consensual das organizações proposta pelas teorias clássicas onde se encarava o conflito como um fenómeno transitório, raro e disfuncional (e que, por isso, teria a todo o custo de ser resolvido) e onde se ignorava largamente o papel do poder e, sobretudo, dos “micropoderes” nas organizações. (Rocha, 2005, p. 238).

1.3. Perspetiva (Neo) Institucional

Esta perspetiva surge, nos finais da década de 70, na medida em que as escolas, enquanto organizações educativas, estão inseridas num meio em que coexistem com outros tipos de organizações, relacionam-se com elas e estão sujeitas a todas as pressões e conflitos que advêm dessa coexistência.

A racionalidade (neo) institucional baseia-se na perspetiva de que as organizações educativas estão enraizadas em determinados ambientes políticos e sociais, pelo que estão em contante interação com outras instituições, expondo-se perante estas, o que pode originar pressões e conflitos múltiplos (Rocha, 2007).

Assim, “a forma como as organizações se estruturam é influenciada pelas relações que estabelecem com outras organizações, ou seja, é moldada por um jogo de forças entre diferentes instituições” (Cabral, 2013, p. 136).

Nesta perspetiva de que as organizações educativas se expõem ao meio, denota-se que o formalismo expresso pela invocação de regulamentos e presentes nos discursos públicos, constituem formas de legitimação e “que pretendem fazer crer que a escola cumpre a sua missão instrutiva e educacional, procurando-se ocultar ou tornar invisíveis os sinais da sua ineficácia” (Alves, 1999, p. 14), havendo um esforço contínuo para a construção de uma boa imagem social da escola, que legitime a sua existência (*Ibidem*).

Em simultâneo,

para dissimular a escassa conexão e congruência entre discursos, decisões e as acções e a débil coesão intra-organizacional, a dinâmica da acção é caracterizada

pela "lógica da confiança" que corresponde ao pressuposto de que cada indivíduo confia na competência e no trabalho dos outros. (Ibidem)

A análise das organizações educativas, numa perspectiva (neo) institucional, carece, assim, de uma análise cuidada dos discursos, das ideologias, assim como das relações de poder, explícitas e implícitas, entre as estruturas dirigentes, a tutela e as outras instituições do que operam no mesmo território.

A escola, enquanto organização a funcionar num contexto mais amplo de instituições que com ela se interrelacionam, parece atuar numa lógica de legitimação fundada na aparência e na formalidade. Os rituais de controlo e rigor existentes centram-se mais na fiscalização dos formalismos e na perpetuação dos mitos e das aparências que permitem à escola ir de encontro às expectativas sociais, do que na avaliação e controlo do processo de instrução. (Cabral, 2013, p. 139)

1.4. Perspetivas da Ambiguidade

As racionalidades ambíguas que se manifestam nas organizações educativas são explicadas pela existência de diferentes modelos de análise, imagens ou metáforas que, se forem considerados de forma isolada não transparecem a multiplicidade de fenómenos organizacionais, mas que considerados em conjunto permitem evidenciar a coexistência de diferentes racionalidades no contexto educativo (Rocha, 2007).

Abordaremos assim, de forma abreviada, três destes modelos analíticos da escola enquanto organização educativa, os quais assentam em três imagens ou metáforas, e que atribuem muita importância ao “valor da racionalidade simbólica e da racionalidade ambígua em detrimento da racionalidade organizacional *a priori*.” (Rocha, 2005, pp. 231-232).

De entre os modelos de análise que sustentam as perspetivas de ambiguidade, destacaremos três: a “anarquia organizada”, o “caixote do lixo” e o “sistema debilmente articulado”; ressaltando, contudo, que estes modelos não podem ser considerados de forma isolada, sob pena de não corresponderem à visão holística e multidimensional, que caracteriza as organizações educativas.

Nestes modelos analíticos, não é a racionalidade que predomina, apelando-se para a análise das “organizações – ou situações de decisão – caracterizadas por [...] preferências problemáticas [...] tecnologia pouco clara [e] participação fluída” (Cohen, March & Olsen, 1972, p. 1). Tendo em conta a complexidade e ambiguidade da organização educativa, o modelo burocrático, no qual a decisão está prescrita, não se adequa a organizações em que os atores têm poder de decisão, ou seja, em que existe autonomia individual, profissional e nos departamentos (Bush, 1986).

Tendo em conta as racionalidades ambíguas, a metáfora da "anarquia organizada" refere-se à escola como uma organização cuja realidade é complexa, heterogénea, problemática e ambígua. O termo anárquico não é, neste modelo, utilizado em sentido de imprevisibilidade, mas sim no sentido em que

as intenções e os objectivos surgem insuficientemente definidos, em que as tecnologias (o modo de realizar a educação) são pouco claras e frequentemente mal dominadas, em que a participação dos actores é fluida, em que a tomada de decisão é desordenada, imprevisível e improvisada, funcionando segundo o modelo do "caixote do lixo", em que as preferências e as referências são inconsistentes e mal definidas (Alves, 1999, p. 15).

A metáfora do “caixote do lixo” surge muito ligado aos processos de decisão. A partir desta imagem explicam-se tomadas de decisão nas organizações escolares em que são expostos problemas e soluções, mas de onde se extraem soluções aleatórias que podem não dar resposta ou solucionar os problemas identificados (*Ibidem*).

Verifica-se que há uma “desarticulação parcial entre os problemas e os constrangimentos organizacionais e a sua forma e tempo de resolução” (Cohen & March, 1974).

Nesta perspetiva,

a tomada de decisões não segue, portanto, os processos da sequencialidade lógica (do tipo da causalidade linear: *problema - objectivos - estratégias - negociação - decisão*), mas decorre no interior de um contexto situacional onde é manifesta a desarticulação entre os problemas e as soluções, entre os objectivos e as

estratégias e onde confluem e se misturam desordenadamente problemas, soluções, participantes e oportunidades de escolha" (Costa, 1996, p. 94).

A visão da escola enquanto *sistema debilmente articulado* surge na medida em que, devido à sua complexidade e às pressões internas e externas a que está sujeita, se verifica

uma débil conexão entre intenções, metas e acções, passado-presente-futuro, órgãos de linha e *staff*, sistemas de autoridade (autoridade legal/poder de especialista), eleitores e eleitos, processos e resultados, problemas-decisões-acções-resultados, instituindo-se como uma dinâmica geral de ambiguidade, visível no planeamento da acção educativa, na adopção de tecnologias pedagógicas e didácticas, na tomada de decisões, no estilo de liderança e na relação com o ambiente externo. (Alves, 1999, p. 15)

Estevão (1997, cit. In Alves, 1999, p. 16), referindo-se à relação que a escola mantém, enquanto organização educativa, com o ambiente externo onde se insere, declara-a como sendo "oportunisticamente adaptativa". Ou seja, como explica Alves (*Ibidem*), "as pessoas e os grupos agem e reagem em função da leitura que fazem dos seus próprios interesses e dos interesses e das pressões dos contextos."

Em síntese, e de acordo com Karl Weick (1976 p. 109):

As organizações podem ser anarquias, mas são anarquias organizadas. As organizações podem ser debilmente articuladas, mas são sistemas debilmente articulados. As organizações podem recorrer ao processo de decisão de caixote de lixo, mas os caixotes do lixo têm bordos que impõe alguma estrutura.

Portanto, as racionalidades ambíguas procuram explicar que nas organizações educativas "nem sempre vigora uma racionalidade a priori, mas sim racionalidades à posteriori, racionalidades mais heurísticas para a compreensão da dimensão organizacional" (Rocha, 2005, p. 234).

1.5. Funcionamento Díptico das Organizações Educativas

As perspetivas ambíguas de análise das organizações educativas chamam a atenção para as “dimensões de descoordenação, de inconsequência e de dissensão entre, por um lado, as intenções, os discursos, as decisões, os documentos e, por outro, as práticas, os resultados efectivos, a acção organizacional propriamente dita” (Costa, 2007, p. 3).

No contexto português, importa destacar a teoria desenvolvida por Licínio Lima, sobre o *modo de funcionamento díptico* das organizações educativas. Este autor (2001) considera que a análise do funcionamento das organizações educativas deve fazer-se tendo em conta dois planos de análise: o plano das orientações para a acção e o plano da acção.

Enquanto o plano das orientações para a acção se baseia na perspectiva burocrática da organização, em que se mostra o lado *oficial*, formal, intencional, normativo e legal, o plano da acção pode não corresponder, na prática ao que se advoga em termos oficiais. Por um lado, temos o plano do *discurso oficial*, do outro temos o plano das acções e dos factos. É no plano das acções que se exterioriza o lado *anárquico* do funcionamento da organização, onde ocorrem as “manifestações efectivas das práticas dos actores e dos grupos, numa versão nem sempre oficial da realidade, onde por vezes ocorre a *infidelidade normativa*.” (Costa, 2007, p. 4).

Lima (2001) considera que estes dois planos coexistem e convivem, em simultâneo, dentro de uma organização e, neste sentido, define este *modo de funcionamento díptico* da escola.

A ordem burocrática da conexão e a ordem anárquica da desconexão configurarão, desta forma, um modo de funcionamento que poderá ser simultaneamente conjuntivo e disjuntivo. A escola não será, exclusivamente, burocrática ou anárquica. Mas não sendo exclusivamente uma coisa ou a outra poderá ser simultaneamente as duas. A este fenómeno chamarei modo de funcionamento díptico da escola como organização. (ibidem)

No seguimento das várias perspetivas de análise que foram invocadas, e de acordo com Estêvão (2004, p. 51), as organizações escolares são plurais, são “um ponto de encontro entre vários mundos”, apresentando uma “multiplicidade de faces”.

2. A metáfora da *hipocrisia* na análise organizacional

A visão de Nils Brunsson, expressa através da teoria da *Hipocrisia Organizada*, será um elemento-chave para a compreensão de alguns fenómenos que serão abordados neste trabalho de investigação.

Tal como Lima (2006b, p. 3) explica, o termo *hipocrisia* não é utilizado com um sentido negativo ou pejorativo,

nem remete para qualquer juízo de ordem moral, antes invoca propósitos de interpretação e compreensão dos fenómenos organizacionais. A teoria da "hipocrisia organizada" representa sobretudo um esforço de compreensão e análise das organizações e da administração pública, a partir de uma abordagem polifacetada, isto é, assente num certo pluralismo teórico que marca algumas abordagens (neo)institucionais, nas quais Brunsson se integra e se destaca pela originalidade da sua contribuição.

De acordo com Brunsson (2006), enquanto para o senso comum a *hipocrisia* é algo moralmente duvidoso, questionável e a evitar, em contexto de análise organizacional, ela é vista como uma *solução* e não como um *problema*, apresentando vantagens morais e, em muitas situações, impossível de evitar.

Ou seja, a *hipocrisia* será uma dimensão necessária para a análise organizacional, mas também será legítima e benéfica na perspetiva do desenvolvimento das organizações (Costa, 2007).

A *Hipocrisia Organizada* de Brunsson insere-se nas perspetivas (neo)institucionais, na medida em que a sua linha de pensamento reconhece a divergência, a desconexão e a inexistência de uma ação organizada que transpira das organizações educativas (Costa, 2007).

Tal como Lima sintetiza, "Nils Brunsson adopta uma perspetiva (neo)institucional que integra as contribuições dos modelos de análise da ambiguidade e também de alguns

elementos associados aos modelos políticos, de que resulta uma contribuição complexa e inovadora" (2006b, p. 6).

É nesta linha de pensamento que Costa (2007) se refere aos “níveis elevados de inconsistência” das organizações, evidenciado em situações de “descoordenação e de incoerência entre o *discurso*, a *decisão* e a *acção*”, pois de acordo com Brunsson (2006, p. 18), "as organizações podem falar num sentido, decidir noutro e actuar num terceiro nível".

Surge então o argumento da legitimidade institucional que Lima (2006b, pp. 3-4) apresenta como sendo o argumento que confere sentido à teoria da *Hipocrisia Organizada*, na medida em que

Mais do que um eventual problema, a hipocrisia é sobretudo vista como uma solução para afrontar o facto de as organizações modernas serem sujeitas a exigências inconsistentes e a pressões contraditórias, oriundas de quadros de racionalidade e de valores consideravelmente distintos ou mesmo antagónicos. Brunsson vai mesmo mais longe ao admitir que muitos problemas que são, de há muito, objecto de intervenção das organizações públicas podem ser, no limite, insolúveis, ou foram-no durante milhares de anos, e por isso o critério da eficácia organizacional na sua resolução não terá sido, seguramente, a principal fonte de legitimação da organização e da sua perpetuação ao longo da história. Em tais casos, a hipocrisia pode ser uma resposta justificada face a conflitos entre valores, ideias e pessoas, procurando uma articulação, ainda que débil, entre elementos contrários, admitindo mesmo descoincidências entre as palavras e as acções, entre o que se diz e o que se faz, e delas retirando benefícios em termos de legitimidade.

As organizações educativas são, neste contexto, reféns do ambiente em que atuam, estão sujeitas a inúmeras pressões e tensões, estão dependentes de normas (muitas vezes inconsistentes e contraditórias), às quais têm de dar seguimento, uma vez que de outra forma colocam em causa a sua legitimidade institucional (Costa, 2007).

Perante isto, Brunsson (2006) considera que as organizações atuam, simultaneamente, em duas dimensões: através da “organização para a acção” e através da “organização política”.

A organização para a ação exige “coordenação, integração e uniformidade, qualidades que irão preencher as estruturas, os processos e as ideologias organizacionais” (Brunsson, 2006, p. 54), remetendo para perspectivas burocráticas/racionais. As organizações agem no sentido de uma ação coordenada e de otimização de resultados, sendo que a sua legitimidade será medida pela sua eficácia (Lima, 2006b).

Em sentido oposto, a organização política “exige dissolução, desintegração, isolamento e variedade nas estruturas, nos processos e nas ideologias” (Brunsson, 2006, p. 54), reportando-se a perspectivas de ambiguidade de dimensão política das organizações.

Organização para a acção e organização política correspondem, assim, a “tipos ideais” antagónicos de funcionamento das organizações bem como a modos também distintos de as descrever, já que, segundo Brunsson, “[...] o modelo de acção pode ser apelidado de modelo de apresentação, ao passo que o modelo político pode definido como modelo de resultados. A diferença entre apresentação e resultados explica a forma como dois modelos contraditórios podem ser simultaneamente válidos: eles descrevem aspectos diferentes de um mesmo comportamento (Costa, 2007, p. 7).

Na ótica de Brunsson, o convívio destes dois modelos de ação não constitui um aspeto negativo do funcionamento das organizações educativas, na medida em que defende que a *hipocrisia* “é uma solução necessária para a sobrevivência organizacional” (Costa, 2007, p. 7) sendo a “resposta natural às exigências desconexas e contraditórias a que são submetidas as organizações” (*ibidem*).

Este modo de funcionamento da organização em dois planos torna-se, assim, não só natural, como benéfico para a organização, pois as intenções e os valores, mesmo que inconsistentes e que o discurso tenha que ser dirigido para o futuro e não para o presente, têm que continuar a ser geridos e perseguidos enquanto mobilizadores da acção (*ibidem*, p. 19).

Costa (2007, p. 7) resume as quatro principais formas de separação entre organização para a ação e organização política que, segundo Brunsson (2006), podem existir no comportamento das organizações:

- i) A separação cronológica (em determinados períodos a organização pode responder às exigências da acção e noutros aos condicionalismos da política);
- ii) A separação por assuntos (há temas que podem servir para produzir coerência da acção e outros para conduzir a política);
- iii) A separação por ambientes (a organização pode optar pela dimensão da acção ou pela dimensão política, em função do ambiente e dos interlocutores com quem interage);
- iv) A separação por unidades organizacionais (a organização pode criar ou utilizar diferentes estruturas, umas para responder às exigências políticas e outras concentradas nas imposições da acção).

Lima (2006b, p. 6) conclui assim que, na teoria de Brunsson,

a manutenção de certas normas e de certos valores pode revelar-se mais importante do que a acção organizada e do que a eficácia organizacional. E no caso em que tais valores forem incompatíveis com a adaptação à acção, então um certo nível de hipocrisia será necessário, até como forma de resistir à pura adaptação ou ao simples pragmatismo perante as exigências técnicas e os requisitos de eficácia.

Neste sentido, “a *hipocrisia organizada*, mais do que de um modelo de análise para a explicação de um fenómeno contextual específico, constitui um tipo-ideal para a compreensão (e, porque não, para a gestão) das organizações escolares” (Costa, 2007, p. 20).

Assim, se, por um lado, para o investigador dedicado ao estudo das organizações, esta armadura conceptual lhe fornece um conjunto de combinações teóricas que o alertam para as “armadilhas” da informação recolhida (designadamente para a confusão entre o discurso, a decisão e a acção, entre a mostra organizacional e os resultados, entre as intenções e os efeitos), por outro, a hipocrisia fornece também aos diferentes actores organizacionais, especialmente aos que aí assumem cargos de maior responsabilidade, a percepção da distinção entre os dois planos apresentados (o da *orientação para a acção* e o *político*) e a agirem, conscientes da situação, de modo a recolherem daí benefícios para o desempenho organizacional (Brunsson, 2006, pp. 268-269).

Será com base nesta teoria, em que será necessário descodificar o funcionamento incongruente de algumas organizações, particularmente, na exposição das incongruências decorrentes *do discurso, das decisões e das ações* (onde ficará evidente a *Hipocrisia Organizada*), que tentaremos analisar e compreender as lógicas de ação operacionalizadas pelas organizações responsáveis e que desenvolvem algum papel relevante no planeamento e definição da rede de oferta formativa.

3. Os atores e as lógicas de ação

3.1. Os atores

No processo de planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa intervêm, em diferentes momentos, um conjunto de atores que importa identificar e caracterizar de forma muito abreviada.

A DGEstE é um serviço central de administração direta do Estado, dotada de autonomia administrativa, ao qual, de acordo com o seu sítio institucional, foi atribuída a missão de

garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação e Ciência (MEC), sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão. (<https://www.dgeste.mec.pt/index.php/institucional/a-dgeste/>, consultado em 07/01/2018).

Para dar cumprimento à implementação das medidas de administração ao nível regional dispõe de cinco unidades orgânicas desconcentradas, com a designação de Direção de Serviços da Região, nomeadamente, Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve (*Ibidem*).

No âmbito do presente estudo observa-se que, do elenco de atribuições definidas para este serviço central, apenas uma se refere, de forma muito abstrata, ao papel que a DGEstE desempenha na construção e planeamento da rede de oferta educativa e formativa: “d) Participar no planeamento da rede escolar” (*ibidem*). Ou seja, neste processo complexo define-se para este órgão de administração central apenas o papel de “participante” não sendo possível descodificar nem o sentido, nem o grau de responsabilidade desta “participação”.

No que se refere às competências das Direções de Serviços Regionais (DSR), as quais são definidas ressalvando a necessária articulação com os serviços centrais, encontra-se uma relacionada diretamente com o objeto do presente estudo:

f) Participar no planeamento da rede escolar da circunscrição regional, promovendo, sem prejuízo das competências dos restantes serviços do MEC, ações de planeamento e execução do ordenamento das redes da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário, incluindo as suas modalidades especiais, bem como as de educação e formação de jovens e adultos. (<https://www.dgeste.mec.pt/index.php/institucional/competencias-das-dsr/>, consultado em 07/01/2018)

Também para estes serviços regionais fica definido o seu papel de “participantes” no processo de planeamento da rede de oferta, ressalvando-se que, apesar de uma aparente autonomia para a promoção de “ações de planeamento”, dependem sempre e devem ter em conta as “competências dos restantes serviços do MEC” (*ibidem*).

As Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (Porto e Lisboa) (AMP e AML) fazem parte das entidades intermunicipais, as quais têm natureza de associações públicas de autarquias locais. A Lei n.º 45/2008, de 27 de agosto, revogada pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Considerando que o presente estudo se centra no processo de planeamento e construção da rede de oferta educativa e formativa da Unidade Territorial Estatística de

Nível III (NUT III) do Minho-Lima, focalizaremos a atenção nas entidades intermunicipais designadas por Comunidades Intermunicipais (CIM), e em particular na CIM – Alto Minho, constituída a 15 de outubro de 2008, já que é a associação pública das autarquias locais do território em análise, integrando os dez municípios desta região: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

De acordo com o sítio institucional do Portal Autárquico, “as entidades intermunicipais têm, em síntese, atribuições no âmbito do planeamento e desenvolvimento regional e na prestação de serviços públicos essenciais, promovendo a articulação entre os municípios e os serviços da administração central em vários domínios” (<http://www.portalautarquico.pt/pt-PT/administracao-local/entidades-autarquicas/associacoes/>, consultado em 07/01/2018).

O sítio institucional da CIM Alto-Minho refere como principais atribuições desta associação a “promoção do planeamento e da gestão da estratégia do desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional; planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal”, mas também se refere ao seu papel na articulação das atuações entre os municípios e a administração central em variadíssimas áreas, entre as quais faz menção à “rede educativa e de formação profissional” (<http://www.cim-altominho.pt/gca/index.php?id=343>, consultado em 07/01/2018)

A Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.), e de acordo com a informação do seu sítio institucional, é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica no prosseguimento das suas atribuições, sob a superintendência e tutela conjunta dos Ministérios da Educação, e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em coordenação com o Ministério da Economia. Tem a missão de “coordenar a execução das políticas de educação e formação profissional de jovens e adultos e assegurar o desenvolvimento e a gestão do sistema de reconhecimento, validação e

certificação de competências” (<http://www.angep.gov.pt/default.aspx>, consultado em 07/01/2018).

Atendendo à temática do presente estudo, destacam-se as seguintes atribuições deste organismo público:

- b) Coordenar, dinamizar e gerir a oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos, bem como a rede de entidades responsáveis pela aplicação dos correspondentes dispositivos de informação e orientação, assegurando a complementaridade dos sistemas de educação e formação profissional e a qualidade das referidas ofertas;
- c) Garantir o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação da oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos; (*ibidem*)

Alicerçada na Lei n.º 82 A de 31 de dezembro, que aprovou as Grandes Opções do Plano para o ano de 2015, a ANQEP, I.P. considera extremamente importante e necessário para o país a existência de um sistema de identificação de necessidades de qualificação “que irá permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas, bem como para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações”, o qual é denominado por SANQ. Define ainda como objetivo deste sistema (SANQ) “suportar o desenvolvimento do processo de planeamento da rede de ofertas e fornecer informação de apoio a outros processos de planeamento e gestão de estratégias de desenvolvimento de competências” (*Ibidem*).

O Conselho Coordenador do SANQ é constituído por dez organismos: ANQEP; Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP); Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical (CGTP-IN); União Geral de Trabalhadores (UGT); Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP); Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP); Confederação do Turismo Português (CTP); e Organização Internacional do Trabalho (OIT). A principal atribuição deste conselho é a de reunir periodicamente para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, validar procedimentos de aplicação do sistema e analisar os resultados obtidos (*Ibidem*).

Importa ainda mencionar os quatro objetivos operacionais do SANQ definidos:

- 1º) A produção de um diagnóstico macro de base com informação crítica sobre as dinâmicas económicas e do mercado de trabalho que influenciam a procura de qualificações numa perspetiva de curto e médio prazo e uma leitura regional intermédia (NUT II), atualizado de três em três anos;
- 2º) A produção de recomendações e proposta de orientações anuais, que serão utilizadas no planeamento da rede de ofertas no início de cada ciclo de formação, e que podem ser incorporadas no exercício de atribuição de níveis de prioridade para as qualificações que, no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações, constituem a oferta potencial de formação nos níveis 2, 4 e 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ).
- 3º) A identificação de potenciais qualificações futuras, e de necessidades de ajustamento nas existentes, que permitirão uma atualização mais dinâmica do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ);
- 4º) O aprofundamento do diagnóstico a nível regional no quadro das Comunidades Intermunicipais (CIM) e a articulação com estas na concertação dos atores regionais para a apresentação de uma proposta conjunta de rede local de oferta educativa e formativa (*Ibidem*).

Com a criação do SANQ, a ANQEP pretende elucidar os atores locais sobre as áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação, à escala das NUTS II e das CIM, considerando ainda que este deve ter uma dimensão regional e ser o instrumento primordial para definir as prioridades na organização da oferta educativa e formativa.

Atenta a lógica de proximidade que pretende adotar, considera também que o *Aprofundamento Regional do Diagnóstico* deve ser coordenado pelas CIM, que “articulam com os respetivos municípios a análise da informação gerada pelo diagnóstico de base, desagregada para o respetivo território, bem como a recolha e aplicação de outros instrumentos complementares” (http://sanq.angep.gov.pt/?page_id=33, consultado em 07/01/2018).

Com vista a atingir esse objetivo a ANQEP, I.P. tem procurado sensibilizar as CIM para o estabelecimento de protocolos, mas de acordo com a informação existente no sítio

institucional, apenas quatro CIM o assinaram: Comunidade Intermunicipal do Ave; Comunidade Intermunicipal Médio Tejo; Comunidade Intermunicipal do Oeste; Comunidade Intermunicipal Visão, Dão, Lafões.

Tendo em conta o número de protocolos existentes a nível nacional, percebe-se desde já a grande dificuldade que a ANQEP tem tido em conquistar estas associações para esta nova atribuição de competências, no âmbito do domínio da área da educação e formação.

O Ministério da Educação, através da ação dos serviços desconcentrados nas regiões (DSR) promove, anualmente, o planeamento e organização da rede de oferta formativa, mas gerando sempre muita polémica e contestação por falta de envolvimento dos atores locais, pouca clareza na distribuição das percentagens entre os cursos científico-humanísticos e os cursos profissionais e pouca objetividade no tocante aos dados estatísticos.

Entende-se, assim, que as CIM poderão ter um papel decisivo:

- i. na organização e planeamento das redes na medida em que deverão envolver todas as partes interessadas no processo educativo e formativo;
- ii. na geração de consensos e na mediação territorial entre a DSR e os operadores que vão desenvolver a sua atividade em cada ano letivo com base na aprovação da rede de oferta educativa e formativa;
- iii. na implementação dos pactos territoriais para a empregabilidade, previstos nos Programas Operacionais - Portugal 2020 e nos respetivos Programas Regionais.

Nesta breve caracterização dos atores de todo este processo, falta a menção às escolas estatais e não estatais, que anualmente e de forma isolada, ou seja, sem conhecerem as intenções de proposta das escolas do território, apresentam às Direções de Serviços Regionais as suas propostas relativas aos cursos profissionais que pretendem implementar e executar ao longo do próximo ciclo de formação de três anos.

A partir desse momento, inicia-se todo um enredo, que envolve o processo de análise das propostas recebidas, a articulação e movimentações entre operadores, a negociação e o regateio pela manutenção de cursos em detrimento de outros, o qual decorre ao longo de vários meses.

É neste contexto que importa convocar as lentes teóricas que suportam as várias lógicas de ação, presentes ao longo deste complexo processo de definição da rede de oferta educativa e formativa de um determinado território.

3.2. As lógicas de ação

De acordo com o pensamento de Lima (2006b), as organizações escolares atuam em dois planos: o "plano das orientações para a ação" e o "plano da ação", o que faz da escola, em plano teórico e em plano empírico, um "*locus* de reprodução" e um "*locus* de produção".

Desta forma, o investigador de organizações escolares tem de considerar a existência de vários modelos organizacionais: "modelos consagrados e modelos decretados, modelos interpretados e modelos recriados, no plano das orientações; e modelos organizacionais praticados, no plano da acção" (Torres & Neto-Mendes, 2011, p. 256)

Com esta imagem, Lima (2006c, p. 171) afirma que "nem todo o discurso nas organizações se transforma em acção organizacional e esta inclui, certamente, a acção organizada de tipo não-discursivo". Para tal, será necessário ter em conta as "tensões entre fidelidades e infidelidades normativas, entre outras, para a compreensão de um conjunto de fenómenos escolares, assim submetidos a uma focalização sociológica, e não meramente jurídica e normativista, das mudanças educativas". (Torres & Neto-Mendes, 2011, p. 256)

Portanto, tal como Lima (1997, pp. 23-24) já havia escrito,

As mudanças sociais e escolares, sendo influenciadas pelas mudanças ocorridas ao nível das decisões políticas centrais e dos modelos decretados, não seguem apenas as regras impostas por estes nem se subordinam necessariamente aos mesmos ritmos e condições. Não basta alterar as regras formais para mudar as realidades escolares, e estas mudam, com frequência, mesmo quando as primeiras se mantêm inalteradas. Ou seja, não são apenas os modelos decretados que influenciam as práticas de gestão; estas práticas são influenciadas por múltiplos factores, objectivos, interesses, circunstâncias, etc., que, por sua vez, não deixam de influenciar o entendimento e até a produção dos modelos decretados. E, assim, as diversas realidades escolares não mudam automaticamente por simples mudança dos

modelos decretados, como também a mera manutenção destes não assegurará necessariamente a cristalização de tais realidades.

3.2.1. Lógica da mudança

Na caracterização desta lógica de ação, focalizada na mudança, abordam-se duas conceções distintas: a lógica da mudança burocrática e a lógica da mudança instituinte (Alves, 1999, pp. 30-31).

De acordo com o autor, na lógica da mudança burocrática há uma ação de sentido centro-periferia, na qual os referenciais normativos elaborados pela administração política central regem as ações educativas e da organização escolar. Desta forma, as decisões dos atores são tomadas em função do que está legislado, regulamentado e prescrito.

Mas tudo isto não passa de uma certa fidelidade estratégica através da qual “os actores invocam a lei sempre que isso protege os seus interesses e os securiza num contexto arriscado. Mas, simultaneamente, ignoram-na ou são-lhe infiéis quando isso serve os seus propósitos pessoais ou profissionais” (*ibidem*, p. 31).

A este propósito, retomamos o pensamento de Licínio Lima (1992) acerca do funcionamento díptico das organizações escolares, e que de acordo com uma imagem de Alves (1999), os atores “ora se colocam debaixo do guarda-chuva burocrático, ora o dispensam e arriscam quando os seus interesses estão em questão”.

A lógica de ação burocrática torna-se assim muito vantajosa nas organizações escolares porque desresponsabiliza, securiza e protege, criando uma ilusão do poder e do controlo (<https://terrear.blogspot.pt/2009/07/logica-burocratica.html>, consultado em 08/01/2018)

Nas organizações escolares é ainda possível identificar a lógica de mudança instituinte (Alves, 1999), em que, ao contrário da anterior, os atores das organizações escolares criam e instituem as próprias normas, estabelecendo-se como o “centro” de decisões e de ações. Nestes casos, as organizações escolares tornam-se, claramente, um *locus* de produção (Lima, 2006b), revestindo-se de uma centralidade que remete para a periferia da ação educativa o centro político e administrativo (Lima, 1997).

Em síntese, predomina uma lógica de mudança que se estrutura em função da preservação dos interesses instalados e que recorre à protecção das normas burocráticas sempre que isso traga vantagens, o que não impede o exercício fugaz e precário de uma lógica de mudança instituinte. (Alves, 1999, p. 31)

3.2.2. Lógica do poder e lógica da confiança

No contexto deste estudo, as diferentes organizações que intervêm em todo o processo de planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa manifestam interesses diversificados e não coincidentes, objetivos divergentes, gerando momentos de tensão e conflito que se tornam, em momentos decisivos, evidentes. (Alves, 1999)

Uma referência à lógica de poder será essencial para enquadrar determinadas tomadas de decisão dos atores envolvidos, as quais terão um impacto significativo na vida da escola, no que se refere, especificamente, ao leque de cursos profissionais que constituirão a sua oferta formativa.

Tal como refere Estêvão (1994, p. 103),

verifica-se uma luta para alocar a decisão numa determinada pessoa ou grupo ou instância, considerando que as decisões geralmente estão já preformadas e, portanto, que nem todas as opções estão abertas e disponíveis, sendo as escolhas limitadas por controvérsias ou conflitos prévios que perdurarão eventualmente mesmo após a decisão.

Para além da lógica de poder, as decisões tomadas pelos atores intervenientes neste processo são, com frequência, dispensadas de controlo e supervisão por se presumir e alegar à sua competência profissional e, portanto, não se questionam decisões e resultados, alegando-se uma lógica da confiança.

Esta presunção de competência pode, no entanto, ser falsa e originar o não questionamento e a não participação de alguns atores, que poderiam questionar a qualidade de instrumentos utilizados, e deslegitimar resultados que predeterminam e limitam as opções das organizações educativas.

Partindo-se do princípio que a educação não é matéria exclusivamente reservada aos profissionais da educação (e por isso técnica), mas também é uma matéria política, então todos os que se interessem e tenham responsabilidades na vida cívica e social devem poder participar e intervir (Alves, 1999).

3.2.3. Lógica da decisão (e da não decisão)

A referência a estas lógicas da decisão e da não decisão enquadram-se nos processos de tomada de decisão, que se evidenciam a partir de modelos de análise organizacional de escola, inseridos nas perspectivas de ambiguidade.

Faremos referência, particularmente, ao modelo do "caixote do lixo", ao modelo da não decisão e ao modelo da ambiguidade, que explicam os modos de agir dos atores envolvidos neste estudo.

A referência ao modelo da não decisão ocorrerá sempre que forem evidenciadas situações em que são apresentados problemas, discutem-se situações, deriva-se, mas acaba por ocorrer uma mudança de assunto sem que se tome qualquer decisão (Alves, 1999).

Desta forma, “face à complexidade do problema, não se toma qualquer decisão que pudesse ter impacto interno, adiando-se o problema e as eventuais soluções, sendo este o artifício recorrentemente usado para criar a ilusão de eficácia” (*Ibidem*).

O modo ambíguo, relativo à tomada de decisão, ocorre quando os problemas/situações são analisados, são discutidas hipóteses, mas a tomada de decisão é “dúplice”, ou seja, “tanto afirma o ‘preto’ como o ‘branco’, isto é, a decisão não é unívoca e clara” (*Ibidem*).

Relativamente ao modelo do caixote do lixo, são apresentados o problema e as respetivas soluções alternativas. No entanto, são tomadas decisões desarticuladas relativamente aos problemas enunciados, não existindo coerência entre as decisões tomadas e os objetivos e estratégias enunciados, para a resolução de um determinado problema.

Tal como Alves (1999, p. 38) enuncia, “este modo de decidir põe em crise a racionalidade burocrática e a consensualização de tipo participativo e deixa emergir a dimensão política (ligada aos interesses), subjectiva e anárquica”.

Os três modos de tomar decisões enunciados levam-nos a concluir que

este modo múltiplo de agir (e não agir) deriva da ilusão do consenso, da vontade de adiar as decisões que ponham em confronto os pares do mesmo ofício, ou provavelmente do medo, ou da insegurança ou do défice de uma liderança transformacional. (*Ibidem*)

3.2.4. Lógica do planeamento da ação educativa

A lógica do planeamento da ação educativa segue o modelo ambíguo e anárquico que caracterizam, em muitos casos, as organizações educativas.

Este modo de "planear" serve, sobretudo, para alimentar o mito de que a escola tem um plano que orienta, unifica e regula a acção dos diversos grupos e intervenientes e criar uma simbologia correspondente que dê consistência a uma acção desagregada e esconda uma prática evidentemente balcanizada e "anárquica". (Alves, 1999, p. 39)

São estes mitos criados que dão aos atores que iludem os atores das organizações educativas relativamente à legitimação das decisões e à sua autoimagem profissional.

Tal como refere Afonso *et al.* (1994, cit. in Alves, 1999, p. 39), citando Karl Weik, “os planos ocorrem mais num contexto de justificação do que de antecipação”, entendendo-se que os planos existem para justificar tomadas de decisão, mas não são elaborados em *timing* oportuno para a resolução antecipada dos problemas, surgindo *a posteriori*.

4. Da criação das Escolas Profissionais às políticas recentes de projeção do Ensino Profissional em Portugal

Após o ano de 1974, os cursos técnicos e profissionais foram eliminados do sistema de ensino, alegando-se que seriam cursos fortemente estigmatizantes, na medida em que preparavam os alunos para o ingresso no mercado de trabalho, essencialmente nos setores comercial e industrial, ao contrário dos Liceus, que preparavam as elites para o

ingresso no ensino superior universitário. Acrescia o facto de se verificar uma perda significativa de procura de alunos por estes cursos, os quais também não demonstravam capacidade de regeneração.

Já nos anos 80, observa-se um intenso debate na sociedade portuguesa sobre a necessidade de qualificar profissionalmente os jovens e a população ativa. Em Portugal, o processo de escolarização massiva da população começou tardiamente, quando comparado com o resto da Europa, verificando-se a falta de equidade e de igualdade de oportunidades no acesso ao ensino secundário e, consequentemente, ao ensino superior.

No seio da Comunidade Económica Europeia (CEE), Portugal caracterizava-se pelas elevadas taxas de analfabetismo e baixas taxas de escolarização, pelo que a afirmação de Portugal na Europa, e perante as instituições internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), dependia da alteração profunda a esta realidade.

Depois da adesão à CEE, em 1986, surgem as recomendações para o investimento dos (avultados) fundos comunitários na qualificação profissional inicial de jovens, com vista à recuperação do enorme atraso estrutural de Portugal.

Com a publicação da Nova Lei de Bases do Sistema Educativo (1986), criaram-se as condições para que o sistema educativo fosse capaz de acolher os jovens que tinham muitas expectativas em aceder a formações qualificantes, já que estes jovens não encontravam qualquer resposta para a continuidade dos estudos de nível secundário.

No seio da CEE, Portugal caracterizava-se pelas elevadas taxas de analfabetismo e baixas taxas de escolarização, pelo que a afirmação de Portugal na Europa e perante as instituições internacionais, como a OCDE, dependia da alteração profunda a esta realidade.

No contexto da Reforma do Sistema Educativo Português, foi aprovado o Decreto-Lei 197/88, de 8 de novembro, que comete ao Ministério da Educação a criação de um Serviço Central designado GETAP - Gabinete de Educação Tecnológica, Artística e Profissional com o objetivo de, com a eventual colaboração de outros Ministérios,

corporizar a prioridade definida pelo Governo de desenvolver a educação tecnológica artística e profissional em Portugal.

Depois da criação do GETAP, o Governo, com o concurso dos Ministérios da Educação e do Trabalho, publicou o Decreto-Lei n.º 26/89 de 21 de janeiro que viria a permitir, ainda nesse ano, na sequência da celebração de contratos-programa entre o Estado e os operadores locais que manifestassem essa intenção, a criação das primeiras Escolas Profissionais (EP).

As EP surgem, assim, como resposta a uma convocação social muito explícita para que, tal como menciona Azevedo (2009), se respondessem a inquietações e angústias de pessoas (famílias, adolescentes e jovens), numa época em que milhares de alunos reprovavam e abandonavam o sistema de ensino, milhares de jovens ficavam sem qualquer qualificação profissional, sem perspetivas de inserção socioprofissional, com a autoestima arrasada, famílias sem orientação para dar aos seus filhos, num contexto social de desemprego jovem e de falta de qualidade e competência técnica em diversos setores da sociedade portuguesa.

Deste modo, as EP aparecem na sociedade portuguesa como um novo campo de oportunidades de orientação para a vida escolar e profissional de muitos jovens, contrariando a perda de autoestima, capacitando-os para o exercício de uma cidadania ativa e responsável e para a intervenção cívica na comunidade onde se inserem (*Ibidem*).

Através da frequência de cursos profissionais, em EP, estes jovens passaram a ter a oportunidade de obterem uma qualificação profissional para ingresso imediato no mercado de trabalho e, simultaneamente, tal como os seus pares que optaram pelo ensino secundário regular, obterem o diploma do 12º ano de escolaridade, o qual lhes dá a possibilidade de prosseguirem estudos no ensino superior.

4.1. O Ensino Profissional entre 1989 e 1993

Este novo modelo de escolas, assente noutro modelo de política de educação e de ação pedagógica, permitiu à sociedade reconhecer que o Estado não era a única entidade capaz de proporcionar aos jovens respostas educativas de qualidade.

Curiosamente, neste contexto, verificou-se que a sociedade portuguesa foi “chamada” para a possibilidade de se constituir como promotores destas novas escolas e, a resposta obtida a esta convocatória foi muito positiva, tendo aparecido promotores capazes, entusiasmados e persistentes. Os dados ilustram exatamente esta realidade já que, em 1989 existiam 95 EP, fruto da iniciativa de variadíssimos tipos de promotores (Câmaras Municipais, empresas privadas, associações, cooperativas, entre outros), mas 1993 já existiam 326 EP, o que significa que, em apenas quatro anos, houve um crescimento de 143%. (Azevedo, 2009, p. 18)

Como Azevedo (2009) refere, esta rápida expansão do número de EP constituiu uma estratégia de sobrevivência e inovação dos promotores já que, se tal não tivesse ocorrido, e tendo em conta que as EP estavam a ser acompanhadas pelo GETAP (um serviço da administração educacional, sem peso político), haveriam sérios riscos de serem erradicadas por Governos futuros.

E, de acordo com o autor (2009), conclui-se que existiram vários fatores chave que concorreram para o sucesso de todo o processo de criação das EP: a criação de um quadro legal e contratos-programa claros, sustentados em compromissos sociais, responsabilizando todas as partes, dando autonomia e liberdade aos promotores e a confiança dada pelo Estado.

O ensino profissional configura um paradigma inovador de educação e formação, que se rege por uma nova relação entre o Estado, as escolas e os actores sociais locais, que se baseia na confiança entre todos os intervenientes e na cooperação e iniciativa criadora da sociedade civil, que se sustenta na liberdade, autonomia e responsabilidade dos profissionais de educação e formação e de todos os actores localmente implicados. (*Ibidem*, p. 25)

As EP distinguem-se das escolas secundárias públicas, essencialmente, por terem um modelo de administração e gestão autónomo, por uma administração do currículo descentralizada, pela contratação de docentes – que é feita pelos promotores escola a escola –, e pelo sistema de formação modular (*Ibidem*).

Segundo Azevedo (1994), este modelo de administração e gestão foi criado tendo em vista a consecução de cinco objetivos: adequar a oferta de formação ao contexto

territorial em que se insere, respeitando prioridades locais e sub-regionais de desenvolvimento; corresponsabilizar as organizações da sociedade civil na constituição de um subsistema de ensino e de formação tecnológica e profissional; territorializar as iniciativas de formação, objeto de decisão exclusiva da administração central, assente no fortalecimento de articulações horizontais entre atores e parceiros locais em ordem ao estabelecimento de estratégias locais e sub-regionais de educação e de formação; aproveitar eficientemente os escassos recursos, reunindo-os e orientando-os para os fins que os atores locais considerem os mais adequados, e gerir mais eficazmente a entrada dos diplomados na vida ativa, observando, avaliando e corrigindo o complexo processo de inserção socioprofissional.

Importa também fazer uma referência ao modelo de financiamento, no qual foi definida uma comparticipação estatal, de 15%, sendo os restantes 85% provenientes do financiamento por fundos comunitários, aos quais os promotores das EP se candidatavam anualmente.

Neste período temporal (1989-1993), o ensino profissional fortaleceu a sua presença na sociedade portuguesa, afirmando-se como uma resposta efetiva aos problemas de abandono e insucesso escolar que, entre outros, motivaram o surgimento deste tipo de oferta formativa.

Concordamos com Azevedo (2009, p. 25), quando caracteriza este período e afirma que

O compromisso interinstitucional e interprofissional é, em nosso entender, a verdadeira alavanca do desenvolvimento pessoal e social e, por isso, também o será da educação. Foi a fase de crescimento rápido do número de escolas e de um intenso processo de envolvimento social e participação sociocomunitária.

Importa também evidenciar que, nesta primeira fase de “arranque” das EP, os promotores eram responsáveis por analisar as necessidades de formação, definir os perfis profissionais e os perfis de formação considerados necessários, construir currículos, desenvolver modelos de gestão e administração financeira e pedagógica, com base na flexibilidade, inovação e rigor para o sucesso do projeto (Alves, 1989).

Na vigência deste Decreto-Lei, a iniciativa curricular partia, em muitos casos, das próprias escolas, o que significava que, pelo menos em teoria, cada escola profissional poderia adotar planos curriculares diferenciados. Estes eram depois propostos ao GETAP e publicados em Portaria. À medida que foram sendo publicados, os planos curriculares propostos pelas escolas profissionais foram sendo adotados pelas novas escolas entretanto criadas que, por sua vez, introduziam alterações ajustadas à sua realidade local. Esta terá sido a fase mais rica e profícua em termos de autonomia curricular das EP.

As escolas profissionais foram-se afirmando a nível nacional e criaram uma ampla rede de escolas e de cursos profissionais, passando a trabalhar em parceria em função das áreas de formação que ofereciam. A experiência do trabalho em rede, desenvolvida pelas escolas profissionais, traduziu-se em propostas de alteração dos planos curriculares e dos conteúdos programáticos que se foram tornando desajustados das necessidades do tecido económico e social, muitas vezes antecipando-se às alterações publicadas em portaria.

Em março de 1993 foi publicado o Decreto-Lei 70/93, que revogou o Decreto-Lei 26/89, conferindo personalidade jurídica às EP e aprofundando alguns aspetos relacionados com a sua organização pedagógica.

4.2. O Ensino Profissional entre 1994 e 2004

Esta fase, que abrange 10 anos de história do ensino profissional, é caracterizada por Azevedo (2009) como uma “travessia no deserto”, tendo em consideração que se verificou uma clara travagem na expansão deste modelo de ensino, o qual se justifica pela constante “desconfiança política e ideológica” manifestada pelos Governos deste período. Esta situação originou problemas, tanto ao nível do apoio técnico, como de financiamento estatal dos projetos destas escolas, apesar do sucesso e da elevada procura que continuaram a registar, e que excedia largamente a oferta. Este foi um autêntico período probatório à capacidade de sobrevivência dos promotores da EP que, anos antes, iniciaram este caminho num contexto de enorme confiança e entusiasmo.

Tal como Azevedo (2009, p. 26) refere, havia uma questão que se discutia em privado, mas não publicamente: “para quê autorizar o crescimento do número de jovens a

frequentar as escolas profissionais, com elevada procura, quando havia falta de alunos nas escolas secundárias e o número de professores com horários incompletos e sem horário continuava a aumentar?”

Atendendo ao número de alunos que frequentaram EP, neste período de 10 anos, verifica-se claramente a situação que se viveu, uma vez que se constatou um crescimento de apenas 4000 alunos, passando-se de, cerca de, 26.000 em 1994/1995, para, cerca de, 30.000 em 2004/2005 (Azevedo, 2009).

Para além da questão antes enunciada, apenas em privado, a desconfiança política e ideológica relativamente ao ensino profissional era manifestada publicamente, apontando-se três razões políticas para esta travagem: a necessidade de o modelo ser avaliado devidamente e consolidado, a existência de um sistema de financiamento precário e a necessidade de revisão do regime jurídico das EP e das equipas de gestão pedagógica. Por outro lado, o discurso, embora de forma não tão explícita, fazia transparecer outras razões, tais como o facto de as EP terem sido criadas por iniciativa de instituições locais e por privados e o regresso ao argumento de que as EP seriam uma resposta facilitadora da reprodução de desigualdades sociais, na medida em que seria uma segunda ou terceira escolha para alunos provenientes de meios socialmente mais desfavorecidos. (*ibidem*)

Em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE, 1999, pp. 148-149) recomenda

“mais confiança institucional” por parte do Estado, além de “um envolvimento mais claro e consistente” no desenvolvimento do ensino profissional e a necessidade de ultrapassagem de um “mero financiamento de conjuntura”, apontando para um “sistema de financiamento coerente”, que apoiasse as famílias e jovens que optam pelas escolas profissionais do mesmo modo que “apoia as famílias e jovens que seguem estudos em escolas secundárias” e para a reformulação urgente dos “cursos tecnológicos” das escolas secundárias.

Na mesma linha de pensamento, Alves (1996) alerta para a necessidade de se “acabar de vez com o discurso da suspeição e do adiamento, na hora da tomada das decisões estratégicas”.

Neste contexto de “desconfiança política”, os promotores das EP defendem as suas escolas como uma alternativa real e válida, assumindo-se competentes para responderem às necessidades dos jovens que não encontram, noutros sistemas de ensino, resposta às suas expectativas e necessidades. (Alves & Porfírio, 1996)

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 4/98, acabam os contratos-programa celebrados entre as escolas profissionais e o Ministério da Educação, passando a ser exigida a constituição de entidades proprietárias das escolas profissionais. Estas deixaram de ter personalidade jurídica passando a ser consideradas apenas entidades formadoras com competência em matéria pedagógica, administrativa e financeira, mas não curricular. As EP podem ser criadas por pessoas singulares, pessoas coletivas ou ainda por outros Estados ou organizações internacionais de que Portugal faça parte.

No período compreendido entre 2002 e 2004, com o Ministro da Educação David Justino, iniciam-se esforços para a implementação de uma reestruturação curricular do ensino secundário, como tentativa de promover o crescimento do ensino profissional envolvendo as escolas secundárias, seguida de uma política de anulação dos cursos tecnológicos das escolas secundárias e de criação de cursos secundários profissionais nestas escolas (Azevedo, 2009).

4.3. O Ensino Profissional depois de 2005

Com a Ministra Maria de Lurdes Rodrigues, o ensino profissional passa a ser, novamente, uma prioridade política, expandindo-se de forma muito rápida, não só nas EP, mas principalmente das escolas secundárias públicas¹, onde como refere Azevedo (2009, p. 27) “tinha sido até então quase ignorado”, descredibilizado e marginalizado.

É com a publicação da Portaria n.º 14758/2004 que se fortalece a viabilidade de oferta de cursos profissionais em escolas secundárias públicas e escolas do ensino particular e cooperativo. Neste contexto, ocorre a generalização da oferta de cursos profissionais

¹ Este processo de alargamento do ensino profissional iniciou com um projeto piloto, ainda com David Justino no Ministério da Educação, entre 2004 e 2006, através do qual se planeava uma criação lenta e gradual dos cursos profissionais nas escolas secundárias. O ano letivo 2004-2005 foi o primeiro em que as escolas secundárias iniciaram o desenvolvimento de cursos profissionais.

noutras escolas, para além das que foram impulsionadoras desta modalidade de ensino, as escolas profissionais.

Esta opção política da generalização do ensino profissional a outras escolas teve, na retaguarda, todo o entorno dado à iniciativa *Novas Oportunidades* (2006-2010), cujo principal objetivo seria o de facilitar e impulsionar o acesso à escolaridade por parte da população (jovens e adultos), visando aumentar os níveis de escolarização e de qualificação dos portugueses.

No caso dos jovens, a possibilidade de os alunos poderem frequentar, nas escolas secundárias (públicas e privadas), cursos profissionais, visava a diminuição dos números relativos ao insucesso e abandono escolar precoce com que Portugal se deparava.

Com a implementação da iniciativa *Novas Oportunidades*, o Governo afirma, claramente, querer “alargar o ensino profissional às escolas secundárias integradas na rede pública de estabelecimentos de ensino... e em 2010 todas as escolas secundárias públicas deverão integrar na sua oferta cursos profissionais” (Governo, s.d., cit. in Azevedo, 2009, p. 38).

As metas estabelecidas eram claras: em 2010, metade das vagas do ensino secundário seriam ocupadas pela frequência de vias profissionalizantes e, o número de alunos a frequentarem cursos profissionais nas escolas secundárias seria o dobro dos que frequentam as EP (*Ibidem*).

De acordo com Cerqueira e Martins (2011, p. 142), a iniciativa *Novas Oportunidades* consistiu um

programa mobilizador que alicerça a consolidação das ofertas profissionalmente qualificantes, tendo operando uma campanha agressiva, mas eficiente e de grande alcance, junto da opinião pública, que tem vindo a criar uma imagem mais positiva deste tipo de ensino.

De acordo com os dados do GEPE-ME (2011), no ano letivo 2004-2005 estavam inscritos nas escolas secundárias, em cursos profissionais, 3.676 alunos, mas em 2009-2010 esse número era já de 64.416, constatando-se que o ponto de viragem para este crescimento

exponencial ocorreu entre o ano 2005-2006, em que estavam matriculados 3.990, e o ano letivo seguinte, 2006-2007, em que o número de matrículas subiu para 14.981.

Importa, no entanto, ter em conta que o aumento exponencial de alunos a frequentar cursos profissionais, nos anos seguintes, resulta da substituição das ofertas de técnico-profissionais, por cursos profissionais e de uma grande pressão do Ministério da Educação para que em todas as escolas secundárias fosse aberta pelo menos uma turma de cursos profissionais.

Verifica-se também que, a partir do ano letivo 2008/2009 já havia mais alunos inscritos em cursos profissionais nas escolas secundárias do que nas escolas profissionais.

O Programa Operacional do Potencial Humano (POPH) foi o mecanismo financeiro que suportou e permitiu esta política de expansão do ensino profissional às escolas secundárias (públicas e privadas), constituindo-se num dos programas que concentra mais investimento público (cerca de 8,8 mil milhões de euros, dos quais 6,1 mil milhões são comparticipação do Fundo Social Europeu).

No Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), documento programático que enquadra a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013, 37% dos apoios estruturais são destinados à qualificação dos recursos humanos, sendo o Eixo 1 - Qualificação Inicial - um dos eixos prioritários de intervenção, onde se insere a iniciativa *Novas Oportunidades*. (Cerqueira & Martins, 2011)

De acordo com Cerqueira e Martins (2011), os dados da extinta Agência Nacional para a Qualificação (ANQ)², em 2009-2010, referiam que 85% dos jovens que frequentam ofertas de dupla certificação estavam matriculados em cursos profissionais, o que significa um aumento de 185% relativamente ao ano letivo de 2006-2007. Relativamente ao número de escolas públicas com oferta de cursos profissionais, em 2008-2009 a oferta de cursos profissionais já existia em 472 das 500 escolas secundárias públicas, registando-se uma taxa de cobertura de 90%, ultrapassando as EP. Neste ano

² A ANQ, I.P. foi substituída pela atual ANQEP, I.P.

letivo, cerca de 40% dos alunos inscritos em cursos profissionais frequentavam EP, estando os restantes 60% inscritos em escolas públicas (*Ibidem*).

Através do Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de dezembro, a instituição do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) consolida esta Iniciativa, na medida em que permite a criação de “instrumentos de operacionalização que reestruturam e articulam a formação profissional inserida no sistema educativo e no mercado de trabalho, nomeadamente o Quadro Nacional de Qualificações e o Catálogo Nacional de Qualificações, tendo como referência os princípios do Quadro Europeu de Qualificações.” (*Ibidem*)

Na opinião de Cerqueira e Martins (2011, p. 144),

A grande visibilidade política que este conjunto programático, inerente à estratégia educativa actual, tem assumido permitiu que, de facto, estejamos perante um eixo reforçado de mudanças do sistema educativo que sustentam com grande propriedade a educação e a formação profissional no contexto do ensino secundário, com tendência para se projectarem no futuro de forma substantiva.

Como afirma Azevedo (2009), esta medida política poderia ser uma mais-valia para as escolas secundárias, carregadas pela sua cultura em que durante décadas desenvolveram o ensino secundário de “matriz liceal”, orientado exclusivamente para o prosseguimento de estudos, na medida em que têm a possibilidade de mudar o seu perfil institucional. No entanto, adverte que esta foi uma medida comunicada administrativamente às escolas, sem qualquer plano de acolhimento e desenvolvimento definido e discutido com as mesmas, num contexto em que a maioria das escolas secundárias “está longe de ter fomentado uma ‘cultura de ensino profissional’” (*Ibidem*, p. 39).

Num contexto de baixos níveis de escolarização da população, esta criação administrativa de cursos profissionais nas escolas secundárias e a sua rápida expansão,

comporta um risco muito elevado de desvirtuar e descapitalizar o sucesso educativo alcançado pelo ensino profissional nas escolas profissionais. (...) em muitas escolas secundárias, a canalização dos “meninos do insucesso” para os

cursos profissionais, criando um novo tipo de “guetização” e uma nova “solução educativa” para os jovens que reprovam e que “não estão preparados para prosseguir estudos superiores”, o que era expectável num quadro institucional em que o ensino liceal é hegemónico. (*Ibidem*, p. 40)

Comungamos da análise de Azevedo (2009, p. 40) quando afirma que “o momento em que o ensino profissional atinge o auge do seu desenvolvimento, chegando agora a todo o tipo de escolas, deixando a sua ‘marginalidade’, é o momento em que corre mais riscos de desaparecer como referencial positivo”.

Em jeito de balanço, realizado à data de 2009, Azevedo afirma

nunca o ensino profissional alcançou tanto sucesso político, nunca ele esteve tão próximo de poder vir a ser um referente para a organização pedagógica de todo o nível secundário de ensino e formação e, no entanto, nunca terá estado tão perto o princípio do fim do ensino profissional, tal como foi criado, desenvolvido e bem sucedido. (*ibidem*, p. 43)

Constata-se, efetivamente, que passados todos estes anos subsiste uma dificuldade imensa na integração, ao nível territorial local, destes dois tipos de escolas, que comungam a oferta de cursos profissionais, gerando, em muitos casos, confrontos entre escolas secundárias e escolas profissionais, que se tornam públicos e evidentes em momentos formais (e informais) de planeamento e concertação da rede de oferta educativa e formativa.

4.4. A deriva da formação dual e dos cursos vocacionais a partir de 2011

O Programa do XIX Governo Constitucional, aprovado pela Assembleia da República em 2011, liderado por Passos Coelho e tendo como Ministro da Educação Nuno Crato, afirmava que, no ensino secundário, a grande aposta seria a criação de um “sistema de formação dual”, que articulasse a formação teórica das escolas profissionais com a formação prática nas empresas, adiantando que “as empresas devem ser incentivadas a apoiar os perfis profissionais, devendo também ser chamadas a ajudar a execução da formação prática, assim facilitando a transição para o mercado de trabalho” (Governo de Portugal, 2011, p. 119).

No ano seguinte, a Portaria n.º 292-A/2012 preconizava a abertura dos primeiros cursos vocacionais que eram lançados, sob a forma de experiência-piloto, em 12 escolas, integrando alunos com idade superior aos 13 anos, com duas retenções no mesmo ciclo ou três retenções em ciclos diferentes, permitindo-lhes completar os 6.º e 9.º anos de escolaridade, mas sem conferirem qualquer qualificação profissional, erradicando do sistema a oferta de Cursos de Educação e Formação (CEF), dirigidos a jovens a partir dos 15 anos e que conferiam qualificação profissional de nível II e equivalência ao 9º ano de escolaridade.

Passados três anos foi publicada a Portaria 341/2015, referindo-se em nota preambular que as experiências-piloto implementadas a partir do ano letivo de 2012-2013 “têm vindo a ser alargadas aos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, públicas e privadas, que se têm mostrado interessadas”, e que “Através da publicação de despachos anuais têm sido definidos os termos e as condições de apresentação das candidaturas formuladas pelas escolas”.

A referida Portaria, adianta ainda que a experiência-piloto “permitiu estreitar a ligação entre a escola e o mundo social, cultural e empresarial envolvente, sobretudo no caso das empresas que necessitam, a curto ou a médio prazo, de recursos humanos com uma qualificação específica bem determinada”.

Todo este processo foi desenvolvido, sem qualquer diploma enquadrador do chamado Sistema Dual que o Ministério da Educação pretendia levar a cabo, esquecendo-se que já havia uma rede de oferta de cursos profissionais, os quais sempre foram avaliados muito positivamente pelos agentes económicos e sociais, estando consolidados nas ofertas qualificantes do nosso sistema de ensino.

Quanto aos cursos profissionais, integrados no ensino secundário, assistiu-se a mais um momento de estagnação, na medida em que se passou a privilegiar, também em termos de experiência-piloto, a implementação de cursos vocacionais de nível secundário. No período em que Nuno Crato foi ministro, a oferta formativa dos cursos profissionais cristalizou nos 36.000 alunos nas EP.

Neste contexto, o CNE nunca emitiu qualquer parecer favorável, tendo esta medida sido fruto de objeções e de críticas severas.

No campo da educação de adultos assistiu-se neste período ao dismantelamento dos Centros Novas Oportunidades e o impulso destruidor das políticas inseridas na Iniciativa *Novas Oportunidades* conduziu, igualmente, ao fim dos cursos EFA e das Formações Modulares Certificadas.

Como refere Azevedo (2014, s/p)

Pela calada, sem qualquer documento enquadrador, sem política em cima da mesa, com a devida explicitação e debate de motivos, modelos e objectivos, o Governo quer instituir o novo “ensino e formação profissional dual”, coisa que existe em Portugal desde 1984, chamando-se entre nós, formação em alternância ou regime de aprendizagem. O modelo “dual” alemão, que alguns iluminados da última hora descobriram recentemente, vigora há muito entre nós, ocupando um segmento da oferta de formação profissional, aquela que é possível que ocupe, dado que a realidade socioprofissional e empresarial da Alemanha não é a portuguesa e esta tem outras virtualidades, que importa saber explorar, em vez de tentarmos entortar a sombra da vara direita, abusando-se do poder que momentaneamente se detém.

Esta, e outras tomadas de posição, contribuíram para que o Diploma não tivesse sido aprovado em Conselho de Ministros, mas o Ministério da Educação continuou, mesmo assim, à margem das ofertas aprovadas nas redes territoriais, que fossem aprovadas as turmas de cursos vocacionais, básicos e secundários, diretamente pelo Gabinete do Ministro da Educação, sem qualquer nexo e articulação.

4.5. A retoma do primado dos cursos profissionais

Com a entrada em funções do XXI Governo Constitucional, em 2015, as políticas de educação e formação foram equacionadas de forma completamente distinta.

A oferta dos cursos profissionais foi continuada, embora sem grande crescimento, atento o argumento da redução da natalidade. Os CEF foram retomados como oferta relevante para os jovens que se encontram a frequentar o terceiro ciclo do ensino básico, nas condições estabelecidas antes da entrada em funções do governo anterior.

Os cursos vocacionais, básicos e secundários, até porque não tinham o necessário enquadramento legal, foram descontinuados.

Embora ainda não sejam muito visíveis as mudanças no que se refere à formação de adultos, o governo estabeleceu um novo quadro legal para os Centros Qualifica e assume querer proceder ao incremento das formações modulares e dos cursos EFA.

Com este impulso, o governo afirma querer reduzir o défice das qualificações, bem como a melhoria contínua da qualidade dos processos de educação e formação de adultos, assumindo como um objetivo fundamental o restabelecimento da educação de adultos como forma de superar um dos mais graves défices nacionais.

Tal como é referido no ponto intitulado “Qualificação dos Portugueses: menos insucesso, mais conhecimento, mais e melhor emprego” das Grandes Opções do Plano (GOP) para 2017, um dos desafios-chave que é identificado como prioritário prende-se com os elevados níveis de insucesso escolar, que conduzem ao abandono escolar precoce dos jovens, fazendo com que estes fiquem com baixos níveis de qualificação à saída do sistema educativo.

Um outro desafio, relevante para o contexto deste estudo, é o de alcançar um “melhor ajustamento com as necessidades do mercado de trabalho e o relançamento da aposta em percursos formativos qualificantes (...)”. (Governo de Portugal, 2016, p. 14)

Afirmando que as qualificações são entendidas como fundamentais para o aumento dos níveis de empregabilidade e de competitividade do país, as GOP (Governo de Portugal, 2016, p. 16) destacam como estratégias de ação a prosseguir no período 2017-2019:

Diversificação e qualificação da oferta formativa no ensino secundário, rejeitando a dualização precoce e apostando no ensino profissional, sobretudo ao nível do secundário, sem deixar de assegurar a permeabilidade entre vias de ensino. Nestes termos, procurar-se-á um reforço do ajustamento da oferta às necessidades regionais e setoriais do mercado de trabalho, a gestão flexível do currículo e a diversificação dos percursos formativos de dupla certificação.

O ensino profissional, com quase 30 anos de história, tem à sua frente o enorme desafio de continuar a ser uma oferta atrativa para os jovens e para as suas famílias, assim como para as empresas e entidades empregadoras do país.

Este desafio leva-nos a uma interrogação:

Será possível definir, para um determinado território, a oferta formativa:

- i) necessária ao seu desenvolvimento económico (respondendo às necessidades das empresas);
- ii) reconhecida socialmente pelos jovens e suas famílias (incluindo neste processo os serviços de orientação escolar e profissional das escolas e respondendo às vocações e expectativas dos alunos);
- iii) adequada aos recursos humanos e técnicos dos operadores de educação e formação?

Fazer com que este “triângulo”, que se extrai da questão anterior, funcione em plena articulação, é o que se espera de uma ação política que, em cada um dos territórios, contribua para o seu efetivo desenvolvimento económico e social.

Parte II – Metodologia da Investigação

Neste capítulo apresenta-se a metodologia que enquadra este estudo, destinando-se a dar informação acerca dos métodos usados na pesquisa empírica, as técnicas e os instrumentos utilizados, relatando o modo como foram recolhidos, tratados e interpretados os dados.

O objeto de estudo desta investigação centra-se num processo encadeado, que tem origem no Programa do Governo, no Portugal 2020 e nas Grandes Opções do Plano para 2015 (Governo de Portugal, 2014), em que o Governo reconhece como sendo importante para o País dispor de mecanismos de diagnóstico de necessidades de qualificações sistemáticos, capazes de cruzar um número maior de variáveis quantitativas e qualitativas.

De acordo com o documento referido, a crescente complexidade de profissões, decorrentes da constante evolução do mercado de trabalho, implica um ajustamento entre as qualificações que são realizadas em cada escola e as qualificações que são procuradas pelo mercado de trabalho.

Para que a formação profissional seja valorizada pelo tecido económico, contribuindo efetivamente para o aumento da produtividade e competitividade, considera-se fulcral a existência de mecanismos sólidos de diagnóstico de necessidades de formação e o envolvimento do tecido empresarial nos processos formativos. O SANQ abre assim o caminho para o estudo que se pretende realizar.

Neste capítulo, será feita uma abordagem teórica à investigação qualitativa em educação, incidindo particularmente no estudo de caso qualitativo.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa, baseado nas seguintes questões:

Questão 1. Como se aplicou o Módulo de Aprofundamento Regional na CIM Alto Minho? Podemos considerar os resultados do SANQ fiáveis?

Questão 2. De que forma se desenvolveu o esperado trabalho de parceria entre a CIM Alto Minho, os municípios e os operadores locais?

Questão 3. Qual o papel que desempenham a DGEstE, a DSRN, a ANQEP I.P., a CIM Alto Minho, os municípios e as escolas, no processo de planeamento, concertação e definição da rede de oferta formativa?

Questão 4. Quais os fundamentos, os fatores e as entidades que determinam, efetivamente, a oferta formativa das escolas numa determinada região?

Questão 5. Em que momento se define, efetivamente, a rede de cursos profissionais em funcionamento? Que evoluções sofre a rede de oferta formativa desde a primeira proposta de rede apresentada à tutela, até à ao momento em que se apuram os cursos efetivamente em funcionamento?

Estas não foram as questões iniciais definidas na fase de projeto desta investigação. A sua reformulação decorreu de uma mudança significativa do estudo que estava planeado, na medida em que este tinha os seguintes objetivos:

1. Aferir a qualidade técnica do SANQ, enquanto instrumento de diagnóstico de necessidades de qualificação e de saídas profissionais consideradas prioritárias;
2. Averiguar a interação que existe na realidade entre a ANQEP, I. P. e a CIM do Ave, no âmbito do trabalho desenvolvido no Módulo de Aprofundamento Regional;
3. Aferir as dinâmicas de trabalho realizado pela CIM do Ave, tendo em conta a existência de protocolo com a ANQEP, I. P.;
4. Averiguar o papel das diferentes estruturas que intervêm em todo o processo de definição e organização da rede de oferta educativa e formativa, nomeadamente entre a ANQEP, I. P. e a DGESTE, entre as CIM e as DSR e entre os municípios, as escolas e o tecido empresarial;
5. Identificar as dificuldades e constrangimentos com que se deparam as estruturas intervenientes no processo de definição e organização da rede de oferta formativa.

Tendo em conta que, já depois da fase de elaboração do projeto de investigação, a CIM do Alto Minho iniciou, em articulação com a ANQEP, I.P. a aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional, decidiu-se alterar o âmbito geográfico do mesmo por duas

razões essenciais: a proximidade geográfica da investigadora ao território do Alto-Minho e a riqueza da recolha de dados que se considerou ter nesta região, uma vez que se encontra em fase inicial de colaboração entre diversas instituições, nomeadamente entre a ANQEP, I. P. e a DGESTE, entre as CIM, as DSR e a ANQEP, I. P., e entre os municípios, as escolas e as entidades empregadoras da região.

1. A Investigação Qualitativa em Educação

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa começa a emergir a partir do final do século XIX e início do século XX, considerando ter atingido o seu auge nas décadas de 60 e 70.

Kemp (1995) abordam esta contextualização histórica referenciando que, nos anos de 1950, a Escola de Gestão e Administração de Harvard começou por definir o estudo de caso apenas como um relatório descritivo, mas a partir dos anos 1970, foi aceite como um meio metódico de organização e tratamento de dados de investigação. Assim, designam os estudos qualitativos na medida em que abrangem, quer a observação sistemática, quer a observação informal, a entrevista, o questionário ou os dados documentais.

Segundo Ludke e André (1986) a pesquisa qualitativa pode assumir várias formas, destacando-se, principalmente, a pesquisa etnográfica e o estudo de caso, as quais consideram terem ganho muita aceitação e credibilidade no campo da educação.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa tem na sua essência, cinco características: (i) a fonte direta dos dados é o ambiente natural, e o investigador é o principal agente na recolha desses mesmos dados; (ii) os dados que o investigador recolhe são essencialmente de carácter descritivo; (iii) os investigadores que utilizam metodologias qualitativas interessam-se mais pelo processo em si do que propriamente pelos resultados; (iv) a análise dos dados é feita de forma indutiva; e (v) o investigador interessa-se, acima de tudo, por tentar compreender o significado que os participantes atribuem às suas experiências.

Por outro lado, na investigação qualitativa em educação, o investigador comporta-se mais como um viajante que não planeia, do que com aquele que o faz de forma minuciosa (*Ibidem*).

Enquanto que, através de uma investigação de cariz quantitativo, o investigador utiliza instrumentos mais ou menos padronizados, adotando procedimentos recomendados, na investigação qualitativa, quer os instrumentos, quer a conduta do investigador, são difíceis de normalizar através de um conjunto de regras que possam ser aplicáveis de forma universal (Coutinho, 2005).

Ainda a propósito da recolha de dados de natureza quantitativa vs natureza qualitativa, Merriam (1988) refere que a utilização de dados descritivos, obtidos através dos registos e anotações pessoais de comportamentos observados, permite conhecer melhor o ser humano, a nível do seu pensamento, já que são obtidos em contexto natural, contrariamente aos dados de natureza quantitativa.

A propósito do envolvimento do investigador em estudos de natureza qualitativa, Bogdan e Taylor (1986) referem que este deve estar completamente envolvido no campo de ação dos investigados, uma vez que, na sua essência, este método de investigação se baseia principalmente em conversar, ouvir e permitir a expressão livre dos participantes.

A investigação qualitativa, por permitir a subjetividade do investigador na procura do conhecimento, recorre a uma maior diversificação nos procedimentos metodológicos utilizados (*Ibidem*).

Como menciona Coutinho (2005), em termos conceptuais, o objeto de estudo numa investigação de cariz qualitativo não são os comportamentos, mas sim as intenções e as situações. Neste sentido, trata-se de “investigar *ideias*, de descobrir *significados* nas *ações individuais* e nas *interacções sociais* a partir da perspectiva dos actores intervenientes no processo³³” (*Ibidem*, p. 82).

De acordo com Pacheco (1993, p. 28), ao nível metodológico “o investigador pretende desvendar a intenção, o propósito da acção, estudando-a na sua própria posição significativa, isto é o significado tem um valor enquanto inserido nesse contexto”.

Tal como refere Creswell (1994), em investigações de cariz qualitativo, a construção da teoria processa-se, de modo indutivo e sistemático, a partir do terreno, à medida que

³³ As expressões em itálico são do texto original.

os dados empíricos vão surgindo, o que decorre da inter-relação do investigador com a realidade que estuda.

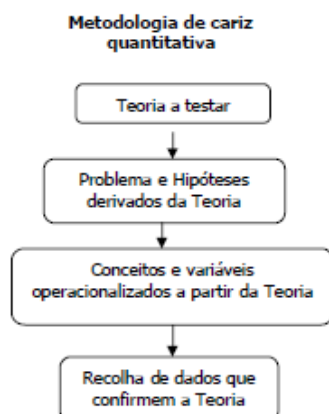


Fig. 1. O desenrolar de uma investigação qualitativa (Coutinho, 2005, p. 84)

Deste modo, tal como referem Strauss, Miles e Huberman, e Hammersley (1987, 1994, 1993, cit. in Coutinho, 2005, p. 84), a teoria surge depois dos factos e segundo a análise dos dados, justificando-se pela observação dos sujeitos, pela sua interpretação e significados próprios e não por conceções prévias do investigador que estatisticamente as comprovaria e generalizaria.

2. O Estudo de Caso

Ludke e André (1986) caracterizam o estudo de caso mencionando sete características para este tipo de investigação qualitativa: (i) visam a descoberta, podendo surgir, a qualquer momento, novos elementos importantes para a investigação; (ii) enfatizam a interpretação em contexto; (iii) retratam a realidade de forma completa e profunda; (iv) usam uma variedade de fontes de informação; (v) permitem generalizações naturalistas; (vi) procuram representar as diferentes perspetivas de uma situação social; e (vii) utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros métodos de investigação.

De acordo com Afonso (2014, p. 74), “A lógica da caracterização de uma pesquisa como um estudo de caso centra-se na natureza do objeto e não na opção metodológica. Trata-se de estudar o que é particular, específico e único”.

Referindo-se ao facto de ser difícil caracterizar os estudos de caso, devido à abundância de pesquisas muito diversas sob esta designação, Afonso (2014) cita Bassey (1999), autor que apresenta uma definição detalhada e abrangente para este tipo de estudos:

Um estudo de caso em educação é uma pesquisa empírica conduzida numa situação circunscrita de espaço e de tempo, ou seja, é singular, centrada em facetas interessantes de uma atividade, programa, instituição ou sistema, em contextos naturais e respeitando as pessoas, com o objetivo de fundamentar juízos e decisões dos práticos, dos decisores políticos ou dos teóricos que trabalham com esse objetivo, possibilitando a exploração de aspetos relevantes, a formulação e verificação de explicações plausíveis sobre o que se encontrou, a construção de argumentos ou narrativas válidas, ou a sua relação com temas da literatura científica de referência. (Bassey, 1999, cit. in Afonso, 2014, p. 74)

Segundo Yin (1994), o estudo de caso é muito utilizado quando não é possível controlar os acontecimentos e, portanto, não pode ocorrer qualquer manipulação das causas do comportamento dos participantes.

Ludke e André (1986) referem que o interesse do estudo de caso incide naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que posteriormente fiquem evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Estes autores acrescentam, ainda, que esta metodologia deve ser adotada sempre que se pretender estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo.

Ponte *et al* (1991) defendem que se deve utilizar este tipo de metodologia quando se pretende compreender melhor a particularidade de uma dada situação, ou de um fenómeno em estudo.

Stake (1994, cit. in Afonso, 2014), identifica três modalidades de estudos de caso: intrínsecos, instrumentais e múltiplos ou coletivos (*multi-site*), caracterizando-os da seguinte forma:

- i. Estudos de caso intrínsecos: “o que está em causa é o conhecimento aprofundado de uma situação concreta no que ela tem de específico e único” (Afonso, 2014, p. 75);
- ii. Estudos de caso instrumentais: “a finalidade consiste na compreensão aprofundada de uma questão ou problema, tendo em vista o desenvolvimento ou refinamento de uma teoria ou explicação genérica. Assim, o caso em si é

secundário (quer seja típico ou atípico); o interesse pelo estudo é externo ao caso” (*Ibidem*);

- iii. Estudos de caso múltiplos ou coletivos (*multi-site*): “a perspectiva instrumental continua a ser dominante. A multiplicação dos contextos em estudo destina-se a assegurar uma maior abrangência e plausibilidade na construção de teorias ou generalizações aproximativas mais sólidas” (*Ibidem*).

Como afirma Afonso (2014, p. 76), “no plano conceptual, a elaboração de um estudo de caso implica a consideração analítica de dimensões metodológicas com impacto no desenho da pesquisa”.

Assim, a *especificidade das situações e das problemáticas* envolvidas implica a adoção de uma perspectiva holística que tem na devida conta a complexidade das situações concretas, não se cingindo ao estabelecimento simplista de relações de causalidade linear. Por outro lado, esta mesma complexidade impõe uma perspectiva interdisciplinar onde é difícil respeitar fronteiras e se torna indispensável o recurso a modelos ou esquemas conceptuais oriundos das várias ciências sociais. Outra dimensão metodológica tem a ver com a distinção entre *abordagens de teor interpretativo ou funcionalista*, retomando o contraste já anteriormente referido entre uma perspectiva do interior (émica), centrada nos pontos de vista dos atores, e uma perspectiva do exterior (ética), organizada a partir de uma atitude explicativa do investigador, construída com instrumentos heurísticos desenvolvidos a partir de outros contextos empíricos. (*Ibidem*)

Neste contexto teórico e metodológico, a utilização da *triangulação* permite controlar a validade dos significados expressos nas narrativas, das descrições e das interpretações do investigador (*Ibidem*).

A triangulação permite, segundo o mesmo autor, atingir dois objetivos complementares:

Por um lado, trata-se de clarificar o significado da informação recolhida, reforçando ou pondo em causa a interpretação já construída. Por outro lado, pretende-se identificar significados complementares ou alternativos que deem melhor conta da complexidade dos contextos em estudo. (*Ibidem*, p. 77)

Ainda sobre a utilização da triangulação, Afonso (2014, p. 77) refere que esta “envolve a avaliação do material empírico recolhido e da plausibilidade do discurso interpretativo produzido pelo investigador, através da utilização de diversas estratégias e procedimentos”.

Em síntese, esta investigação desenvolve-se, assim, enquadrada por uma metodologia de investigação de natureza qualitativa, apresentando-se como um estudo de caso instrumental, validado pela triangulação das fontes de dados, de sujeitos e pela triangulação metodológica.

O investigador foi o principal agente de recolha de dados através da observação direta e participante.

Seguidamente, proceder-se-á a uma breve descrição do investigador, e serão referidas as técnicas e instrumentos utilizados para a recolha de dados durante a investigação, nomeadamente através da observação, com recurso aos registos do diário do investigador, e à análise documental.

3. O Investigador

Neste estudo importa referenciar o papel do investigador, nomeadamente no que diz respeito às suas experiências e vivências pessoais e profissionais, sublinhando-se assim

a necessidade de reconhecer, explorar e investir a experiência concreta e a personalidade do investigador no trabalho de pesquisa que se pretende realizar. As experiências de vida e o conhecimento de mundos profissionais específicos devem ser mobilizados para o trabalho de identificação de problemas, de prospeção de pistas de questionamento, para a pesquisa de contextos organizacionais onde possa vir a ser desenvolvido o trabalho empírico, para a localização de fontes e informantes, etc. (Afonso, 2014, p. 48)

Através desta caracterização, pretende-se enfatizar o facto de ser muito importante não ignorar a experiência pessoal e profissional do investigador, pois não é essa ocultação que fará com que a investigação seja mais neutra ou objetiva.

Efetivamente, as tentativas mais ou menos ingénuas de "neutralização" da pessoa do investigador, em nome da "objetividade" da investigação, acabam muitas vezes

por redundar numa efetiva e involuntária (ou voluntária) mobilização acrítica, implícita, tácita e não assumida dos pressupostos e valores específicos que enformam o olhar do investigador. (*Ibidem*, p. 49)

No entanto, uma “mobilização ativamente reflexiva da experiência pessoal e profissional do investigador” (*Ibidem*) pode contribuir para a explicitação da “especificidade do seu olhar (...), tornando-o mais transparente e autocrítico, clarificando as “relações de produção” do discurso científico na situação concreta em análise” (*Ibidem*).

Ainda segundo o autor, será “este esforço reflexivo que permite ao investigador ‘distanciar-se’ epistemologicamente do objeto de estudo que vai construindo, tornando ‘estranho’ o que era ‘familiar’, e pondo em causa o que parecia óbvio”. (*ibidem*, pp. 49-50)

Em síntese, a ideia central que se pretende sublinhar é a de que o investigador não surge “de mãos vazias” perante a necessidade de conceber e de desenvolver o seu projeto. Pelo contrário, deve inventariar e avaliar os seus adquiridos experienciais, mobilizando-os criticamente como mais-valias, em vez de os (re)negar como se fossem obstáculos ou limitações. (*Ibidem*, p. 50)

Poderá depreender-se, então, que a fiabilidade e a validade de um estudo de caso, muito dependem da forma como o investigador se implica no estudo, na medida em que é o principal responsável pela recolha e análise dos dados, constituindo-se um elemento fulcral no desenlace do estudo.

Essencialmente, o investigador deverá envolver-se no processo de investigação como um *insider* mas, em simultâneo, terá de ser capaz de refletir e afastar-se dela como na perspetiva de um *outsider*.

Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a investigação em Educação pode tirar partido da relação de proximidade existente entre o investigador e o objeto de estudo, quando essa relação se caracteriza por uma grande proximidade, constituindo uma vantagem na medida em que existe um maior e diversificado conhecimento mútuo dos

intervenientes na investigação, além deste não ser considerado um elemento perturbador ou estranho no ambiente.

Em síntese, no presente estudo e no que diz respeito às experiências e vivências pessoais e profissionais da investigadora, importa referir que se trata de uma pessoa inserida profissionalmente no contexto educativo, desempenhando o cargo de diretora pedagógica de uma escola profissional. Por inerência ao cargo que desempenha, participa e acompanha, anualmente, todo o processo de planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa da NUT 3 Minho-Lima, observando a ação da tutela, bem como a relação desta com os diversos níveis da administração e entidades como a ANQEP, I.P., a CIM Alto Minho e os operadores.

4. Técnicas e Instrumentos de Recolha de Dados

O planeamento da recolha e tratamento dos dados deste estudo foi realizada na fase de conceção do projeto de investigação, tendo-se nesse momento refletido sobre a forma de aceder à informação pertinente, sobre as técnicas de recolha de dados a utilizar, definindo-se também os instrumentos e identificando-se possíveis interlocutores.

Tuckman (2000, p. 516) refere três instrumentos de recolha de dados que se podem utilizar num estudo de caso: entrevistas, documentos vários e observação.

Nessa fase de projeto, assumiram-se como técnicas de recolha de dados a utilizar a análise documental, a observação e o inquérito por entrevista. Como instrumentos, previu-se recorrer, essencialmente, à análise de conteúdo, ao diário do investigador e à produção de guiões de entrevista, acompanhados de registos áudio e fotográficos.

Uma vantagem dos estudos de caso é o facto de o investigador poder, a qualquer momento da investigação, alterar técnicas e redefinir instrumentos da recolha de dados, assim como estruturar novas questões de investigação, em função dos diversos acontecimentos que vai acompanhando.

Assim, nesta fase de recolha e análise da informação empírica, de acordo com Afonso (2014, p. 59), vive-se

o período em que investigador operacionaliza o dispositivo de pesquisa previamente definido, adaptando-o às circunstâncias específicas, às vicissitudes e aos percalços da gestão quotidiana do trabalho de campo, reformulando procedimentos e (ou) ativando planos de contingência, quando necessário.

No caso da presente investigação, “o investigador tem acesso privilegiado a um determinado contexto ou processo, por possuir ou conseguir adquirir o estatuto de *insider*” (*Ibidem*, p. 58), tendo em simultâneo “acesso a um conjunto documental valioso (uma biblioteca ou um arquivo pessoal de um ator relevante) ou aos próprios protagonistas” (*Ibidem*, pp. 58-59).

Atendendo às oportunidades de reflexão sobre a informação obtida, no momento da sua recolha efetiva (Afonso, 2014), neste estudo, abdicou-se da utilização da técnica do inquérito por entrevista, por se considerar que não iria fornecer informação pertinente e relevante para a interpretação dos dados recolhidos.

4.1. A Observação e o Diário do Investigador

Para Tuckman (2000, p. 523) a observação, numa investigação qualitativa, examina o ambiente através de um esquema geral que nos orienta, registando-se o produto dessa observação através de notas de campo.

Bogdan e Biklen (1994, p. 90) referem-se à observação participante como sendo a melhor técnica de recolha de dados neste tipo de estudos. Corroborando estes autores, Vale (2000, p. 233), no que concerne à importância da observação como método de recolha de dados, refere que “a observação é a melhor técnica de recolha de dados do indivíduo em actividade, em primeira-mão, pois permite comparar aquilo que diz, ou que não diz, com aquilo que faz.”

De acordo com Afonso (2014, p. 98), “a observação é uma técnica de recolha de dados particularmente útil e fidedigna, na medida em que a informação obtida não se encontra condicionada pelas opiniões e pontos de vista dos sujeitos, como acontece nas entrevistas e nos questionários.”

Tal como refere o autor, neste estudo, os produtos da observação tomaram a forma de registos escritos, elaborados pelo investigador.

No que se refere aos tipos de observação, Afonso (2014) advoga que é habitual fazer-se uma distinção entre a observação dita estruturada (também designada por "observação

sistemática"), e a observação não estruturada (também designada por "observação de campo").

Contudo, na sua opinião,

toda a observação é necessariamente estruturada na medida em que o seu ponto de partida é sempre um questionamento específico do contexto empírico em causa orientado, ou seja, "estruturado", a partir das questões de partida e dos eixos de análise da investigação. (*Ibidem*, p. 98)

Cozby (1989, cit. in Afonso, 2014, p. 99), refere que a observação não-estruturada

é conduzida quando o investigador quer descrever e compreender o modo como as pessoas vivem, trabalham e se relacionam num determinado contexto social, [implicando] que o investigador se insira na situação (...) e observe o próprio contexto, os padrões das relações entre as pessoas, o modo como reagem aos eventos que ocorrem.

No contexto desta investigação, podemos considerar o tipo de observação realizada como “não-estruturada”, na medida em que o investigador é um *insider*, observa o contexto, e retira ilações das relações institucionais e pessoais que decorrem das diversas situações que presencia.

Tal como refere Afonso (2014), este tipo de observação conduziu, neste estudo, a investigadora à produção de notas de campo que foram registadas no seu Diário de Investigador, manuscritas, durante as observações realizadas, ou em momentos imediatamente a seguir.

Tal como Peltó e Peltó (1987, cit. in Afonso, 2014, p. 100) defendem, “em qualquer caso, o investigador deve descrever as próprias observações e não as inferências elementares derivadas dessas observações”, e este princípio foi considerado na presente investigação.

Tal como Tuckman (2000) refere, neste estudo, a investigadora observou atentamente os sujeitos no sentido de aprender tanto quanto possível o que se estava a passar.

A recolha de dados neste estudo foi feita através da observação (direta e participante), e decorreu da participação da investigadora nas diversas reuniões de planeamento e definição da rede de oferta formativa, que ocorreram durante o ano de 2017.

Estas observações, efetuadas no “ambiente natural” em que normalmente decorrem as reuniões referidas, contribuíram muito para a compreensão das relações institucionais, decisivas para o desfecho de todo o processo de “regateio” e negociação da rede.

4.2. Análise documental

Afonso (2014) refere-se à análise documental (que designa, de forma mais abrangente por “pesquisa arquivística”), como uma técnica que recorre à utilização da informação que consta de documentos previamente elaborados, com o objetivo de obter dados relevantes, que permitam responder às questões de investigação, não sendo necessário que o investigador recolha a informação original.

Uma das grandes vantagens desta técnica de recolha de dados, identificada pelo autor, é a possibilidade de ser utilizada como metodologia não interferente, ou seja, citando Lee (2003, cit. in Afonso, 2014, p. 94), os dados são “obtidos por processos que não envolvem recolha direta de informação a partir dos sujeitos investigados [evitando] problemas causados pela presença do investigador”, evitando “problemas de qualidade resultantes de as pessoas saberem que estão a ser estudadas, em consequência do que muitas vezes mudam o seu comportamento” (*Ibidem*).

Quanto à classificação dos documentos utilizados nesta investigação, segundo Afonso (2014), podemos considerar que foram analisados:

- i. documentos oficiais: documentação dos arquivos das organizações escolares ou educativas (nomeadamente, do expediente); registos da atividade quotidiana da administração educacional (por exemplo, pareceres e despachos), publicações oficiais do Estado (Diário da República, Diário da Assembleia da República, relatórios do Conselho Nacional de Educação, entre outros);
- ii. documentos públicos: imprensa (cujo estudo tem um duplo interesse, podendo ser abordada quer como objeto de investigação, quer como fonte de informação); documentação distribuída às escolas;

- iii. documentos privados (de acesso mais restrito): documentos pessoais da correspondência pessoal (obtidos pelo correio eletrónico), documentos disponíveis da área reservada de sítios institucionais.

5. Análise e apresentação dos dados recolhidos e tratados

Importa ainda referir que, nesta investigação, a recolha de dados decorreu ao longo de todo o ano civil de 2017, pelo que a produção de conhecimento científico, decorrente da respetiva organização e tratamento desses dados, mostrou-se, tal como menciona Afonso (2014), uma tarefa mais exigente e complexa do que a recolha de informação.

Como refere o autor, a avaliação da *qualidade dos dados* centra-se em três critérios:

- i. fidedignidade: trata-se da qualidade externa dos dados, garantindo que estes se referem a informação efetivamente recolhida, e não foram "*fabricados*";
- ii. validade: trata-se da qualidade interna dos dados, referindo-se "à sua pertinência em relação ao questionamento da realidade empírica" (*Ibidem*, p. 121), e avaliando a relevância "da informação produzida em relação ao conhecimento que se pretende produzir" (*Ibidem*);
- iii. representatividade: garantindo que "os sujeitos envolvidos e os contextos selecionados representam o conjunto dos sujeitos e dos contextos a que a pesquisa se refere" (*Ibidem*).

Wolcott (1994, cit. in Afonso, 2014) sugere três conceitos básicos para orientar a organização e exploração dos dados, tendo em conta se a ênfase é colocada na sua descrição, na sua análise ou na sua interpretação.

Numa abordagem centrada na *descrição*, pretende-se responder à questão *O que é que se passa aqui?* Os dados consistem em observações efetuadas pelo investigador ou relatadas por terceiros. Na realidade, a pura descrição não existe, na medida em que o próprio processo de recolher os dados implica análise e interpretação. (Afonso, 2014, p. 122-123).

No que concerne à construção do texto descritivo, como refere Afonso (2014, p. 123), “a informação disponível deve ser trabalhada de um modo estratégico, em função da sua relevância na economia da descrição”, consistindo segundo o autor, “uma atitude de falsa objetividade” (*Ibidem*), caso o investigador pretendesse trabalhar toda a informação com o mesmo nível de detalhe e profundidade, o que produziria o efeito perverso de esconder o essencial do acessório.

A metáfora das lentes *zoom* pode constituir um bom instrumento para operacionalizar uma estratégia descritiva, aproximando ou distanciando o investigador consoante o teor da descrição em construção, optando por *close-ups* ou *panorâmicas*, consoante os casos (Wolcott, 1994, cit. in Afonso, 2014, p. 123).

Nesta investigação e, de acordo com Wolcott (*Ibidem*), os dados recolhidos foram organizados e apresentados por ordem cronológica, estando em causa a descrição de um processo.

No caso de a ênfase ser colocada na análise dos dados recolhidos, a produção de texto desenvolve-se em torno da questão “Como é que as 'coisas' funcionam?” (Afonso, 2014).

Já no caso do registo *interpretativo* dos dados, o “tratamento da informação centra-se na construção de significado, isto é, centra-se na produção de um texto argumentativo que atribui sentidos novos aos factos, situações e discursos dos atores, numa lógica compreensiva global” (*Ibidem*, p. 124).

Por isso, segundo Wolcott (1994, cit. in Afonso, 2014, p. 124),

o principal risco de uma estratégia predominantemente interpretativa consiste na tentação em levar a interpretação longe demais, resvalando para uma deriva especulativa, construindo significados e identificando implicações que os dados recolhidos não sustentam.

Miles e Huberman (citados por Vale, 2004) propõem um modelo de análise na investigação qualitativa, baseada em três momentos:

- i. a redução dos dados: consiste no processo de selecionar, simplificar e organizar todos os dados obtidos durante a investigação;
- ii. a apresentação dos dados: refere-se ao momento em que a informação é organizada e compactada para o investigador poder analisar de forma rápida e eficaz o que se passa no estudo;
- iii. as conclusões e verificação: que dependem da quantidade de notas tiradas, dos métodos utilizados e, principalmente, da experiência do investigador neste campo.

Tomando como referência os três momentos referidos por Wolcott (1994, cit. in Afonso, 2014) e, adequando-os ao presente estudo, podemos afirmar que:

- i. a redução dos dados foi realizada recorrendo à construção de uma tabela, através da qual se organizaram cronologicamente os documentos e se procedeu à sua codificação;
- ii. na apresentação de resultados, a investigadora teve o cuidado de ler mais do que uma vez todos os documentos obtidos, nomeadamente as notas de campo, fazendo a transcrição de todos os registos, para ter assim uma visão completa e abrangente do estudo. O material recolhido ao longo da investigação foi organizado num "dossier" que foi submetido a uma análise pormenorizada e indutiva e transcrito para formato digital (Microsoft Word e PDF);
- iii. as conclusões e a verificação extraem-se da observação e estudo de toda a informação compactada, sendo que as conclusões são fundamentadas em forma de narrativa, que pretende ser compreensível e esclarecedora para o leitor deste estudo.

Conclui-se assim que, tal como afirma Afonso (2014, p. 126)

o tratamento da informação qualitativa é um processo muito mais ambíguo, moroso, reflexivo, que se concretiza numa lógica de crescimento e aperfeiçoamento. A formatação do dispositivo não é prévia ao tratamento dos dados. Pelo contrário, constrói-se e consolida-se à medida que os dados vão sendo organizados e trabalhados no processo analítico e interpretativo.

Desta forma, cabe ao investigador,

explorar e mapear a partir dos seus objetivos de pesquisa, mobilizando e testando estratégias produtoras de significados relevantes, transformando progressivamente os dados em elementos constitutivos de um novo texto (o texto científico). Este novo texto constitui portanto uma *leitura*, uma construção interpretativa singular, resultante do contato entre aquele contexto empírico particular e o olhar, também específico, daquele investigador concreto. (*Ibidem*)

6. Síntese

Neste estudo foi adotada uma metodologia de natureza qualitativa, descritiva e interpretativa, assumindo a forma de um estudo de caso.

O estudo incidiu na análise ao complexo processo de planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa da NUT 3 Minho-Lima.

Durante a recolha e análise dos dados, procedeu-se à reformulação das questões de investigação às quais se pretendia dar resposta, tal como já foi anteriormente explicado.

Para responder a essas questões, a recolha dos dados baseou-se, fundamentalmente, nas observações (e consequentemente, no diário do investigador) e na análise documental.

As observações foram efetuadas pela investigadora pela sua participação nas diversas reuniões promovidas, por diversas entidades, com o intuito de planear e definir a rede de oferta educativa e formativa do Alto Minho.

Foram considerados documentos relevantes para esta investigação:

| ANÁLISE DOCUMENTAL | | | |
|--------------------|-------------------|--|------------|
| ANEXO N.º | ENTIDADE/ N.º | NOME DO DOCUMENTO | DATA |
| 1. | CIM 1 | Diagnóstico Regional de Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Convite aos empregadores para resposta ao inquérito | 18/01/2017 |
| 1.1. | CIM 2 | Diagnóstico Regional de Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Inquérito online enviado aos empregadores | 18/01/2017 |
| 1.2. | CIM 3 | Listagem das entidades empregadoras para as quais foi remetido o inquérito online | 18/01/2017 |
| 1.3. | CIM 4 | Listagem das entidades empregadoras que responderam ao inquérito online | 18/01/2017 |
| 1.4. | CIM 5 | Taxa de retorno de resposta ao inquérito - Empresas por setor de atividade e dimensão da empresa | 18/01/2017 |
| 2. | CIM 6 | Convocatória para a reunião “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto” | 10/03/2017 |
| 2.1 | CIM 7 | SANQ no Alto Minho - Metodologia e principais fontes de informação | 10/03/2017 |
| 2.2. | CIM 8 | Proposta preliminar – Relevância das Qualificações do Alto Minho e do Norte | 10/03/2017 |
| 3. | CIM 9 | Apresentação do SANQ do Alto Minho | 21/03/2017 |
| | DI 1 ⁴ | Reunião para apresentação do SANQ do Alto Minho – Ação Piloto | 21/03/2017 |
| 3.1. | DGEstE 1 | Planeamento da rede de oferta e procedimentos a desenvolver | 24/03/2017 |
| 4. | ANQEP_ DGEstE 1 | Circular n.º 2/ANQEP/2017: ofício conjunto ANQEP/DGESTE – Planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018 – Orientações metodológicas e critérios de ordenamento | 27/03/2017 |
| 4.1. | ANQEP_ DGEstE 2 | Anexo I da Circular n.º 2/ANQEP/2017 Intervenientes no Processo | 27/03/2017 |
| 5. | DGEstE_ DSRN 1 | Convocatória da Reunião Rede Educativa e Formativa 2017/2018 | 13/04/2017 |
| | DI 2 | Reunião entre o Município A e as escolas do concelho | 19/04/2017 |
| | DI 3 | Reunião entre o Município B e as escolas do concelho | 27/04/2017 |
| | DI 4 | Reunião de Escolas Profissionais Privadas | 27/04/2017 |
| 6. | CIM 10 | Processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais 2017-2018 no Alto Minho | 28/04/2017 |

⁴ Os documentos relativos ao Diário do Investigador 1, 2, 3, 4, 5 e 6 enumerados na tabela não farão parte dos anexos da presente Dissertação, pelo motivo de não garantirem, em absoluto, o anonimato dos intervenientes. Os registos feitos no Diário do Investigador resultam da observação de campo que a investigadora realizou, mas para a qual não obteve o respetivo consentimento, dado que esse pedido colocaria em risco a recolha de dados necessária para levar a cabo o presente estudo.

| | | | |
|-------------|------------------|--|------------|
| | DI 5 | Reunião - Processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais 2017-2018 no Alto Minho | 28/04/2017 |
| 6.1. | EPP 1 | Reclamação Escolas Profissionais Privadas entregue ao Delegado Regional | 28/04/2017 |
| 7. | ESCOLAS 1 | Proposta Base das Escolas para a rede de Cursos Profissionais do Alto Minho | 28/03/2017 |
| 7.1. | CIM 11 | Cenário de Trabalho: Aplicação da Metodologia da ANQEP Proposta da CIM Alto Minho para a rede de Cursos Profissionais | 28/04/2017 |
| 8. | DGEstE 2 | Rede de Cursos Profissionais Homologada – Ciclo de Formação 2017/2020 | 15/05/2017 |
| 9. | DGEstE 3 | Rede de Cursos Profissionais Homologada – Ciclo de Formação 2017/2020 | 28/08/2017 |
| 10. | DGEstE 4 | Rede de Cursos Profissionais em Funcionamento – Ciclo de Formação 2017/2020. | DEZ 2017 |
| 11. | DSRN 2 | Rede de Cursos Profissionais em Funcionamento - Fonte: SIGO | 11/12/2017 |
| | DI 6 | Informação recolhida junto do Presidente da ANESPO. | DEZ 2017 |

Tabela 1. Lista de documentos analisados

À medida que os dados foram recolhidos, foram também organizados, estruturados e analisados, conduzindo à extração de conclusões relevantes para o estudo em questão.

Parte III – Apresentação e Discussão de Resultados

No decorrer da Parte III desta dissertação, dedicar-nos-emos à apresentação e discussão dos resultados obtidos através da análise dos dados recolhidos. Esta recolha, tal como já foi abordado no capítulo anterior, foi realizada recorrendo às observações da investigadora, enquanto participante em diversas reuniões promovidas para o planeamento e definição da rede de oferta educativa e formativa do Alto Minho, ao seu diário de investigadora e à análise de documentos, aos quais teve acesso e considerou relevantes para este estudo.

Nesta investigação, os dados recolhidos foram organizados e apresentados por ordem cronológica de acontecimentos, tendo-se atribuído uma codificação por autor e/ou entidade responsável pelo fornecimento dessa documentação.

Numa tentativa de simplificar a leitura dos dados recolhidos, este capítulo será dividido por temas, nos quais serão apresentados, comentados e discutidos os resultados que advêm da respetiva recolha de dados.

Desta forma, os temas que vamos tratar serão:

1. Módulo de Aprofundamento Regional na CIM Alto Minho – Metodologia
2. Planeamento e Concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018
3. Rede de oferta formativa CIM Alto Minho – Ano Letivo 2017/2018

Cada um destes pontos será subdividido por temáticas, relacionadas com a cronologia dos acontecimentos que suportam esta investigação.

1. Módulo de Aprofundamento Regional na CIM Alto Minho – Metodologia

No decorrer deste capítulo 1, dedicar-nos-emos à apresentação e discussão dos resultados obtidos através da recolha de dados realizada, provenientes das observações da investigadora, enquanto participante na reunião promovida pela CIM Alto Minho para apresentação do “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, do seu diário de investigadora e da análise de diversos documentos, aos quais teve acesso e considerou relevantes para este estudo.

Partindo da informação do sítio institucional do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), deduz-se que a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P (ANQEP, I. P.) dispõe de um instrumento de antecipação de necessidades de qualificação, cujos resultados extraídos em cada CIM têm tido, nos últimos anos, um papel determinante na definição das qualificações consideradas prioritárias como saídas profissionais na rede de oferta educativa e formativa, mas não isento de críticas e com sinalização de muitas insuficiências (http://sanq.anqep.gov.pt/?page_id=27, consultado em 23-10-2017).

O desenho definido para o modelo contempla a articulação de um diagnóstico de base, de âmbito continental (desagregada ao nível da NUT II) e de diagnósticos de âmbito regional (ao nível das Comunidades Intermunicipais) cujo desenvolvimento se enquadra numa lógica de aprofundamento do diagnóstico inicial e que procura assegurar uma integração entre as dinâmicas de diagnóstico de necessidades de qualificações e de planeamento das ofertas educativas e formativas (http://sanq.anqep.gov.pt/?page_id=27, consultado em 23-10-2017).

O SANQ organiza-se, assim, em três módulos: Módulo de Diagnóstico de Base, Módulo de Planeamento e Módulo de Aprofundamento Regional.

Através do Módulo de Diagnóstico de Base⁵

pretende-se aferir a relevância das qualificações para o mercado de trabalho, a nível do território continental no seu todo (desagregação da análise ao nível da NUT II), através da conjugação de análises retrospectiva e prospetiva. Este módulo combina o recurso a metodologias diversificadas, valorizando a complementaridade entre abordagens quantitativas e qualitativas e a produção de resultados cuja forma de explicitação permita a sua apropriação no domínio do planeamento. (CIM 9)

Com o Módulo de Planeamento

pretende-se identificar as tendências de evolução da oferta de qualificações (desagregação da análise ao nível da NUT II), através da conjugação dos dados do

⁵ Em outubro de 2017 foi pedido à ANQEP I.P., através de email, a consulta dos seguintes documentos: Módulo de Diagnóstico de Base; Módulo de Planeamento; Módulo de Aprofundamento Regional, ao qual não se obteve resposta.

diagnóstico com os dados sobre a oferta formativa existente. Este módulo implica igualmente a organização de informação passível de ser disponibilizada aos operadores e atores do Sistema de Educação e Formação Profissional, contribuindo assim para o reforço de uma cultura de planeamento. (CIM 9)

Na aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional

combinam-se as vertentes de diagnóstico e de planeamento à escala regional (supramunicipal). O enfoque regional ao nível do diagnóstico conduz à necessidade de ajustar os instrumentos mobilizados no âmbito do Módulo de Diagnóstico, atribuindo maior relevo ao papel das metodologias qualitativas. Complementarmente, a vertente de planeamento procura incorporar a dinamização de estratégias locais de concertação entre atores e a apresentação de uma proposta conjunta de rede de oferta. (CIM 9)

A ANQEP defende que as Comunidades Intermunicipais (CIM) têm, ao nível de cada região, um papel decisivo na articulação e auscultação do tecido económico e social, que integra os próprios municípios e as escolas, mas importa que todas as partes interessadas assumam as atribuições e competências decorrentes da implementação do Módulo de Aprofundamento Regional.

Atenta a lógica de proximidade que pretende adotar, considera também que o *Aprofundamento Regional do Diagnóstico* deve ser coordenado pelas CIM que “articulam com os respetivos municípios a análise da informação gerada pelo diagnóstico de base, desagregada para o respetivo território, bem como a recolha e aplicação de outros instrumentos complementares” (http://sanq.anqep.gov.pt/?page_id=23, consultado em 18/01/2018).

Com vista a atingir esse objetivo, a ANQEP I.P. procurou sensibilizar as CIM e estabelecer protocolos, mas de acordo com a informação existente no sítio institucional, apenas quatro CIM, enquadradas numa experiência-piloto, o assinaram: Ave; Médio Tejo; Oeste; e Visão, Dão, Lafões.

Tendo em conta o número de protocolos existentes a nível nacional, percebe-se desde já a grande dificuldade que a ANQEP I.P. tem tido em conquistar os municípios (e respetivas associações) para esta nova atribuição de competências no âmbito da

educação e formação. O número de protocolos assinados revela que os Municípios, integrantes das diversas CIM, não têm atribuído grande interesse e empenho na aplicação deste instrumento de diagnóstico aos seus territórios, pelo que se pode deduzir que não estará no topo das suas prioridades políticas a preocupação com a metodologia de suporte utilizada para definição da rede de oferta formativa ao nível de NUT III, em cada ano.

A CIM Alto Minho, em situação semelhante à maioria das CIM do país, não assinou o protocolo com a ANQEP I.P., mas fruto, essencialmente, das ações de sensibilização efetuadas pelo Presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO), que é simultaneamente Diretor de uma escola profissional da região, alertando para a importância e para a necessidade de se iniciar o trabalho de auscultação do tecido económico e social do território, numa lógica de maior proximidade à realidade local, com vista a obter um primeiro diagnóstico de qualificações em consonância com a capacidade instalada e com as necessidades da região, deram-se os primeiros passos para encetar este processo em 2017. Neste contexto, o Módulo de Aprofundamento Regional foi aplicado e produziu resultados para o SANQ do Alto Minho.

Observando-se que a CIM Alto Minho iniciou, em janeiro de 2017, o processo de aplicação do MAR, consideramos pertinente focar esta investigação no trabalho desenvolvido pela CIM Alto Minho, abandonando a intensão, definida em fase de projeto, de estudar todo este processo na CIM do Ave.

Por outro lado, a Direção de Serviços Regionais (DSR), dependente da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE), tem aceite os resultados do SANQ para a definição de cursos profissionais a aprovar aos operadores regionais, numa lógica instalada de ação tendencialmente económica e funcionalista, atendendo a interesses territoriais instalados, situação que se tem verificado ao longo dos anos.

O estudo deste instrumento poderá contribuir para se perceber de que modo responde aos critérios da pertinência, da congruência e da relevância, e se efetivamente está ajustado com as necessidades de qualificação para o Alto Minho.

Neste contexto, a CIM Alto Minho, apoiada pela ANQEP I.P., na medida em que disponibilizou a metodologia de aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional (MAR) e o fornecimento de elementos e dados (DI 1), desenvolveu um estudo, designado por “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, o qual apresenta como principal objetivo a criação de um

sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação no sentido de permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas no Alto Minho, para o ano letivo de 2017/18. (CIM 7)

Deste modo, a CIM Alto Minho apresenta o SANQ como um instrumento que permitirá

identificar as necessidades territoriais de qualificação, a relevância das diferentes saídas profissionais, apoiando deste modo o planeamento da rede de ofertas de qualificação e afigurando-se como instrumento relevante para a tomada de decisão em matéria de definição da rede de oferta educativa e formativa, bem como à atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ). (CIM 9)

De acordo com o que foi referido na reunião convocada pela CIM – Alto Minho, para apresentação dos resultados preliminares do “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, ocorrida a 21 de março de 2017, neste exercício foram ainda incluídos os resultados da auscultação dos atores e escolas profissionais/agrupamentos, obtidos pelo seu envolvimento na elaboração do “Pacto Territorial para a Promoção da Empregabilidade no Alto Minho”, publicado pela CIM Alto Minho em maio de 2014. (DI 1)

Desta forma, para esta investigação, foi consultado o referido Pacto Territorial publicado pela CIM Alto Minho.

Este documento assume como objeto a definição da estratégia para a promoção da empregabilidade no Alto Minho e o estabelecimento da visão, das prioridades e dos principais referenciais para a ação no período 2014-2020. De acordo com a publicação, para a elaboração deste pacto foi necessário desenvolver um processo

de concertação à escala supramunicipal participado pelos principais atores representativos do território (órgãos de governação regional e local, da formação, educação e emprego, do tecido económico e do sistema de ciência e tecnologia, etc.” (CIM Alto Minho, 2014, p. 13)

O propósito de elaboração deste Pacto Territorial, baseou-se na consecução dos seguintes objetivos:

Aumentar o emprego e a empregabilidade da população da Região do Minho-Lima; Adequar a formação/educação às necessidades atuais do território; Conhecer a estrutura económica e as dinâmicas de emprego; Reorganizar as competências da Região às mudanças tecnológicas em curso. (*ibidem*, p. 200).

O documento estrutura-se em quatro capítulos: Alto Minho 2020 – Diagnóstico Prospetivo, Estratégia para a Empregabilidade no Alto Minho, Plano de Ação e Modelo de Governação.

Tendo em conta que, na aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional, foram considerados os resultados dos *Focus Groups* realizados aquando da elaboração deste documento, importa contextualizar a abordagem metodológica seguida e explicitar, por um lado, a constituição destes grupos de trabalho e, por outro, as conclusões obtidas.

De acordo com o documento, a definição da estratégia e do plano de ação para o Pacto da Empregabilidade do Alto Minho, baseou-se: na súmula do Diagnóstico Prospetivo do Alto Minho, a qual sintetiza os aspetos mais relevantes para a contextualização da região; no estudo de documentos institucionais reguladores da ação política definida para as áreas da educação e formação e documentos institucionais de suporte ao financiamento das medidas e ações a implementar no período 2014-2020; na seleção dos setores económicos de maior representatividade da região para organização dos Focus Groups – Turismo; Enogastronomia; Energia; Floresta, Madeira e Mobiliário; Têxteis, vestuário e calçado; Comércio; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana; Economia Social; Educação/Formação; na constituição de Focus Groups para identificar os principais constrangimentos ao crescimento do emprego nestes 10 setores económicos (*ibidem*).

Apesar de estar inicialmente prevista a realização de sessões específicas para o *Focus Group* Educação/Formação, o documento refere que, após as primeiras sessões realizadas, concluiu-se que os elementos deste setor deveriam ser transversalmente integrados nos restantes (*Ibidem*).

Todos os *Focus Group* foram constituídos com o intuito de se organizarem sessões plenárias de discussão sobre os principais constrangimentos estruturais ao crescimento do emprego no respetivo setor, às quais se seguiu a constituição de grupos de trabalho que refletiram sobre formas de contribuir para eliminar esses constrangimentos (*Ibidem*)

Esta metodologia de trabalho foi seguida nos *Focus Group* mais participados: Turismo; Eno-Gastronomia; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana e Economia Social⁶. Nos restantes setores a discussão realizou-se em plenário não tendo sido constituídos grupos de trabalho (*Ibidem*).

⁶ Constituição dos Focus Group (CIM Alto Minho, 2014)

Focus Group Turismo - representantes de organismos públicos (ex. Turismo Porto Norte), empresários das áreas da animação turística, hotelaria e restauração, operadores turísticos, representantes de escolas e centros de formação e associações do setor.

Focus Group Eno- Gastronomia - representantes de organismos públicos, de adegas cooperativas concelhias, empresas produtoras dos setores agrícola e de pecuária, associações de desenvolvimento local, escolas (com vários níveis de qualificação), centros de formação profissional e associações de empresários do setor.

Focus Group Energia - EDP, enquanto maior operador nacional, e duas empresas fornecedoras de serviços na região.

Focus Group Textéis, Vestuário e Calçado - atores públicos, prestadores de serviços de formação profissional na região e representantes de algumas empresas.

Focus Group Comércio - Associações Empresariais da região.

Focus Group Mecânica, Metalomecânica e Automóvel - atores públicos, prestadores de serviços de formação profissional na região e representantes de algumas empresas.

Focus Group Construção e Renovação Urbana - empresas do setor da construção civil, engenharia e arquitetura; o IPVC; alguns atores públicos; e, prestadores de serviços de formação profissional na região.

Focus Group Economia Social - representantes de ONGs, instituições ligadas à Igreja e associações locais

O documento apresenta a síntese das conclusões dos *Focus Groups* que importa, de forma abreviada, mencionar no contexto deste estudo:

- i. A Região do Alto Minho regista uma expansão económica assinalável que se deve essencialmente ao aumento das exportações, apesar das assimetrias existentes relacionadas com a distribuição da população e do tecido empresarial;
- ii. A estratégia do território inclui a criação de condições para diminuir estas assimetrias e potenciar o crescimento da expansão, sustentada na valorização do potencial humano em sintonia com as necessidades requeridas por esta expansão (Línguas, comércio externo, etc.);
- iii. A criação de empresas tem menos expressão nesta região quando comparada com o nível nacional e da região Norte; o empreendedorismo tem grande potencial de desenvolvimento na região e deve ligar-se a produtos endógenos que reforcem a marca regional;
- iv. Os setores de relevo na região são as indústrias transformadoras (fabricação de produtos metálicos com exceção de máquinas e equipamentos, a indústria do vestuário, fabricação de veículos automóveis, reboques e semi-reboques e componentes para automóveis), comércio (comércio a retalho e comércio por grosso), construção (promoção imobiliária e construção de edifícios) e Turismo;
- v. Os grupos mais afetados pelo desemprego são os dos jovens à procura do primeiro emprego e das mulheres;
- vi. Dado o desajustamento entre a oferta e a procura é necessário promover a reconversão profissional de acordo com as necessidades das empresas. De igual modo a formação prestada pelos sistemas de emprego e formação profissional tem de responder a estas necessidades. Para isso as regras de financiamento têm de seguir as necessidades com a flexibilidade necessária para evitar que a oferta se orienta pelos financiamentos e não pela real necessidade;
- vii. Os Mecanismos de reconhecimento das competências adquiridas informalmente e em contexto de trabalho, que no passado desempenharam um papel importantíssimo na elevação dos níveis de qualificação da população, continuam a ser indispensáveis;

- viii. Necessidade de promoção de ações e campanhas de valorização de profissões tradicionais (talhantes, picheleiro, etc.) que têm sempre procura a nível local, mas que não têm atratividade para os jovens pela sua desvalorização social e pela falta de ligação a áreas como as novas tecnologias;
- ix. A implementação de todas as ações mencionadas só é possível havendo um grande empenho de todos os atores no sentido de trabalhar em parceria para uma visão comum e para a operacionalização das ações utilizando todos os recursos e competências disponíveis com grande eficácia e eficiência. Esta é a principal razão de ser dos Pactos Territoriais.

Tendo em vista a promoção de uma maior adequação entre os fluxos de oferta e procura de qualificações no Alto Minho, nos últimos anos, têm sido realizadas reuniões de planeamento e concertação da rede de oferta formativa, com o objetivo de organizar e articular a rede de oferta dos cursos profissionais na região, mas constata-se que:

- i. já em 2014, a CIM Alto Minho assumiu a necessidade de se trabalhar na região segundo um pacto territorial, definido à escala supramunicipal, representado pelos seus principais atores;
- ii. Nas sínteses das conclusões dos *Focus Groups* foram muito bem identificadas as principais problemáticas para resolver o problema do desajustamento da oferta formativa e da procura por parte das empresas;
- iii. No mesmo estudo foi, igualmente, identificada a necessidade de trabalhar a valorização social das profissões, para que as menos valorizadas passassem a integrar o grupo das ofertas formativas mais apelativas para os jovens e para as suas famílias;

No entanto, podemos colocar três questões:

- i. O que mudou na sequência desse trabalho?
- ii. Passou a haver uma maior adequação entre a oferta e procura?
- iii. Que políticas locais foram desenvolvidas tendo em vista à resolução dos problemas identificados?

A resposta parece demasiado óbvia e muito negativa, pois:

- i. As empresas e os operadores de formação, estatais e não estatais, continuam a não ser, previamente, envolvidos na definição da rede de oferta dos cursos profissionais;

- ii. Sabe-se que a rede de oferta dos cursos profissionais tem que ser definida ao nível supramunicipal, porque não é possível ter todas as ofertas formativas em cada município, mas os municípios têm revelado muita dificuldade em aceitar este princípio e concertar posições;
- iii. Tem-se assistido a uma aceitação, quase cega, das orientações da tutela no que se refere às propostas oriundas da DGESTE/DSRN e ANQEP I.P., numa lógica de desautorização dos atores locais;
- iv. As famílias e os jovens não são devidamente esclarecidos sobre as vantagens das opções pelas vias qualificantes e não há evidências de um trabalho sério e isento de interesses ao nível da orientação vocacional dos alunos;
- v. A supramunicipalidade das ofertas formativas implicaria que o território tivesse uma rede de transportes que permitisse a mobilidade efetiva de jovens, entre concelhos, mas as melhorias nesse domínio não acontecem.

Em síntese, constata-se que não há uma visão comum do território, nem preocupação em rentabilizar as instalações, os equipamentos e os recursos técnicos e humanos para fazer a formação que é necessária e ajustada.

Esta falta de visão comum do território insere-se no quadro de uma racionalidade ambígua, em que devido à complexidade do problema e estando as diversas organizações sujeitas a diversas pressões internas e externas, observamos que existe, tal como Alves (1999) descreve, uma “débil conexão entre intenções, metas e ações, passado-presente-futuro, (...), processos e resultados, problemas-decisões-ações-resultados”.

Como Estevão (1997, cit. in Alves, 1999, p. 16) descreve, neste contexto, as organizações vão sendo “oportunisticamente adaptativas”, agindo e reagindo de acordo com os seus próprios interesses e dos interesses e das pressões dos contextos (Alves, 1999).

1.1. MAR - Eixos I e II – Apuramento dos Indicadores

Como já foi referido neste capítulo, para o desenvolvimento do “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, a ANQEP I.P. definiu e apresentou às CIM uma metodologia de trabalho para implementação do MAR no sentido de ser possível “produzir uma abordagem mais contextualizada à dinâmica de procura e oferta das qualificações à escala do Alto Minho”. (CIM 6)

Segundo a documentação recolhida (CIM 9), a metodologia proposta recorre à utilização de um conjunto diversificados de instrumentos para a realização de análises de cariz quantitativo e qualitativo, estruturadas em dois eixos:

- Eixo I - Análise de dinâmicas recentes do mercado de trabalho
- Eixo II - Análise prospetiva da evolução da procura de qualificações

Importa ressaltar que, este subcapítulo, se destina unicamente a explicar a metodologia utilizada para o apuramento de resultados dos Indicadores de cada um dos Eixos de análise (com base na análise documental), já que, estes vão ser determinantes para o apuramento da classificação quantitativa das relevâncias das qualificações previstas para o Alto Minho, resultados que terão enorme impacto no tipo de qualificações e no número de turmas a aprovar para esta região.

Assim, de acordo com a documentação recolhida e analisada, o Eixo I

centra-se na análise de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho, tendo por objetivo caracterizar as dinâmicas de evolução do emprego nos últimos 4 anos, no sentido de abranger as seguintes 3 dimensões de análise: (i) dinamismo do emprego na qualificação profissional; (ii) procura preferencial pelo emprego jovem; e (iii) especialização profissional territorial”. (CIM 9)

Para o desenvolvimento do Eixo I foi solicitada informação estatística ao GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento, relativa aos Quadros de Pessoal, de 2012, 2013, 2014 e 2015, tendo sido definidos 3 indicadores:

Indicador 1 - Diferença da taxa de crescimento do emprego na qualificação profissional entre 2012 e 2015 na NUT III - Alto Minho e na NUTII – Norte;

Indicador 2 - Rácio entre o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte (jovens 20-24 anos com ensino secundário ou menos);

Indicador 3 - Rácio entre o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte (CIM 9)

O Eixo II combina duas vertentes de análise:

(i) Uma centrada essencialmente na informação de base quantitativa sobre a evolução prospetiva da procura de qualificações; e (ii) uma segunda vertente que integra estratégias qualitativas de recolha de informação através da realização de Focus Group e análise qualitativa dos efeitos prospetivos que possam ser associados a projetos de investimento decorrentes dos apoios comunitários, nomeadamente do Sistema de Incentivos do Compete 2020 e do Norte 2020. (CIM 9)

Também para o Eixo II foram definidos três indicadores:

Indicador 1 – Perspetiva de vagas de emprego por qualificação obtida no inquérito;

Indicador 2 - Especialização regional - rácio entre o peso das vagas estimadas na qualificação profissional na NUT III Alto Minho no total das vagas na qualificação na NUT II- Norte e o peso do número total de vagas na NUT III no total de vagas na NUT II – Norte, 2015, 2016;

Indicador 3 - Necessidades de competências manifestadas nos FG/análise dos projetos aprovados no Sistema de Incentivos dos Programas Operacionais Norte 2020 e Compete 2020. (CIM 9)

No Eixo II verifica-se que os indicadores 1 e 2 são de natureza quantitativa e o indicador 3 é de natureza qualitativa.

Para cada um dos indicadores definidos nos Eixos I e II foi apresentada a fórmula de cálculo para apuramento de resultados e a respetiva notação. A notação esclarece,

relativamente a cada indicador, em que situações foram atribuídas as classificações de 1, 0 e -1⁷.

Neste trabalho, pelo facto de não ser exequível a verificação, indicador a indicador, do apuramento de resultados, vamos concentrar a análise da metodologia nos indicadores 1 e 3 do Eixo II.

Esta escolha, prende-se com o facto de ter sido fornecida pela CIM Ato Minho, informação adicional e relevante para a análise da aplicação do inquérito que serviu de base à extração de conclusões acerca da perspetiva de vagas de emprego por qualificação e também por estar disponível para consulta o Pacto Territorial publicado em 2014, que serviu forneceu dados relevantes para o apuramento das necessidades manifestadas nos *Focus Groups*.

Eixo II – Indicador 1

O indicador 1 do Eixo II, foi apurado considerando as respostas obtidas pela aplicação de um inquérito, enviado pela CIM Alto Minho, a uma base de dados de empresas e outras entidades empregadoras do Alto Minho.

Antes de se apresentar a fórmula utilizada para apuramento de resultados deste indicador, assim como exemplos de classificações obtidas, será feita uma análise ao inquérito supramencionado.

A 18 de janeiro de 2017, a CIM Alto Minho envia às empresas e outras organizações privadas e associativas empregadoras da região, um email informando que pretende desenvolver um “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, o qual enuncia ter como objetivo

criar um Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação no sentido de permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas

⁷ O documento CIM 7 contém todas as fórmulas de apuramento dos indicadores, assim como a definição da atribuição da respetiva notação e apresentação de exemplos de notações atribuídas. O documento pode ser consultado em pormenor nos anexos da dissertação.

formativas no Alto Minho, bem como para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações.” (CIM 1)

Para tal, utilizou como instrumento de recolha de dados um questionário do tipo fechado que, nesse mesmo email, foi remetido aos empregadores da região, estabelecendo o prazo de 5 dias úteis, a partir do qual se pretendia

recolher informação sobre as necessidades de competências e perspetivas de recrutamento dos profissionais de nível intermédio” e também “contribuir para que o perfil das qualificações promovidas pelo sistema de educação e formação corresponda melhor às necessidades existentes no mercado de trabalho. (CIM 1)

Segundo as notas do Diário do Investigador (DI 1), recolhidas aquando da participação na Reunião convocada pela CIM Alto Minho para apresentação dos resultados preliminares deste estudo, a 21 de março de 2017, o questionário terá sido elaborado pela ANQEP, I.P., tendo sido um dos elementos fornecidos pela agência para aplicação da metodologia de suporte do MAR.

Analisado o questionário (CIM 2), verifica-se que este se divide em três partes:

- A. Caracterização geral da organização/empresa;
- B. Apreciação das competências dos trabalhadores;
- C. Tendências do emprego nos próximos 2 anos.

No que se refere à parte A do questionário solicitam-se informações relacionadas com as características gerais da organização/empresa, nomeadamente, a sua designação, a identificação do responsável dos Recursos Humanos, contacto de email, ano de criação da organização/empresa (A.1.), número de trabalhadores (A.2.), volume de negócios/orçamento anual (A.3.), identificação do concelho de localização da sede (A.4.), identificação do código CAE (A.5.), identificação do domínio que corresponde à atividade principal da empresa/organização (A.6.) e caracterização da empresa/organização face ao número de estabelecimentos que lhe pertencem (A.7).

As questões A.2., A.3., A.4., A.6. e A.7. são do tipo resposta fechada, nas quais foram apresentadas várias opções tendo o inquirido que escolher a que melhor caracteriza a entidade.

No que concerne à parte B do questionário, foram redigidas questões que pretendem apreciar as competências dos trabalhadores da empresa/organização, dirigindo-se para os que detêm formação de nível intermédio (9.º e 12.º ano de escolaridade).

Para a questão B.8., “Como avalia globalmente as competências dos atuais trabalhadores da empresa/organização com formação de nível intermédio (9.º e 12.º ano de escolaridade)”, foi definida uma escala de medida para classificação de variáveis qualitativas, de 1 a 5, em que 1 representa “Nada desenvolvida” e 5 representa “Muito desenvolvida”.

As variáveis em análise, relacionadas com as competências dos trabalhadores foram: leitura e escrita; cálculo; uso básico das TIC (tecnologias de informação e comunicação); línguas estrangeiras; planeamento e organização; trabalho em equipa; comunicação e relações interpessoais; espírito de iniciativa e empreendedorismo; autonomia e responsabilidade; abertura/adaptação à mudança.

As questões B.9. e B.10. estão diretamente relacionadas com a opção escolhida previamente no questionário na questão A.6., “Por favor, selecione o domínio que corresponde à atividade principal da sua organização.”, para a qual se apresentaram opções que se encontram “alinhas” pelas áreas de educação e formação do Catálogo Nacional de Qualificações, e que são: agroalimentar (indústrias alimentares; produção agrícola e animal; floricultura e jardinagem; silvicultura e caça; pescas); energia e ambiente (eletricidade e energia; proteção do ambiente); artesanato e ourivesaria; comércio e marketing; construção civil e urbanismo; cultura, património e produção de conteúdos (audiovisuais e produção dos media; biblioteconomia, arquivo e documentação; história e arqueologia); indústrias químicas, cerâmica, vidro e outras; informática, eletrónica e telecomunicações; madeiras, mobiliário e cortiça; metalurgia e metalomecânica; moda (indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro); serviços às empresas (finanças, banca e seguros; contabilidade e fiscalidade; gestão e administração; secretariado e trabalho administrativo; enquadramento na organização/empresa; segurança e higiene no trabalho); serviços pessoais (serviços domésticos; cuidados de beleza); saúde e serviços à comunidade (tecnologias de diagnóstico e terapêutica; saúde; serviços de apoio a crianças e jovens; trabalho social

e orientação; proteção de pessoas e bens); transportes e logística (comércio, construção e reparação de veículos a motor; pescas; serviços de transporte); turismo e lazer.

Dependendo da atividade principal da organização empregadora, a questão B.9. pretende inquirir sobre as qualificações/profissões que registam maiores necessidades de melhoria das competências técnicas relacionadas com as funções assumidas pelo trabalhador no posto de trabalho. Desta forma, foi apresentada uma lista bastante extensa de qualificações/profissões comuns às empresas/organizações do setor empregador, a qual termina com o campo “Outra” para o caso de o inquirido considerar que há outras qualificações/profissões que importa identificar.

A questão B.10. pretende identificar as qualificações/profissões para as quais o inquirido considera ser mais difícil recrutar trabalhadores com competências adequadas às necessidades da empresa, estabelecendo como número máximo a seleção de 4, solicitando-se ainda os motivos para a existência dessa dificuldade e que se categorizam em: “falta de mão de obra em quantidade; falta de profissionais com o perfil profissional adequado; outra”. À semelhança da questão B.9., foi apresentada a mesma lista de qualificações/profissões comuns às empresas/organizações do setor empregador.

Analizadas todas as qualificações/profissões de todas as categorias de atividades principais definidas neste questionário, conclui-se que aquelas correspondem exatamente às qualificações de nível II e IV existentes no Catálogo Nacional de Qualificações, por área de educação e formação.

A última questão do grupo B. não se relaciona diretamente com a atividade principal da empresa/organização e pretende avaliar as suas necessidades de melhoria de áreas funcionais, tendo sido estabelecida uma escala de medida para representar a qualidade das variáveis: “muito importantes; importantes; razoavelmente importantes; pouco importantes; não se aplica”. As áreas funcionais em análise são: gestão e planeamento estratégico do negócio; administração e contabilidade; imagem e comunicação; liderança e gestão da equipa; compras e gestão de stocks; manutenção; comercial e vendas; atendimento e relação direta com o cliente; pós-venda; produção e prestação do serviço; investigação e desenvolvimento de novos produtos/serviços.

As cinco questões do grupo C. referem-se às tendências do emprego nos próximos dois anos. A primeira (C.12.) pretende esclarecer se a empresa/organização estima vir a contratar novos trabalhadores nos próximos dois anos. Caso a resposta seja afirmativa segue o inquérito para a questão C.13., caso contrário passa para a questão C.15.

Apresentando a mesma lista de qualificações/profissões da questão B.9., na questão C.13., solicita-se que o inquirido assinale qualificações/profissões que a empresa/organização considera vir a contratar trabalhadores. A possibilidade de resposta aberta também surge nesta questão, uma vez que é possível escrever no campo “Outra: qual?”.

Através da questão C.14. pretende-se conhecer as razões que justificam os recrutamentos previstos, apresentando-se quatro possibilidades de resposta: expansão da atividade, substituição de mão-de-obra, diversificação da atividade e outra. A questão C.15. tem como objetivo saber se a empresa/organização estima ter de reduzir o número de trabalhadores nos próximos dois anos, tendo como possibilidade de resposta “sim ou não”. A questão C.16. só se aplica no caso de a resposta à questão anterior C.15. ser positiva. Nesse caso, apresentando a mesma lista de qualificações/profissões das questões B.9. e C.13., pede-se ao inquirido que assinale, no máximo, as quatro qualificações/profissões em que, nos próximos dois anos, prevê reduzir o número de trabalhadores. A possibilidade de resposta aberta também surge nesta questão, uma vez que é possível escrever no campo “Outra: qual?”.

Relativamente à população e taxa de resposta do inquérito, por informação documental remetida pela CIM Alto Minho, a pedido dos participantes na reunião atrás referenciada, sabe-se que:

o inquérito foi aplicado a 709 empresas/organizações dos 10 concelhos do Alto Minho, estratificadas por sector de atividade económica (CAE) e por dimensão de empresa (escalões de pessoas ao serviço), a partir de uma base de dados dos Quadros de Pessoal disponibilizada pela ANQEP. Foram obtidas 135 respostas, correspondendo a 19% do total de inquéritos enviados, sendo que 10 respostas foram ainda consideradas inválidas por não constar da amostra. (CIM 3 e CIM 5)

Analisada a informação remetida pela CIM Alto Minho importa fazer uma correção já que, tendo sido consideradas válidas 125 respostas, a taxa de respostas obtida não é de 19%, mas sim de 17,6%.

O quadro n.º 1, remetido pela CIM Alto Minho, elucida sobre o número de empresas que responderam ao inquérito, caracterizadas por sector de atividade e dimensão da empresa, não tendo sido incluídas duas empresas/organizações que responderam ao inquérito, mas que não assinalaram corretamente o CAE. (CIM 4)

| | | Nº de trabalhadores | | | | | | | |
|---------------------------|--|---------------------|-------|-------|---------|---------|---------|-----|-------|
| ACTIVIDADES (CAE - REV.3) | | 0-9 | 10-49 | 50-99 | 100-149 | 150-199 | 200-249 | 250 | Total |
| A | Agricultura, produção animal, caça, florestal e pesca | 3 | 2 | | | | | | 5 |
| B | Indústrias Extrativas | | | 1 | | | | | 1 |
| C | Indústrias Transformadoras | 2 | 5 | 5 | 2 | 1 | 1 | 7 | 23 |
| D | Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | | | | | | | | 0 |
| E | Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição. | 1 | | | | | | | 1 |
| F | Construção | 2 | 6 | 1 | | | | | 9 |
| G | Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 3 | 9 | | | 1 | | | 13 |
| H | Transportes e armazenagem | 2 | 8 | 1 | | | 1 | | 12 |
| I | Alojamento, restauração e similares | 1 | 6 | 1 | | | | | 8 |
| J | Atividades de informação e de comunicação | | | | | | | | 0 |
| K | Atividades financeiras e de seguros | | | 1 | | | | | 1 |
| L | Atividades imobiliárias | | | | | | | | 0 |
| M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 9 | 3 | | | | | | 12 |
| N | Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 6 | | | 1 | | | | 7 |
| O | Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória | | | | | | | | 0 |
| P | Educação | | 1 | 1 | | | | | 2 |
| Q | Atividades de saúde humana e apoio social | 4 | 14 | 2 | 1 | 1 | | | 22 |
| R | Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | | | | | | | | 0 |
| S | Outras atividades de serviços | 3 | 4 | | | | | | 7 |

| | | | | | | | | | |
|-------|--|----|----|----|---|---|---|---|-----|
| T | Famílias empregadoras de pessoal doméstico | | | | | | | 0 | |
| U | Ativ. dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais | | | | | | | 0 | |
| Total | | 36 | 58 | 13 | 4 | 3 | 2 | 7 | 123 |

Tabela 2. N.º Empresas que responderam ao inquérito, caracterizadas por sector de atividade e dimensão da empresa⁸.

Pela leitura deste quadro, podemos concluir que 36,6% das empresas respondentes desenvolvem a sua principal atividade em dois CAE: indústrias transformadoras e atividades de saúde humana e apoio social. Com uma taxa de resposta ligeiramente inferior (29,6%), responderam ao inquérito empresas distribuídas por quatro CAE: comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; transportes e armazenagem; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares. Com uma taxa de resposta conjunta de 18,4% encontram-se as empresas que pertencem a três CAE: construção; atividades administrativas e dos serviços de apoio; e, outras atividades de serviços.

A análise do setor principal de atividade das organizações/empresas que responderam ao inquérito é muito relevante e pertinente, na medida em que os resultados obtidos influenciarão os resultados do diagnóstico regional de necessidades de qualificações do Alto Minho – Ação Piloto.

Mas também consideramos ser necessário avaliar a dimensão da amostra, constituída pelas 709 organizações/empresas para as quais foi remetido o inquérito, uma vez que se desconhecem as técnicas de amostragem utilizadas e os métodos utilizados na sua elaboração. Para realizarmos esta avaliação, foram realizados contactos com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR – N), no sentido de obtermos os dados estatísticos atuais, desagregados por NUT III, relativos à quantificação da população ativa do Alto Minho e à sua distribuição por CAE, a dois ou três dígitos, o que, certamente, iria permitir extrair conclusões mais fundamentadas.

⁸ cf. CIM 5 – informação interna facultada pela CIM Alto Minho e não publicada.

No entanto, e com muita estranheza, concluímos que esses dados não estão publicados, e a informação existente refere-se à apurada nos Censos 2011. Esta situação deve deixar-nos muito preocupados, na medida em que não é possível fazer estudos de prospeção de empregabilidade para uma determinada região sem que esta informação esteja devidamente atualizada e publicada.

Não tendo sido possível recolher os dados acima expressos, consideramos que seria relevante fazer-se uma análise à base de dados de organizações/empresas para as quais foi remetido o inquérito.

Uma primeira análise que pode ser feita está relacionada com o apuramento da taxa de respostas das empresas/entidades empregadoras ao inquérito, por CAE.

O quadro seguinte, apresenta os dados apurados:

| ACTIVIDADES (CAE - REV.3) | | N.º RESPOSTAS AO INQUÉRITO | Amostra | TAXA DE RESPOSTAS POR CAE |
|---------------------------|--|----------------------------|---------|---------------------------|
| A | Agricultura, produção animal, caça, florestal e pesca | 5 | 32 | 16% |
| B | Indústrias Extrativas | 1 | 19 | 5% |
| C | Indústrias Transformadoras | 23 | 136 | 17% |
| D | Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 0 | 6 | 0% |
| E | Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição. | 1 | 9 | 11% |
| F | Construção | 9 | 84 | 11% |
| G | Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 13 | 104 | 13% |
| H | Transportes e armazenagem | 12 | 43 | 28% |
| I | Alojamento, restauração e similares | 8 | 47 | 17% |
| J | Atividades de informação e de comunicação | 0 | 11 | 0% |
| K | Atividades financeiras e de seguros | 1 | 12 | 8% |
| L | Atividades imobiliárias | 0 | 13 | 0% |
| M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 12 | 35 | 34% |

| | | | | |
|--------------|--|------------|------------|-----|
| N | Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 7 | 15 | 47% |
| O | Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória | 0 | 0 | |
| P | Educação | 2 | 23 | 9% |
| Q | Atividades de saúde humana e apoio social | 22 | 68 | 32% |
| R | Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 0 | 15 | 0% |
| S | Outras atividades de serviços | 7 | 37 | 19% |
| T | Famílias empregadoras de pessoal doméstico | 0 | 0 | |
| U | Ativ. dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais | 0 | 0 | |
| Total | | 123 | 709 | |

Tabela 3. Taxa de respostas das empresas/entidades empregadoras ao inquérito, por CAE

No que concerne à análise destes resultados, conclui-se que as taxas mais elevadas de resposta ao inquérito (entre 28% e 47%), foram das empresas que se enquadram em quatro CAE: transportes e armazenagem (H); atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (M); atividades administrativas e dos serviços de apoio (N); e atividades de saúde humana e apoio social (Q). Ou seja, com taxas de resposta mais elevadas, responderam ao inquérito entre $\frac{1}{4}$ e menos de $\frac{1}{2}$ das empresas enquadradas nestes CAE. Todos os restantes CAE têm taxas de resposta igual ou inferior a 17%.

Portanto, podemos afirmar que as empresas/entidades empregadoras que responderam ao inquérito têm taxas de representatividade do respetivo setor económico abaixo do que seria desejável para se poder considerar que estas representam a realidade socio económica da região.

Mas, uma outra análise surge realizar fruto do número de empresas/entidades empregadoras para as quais foi remetido o inquérito.

Para podermos ter a perceção da população ativa abrangida nesta base de dados, e atendendo a que apenas dispomos da informação da dimensão de cada uma das empresas e não do número de trabalhadores que empregam, apuramos a média de cada um destes intervalos de dimensão, no sentido de se obter uma aproximação ao número de empregados considerados nesta amostra de 709 empresas/entidades empregadoras.

Assim, construímos a seguinte tabela:

| CAE | DIMENSÃO EMPRESA | MÉDIA EMPREGADOS/ DIMENSÃO EMPRESA | N.º EMPRESAS | MÉDIA EMPREGADOS /CAE | % EMPREGADOS POR CAE |
|-----|---------------------|---|--------------|-----------------------------|----------------------------|
| A | 1 A 4 | 3 | 9 | 466,5 | 1,8% |
| | 5 A 9 | 7 | 8 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 13 | | |
| B | 1 A 4 | 3 | 4 | 387 | 1,5% |
| | 5 A 9 | 7 | 5 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 9 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 1 | | |
| C | 1 A 4 | 3 | 13 | 11493 | 45,1% |
| | 5 A 9 | 7 | 19 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 53 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 23 | | |
| | 100 A 249 | 174,5 | 17 | | |
| | 250 A 499 | 374,5 | 11 | | |
| | 500 OU MAIS | 500 | 2 | | |
| D | 1 A 4 | 3 | 4 | 19 | 0,1% |
| | 5 A 9 | 7 | 1 | | |
| E | 1 A 4 | 3 | 5 | 185 | 0,7% |
| | 5 A 9 | 7 | 1 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 3 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 1 | | |
| F | 1 A 4 | 3 | 17 | 2254,5 | 8,8% |
| | 5 A 9 | 7 | 21 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 41 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 2 | | |
| | 100 A 249 | 174,5 | 4 | | |
| G | 1 A 4 | 3 | 26 | 2994,5 | 11,7% |
| | 5 A 9 | 7 | 24 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 40 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 7 | | |
| | 100 A 249 | 174,5 | 6 | | |
| H | 1 A 4 | 3 | 9 | 1206 | 4,7% |
| | 5 A 9 | 7 | 8 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 17 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 6 | | |
| | 100 A 249 | 174,5 | 1 | | |
| I | 1 A 4 | 3 | 14 | 845,5 | 3,3% |
| | 5 A 9 | 7 | 14 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 18 | | |
| | 100 A 249 | 174,5 | 1 | | |
| J | 1 A 4 | 3 | 5 | 116 | 0,5% |
| | 5 A 9 | 7 | 6 | | |

| | | | | | |
|----------|-------------|-------|------------|----------------|---------------|
| | 10 A 49 | 29,5 | 2 | | |
| K | 1 A 4 | 3 | 6 | 82,5 | 0,3% |
| | 5 A 9 | 7 | 5 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 1 | | |
| L | 1 A 4 | 3 | 6 | 112 | 0,4% |
| | 5 A 9 | 7 | 5 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 2 | | |
| M | 1 A 4 | 3 | 13 | 478,5 | 1,9% |
| | 5 A 9 | 7 | 10 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 10 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 1 | | |
| N | 1 A 4 | 3 | 6 | 1196,5 | 4,7% |
| | 5 A 9 | 7 | 6 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 14 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 3 | | |
| | 500 OU MAIS | 500 | 1 | | |
| P | 1 A 4 | 3 | 6 | 722 | 2,8% |
| | 5 A 9 | 7 | 5 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 5 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 7 | | |
| Q | 1 A 4 | 3 | 10 | 2392,5 | 9,4% |
| | 5 A 9 | 7 | 8 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 30 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 13 | | |
| | 100 A 249 | 174,5 | 6 | | |
| | 250 A 499 | 374,5 | 1 | | |
| R | 1 A 4 | 3 | 7 | 365 | 1,4% |
| | 5 A 9 | 7 | 9 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 7 | | |
| | 50 A 99 | 74,5 | 1 | | |
| S | 1 A 4 | 3 | 6 | 186,5 | 0,7% |
| | 5 A 9 | 7 | 3 | | |
| | 10 A 49 | 29,5 | 5 | | |
| | | | 709 | 25502,5 | 100,0% |

Tabela 4. Taxa de empregados por CAE

Apurado o número médio de trabalhadores das 709 empresas/entidades empregadoras, percebemos que foi considerada uma amostra relativa a uma população ativa de cerca de 25502,5 empregados.

Atendendo aos dados dos Censos 2011, na NUT III Minho-Lima residem 244836 pessoas, sendo 91794 empregadas. Destas, 3582 estavam empregadas no setor primário, 31911 no setor secundário e 56301 no setor terciário.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos para obtermos dados oficiais do da NUT III mais recentes, não foi possível obtê-los, sendo que a análise a realizar terá de ser feita considerando os dados dos Censos 2011. Assim, a população empregada considerada nesta amostra representa cerca de 28% da população ativa da NUT III – Alto Minho.

Pela análise dos dois últimos quadros, facilmente se conclui que as empresas com maior taxa de resposta ao inquérito não pertencem aos CAE com maior representatividade em termos de empregabilidade na região, com a exceção do CAE relacionado com Atividades de saúde humana e apoio social, mas que tem uma representatividade de apenas 10%, sendo o quarto maior.

| CAE | TAXA DE RESPOSTA POR CAE | % EMPREGADOS POR CAE |
|---|--------------------------|----------------------|
| N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 47% | 4,7% |
| M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 34% | 1,9% |
| Q - Atividades de saúde humana e apoio social | 32% | 4,7% |
| H - Transportes e armazenagem | 28% | 9,4% |

Tabela 5. Taxa de respostas por CAE vs Taxa de empregados por CAE

Portanto, as empresas que se enquadram nos CAE das atividades administrativas e dos serviços de apoio; das atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; e dos transportes e armazenagem; têm uma representatividade económica para o território muito baixa na ordem dos 4,7%, 1,9% e 4,7%, respetivamente.

Por esta análise, conclui-se que os dados apurados no Indicador 1 do Eixo II não são válidos nem consistentes para perspetivar as vagas de emprego por qualificação profissional e, consequentemente, não poderão conferir credibilidade e confiabilidade aos resultados do Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto, que suporta a definição do SANQ para a região. Pode, pois, afirmar-se, com um grau elevado de probabilidade, que os resultados se inscrevem num

quadro global de encenação e pretensa cientificidade para legitimar uma oferta formativa pretensamente alinhada com as necessidades de qualificação, fazendo lembrar a *Hipocrisia Organizada* teorizada por Brunsson (2006).

EIXO II – Indicador 3

O indicador 3 do Eixo II, reflete a vertente qualitativa do eixo já que este indicador foi definido por “Rácio entre o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte” (CIM7).

De acordo com esta fonte documental (CIM 7), este indicador reflete uma análise mais subjetiva, na medida em que os resultados obtidos se baseiam:

- nos resultados dos *Focus Group*, realizados em 2014, “no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho sobre os seguintes sectores económicos: Turismo; Enogastronomia; Energia; Floresta, Madeira e Mobiliário; Têxteis, vestuário e calçado; Comércio; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana; e Economia Social”;
- no “Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho”;
- nas “dinâmicas recentes de investimentos através da análise dos projetos aprovados e respetivo investimento elegível, do Sistema de Incentivos do Compete 2020 e do Norte 2020, para o Alto Minho”. (*ibidem*)

A fórmula utilizada para apuramento deste indicador, baseou-se na análise subjetiva às seguintes dimensões:

- “Constrangimentos ao crescimento do emprego no setor;
- Necessidades de qualificação e competências;
- Distribuição do investimento elegível aprovado dos projetos dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por CAE.” (*Ibidem*)

“Fórmula:

Focus Group realizados no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho, sobre: Turismo; Eno-Gastronomia; Energia; Floresta, Madeira e Mobiliário; Têxteis, vestuário e calçado; Comércio; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana; e Economia Social; o Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho; e ainda os projetos aprovados no âmbito dos Programas Operacionais Norte 2020 e Compete 2020 de acordo com as seguintes dimensões:

- Constrangimentos ao crescimento do emprego no setor
- Necessidades de qualificação e competências
- Distribuição do investimento elegível aprovado dos projetos dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por CAE

Notação:

- Se a tendência das três dimensões é negativa **atribui-se -1**;
- Se a tendência das três dimensões é neutra **atribui-se 0**;
- Se a tendência das três dimensões é positiva **atribui-se 1**.

Exemplos:

- Os Focus Group setoriais visaram essencialmente a identificação das necessidades e dinâmicas locais de qualificação e competências e análise dos principais constrangimentos ao crescimento do emprego nos diferentes setores.
- O domínio temático associado ao setor económico do Mar foi abordado no âmbito do Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho.
- Distribuição dos fundos comunitários no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por ramo de atividade:

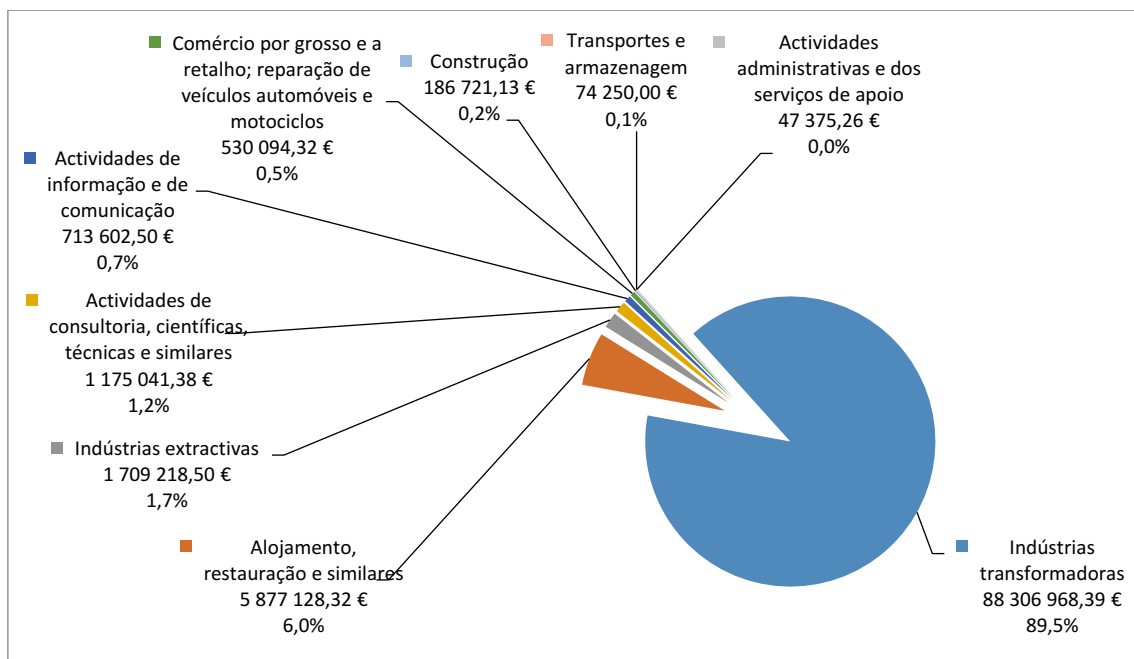


Gráfico 1. Distribuição do fundo comunitário no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por Ramo de Atividade (CIM 7). Fonte: CIM Alto Minho (2017a)

| CAE - Top 10 Indústria Transformadora | Fundo |
|--|-----------------|
| Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis | 24.433.663,58 € |
| Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário | 21.448.050,17 € |
| Fundição de metais leves | 10.343.475,00 € |
| Fabricação de papel e de cartão (exceto cancelado) | 9.135.950,00 € |
| Fabricação de outros artigos de plástico, n.e | 5.171.286,85 € |
| Branqueamento e tingimento | 3.651.686,45 € |
| Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico | 2.037.150,00 € |
| Fabricação de máquinas para as indústrias do plástico e da borracha | 1.881.301,92 € |
| Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino | 1.848.474,75 € |
| Fabricação de não tecidos e respectivos artigos, excepto vestuário | 1.315.923,75 € |

Quadro 1. Eixo II – Indicador 3: Top 10 – Indústrias Transformadoras (CIM 7). Fonte: CIM Alto Minho (2017a)

Tendo em conta os dados fornecidos no documento em análise, não podemos extrair conclusões sobre os resultados concretos deste indicador, embora seja possível verificar que relativamente à dimensão “Constrangimentos ao crescimento do emprego no setor”, extrai-se do Pacto Territorial de 2014 a identificação dos seguintes: a criação de condições para diminuir assimetrias de distribuição da população e do tecido empresarial e potenciar o crescimento da expansão económica do Alto Minho; o facto

de a criação de empresas ter menos expressão no Alto Minho quando comparada com o nível nacional e da região Norte; o desajustamento entre a oferta e a procura sendo necessário promover a reconversão profissional de acordo com as necessidades das empresas; implementação de mecanismos de reconhecimento das competências adquiridas informalmente e em contexto de trabalho; e, a necessidade de promoção de ações e campanhas de valorização de profissões tradicionais.

Por outro lado, cremos que a dimensão “Necessidades de qualificação e competências” terá sido apurada com base no Pacto Territorial e nos resultados do Inquérito, o qual sabemos não ser representativo do tecido económico e social do Alto Minho.

Quanto à dimensão da “Distribuição do investimento elegível aprovado dos projetos dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por CAE”, pela leitura do gráfico 1, 89,5% dos fundos comunitários serão afetos às Indústrias Transformadoras que, como vimos antes, têm apenas um peso de 19% nos ramos de atividade do Alto Minho. O quadro 6, indica-nos o tipo de indústrias transformadoras que se encontram no Top 10 de distribuição dos 89,5% dos fundos comunitários. Se podemos fazer a leitura de que esta distribuição atenta o incentivo à expansão da atividade económica destas empresas, então, no Alto Minho, estas empresas terão necessariamente necessidade de contratar técnicos qualificados destes setores de atividade.

Concluída a análise superficial a cada uma destas dimensões, verificamos não ter elementos para poder extrair conclusões sobre os resultados deste indicador, já que esses não foram fornecidos no documento em estudo.

Terminamos a análise possível à metodologia de suporte à aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional no Alto Minho, concluindo que os dados apurados não são válidos e consistentes para considerar fiáveis os resultados do Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto, que suporta a definição do SANQ para a região.

Esta conclusão fundamenta-se pelo facto de ter sido utilizado, pelo menos, um instrumento – o questionário enviado às entidades empregadoras – que não garante a qualidade informativa dos dados (Wierma, 1995, Eisman, 1992b, cit. in Coutinho, 2005,

p. 49) e, por outro lado, não é possível verificar a “replicabilidade das conclusões do estudo” (Vieira, 1999 cit. in Coutinho, 2005, p. 49) já que não se pode concluir que diferentes investigadores, utilizando os mesmos procedimentos, chegariam a resultados idênticos (*Ibidem*).

1.2. Atribuição da relevância de cada qualificação para o Alto Minho

Importa agora, aferir a forma encontrada para a atribuição da relevância das qualificações para o Alto Minho (CIM 8), apresentada em forma de proposta preliminar pela CIM.

Esta proposta contempla uma tabela que relaciona as profissões segundo a Classificação Portuguesa de Profissões (CPP), a 4 dígitos, com as mais aproximadas qualificações do Quadro Nacional de Qualificações, por níveis (N.2, N.4 e N.5), para as quais se explicitam os resultados das classificações atribuídas a cada indicador, os resultados de cada eixo de análise, os resultados da soma das classificações dos eixos 1 e 2, o resultado das relevâncias das qualificações do Alto Minho e a relevância das qualificações no Norte.

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | | NUT II – Norte |
|--------------------------------------|--|--------|-------|-------|--------|---------|-------|-------|---------|---------------|--|---------------------------------------|
| | | Eixo I | | | | Eixo II | | | | Resultado | | |
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações Relacionadas N.x= níveis do Quadro Nacional de Qualificações | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo I | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo II | Eixo I+II (T) | Relevância das Qualificações do Alto Minho | Relevância das Qualificações do Norte |

Tabela 6. Entradas da tabela referente aos resultados da relevância das qualificações do Alto Minho e do Norte por qualificações do QNQ relacionadas com as Profissões segundo a CPP a 4 dígitos⁹. Fonte: CIM Alto Minho (2017a)

A escala utilizada para as relevâncias das classificações é crescente e com intervalo definido de 1 a 10.

⁹ A tabela completa pode ser consultada no documento CIM 8. A opção pela inclusão das entradas da tabela, clarifica a distribuição das variáveis que permitiram apurar as relevâncias das qualificações do Alto Minho e do Norte.

Importa assim, clarificar o método utilizado nesta metodologia para aferição da relevância de cada qualificação para o Alto Minho (RAM), uma vez que a respetiva relevância do Norte (RN) foi fornecida pela ANQEP.

De acordo com o documento em análise (CIM 7), a atribuição da relevância das qualificações do Alto Minho obtém-se seguindo três etapas:

1ª) preenchimento do Quadro 3. com a notação atribuída em cada um dos três indicadores dos Eixos I e II, soma dos indicadores do Eixo I, soma dos indicadores do Eixo II e soma do Eixo I + Eixo II (T);

2ª) com a soma do Eixo I + Eixo II (T) apurados, a relevância do Alto Minho é atribuída de acordo com a seguinte escala:

| | |
|------------------------|----------------|
| Se $T \leq -5$ | $RAM = RN - 2$ |
| Se $-4 \leq T \leq -3$ | $RAM = RN - 1$ |
| Se $-2 \leq T \leq 2$ | $RAM = RN$ |
| Se $3 \leq T \leq 4$ | $RAM = RN + 1$ |
| Se $T \geq 5$ | $RAM = RN + 2$ |

Quadro 2. Escala de atribuição da RAM, a partir da RN. Fonte: CIM Alto Minho (2017a)

3ª) por último, o resultado obtido na RAM é comparado com o respetivo resultado da RN e a diferenciação das propostas do Alto Minho face à Região Norte está condicionada pelos seguintes intervalos de variação:

| Escala (de 1 a 10) | | | |
|--|-----------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| Relevância das qualificações ao nível do diagnóstico de âmbito nacional (NUT II) | Relevância de: 1, 2 ou 3 | Relevância de: 4, 5, 6 ou 7 | Relevância de: 8, 9 ou 10 |
| Ajuste da relevância através do diagnóstico regional (CIM/AM) | Variação até +/- 2 | Variação até +/- 3 | Variação até +/-2 |

Tabela 7. Intervalos de variação condicionantes da diferença da proposta de relevâncias do Alto Minho face à Região Norte. Fonte: CIM Alto Minho (2017a)

De acordo com a metodologia, a relevância das qualificações no Alto Minho é obtida com base em ajustamentos efetuados, face à relevância das mesmas na Região Norte.

No que concerne aos grupos de relevância, o estudo aponta que os resultados de relevância 10 e 9 indicam um cenário de crescimento para as correspondentes qualificações, 8 e 7 um cenário de crescimento prudente, 6 e 5 um cenário de estabilidade e abaixo dos 5 um cenário de decréscimo das mesmas.

1.3. Análise da Proposta Preliminar do SANQ para o Alto Minho

A proposta preliminar do SANQ contempla um total de 277 qualificações com níveis de qualificação associados, de acordo com o Quadro Nacional de Qualificações (QNQ)¹⁰. (CIM 8)

Observando o número de qualificações, por nível, e agrupando-as por grupos de relevância (das qualificações do Alto Minho), constata-se o seguinte:

| Grupos de Relevância das Qualificações do Alto Minho | N.º de Qualificações | N.º de Qualificações por Nível/Relevância | N.º de Qualificações por Nível |
|--|----------------------|--|---|
| Relevância de: 1, 2 ou 3 | 90 (32,5%) | Nível 2 – 15 (16,7%) Nível 4 – 67 (74,4%) Nível 5 – 8 (8,9%) | Nível 2 – 99 (35,7%) Nível 4 – 152 (54,9%) Nível 5 – 26 (9,4%) |
| Relevância de: 4, 5, 6 ou 7 | 141 (50,9%) | Nível 2 – 54 (38,3%) Nível 4 – 73 (51,8%) Nível 5 – 14 (9,9%) | |
| Relevância de: 8, 9 ou 10 | 46 (16,6%) | Nível 2 – 30 (65,2%) Nível 4 – 12 (26,1%) Nível 5 – 4 (8,7%) | |
| Total | 277 | | |

Tabela 8. N.º de qualificações, por nível e por grupos de relevância das qualificações do Alto Minho

¹⁰ “O QNQ abrange o ensino básico, secundário e superior, a formação profissional e os processos de reconhecimento, validação e certificação de competências quer obtidas por via não formal quer informal.” (<http://www.catalogo.angep.gov.pt/Home/QNQ>, consultado em 16/09/2017)

Nível de Qualificação 2 - 3º ciclo do ensino básico obtido o ensino básico ou por percursos de dupla certificação

Nível de Qualificação 4 - Ensino secundário obtido por percursos de dupla certificação ou ensino secundário vocacionado para prosseguimento de estudos de nível superior acrescido de estágio profissional – mínimo 6 meses

Nível de Qualificação 5 - Qualificação de nível pós-secundária não superior com créditos para prosseguimento de estudos de nível superior

Da análise da tabela 1. conclui-se que 50,9% das qualificações do quadro têm uma relevância de 4, 5, 6 ou 7, 32,5% têm uma relevância de 1, 2 ou 3 e apenas 16,6% têm uma relevância situada nos valores máximos (8, 9 ou 10).

Analisado apenas o nível das qualificações, conclui-se que: 99 qualificações são de nível 2 (35,7%), 152 qualificações são de nível 4 (54,9%) e 26 qualificações são de nível 5 (9,4%).

Em cada um dos grupos de relevância definidos, a maioria das qualificações é de nível 4 (74,4% para as relevâncias 1, 2 e 3; 51,8% para as relevâncias 4, 5, 6 e 7), com exceção do grupo de relevâncias 8, 9 e 10 em que a maioria das qualificações identificadas é de nível 2 (65,2%).

Estes dados são particularmente relevantes na medida em que os operadores (escolas públicas e escolas profissionais privadas) têm uma oferta qualificante predominante de nível 4, sendo a oferta de nível 2 muito residual.

Fazendo uma análise similar à relevância das qualificações do Norte da proposta preliminar, constata-se o seguinte:

| Grupos de Relevância das Qualificações do Norte | N.º de Qualificações | N.º de Qualificações por Nível/Relevância | N.º de Qualificações por Nível |
|--|-----------------------------|--|---|
| Relevância de: 1, 2 ou 3 | 91 (32,9%) | Nível 2 – 16 (17,6%) Nível 4 – 67 (73,6%) Nível 5 – 8 (8,8%) | Nível 2 – 99 (35,7%) Nível 4 – 152 (54,9%) Nível 5 – 26 (9,4%) |
| Relevância de: 4, 5, 6 ou 7 | 155 (56%) | Nível 2 – 61 (39,4%) Nível 4 – 77 (49,7%) Nível 5 – 17 (10,9%) | |
| Relevância de: 8, 9 ou 10 | 31 (11,1%) | Nível 2 – 22 (71%) Nível 4 – 8 (25,8%) Nível 5 – 1 (3,2%) | |
| Total | 277 | | |

Tabela 9. N.º de qualificações, por nível e por grupos de relevância das qualificações do Norte

Conclui-se que 56% das qualificações do quadro têm uma relevância de 4, 5, 6 ou 7, 32,9% têm uma relevância de 1, 2 ou 3 e apenas 11,1% têm uma relevância situada nos valores máximos (8, 9 ou 10).

Comparada com a tabela relativa às qualificações do Alto Minho, as diferenças de valores por grupos de relevância são muito ténues.

Analisando cada um dos grupos de relevância encontramos algumas diferenças face aos dados do Alto Minho.

No grupo de relevâncias 1, 2 e 3, tal como no Alto Minho, a maioria das qualificações é de nível 4 (73,6%). No grupo de relevâncias 4, 5, 6 e 7, observamos que a taxa de qualificações de nível 2 e de nível 4 é bastante próxima (39,4% e 49,7%, respetivamente), o que não sucede nas qualificações deste grupo no Alto Minho. Já no grupo de relevâncias de valores máximos (8, 9 e 10), 71% das qualificações são de nível 2, superando a percentagem correspondente do Alto Minho.

1.4. Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto – Reunião de trabalho

As escolas do Alto Minho que, no ano letivo 2016/2017, tiveram a oferta de cursos profissionais em funcionamento, foram convocadas, a 10 de março de 2017, pela CIM Alto Minho para participarem numa reunião de trabalho, a realizar no dia 21 de março de 2017, intitulada “Reunião sobre o Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, com o seguinte enquadramento:

considerando a importância do envolvimento neste processo das principais entidades intervenientes no processo de concertação da rede de oferta formativa, vimos convidar V.Ex^a a participar na reunião de trabalho com os operadores de Educação e Formação do Alto Minho (...) para auscultação e apresentação de eventuais contributos relativamente à proposta preliminar de atribuição da relevância de qualificações do Alto Minho.” (CIM 6)

A reunião iniciou pela apresentação dos resultados preliminares obtidos na aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional.

As referências que se seguem foram extraídas do Diário do Investigador (DI 1), um dos instrumentos de recolha de dados utilizados nesta investigação.

A CIM Alto Minho, na pessoa do seu Secretário, contextualizou os presentes recordando que, no passado com a publicação do Pacto territorial para a promoção da empregabilidade no Alto Minho, fez um trabalho relacionado com a problematização da ligação da oferta formativa à procura, o qual entendem não se ter materializado em nada de concreto.

Em janeiro de 2017, refere que surgiu a possibilidade de realização de um trabalho articulado entre a CIM Alto Minho e a ANQEP I.P., para a execução de um exercício ao nível do seu território, apesar de não existir qualquer financiamento previsto para a realização do mesmo.

Assumimos como hipótese provável que as autarquias teriam a expectativa de que a ANQEP I. P. financiasse o estudo, mas tal nunca ocorreu com nenhuma CIM do país, nem com as CIM que assinaram protocolo com aquele organismo.

Continua a intervenção informando que, apesar da falta de financiamento e recorrendo aos recursos humanos internos, a CIM Alto Minho aceitou realizar o exercício proposto pela ANQEP I.P. para a atribuição da relevância das qualificações no Alto Minho, uma vez que a agência já tinha trabalho de base feito, ao nível do SANQ definido para a NUT II, e forneceu os dados e os instrumentos necessários para a realização do estudo.

Na aplicação da metodologia proposta para desenvolvimento do MAR, a CIM Alto Minho baseou-se em dados de natureza quantificada e efetuou a auscultação dos atores regionais, com a aplicação de inquéritos às empresas e entidades empregadoras do território.

No que se refere à baixa taxa de resposta ao inquérito, a CIM Alto Minho considera que, quando comparada com os valores obtidos por outras, a CIM Alto Minho até conseguiu um resultado superior, reconhecendo-se, no entanto, que esta taxa de resposta traz problemas de representatividade da amostra. No entanto, é esclarecido aos presentes que a aplicação do inquérito foi uma condição imposta pela ANQEP I.P.

Tendo sido auscultados os principais setores económicos do território, através da aplicação do inquérito, a realização desta reunião tem o objetivo de auscultar também as diferentes instituições que desenvolvem ensino profissional, para que possam dar os seus contributos.

Os presentes foram ainda informados que, posteriormente a esta reunião, no dia 24 de março, todas as a CIM estão convocadas para uma reunião com a DSRN e, a 4 de abril, será apresentada a proposta final de atribuição de relevância às qualificações identificadas no SANQ.

Neste ponto da reunião, ficou claro para os presentes que a CIM Alto Minho, enquanto entidade responsável pela aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional, enfrentou dois obstáculos que colocam em causa a validade e a fiabilidade dos resultados obtidos neste estudo: um primeiro, relacionado com o facto de terem menos de dois meses para implementarem a metodologia de trabalho requerida na aplicação do MAR; um segundo, por reconhecerem que baixa taxa de respostas ao inquérito aplicado pode não representar o tecido económico da região.

Esta constatação pública, reforça o nosso entendimento de que as relevâncias atribuídas às qualificações do SANQ para o Alto Minho, resultam de um processo baseado em resultados que não podem ser considerados fiáveis e, conseqüentemente, não válidos para a região.

Na linha de pensamento da teoria da *Hipocrisia Organizada* de Brunsson (2006), podemos considerar que esta persistência na utilização de resultados que não podem ser considerados fiáveis, pode ser explicada, tal como Costa (2007) defende, pelo facto de as organizações estarem reféns do ambiente em que atuam, sujeitas a inúmeras pressões e tensões, e dependentes de normas (muitas vezes inconsistentes e contraditórias), às quais têm de dar seguimento, uma vez que de outra forma colocam em causa a sua legitimidade institucional.

Portanto, em nome da legitimidade institucional, não se reconsidera o caminho a seguir, mas persiste-se no erro para não travar um processo, em certa medida, imposto.

A apresentação do “Sistema de Antecipação Nacional de Qualificação – SANQ do Alto Minho” (CIM 9), foi realizada seguindo a seguinte estrutura:

1. Enquadramento Geral
2. Metodologia
 - i. Sistema de Antecipação Nacional de Qualificações
 - ii. Módulo de Aprofundamento Regional
3. Quadro de indicadores de suporte a cada eixo
 - i. Eixo 1 – Análise de dinâmicas recentes do mercado de trabalho
 - ii. Eixo 2 – Análise prospetiva da evolução da procura de qualificações
4. Proposta preliminar de relevância de qualificações do Alto Minho
 - i. Atribuição da relevância de qualificação para o Alto Minho
 - ii. Proposta preliminar

No capítulo “Enquadramento Geral” fez-se, de novo, referência à colaboração da CIM Alto Minho com a ANQEP I.P., à definição da metodologia de trabalho fornecida pela ANQEP I.P., que serviu de suporte a todas as CIM, e ao SANQ, enquanto “instrumento relevante para a tomada de decisão em matéria de definição da rede de oferta educativa e formativa” (CIM 9).

No ponto 2, “Metodologia”, apresentaram-se os objetivos e a metodologia de suporte de cada um dos três módulos que suportam os resultados do SANQ: Módulo de Diagnóstico de Base, Módulo de Planeamento e Módulo de Aprofundamento Regional.

No que se refere ao MAR, explicitaram-se o conjunto de instrumentos utilizados, os quais incluíram metodologias de cariz qualitativo e quantitativo, estruturadas em dois eixos de análise. Foram apresentadas as fórmulas de cálculo de cada um dos indicadores dos Eixos I e II, assim como a respetiva notação e algumas tabelas construídas com base em resultados obtidos, as quais já foram apresentadas no subcapítulo 3.1. Por último,

foram apresentadas as etapas necessárias para atribuição da relevância de cada qualificação para o Alto Minho.

Terminada a apresentação e, tendo sido distribuído um exemplar da proposta preliminar de relevância de qualificações do Alto Minho, foi solicitado aos presentes a colocação de questões e/ou apresentação de comentários.

Com as duas primeiras questões colocadas pretendeu-se saber qual a influência dos resultados desta proposta quanto ao número de turmas que vão ser atribuídas às escolas e, relativamente às prioridades, se foi aplicado o inquérito em empresas de média e grande dimensão da região.

A CIM Alto Minho respondeu esclarecendo que desconhece como se vai, a partir destes resultados, passar para a aferição do número total de turmas. Já no que diz respeito à aplicação dos inquéritos, foi esclarecido que a amostra foi enviada pela ANQEP I.P. e era um elemento de uso obrigatório, reconhecendo-se algumas limitações a esse nível e que as respostas dadas podem não ser representativas de todos os setores económicos da região. Desta forma, no próximo ano serão equacionadas alterações.

A primeira questão colocada refletiu, de imediato, a grande preocupação das escolas face à definição da rede de oferta formativa, que se prende com o número de turmas que será autorizado pela tutela e, em que medida, os resultados de relevância agora apresentados vão influenciar essa decisão quanto à tipologia de cursos a propor.

Ficou claro que, nem todos compreenderam o processo de atribuição de relevâncias às qualificações do Alto Minho, uma vez que se questionou se esta se obteve com base na aplicação dos inquéritos. Neste sentido, a CIM esclareceu que não e que foi obtida tendo por base todos os indicadores, ressaltando que apenas o indicador 1 do eixo 2 foi apurado com base nos resultados do inquérito. Para obtenção dos resultados das relevâncias ponderaram-se, de igual forma, os seis indicadores. Os resultados de classificação de relevâncias entre 0 e 5 correspondem a menores necessidades de formação e, entre 6 e 10, a maiores necessidades de formação.

Notando-se ainda a falta de compreensão do assunto, questionam-se os resultados de relevância de qualificações como, por exemplo, agricultura vs artesãos ou fundição, argumentando-se que na região do Alto Minho e, em face do seu tecido económico, deveriam qualificações do setor da agricultura ter uma relevância superior ao de qualificações relacionadas com trabalhos manuais de artigos têxteis, couro e similares.

Face ao exposto, é notório que é grande a complexidade da metodologia utilizada que originou os resultados preliminares do SANQ, não sendo expectável que seja compreendida e apreendida no contexto de uma única reunião. Também aqui, podemos aludir à metáfora da “anarquia organizada”, na medida em que se apresentam resultados baseados em intenções e objetivos insuficientemente definidos, em que as tecnologias são pouco claras, em que a participação dos atores é fluida, em que a tomada de decisão é desordenada, imprevisível e improvisada, funcionando segundo o modelo do “caixote do lixo” (Alves, 1999).

Analisada a proposta preliminar, constata-se que estas qualificações têm relevância de 8 no Alto Minho, enquanto as do setor agrícola têm relevâncias de 3 e 4. No caso da fundição, as qualificações deste setor são classificadas com uma relevância, no Alto Minho, de 9, desconhecendo-se empresas que trabalhem neste ramo de atividade, quer na região Norte, quer no Alto Minho. Também não é claro para os presentes a forma como a ANQEP I.P. obteve os resultados das relevâncias das classificações do Norte.

No seguimento dos esclarecimentos prestados, a CIM Alto Minho reforça a informação de que a matriz da região Norte, no que concerne à atribuição das relevâncias das qualificações, foi fornecida pela ANQEP I.P. como base de trabalho. O principal objetivo do presente estudo seria “calibrar” as classificações da região Norte relativamente às do Alto Minho, reforçando a ideia de que o processo de cálculo das relevâncias do Alto Minho é objetivo.

Importa realçar que, em face das questões e respostas dadas, a CIM Alto Minho refere novamente que considera que a metodologia de trabalho proposta “não é perfeita”, que tem limitações reconhecidas pela ANQEP I.P., admitindo que as respostas obtidas na aplicação dos inquéritos não são representativas de todos os setores económicos do Alto Minho.

Apesar de tudo, neste contexto, a CIM Alto Minho realizou o exercício proposto, o qual teve imposições definidas à partida e, ou não se aderiria, ou se participava nas condições estabelecidas. Entendeu-se, portanto, que se devia fazer uma reunião para auscultar as escolas, para que estas percebessem as tendências e, para que se pronunciassem relativamente às suas perceções face aos resultados do estudo. Neste contexto, a CIM Alto Minho considera haver a possibilidade de, em anos posteriores, melhorar a metodologia do estudo.

Seguem-se algumas intervenções protagonizadas por responsáveis pedagógicos de escolas profissionais privadas, por diretores de escolas públicas e por um docente que exerce o cargo de direção de curso.

A primeira intervenção parabeniza a CIM Alto Minho pelo trabalho desenvolvido, mas expressa não estar esclarecido sobre o que, de facto, a CIM Alto Minho pretende dos presentes, suspeitando que este diagnóstico procura fornecer à ANQEP I.P. e DGEstE uma panorâmica sobre as necessidades de formação. No entanto, no estudo não é considerado o público que vai receber essa formação, ou seja, os alunos. Referindo-se apenas à primeira página da proposta preliminar, que contém qualificações de nível 2, 4 e 5, identifica 20 qualificações de nível 2 em 33. Reforça que a oferta formativa que os presentes operam é de nível 4, sendo os cursos de nível 2 residuais. Considera que, se esta proposta vai determinar os cursos que serão autorizados a iniciar no próximo ano letivo, então vai haver problemas em fazer coincidi-los com as propostas das escolas. Por outro lado, refere a importância de se envolverem alunos e encarregados de educação neste tipo de estudos. Aponta, como exemplo, um curso que tem na proposta uma relevância de 7, e que no ano letivo anterior não teve procura suficiente de alunos que possibilitasse a abertura da turma. Refere ainda um outro aspeto relacionado com o horizonte temporal do estudo, que foi realizado para uma prospeção a dois anos, enquanto que a duração dos cursos profissionais é de três anos. Concluindo a sua intervenção, considera que a maior parte das qualificações que estão identificadas com maior valor de relevância não têm público e que o triângulo ANQEP-Escolas-Alunos/Encarregados de Educação não funciona. Observa ainda que no gráfico dos Programas Operacionais a distribuição de fundos comunitários (FEDER) indica que se

está a investir imenso nas indústrias extrativas, não é compreensível do seu ponto de vista.

Segue-se uma segunda intervenção, na qual se dá o exemplo da área de formação de Comércio, a qual tem um elevado índice de empregabilidade no Alto Minho, mas para a qual não se regista procura por parte dos alunos/encarregados de educação. Mencionam-se dois aspetos a ter em conta na definição da rede de oferta formativa: a importância das ações de orientação vocacional dos alunos que, deveriam começar desde cedo, e a “não abertura” das escolas públicas à divulgação das ofertas formativas dos operadores da região. Relativamente ao motivo da presença das escolas na reunião, não se considera ajustado que a CIM Alto Minho apresente os resultados deste estudo, assente numa metodologia de trabalho científica, e que se solicite aos presentes “perceções” sobre os resultados do estudo. Neste sentido, questiona-se o valor destas “perceções” junto de entidades como a ANQEP I.P. ou a DGEstE.

O posicionamento dos atores revelado nestas duas intervenções relatadas permitem-nos estabelecer o paralelo com a perspetiva política, na medida em que são realçados valores, objetivos, perceções e interesses diferenciados e/ou opostos (Alves, 1999) aos defendidos pela CIM Alto Minho, explanados na apresentação dos resultados preliminares do SANQ.

Neste ponto, a CIM Alto Minho menciona que irá transmitir a necessidade de se reforçar a sensibilização para a questão da procura dos alunos/encarregados de educação por determinadas qualificações, face às necessidades identificadas pelo mercado de trabalho. Tentará também perceber de que forma estas “perceções” poderão ser incorporadas, ainda neste estudo, e de que forma se poderá melhorar o modelo a aplicar no próximo ano. Estas “perceções” serão transmitidas à ANQEP juntamente com as “limitações” do estudo.

Podemos assim afirmar que o reconhecimento de que a *hipocrisia*, teorizada por Brunsson (2006), é aqui utilizada como a solução encontrada, impossível de evitar, para se persistir na utilização deste modelo, ficando evidenciadas as incongruências decorrentes do discurso, das decisões e das ações.

Na intervenção seguinte, é considerado que a CIM Alto Minho pode ter um papel importante no ajustamento do modelo. Referindo-se, como exemplo, a área da construção civil, para a qual não há registos de procura por parte de alunos/encarregados de educação, tem havido procura de técnicos pelas empresas, através de pedidos que chegam às escolas.

Uma outra intervenção alerta para os indicadores de resultados a que os operadores que realizam ensino profissional estão sujeitos, como taxas de empregabilidade (dentro e fora da área de formação), taxas de prosseguimento de estudos e taxas de conclusão, através dos quais se obtém o respetivo financiamento. Desta forma, não se compreende como esses dados não são integrados num estudo deste tipo. Concretizando com um exemplo, refere-se a saída profissional de manutenção industrial, a qual não poderá empregar alunos de nível 2, uma vez que só existem qualificações, nesta área, de nível 4. Ora, a oferta formativa de nível 4 nem sequer consta da proposta preliminar apresentada, mas regista taxas de empregabilidade igual ou superior a 75%, pelo que a escola vai continuar a incluí-la na sua oferta formativa.

Continuando-se a sublinhar este tema, outro interveniente refere-se à importância da existência de orientação vocacional nas escolas, acompanhada de ações de valorização social de algumas profissões, dado as próprias famílias, ainda hoje, estarem pouco recetivas a determinados cursos. Demonstra ainda a sua perplexidade para o facto de “Operador de Fabrico de Calçado (N.2)” ter uma relevância de 10 no Alto Minho, quando só existem duas empresas na região desta área. Referindo-se a outro exemplo, a qualificação de Técnico de Mecatrónica, nível 4, que regista na sua escola uma taxa de empregabilidade de 100%, mas que não consta da proposta preliminar.

À semelhança de outras intervenções, também esta revela a “arena política” em que os intervenientes se posicionam, na medida em que sendo detentores de influência, rivalizam entre si, perseguindo, neste caso, fins institucionais e não pessoais como explica Mintzberg (1986).

O mesmo interveniente salienta ainda a importância da articulação/comunicação entre instituições, sendo necessário que estas façam cruzamento de dados. A própria ANQEP

I.P., com a obrigatoriedade de implementação do EQAVET, terá de impor indicadores às escolas. E sendo os dados recolhidos do conhecimento das diferentes estruturas, é necessário que haja uma efetiva coordenação entre os serviços.

Tal como expõe esta intervenção, percebe-se que esta lógica do planeamento da ação das diversas organizações segue um modelo ambíguo e anárquico, na medida em que, tal como Alves (1999) defende, este modo de "planear" serve, sobretudo, para alimentar o mito de que as organizações têm um plano que orienta, unifica e regula a sua ação, criando uma simbologia correspondente que dê consistência a uma ação desagregada e esconda uma prática evidentemente balcanizada e "anárquica".

Numa última intervenção, refere-se que estes resultados de relevância de qualificações do SANQ indicam que as empresas procuram, maioritariamente, trabalhadores com qualificações de nível 2, o que se pode justificar pela procura, por parte das empresas, de mão de obra barata. Mas, se o processo formativo decorrer de forma “normal”, um jovem com 18 anos termina-o com uma qualificação de nível 4 e não de nível 2. Portanto, se é objetivo alterar a estrutura do emprego e investimento da região do Alto Minho, a formação tem de estar alinhada com estes pressupostos.

1.5. Síntese

Aceitando-se que o diagnóstico de necessidades de formação é o documento base para a fundamentação das ações de planeamento e organização da formação, importaria que o “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto” integrasse uma informação muito clara e objetiva sobre as necessidades de qualificação dos recursos humanos, evidenciada pelos agentes económicos e sociais da região do Alto Minho.

Parece-nos claro que:

- i. a versão do SANQ para o Alto Minho, apresentada pela CIM e suportada na metodologia definida pela ANQEP I.P., foi objeto de críticas fundamentadas na falta de adesão dos resultados produzidos à realidade económica e social, quer ao nível das NUT II, quer das NUT III;

- ii. foi reconhecido publicamente pela CIM Alto Minho que a metodologia de trabalho proposta não é perfeita (devendo esta qualificação ser entendida na sua forma eufemística), que tem limitações reconhecidas pela ANQEP I.P., e que as respostas obtidas na aplicação dos inquéritos não são representativas de todos os setores económicos do Alto Minho, pelo que os dados não são válidos e por isso não permitem propor e fundamentar qualquer referencial de oferta formativa;
- iii. o envolvimento dos atores locais (operadores) nesta metodologia foi realizado de forma a não lhe conferir grande crédito, por falta de rigor científico;
- iv. o inquérito efetuado pela CIM Alto Minho poderia ser um instrumento de grande relevância para o estudo, mas está contaminado pela fraca representatividade dos respondentes;
- v. a não validade dos resultados do estudo é reconhecida pela generalidade dos atores, mas insiste-se na metodologia e consideram-se os resultados do SANQ para a aplicação de critérios de definição da rede de oferta formativa do Alto Minho.

Atendendo ao exposto, julgamos que é tempo de repensar o modelo e de fazer um estudo sério, ao nível das CIM que, em termos quantitativos e qualitativos, produza resultados válidos, representativos e fiáveis relativos à real necessidade de qualificações de nível IV, essenciais para a integração dos jovens nos quadros intermédios das entidades empregadoras da região, e dos níveis V a VIII, no que se refere à integração em quadros superiores.

Nos quadros intermédios das empresas importa ter como primeira e grande preocupação a substituição dos trabalhadores que deixam a vida ativa, por razões de saúde ou limite de idade, muitos deles sem qualquer qualificação, mas com muita experiência, por jovens qualificados, que se integrem nos quadros das empresas devidamente habilitados, qualificados e apetrechados com ferramentas que permitam superar as múltiplas incertezas e as desafiantes oportunidades que se colocam no mundo laboral.

Por isso, e sem prejuízo de uma visão mais prospetiva das necessidades laborais determinadas pelas mutações constantes que conduzirão à economia 4.0, importa ter em conta a realidade económica da CIM Alto Minho, atentas as suas características

regionais, os seus constrangimentos e as oportunidades de melhoria que deverão ser criadas.

Para este estudo sério e rigoroso da realidade da região do Alto Minho, consideramos que existem dois dados, impossíveis de apurar à data pela falta de informação disponível, que seriam da maior relevância para nos elucidar sobre as prospetivas de necessidade de formação: por um lado, apurar o peso da população empregada, por CNP a quatro dígitos, no território da CIM do Alto Minho para se poder aferir, com rigor, as preponderâncias dos sectores de atividade; inferir, a partir das idades da população empregada, tendo por base novamente a CNP a quatro dígitos, o horizonte temporal em que esses recursos humanos vão deixar a vida ativa.

Sendo manifesta a falta de uma informação mais fina importa, sem que isso represente macular a confidencialidade dos dados, reclamar a sua disponibilização.

Por último, consideramos que também importa ter em conta a necessidade de se:

- i. obter mais informação sobre a previsível instalação de novas indústrias no território da CIM e as evoluções tecnológicas associadas;
- ii. analisar devidamente as tendências demográficas que apontam para uma redução de um terço dos jovens, no horizonte de 2030;
- iii. formar dando especial relevância às competências transversais que habilitem os jovens para as incertezas do mercado de trabalho;
- iv. atender aos centros de interesse dos jovens, pois não se pode considerar na equação apenas as necessidades das empresas, sem se ter em consideração os centros de interesse dos alunos, que se encontram numa fase de formação inicial das suas vidas e das suas carreiras profissionais.

2. Planeamento e Concertação da rede de cursos profissionais - Ano Letivo 2017/2018

No decorrer deste capítulo 2, trataremos da apresentação e discussão dos resultados obtidos através da recolha de dados realizada, que advêm:

- das observações da investigadora e do seu diário de investigadora, enquanto participante nas reuniões promovidas por dois dos municípios do Alto Minho com as respetivas escolas estatais e não estatais;
- das observações da investigadora e do diário da investigadora, enquanto participante na reunião de escolas profissionais privadas convocada por uma dessas escolas;
- das observações da investigadora e do diário da investigadora, enquanto participante na reunião de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais 2017-2018 no Alto Minho, promovida pela DGEstE;
- da análise de diversos documentos, aos quais teve acesso e considerou relevantes para este estudo.

Tal como no capítulo anterior, os dados recolhidos foram organizados e apresentam-se por ordem cronológica de acontecimentos, tendo-se atribuído uma codificação por autor e/ou entidade responsável pelo fornecimento dessa documentação.

2.1. Orientações metodológicas e critérios de ordenamento

A 24 de março de 2017, a DGEstE publica um documento, acessível para consulta a todas as escolas, na área reservada do seu sítio institucional, onde define quatro objetivos estratégicos para o planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018:

fomentar uma crescente valorização das ofertas de Ensino Profissional; ajustar a oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho; promover o sucesso educativo e a qualificação profissionalizante; incentivar a adesão dos jovens a esta oferta formativa. (DGEstE 1)

Neste sentido, a DGEstE considera, como ponto de partida, que

O planeamento e concertação da rede de cursos profissionais é instrumental para a valorização destas ofertas formativas, desenvolvendo a rede em coerência com a

capacidade instalada e a oferta de cursos profissionais existente, procurando evitar redundâncias na oferta dos diversos operadores¹¹. (DGEstE 1)

A análise dos quatro objetivos estratégicos divulgados pela DGEstE, a partir dos quais se desencadeiam as ações conducentes ao planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, levam-nos a colocar as seguintes questões, as quais serão retomadas ao longo deste capítulo:

- i. a crescente valorização das ofertas de Ensino Profissional, traduz-se no aumento do número de turmas a autorizar no Alto Minho, sabendo-se que não é possível/alcançável ter esse número de turmas em funcionamento?
- ii. o ajustamento da oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho baseia-se na metodologia definida pela ANQEP I.P. do MAR, alvo de críticas fundamentadas na falta de adesão dos resultados produzidos à realidade económica e social, quer ao nível das NUT II, quer das NUT III?
- iii. como é operacionalizada a promoção do sucesso educativo e da qualificação profissionalizante e se incentiva a adesão dos jovens a uma oferta formativa, num território em que não são implementadas quaisquer medidas de valorização social de profissões menos procuradas pelos jovens, não se atendem aos seus centros de interesse e não se faz um trabalho sério de orientação vocacional, imparcial e isento de interesses?

Por outro lado, afirma-se que o planeamento e concertação da rede será instrumental para a valorização destas ofertas formativas, desenvolvendo a rede em coerência com a capacidade instalada e a oferta de cursos profissionais existente, procurando evitar redundâncias, o que nos leva a questionar:

- i. quais as ações que foram promovidas para valorizar socialmente, no território do Alto Minho, qualificações, à partida, menos atrativas para os jovens e suas famílias?

¹¹ As expressões sublinhadas são do texto original.

- ii. que entidade verificou e avaliou, no terreno, as reais condições das escolas estatais e não estatais, no que se refere à qualidade de instalações, ao quadro de recursos humanos, aos recursos físicos e equipamentos, que suportem a denominada “coerência com a capacidade instalada”?
- iii. que ações foram tomadas para evitar as referidas “redundâncias” na oferta dos diversos operadores, quando estes enviam à DGEstE as suas propostas de oferta formativa sem que seja promovida qualquer reunião prévia de concertação a nível municipal ou, mesmo, a nível supramunicipal?

O documento em análise define, ainda, cinco princípios orientadores para o planeamento e concertação da rede de cursos profissionais:

1. Centralidade do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), implementado pela ANQEP, I.P.;
2. Mobilização de critérios de proporcionalidade, relevância, desempenho e de sustentabilidade e coesão na definição da rede de cursos profissionais;
3. A centralidade das CIM/AM no processo de coordenação conjunta, com as unidades orgânicas desconcentradas da DGEstE, das propostas de rede;
4. A articulação de três pressupostos fundamentais no âmbito da definição da rede de cursos profissionais, em cada CIM/AM:
 - Relevância das qualificações no âmbito do SANQ;
 - Estabilidade da rede existente, tendo em conta a capacidade instalada em cada entidade/território;
 - Promoção da possibilidade de inovação.
5. A relevância do processo de concertação da rede com os estabelecimentos de ensino, designadamente através da realização de reuniões das CIM/AM e das direções de serviço regionais da DGEstE com as entidades promotoras da oferta formativa, tendo em vista a discussão e negociação das propostas apresentadas face aos princípios e critérios definidos. (DGEstE 1)

Relativamente aos critérios de ordenamento da rede, foram definidos quatro, explicitados da seguinte forma:

1. Critério da proporcionalidade - Na definição da rede para o ano letivo de 2017/2018, deve manter-se a mesma proporção de cursos atribuídos a escolas

profissionais, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que existiu ano letivo de 2016/2017;

2. Critério da relevância – Na definição da rede, as CIM/AM e as direções de serviço regionais da DGEstE utilizarão como referência de priorização o grau de relevância no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ);

3. Critério de desempenho – Construído com base nos seguintes indicadores:

- Existência de sistema de garantia da qualidade;
- Taxa de transição com sucesso dos formandos;
- Taxa de conclusão;
- Taxa de empregabilidade ou prosseguimento de estudos.

4. Critério de sustentabilidade e coesão – Permitirá um ajustamento das propostas garantindo a

funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a sustentabilidade da rede e a coesão territorial, em torno das seguintes dimensões:

- Valorização das parcerias com entidades terceiras;
- Não-redundância da oferta;
- Inclusão de alunos com necessidades educativas específicas ou em risco de exclusão social. (DGEstE 1)

O documento finaliza com a cronologia dos procedimentos a desenvolver no âmbito do processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018:

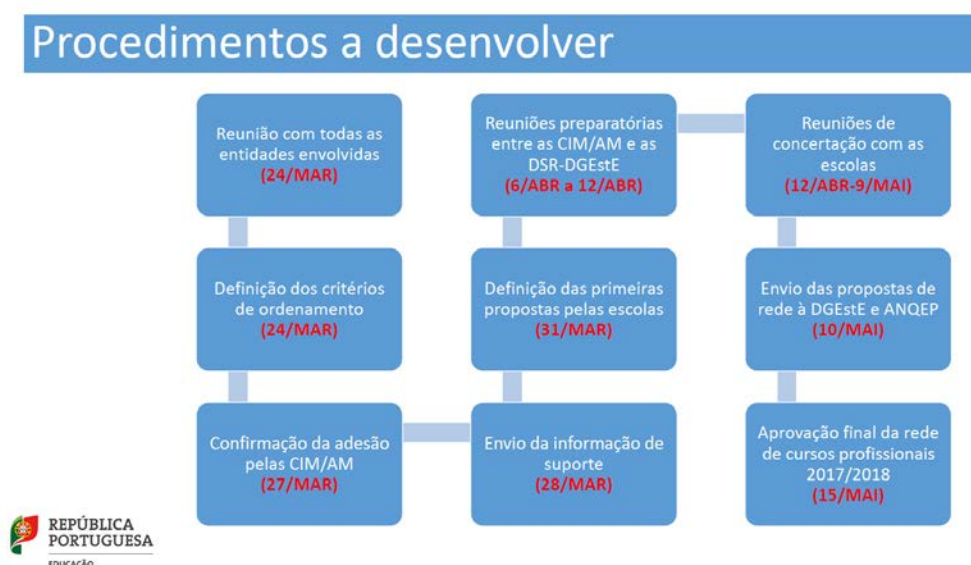


Gráfico 2. Cronologia do planeamento e concertação da rede de cursos profissionais 2017/2018. Fonte: Ministério da Educação (2017a)

Passados três dias de as escolas terem conhecimento do documento divulgado pela DGEstE, no dia 27 de março de 2017, a ANQEP I.P., envia para as escolas a circular n.º 2/ANQEP/2017, intitulada “Planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018. Orientações metodológicas e critérios de ordenamento”, na forma de ofício conjunto das duas entidades (DGEstE e ANQEP I.P.).

A circular apresenta a seguinte estrutura:

- I. Enquadramento
- II. Metodologia de trabalho associada ao processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais
 1. Princípios orientadores
 2. Critérios aplicados à seleção de propostas de cursos profissionais
 3. Informação produzida pela ANQEP, I.P. e disponibilizada previamente ao início do processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais a nível de cada CIM/AM
 - 3.1. Definição do número máximo total de turmas a atribuir em cada CIM/AM
 - 3.2. Definição do número mínimo e máximo de turmas associadas a cada curso profissional, em cada CIM/AM
 - 3.3. Distribuição do número de turmas a atribuir a cada CIM/AM, por níveis de relevância do SANQ
 - 3.4. Disponibilização do critério de proporcionalidade
 - 3.5. Disponibilização do critério de desempenho
- III. Critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais. (ANQEP_DGEstE 1)

O enquadramento desta circular faz referência à articulação de três estruturas no processo de planeamento e concertação da rede, a ANQEP, I.P., a DGEstE e as CIM/AM, as quais seguiram

uma linha de orientação política para o desenvolvimento de uma rede integrada de ofertas de educação e formação, procurando valorizar e induzir uma perspetiva de desenvolvimento estratégico sem, contudo, criar ruturas relativamente à capacidade instalada e à oferta de cursos profissionais existente e, simultaneamente, procurando evitar redundâncias e concorrência entre os diversos operadores. (*Ibidem*)

O ponto II, referente à metodologia de trabalho associada ao processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, transcreve, na íntegra, os cinco princípios orientadores que constam do documento publicado pela DGEstE e já enunciados e analisados neste capítulo.

No que concerne aos critérios aplicados, esclarece que os de proporcionalidade, relevância e desempenho foram “definidos a partir de indicadores quantificados” (*ibidem*), enquanto o da sustentabilidade e coesão se baseia em “informação de natureza qualitativa, que pode ser analisada e valorizada em sede de concertação da proposta de rede de cursos profissionais.” (*ibidem*)

Determina ainda que, a proposta de rede a elaborar pelas CIM/AM e pelas direções de serviço regionais, deve respeitar a seguinte distribuição e ponderação:

| Critérios | Preponderância na proposta a realizar pela CIM |
|--|---|
| Critério de Proporcionalidade + Critério de Relevância + Critério de desempenho (aplicação de critérios fixados) | ≥70% |
| Critério de Sustentabilidade e Coesão (a estabelecer pela CIM) | ≤30% |

Tabela 10. Preponderância dos critérios. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)

Pela leitura da informação da circular e, particularmente da tabela 10, percebemos que será o critério da sustentabilidade e coesão, de natureza qualitativa, com uma preponderância de 30% na proposta de rede a elaborar pela CIM Alto Minho e DSRN, que possibilitará a realização de “ajustamentos” necessários à proposta de rede, permitindo atender a eventuais interesses das escolas.

Numa abordagem a cada um dos critérios, a circular transcreve as orientações que já haviam sido publicadas pela DGEstE, acrescentando alguma informação.

No critério de relevância é apresentado um quadro que estabelece a percentagem do total de cursos a atribuir, por níveis agrupados de relevâncias:

| Níveis de relevância no SANQ | Percentagem do total de cursos a atribuir |
|------------------------------|---|
| 6 a 10 | ≥ 60% |
| 3 a 5 | ≤ 30% |
| 1 a 2 | ≤ 10% |

Tabela 11. Percentagem de cursos a atribuir por nível de relevância no SANQ. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)

Para além disso, a circular adverte:

De modo a garantir a diversidade, disponibilidade e continuidade de ofertas formativas em áreas artísticas e culturais, como também a preservação de aspetos identitários e a salvaguarda de especificidades territoriais, deve ser acautelada a oferta de cursos de níveis de relevância mais baixos, (eg. ofertas formativas relacionadas com a cultura e as artes). (*Ibidem*)

No que diz respeito ao Critério de Desempenho, a ANQEP I.P. informa que:

Para cada curso, será produzida uma grelha de seriação das escolas que se propõem promovê-los, de acordo com o nível de desempenho de cada escola, medido a partir de vários indicadores que o quantificam.

A lista seriada permitirá informar/sustentar a proposta de afetação de cursos às escolas a ser efetuada pelas CIM/AM e pelas direções de serviço regionais da DGEstE num primeiro momento, a qual deverá ser discutida em sede de concertação com os estabelecimentos de ensino. (*Ibidem*)

Relativamente aos indicadores associados a este critério, a circular refere que estes serão apurados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, e apresenta um quadro com o coeficiente de ponderação de cada um.

| Indicadores de desempenho | Coeficiente de Ponderação |
|--|---------------------------|
| Existência de sistema de garantia da qualidade (alinhado com o EQAVET/não alinhado com o EQAVET mas com sistema de garantia da qualidade implementado, ou não alinhado) ^{(*)12} | 30% |
| Taxa de transição com sucesso dos formandos (aplicável em função dos cursos/turmas do 1º ano e do 2º ano] | 20% |
| Taxa de conclusão (no 3º ano do curso] | 20% |

¹² (*) Para o ano letivo 2017-2018, serão valorizadas na mesma medida as escolas que têm sistemas de garantia da qualidade alinhados com o EQAVET e as escolas que, embora ainda não estando alinhadas com o EQAVET, implementam sistemas de garantia da qualidade. No ano letivo seguinte (2018-2019), o alinhamento com o EQAVET será considerado o indicador de desempenho a valorizar.

| | |
|---|-----|
| Taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos ^(**) ¹³ | 30% |
|---|-----|

Tabela 12. Coeficiente de ponderação dos indicadores de desempenho. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)

Passando ao critério da Sustentabilidade e Coesão, a circular define que pode existir um ajustamento, até 30%, entre a proposta das CIM/AM e a da direção de serviços regionais da DGEstE, com o objetivo de se garantir “a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a sustentabilidade da rede e a coesão territorial”. (*ibidem*)

Descreve ainda cada uma das três variáveis associadas a este critério:

1. Parcerias: valorização de ofertas de entidades com parcerias efetivas e comprováveis;
2. Oferta não-redundante: valorização de entidades, do mesmo território, que têm mais experiência ou melhores condições de funcionamento;
3. Inclusão: garantia de resposta a alunos com necessidades educativas específicas e em risco de exclusão social. (*ibidem*)

Reconhecendo que não será fácil traduzir estas variáveis em indicadores quantificáveis, sugere que poderão “ser mobilizados pelas escolas em sede de concertação da rede para justificar as propostas apresentadas” (*ibidem*), reforçando ainda a ideia de que estes critérios podem ser

determinantes para a definição da proposta final da rede de cursos profissionais a ser apresentada pela CIM/AM e pela direção de serviços regionais da DGEstE ao Gabinete do Secretário de Estado da Educação, desde que se situem na margem de 30% de ajustamento (...), face aos critérios de proporcionalidade, relevância e desempenho estabelecidos”. (*ibidem*)

Passando ao ponto 3 (informação produzida pela ANQEP, I.P. e disponibilizada previamente ao início do processo de planeamento e concertação da rede de cursos

¹³ (**) Exemplo que explicita a forma como os indicadores aqui previstos permitem pontuar as diversas escolas e, nesse sentido, possibilitam a sua seriação: se a “taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos” for 75%, tem-se que: $75 \times 0,3 = 22,5$. À escola são atribuídos 22,5 pontos no indicador “taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos”. O mesmo racional aplica-se aos restantes indicadores.

profissionais a nível de cada CIM/AM), são especificados os pontos que servirão de base a todo este processo.

Relativamente ao número máximo total de turmas a atribuir em cada CIM/AM, a circular informa que este será calculado “em função do número previsto de alunos a ingressar no ensino secundário e das metas estabelecidas para frequência de alunos no ensino profissional, estando definido no anexo I da presente circular” (*ibidem*)

Consultado o anexo I da circular, constata-se que o número máximo de turmas a autorizar na CIM do Alto Minho será de 64.

No que diz respeito à definição do número mínimo e máximo de turmas associadas a cada curso profissional, a circular esclarece que:

Para cada curso, em cada CIM/AM, é definido o número máximo, de referência, de turmas, bem como os intervalos para o número de turmas a autorizar. Estes valores de referência são definidos a partir, quer da relevância das qualificações identificada no SANQ quer da rede de cursos profissionais em funcionamento (nº turmas de 1º ano no ano letivo 2016/17). Deste modo, procura induzir-se a evolução da rede no sentido de promover um ajustamento às necessidades de recursos humanos qualificados identificadas através do SANQ e, simultaneamente, acautelar-se que esse ajustamento seja feito de forma progressiva, sem ruturas, tendo em consideração a capacidade formativa instalada em cada território. (*Ibidem*)

Apresenta, assim, o quadro que estabelece as fórmulas para apuramento do número mínimo e máximo de turmas associado a cada curso profissional:

| Níveis de relevância no SANQ | Critério de intervalo (X é a oferta existente medida em termos do nº turmas de 1º ano em funcionamento) | Exemplos de turmas (X=nº turmas 1º ano em funcionamento) | Observações |
|-------------------------------------|---|--|--|
| 1 - 2 | $[x-2; x]$ | Se $x = 4$: $[2;4]$ (se $X=4$, o intervalo de turmas a atribuir varia entre 2 e 4) $x=3$: $[1;3]$ $x=2$: $[0;2]$ $x=1$: $[0;1]$ | O limite máximo fica igual à oferta existente e o limite mínimo reduz 2 turmas |

| | | | |
|--------|--------------|--|--|
| 3 - 4 | $[x-1; x]$ | x=4: [3;4] x=3: [2;3] x=2: [1;2] x=1: [0;1] | O limite máximo fica igual à oferta existente e o limite mínimo reduz 1 turma |
| 5 - 6 | $[x-1; x+1]$ | x=4: [3;5] x=3: [2;4] x=2: [1;3] x=1: [0;2] | O limite mínimo reduz 1 turma à oferta existente e o limite máximo acresce 1 turma |
| 7 - 8 | $[x; x+1]$ | x=4: [4;5] x=3: [3;4] x=2: [2;3] x=1: [1;2] | O limite mínimo fica igual à oferta existente e o limite máximo acresce 1 turma |
| 9 - 10 | $[x; x+2]$ | x=4: [4;6] x=3: [3;5] x=2: [2;4] x=1: [1;3] | O limite mínimo fica igual à oferta e existente e o limite máximo acresce 2 turmas |

Quadro 3. Apuramento do n.º mínimo e máximo de turmas a atribuir a cada curso profissional. Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)

É ainda feita uma observação relativamente aos níveis de relevância do SANQ, esclarecendo a circular que, neste exercício, os níveis de relevância correspondem aos definidos à escala da NUT III, nos casos em que foram desenvolvidos os respetivos módulos de aprofundamento regional, ou à escala da NUT II nos restantes casos.

A circular, determina ainda limitações na distribuição do número de turmas a atribuir a cada CIM/AM, por níveis de relevância do SANQ, tendo esta distribuição que respeitar os critérios do quadro seguinte:

| Níveis de relevância no SANQ | Percentagem do total de cursos a atribuir | Nº de referência de turmas A atribuir |
|------------------------------|---|---|
| 6 a 10 | $\geq 60\%$ (*) ¹⁴ | Nº a calcular para cada CIM/AM ($\geq 60\%$ do n.º máximo de turmas a atribuir à CIM/AM) |
| 3 a 5 | $\leq 30\%$ | Nº a calcular para cada CIM/AM ($\leq 30\%$ do n.º máximo de turmas a atribuir à CIM/AM) |

¹⁴ (*) Nos casos das CIM/AM em que o "peso" dos cursos com relevância no SANQ de 6 a 10 face aos cursos disponíveis for inferior a 60%, a percentagem a considerar para o cálculo do número de turmas a atribuir deve corresponder precisamente ao "peso" dos cursos com relevância de 6 a 10 face ao número total de cursos disponíveis na CIM/AM (o total de cursos disponíveis na CIM corresponde ao número de cursos listados no quadro referido no ponto 3.2.).

| 1 a 2 | ≤ 10% (**) ¹⁵ | N.º a calcular para cada CIM/AM (≤ 10% do n.º máximo de turmas a atribuir à CIM/AM) |
|-------|--------------------------|--|
|-------|--------------------------|--|

Quadro 4. Distribuição do n.º de turmas a atribuir a cada CIM/AM por níveis de relevância do SANQ.
Fonte: ANQEP, I.P. (2017a)

No ponto III da circular, relativo aos critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais, a ANQEP I.P. reforça a ideia, já anteriormente explanada, de que estes conjugam as relevâncias do SANQ com a rede de cursos profissionais definida em 2016-2017 (no que se refere ao n.º de turmas de 1.º ano em funcionamento), fazendo com que os ajustamentos à rede sejam progressivos e não criem ruturas face à capacidade formativa de cada território.

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 14/2017, de 26 de janeiro e no artigo 30.º da Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro, a ANQEP I.P. define que:

1. A unidade territorial do planeamento da rede de ofertas de cursos profissionais é a Comunidade Intermunicipal/área Metropolitana (CIM/AM); a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Área Metropolitana do Porto (AMP) são organizadas em subáreas de modo a permitir a eficaz concertação da rede de ofertas.
2. O número de referência máximo de turmas a autorizar em cada CIM/AM consta do Anexo I à presente Circular.
3. Para cada AM/CIM é apresentado um intervalo de variação do número de turmas a autorizar, por curso, de modo a induzir a evolução da rede no sentido de promover um ajustamento progressivo, sem ruturas, às necessidades de recursos humanos qualificados identificadas através do SANQ.
4. Os critérios resultam da conjugação da relevância das qualificações identificada no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ) com a rede de

¹⁵ (**) A indicação de uma percentagem associada aos mais baixos níveis de relevância (1 e 2) procura garantir a representatividade de alguns cursos que, embora pouco relevantes a nível da NUT III, possam ter um impacto significativo a uma microescala, em determinados territórios específicos.

curiosos profissionais em funcionamento medido em termos do nº de turmas de 1º ano em funcionamento no ano letivo de 2016-2017.

5. Nas CIM/AM que completaram a aplicação do módulo de Aprofundamento Regional no diagnóstico, o resultado do mesmo foi incorporado nos critérios definidos. (*Ibidem*)

Em face da documentação disponibilizada aos operadores, conclui-se que o SANQ é assumido como um instrumento central neste processo quando, tal como concluímos no capítulo anterior, a não validade dos seus resultados é reconhecida pela generalidade dos atores.

As orientações veiculadas pela ANQEP I.P. e trabalhadas pela CIM Alto Minho, numa lógica de acomodação das diferentes propostas apresentadas pelas escolas estatais e não estatais, embora demasiadamente confusas e de difícil interpretação, só fariam sentido num quadro de verdadeira adequação do SANQ às necessidades do tecido económico e social da região.

De nada serviram os alertas feitos pela CIM Alto Minho e pelos operadores para esta situação, já que se constata a persistência na sua utilização como instrumento determinante para a definição de critérios para a construção da rede de oferta formativa do Alto Minho e atribuição de relevâncias às qualificações previstas para a região.

Em face desta constatação, consideramos que todo o trabalho subsequente está fragilizado e, portanto, todo o processo de planeamento e articulação de rede está “ferido de morte”.

De acordo com o Presidente da ANESPO, não foram poucos os apelos e alertas das Escolas Profissionais nas diversas CIM e da associação, nas reuniões com a tutela, no sentido de que fosse dado a conhecer o número de alunos que, em cada CIM/AM, previsivelmente concluiriam o 9º ano; se definisse claramente o número de alunos, mínimo e máximo, por turma, para se poder determinar o número de turmas em cada

território; se deixasse tempo, depois de definida a rede de oferta em cada território, para que os técnicos de orientação vocacional fizessem o seu trabalho¹⁶.

Portanto, podemos constatar que todo este processo se insere numa perspetiva (neo) institucional, na medida em que as organizações com responsabilidades neste processo estão enraizadas em determinados ambientes políticos e sociais, pelo que estão em constante interação com outras instituições, expondo-se perante estas, o que pode originar pressões e conflitos múltiplos (Rocha, 2007).

Nesta perspetiva, nestas organizações que se expõem ao meio, denota-se que o formalismo expresso pela invocação de regulamentos e presente nos discursos públicos, constituem formas de legitimação e que pretendem fazer crer que cada organização cumpre a sua missão, procurando-se ocultar ou tornar invisíveis os sinais da sua ineficácia, havendo um esforço contínuo para a construção de uma boa imagem social de cada organização, que legitime a sua existência, tal como explica Alves (1999).

No que concerne aos princípios orientadores e critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais, apresentados anteriormente, importa fazer a seguinte reflexão:

- i. a manutenção da proporção de cursos atribuídos a escolas estatais vs escolas não estatais, que existiu ano letivo de 2016/2017, visa um equilíbrio relativo ao número de cursos a oferecer por estes operadores num território que, ano após ano, tem menos alunos a transitar do ensino básico para o ensino secundário;
- ii. insiste-se na priorização do grau de relevância das qualificações que são provenientes de um instrumento que não é fiável (SANQ);
- iii. não se explicita(m) a(s) fonte(s) de dados, nem as fórmulas utilizadas, que permitem classificar quantitativamente as escolas em função do seu desempenho;
- iv. não se explicita(m) a(s) fonte(s) de dados, nem a abordagem qualitativa utilizada para apurar indicadores como a valorização de parcerias com entidades terceiras, a não-

¹⁶ Declarações recolhidas junto do Presidente da ANESPO, registadas no DI 6

redundância da oferta ou a inclusão de alunos com necessidades educativas específicas ou em risco de exclusão social;

- v. aponta-se a centralidade/importância das CIM e áreas metropolitanas num processo de suposta coordenação conjunta, mas que está a dar os primeiros passos no Alto Minho, não havendo evidências de um forte empenhamento dos municípios no processo, nem na concertação prévia de posições;
- vi. aponta-se a possibilidade de inovação como um pressuposto para a definição da rede, que se resume à possibilidade de os operadores poderem incluir na sua oferta formativa outras qualificações que não fazem parte do seu histórico, sem que haja qualquer preocupação em assegurar, numa deslocação ao terreno, que dispõem de instalações, equipamentos e recursos humanos capazes de garantir a qualidade esperada das formações ministradas;
- vii. define-se um número máximo de 64 turmas a autorizar na CIM Alto Minho, afirmando-se que esse número foi calculado em função do número de alunos que se prevê ingressarem no ensino secundário e das metas estabelecidas para a frequência de alunos no ensino profissional, quando se sabe que é um número impossível de concretizar pelos dados demográficos da região e que originará uma maior dispersão de alunos pelas ofertas do território;
- viii. a conjugação do aumento irreal do número de turmas a autorizar, com dados que indicam a diminuição do número de alunos e o desrespeito pelo princípio da reposição do número de turmas, que sempre orientou as propostas a apresentar pelos operadores, contribuirá para um desequilíbrio do princípio da proporcionalidade e acrescentará dificuldades à constituição de turmas em escolas não agrupadas e escolas não estatais;
- ix. o número mínimo e máximo de turmas associadas a cada curso profissional foi calculado através da relevância das qualificações do SANQ, que como já vimos não fornece dados fiáveis, e da rede de cursos do 1º ano em funcionamento no ano letivo 2016/2017;

- x. assumindo-se o SANQ como um instrumento determinante para a definição de rede é impossível cumprir o propósito da necessidade de fazer evoluir a rede ajustando-a às necessidades de recursos humanos qualificados da região;
- xi. o acautelamento invocado para que o ajustamento da rede às reais necessidades do território seja feito de forma progressiva, sem ruturas e atendendo à capacidade formativa instalada em cada território, leva-nos a considerar que estará no topo das preocupações das estruturas decisoras atenderem aos interesses dos operadores e dos seus professores/formadores, do que propriamente às reais necessidades do território;
- xii. a realização de reuniões das CIM/AM com a DGEstE/DSRN, e destas entidades com as entidades promotoras de oferta formativa, estão longe de fomentar uma verdadeira discussão e uma efetiva negociação da rede de cursos profissionais, inserindo-se num quadro de encenação fazendo lembrar, novamente, a *Hipocrisia Organizada* teorizada por Brunsson (2006);
- xiii. a perspetiva organizacional política contribui para explicar o funcionamento das relações entre os organismos da administração central (DGEstE e DSRN), assim como destes com as demais partes interessadas (CIM/AM e operadores).

Relativamente à cronologia dos procedimentos a desenvolver neste processo, constata-se que o mesmo se deverá concluir em, sensivelmente, dois meses, terminando a 15 de maio com a aprovação final da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018.

Seria do maior interesse para todos (jovens, famílias e escolas) que este planeamento correspondesse à realidade do processo, no entanto, em face do histórico recente, presume-se que não passe de um timing de conclusão desajustado da realidade, uma vez que nunca foi possível estabilizar em definitivo a rede de oferta formativa, no Alto Minho, antes do início do ano letivo e, muito menos, no mês de maio.

2.2. O Anexo I da Circular n.º 2/ANQEP/2017

A análise que se segue, refere-se ao quadro apresentado no anexo I da circular supra (ANQEP_DGEstE 2), o qual define o número de referência máximo de turmas de cursos

profissionais a autorizar para o ano letivo 2017/2018, que na CIM do Alto Minho será de 64, assim como os respetivos números mínimos e máximos a autorizar, resultantes de uma conjugação entre a rede de cursos profissionais a funcionar no ano letivo 2016/2017 e a relevância das qualificações identificada no SANQ.

O quadro relativo à CIM do Alto Minho contempla um total de 124 cursos profissionais que constituem a lista de cursos profissionais que os operadores podem incluir na sua proposta de oferta formativa.

Cada um dos 124 cursos profissionais tem definida a respetiva classificação de relevância do SANQ que lhe foi atribuída, na escala de 1 a 10. Assim, na análise que se vai realizar vamos considerar os intervalos de relevância definidos na circular, segundo a qual se definiram as percentagens do total de cursos a atribuir, ou seja, cursos com relevâncias de 1 a 2 teriam de ser atribuídos numa percentagem \leq a 10%; cursos com relevâncias de 3 a 5 teriam de ser atribuídos numa percentagem \leq 30%; e cursos com relevâncias de 6 a 10 teriam de ser atribuídos numa percentagem \geq 60% (ver quadro 4).

Analisada a lista dos 124 cursos e das respetivas relevâncias, o quadro seguinte apresenta a distribuição, em termos percentuais, dos cursos profissionais disponíveis para escolha de acordo com os intervalos de relevância definidos na circular.

| Relevância do SANQ | N.º Cursos Profissionais Disponíveis para Seleção | % Cursos Profissionais Disponíveis para Seleção |
|---------------------------|--|--|
| 6 a 10 | 64 | 51,6% |
| 3 a 5 | 50 | 40,3% |
| 1 a 2 | 10 | 8,1% |
| | 124 | 100% |

Tabela 13. Distribuição de cursos profissionais por intervalos de relevância do SANQ

A tabela anterior reflete que cerca de 51,6% dos cursos profissionais disponíveis aos operadores para escolha da sua oferta formativa são classificados com relevâncias de 6 a 10, cerca de 40,3% têm relevâncias de 3 a 5 e 8,1% têm relevâncias de 1 e 2.

Atendendo a que a ANQEP I.P. pretende ter na rede mais de 60% dos cursos com relevâncias de 6 a 10 e menos de 30% dos cursos com relevância de 3 a 5, os operadores deveriam também apresentar as suas propostas respeitando esta proporção, o que

difícilmente ocorrerá atendendo à tendência da apresentação de propostas na lógica da reposição da oferta formativa.

Passando agora a uma análise da lista dos 124 cursos profissionais, por área de Educação e Formação à qual pertencem, e por nível de relevância do SANQ, concluímos que se distribuem, em termos quantitativos, da seguinte forma:

| Relevância do SANQ | AEF | N.º Cursos Profissionais |
|--------------------|---|--------------------------|
| 6 a 10 | 215 – Artesanato | 2 |
| | 341 - Comércio | 5 |
| | 346 – Secretariado e Trabalho Administrativo | 1 |
| | 347 – Enquadramento na Organização/Empresa | 1 |
| | 521 – Metalurgia e Metalomecânica | 7 |
| | 523 – Eletrónica e Automação | 7 |
| | 524 – Tecnologia dos Processos Químicos | 1 |
| | 525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor | 1 |
| | 541 – Indústrias Alimentares | 1 |
| | 542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | 14 |
| | 543 – Materiais (Ind. Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) | 5 |
| | 623 – Silvicultura e Caça | 1 |
| | 729 – Saúde – Programas não classificados noutra área de formação | 2 |
| | 761 – Serviços de Apoio a Crianças e Jovens | 4 |
| | 762 – Trabalho Social e Orientação | 5 |
| | 811 – Hotelaria e Restauração | 2 |
| | 812 – Turismo | 1 |
| | 813 – Desporto | 1 |
| | 815 – Cuidados de Beleza | 2 |
| | 840 – Serviços de Transporte | |
| 3 a 5 | 213 – Audiovisuais e Produção dos Media | 4 |
| | 214 – Design | 1 |
| | 225 – História e Arqueologia | 1 |
| | 341 - Comércio | 1 |
| | 342 – Marketing e Publicidade | 1 |
| | 343 – Finanças, Banca e Seguros | 2 |
| | 345 – Gestão e Administração | 1 |
| | 346 – Secretariado e Trabalho Administrativo | 1 |
| | 380 – Direito | 1 |
| | 481 – Ciências Informáticas | 5 |
| | 521 – Metalurgia e Metalomecânica | 10 |
| | 522 – Eletricidade e Energia | 6 |
| | 525 – Construção e Reparação de Veículos a Motor | 1 |
| | 542 – Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | 2 |
| | 543 – Materiais (Ind. Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) | 1 |
| | 581 – Arquitetura e Urbanismo | 2 |
| | 582 – Construção Civil e Engenharia Civil | 3 |
| | | 2 |

| | | |
|--------------|---|-----|
| | 621 – Produção Agrícola e Animal | 1 |
| | 724 – Ciências Dentárias | 1 |
| | 725 – Tecnologias de Diagnóstico e Terapêuticas | 1 |
| | 812 – Turismo | 1 |
| | 815 – Cuidados de Beleza | 1 |
| | 850 – Proteção do Ambiente – Programas Transversais | |
| 1 a 2 | 212 – Artes do Espetáculo | 3 |
| | 213 – Audiovisuais e Produção dos Media | 1 |
| | 346 – Secretariado e Trabalho Administrativo | 1 |
| | 481 – Ciências Informáticas | 2 |
| | 524 – Tecnologia dos Processos Químicos | 1 |
| | 812 – Turismo | 1 |
| | 850 – Proteção do Ambiente – Programas Transversais | 1 |
| | | 124 |

Tabela 14. Distribuição de cursos profissionais por intervalos de relevância do SANQ e por AEF

O grupo de relevâncias de 6 a 10 contém cursos profissionais pertencentes a 20 áreas de educação e formação distintas, destacando-se com maior número de cursos associados às seguintes: Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro; Metalurgia e Metalomecânica; Eletrónica e Automação; Comércio; Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) e Hotelaria e Restauração.

O grupo de relevâncias de 3 a 5 contém cursos profissionais pertencentes a 23 áreas de educação e formação distintas, destacando-se com maior número de cursos associados as de Ciências Informáticas; Metalurgia e Metalomecânica e Eletricidade e Energia.

O grupo de relevâncias 1 e 2 contém cursos profissionais pertencentes a 7 áreas de educação e formação distintas, não se destacando nenhuma em particular.

Importa também fazer um cruzamento de dados entre a percentagem de empregados de cada CAE na região do Alto Minho, apurado no capítulo anterior, embora com enormes deficiências de adesão à realidade do Alto Minho, e o número de cursos profissionais do SANQ distribuídos também por CAE e desagregados em grupos de relevância.

Iniciamos pela ordenação decrescente dos CAE em termos de representatividade de população empregada, apurada a partir da base de dados que contém as 709 empresas/entidades empregadoras, às quais foi enviado o inquérito:

| SECÇÃO | ACTIVIDADES (CAE - REV.3) | % EMPREGADOS POR CAE |
|--------|---|----------------------|
| C | Indústrias Transformadoras | 45,1% |
| G | Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 11,7% |
| Q | Atividades de saúde humana e apoio social | 9,4% |
| F | Construção | 8,8% |
| H | Transportes e armazenagem | 4,7% |
| N | Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 4,7% |
| I | Alojamento, restauração e similares | 3,3% |
| P | Educação | 2,8% |
| M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 1,9% |
| A | Agricultura, produção animal, caça, florestal e pesca | 1,8% |
| B | Indústrias Extrativas | 1,5% |
| R | Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 1,4% |
| E | Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição | 0,7% |
| S | Outras atividades de serviços | 0,7% |
| J | Atividades de informação e de comunicação | 0,5% |
| L | Atividades imobiliárias | 0,4% |
| K | Atividades financeiras e de seguros | 0,3% |
| D | Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 0,1% |

Tabela 15. Distribuição dos CAE por ordem decrescente de representatividade

Revela-se importante para esta investigação, fazer corresponder a cada área de formação dos cursos listados no SANQ, o respetivo CAE, na medida em que importa perceber se os cursos profissionais disponibilizados aos operadores para constituição da sua oferta formativa, organizados por área de formação e por grupos de relevâncias, se inserem em CAE com peso na empregabilidade da região do Alto Minho.

Para tal, organizam-se os dados na seguinte tabela:

| GRUPOS DE RELEVÂNCIAS | AEF | CAE | % EMPREGADOS POR CAE | N.º CURSOS DO SANQ |
|-----------------------|---------------|--|----------------------|--------------------|
| 6 A 10 | 541; 542; 543 | C - Indústrias Transformadoras | 45,1% | 27 |
| | 215; 341; 525 | G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 11,7% | 8 |

| | | | | |
|--------------|-------------------------|--|-------|----|
| | 523; 524; | M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 1,9% | 8 |
| | 729; 761; 762 | Q - Atividades de saúde humana e apoio social | 9,4% | 7 |
| | 811; 812 | I - Alojamento, restauração e similares | 3,3% | 7 |
| | 346; 347; | N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 4,7% | 2 |
| | 813; 815 | S - Outras atividades de serviços | 0,7% | 2 |
| | 840 | H - Transportes e armazenagem | 4,7% | 2 |
| | 623 | A - Agricultura, produção animal, caça, florestal e pesca | 1,8% | 1 |
| 3 A 5 | 521; 542; 543 | C - Indústrias Transformadoras | 45,1% | 13 |
| | 214; 380; 481; 581; 724 | M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 1,9% | 10 |
| | 522 | D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | 0,1% | 6 |
| | 213; 342 | J - Atividades de informação e de comunicação | 0,5% | 5 |
| | 582 | F – Construção | 8,8% | 3 |
| | 225; 815 | S - Outras atividades de serviços | 0,7% | 2 |
| | 341; 525 | G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 11,7% | 2 |
| | 343 | K - Atividades financeiras e de seguros | 0,3% | 2 |
| | 345; 346 | N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 4,7% | 2 |
| | 621 | A - Agricultura, produção animal, caça, florestal e pesca | 1,8% | 2 |
| | 725 | Q - Atividades de saúde humana e apoio social | 9,4% | 1 |
| | 812 | I - Alojamento, restauração e similares | 3,3% | 1 |
| | 850 | E - Captação, tratamento e distribuição de água; | 0,7% | 1 |

| | | | | |
|--------------|-----------|--|------|---|
| | | Saneamento, gestão de resíduos e despoluição. | | |
| 1 A 2 | 212 | R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 1,4% | 3 |
| | 481; 524; | M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 1,9% | 3 |
| | 213 | J - Atividades de informação e de comunicação | 0,5% | 1 |
| | 346 | N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 4,7% | 1 |
| | 812 | I - Alojamento, restauração e similares | 3,3% | 1 |
| | 850 | E - Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição. | 0,7% | 1 |

Tabela 16. Distribuição dos cursos por grupos de relevância, AEF e CAE

No grupo de relevâncias de 6 a 10, verificamos que os CAE M e I, com 1,9% e 3,3%, têm associados 8 e 7 cursos, respetivamente. Mas, os CAE G e Q, com 11,7% e 9,4%, respetivamente têm associados 8 e 7 cursos também. Os CAE N e H, com 4,7% de representatividade, têm associados os mesmos dois cursos que tem também o CAE S, com 0,7%.

No grupo de relevâncias de 3 a 5, a desproporção é ainda mais flagrante. Por exemplo, o segundo CAE com maior número de cursos associados é o M, cuja representatividade é de apenas 1,9%. Aos CAE D e J, com 0,1% e 0,5%, respetivamente, estão associados 6 e 5 cursos. O CAE G, com 11,7%, tem tantos cursos associados (2) como CAE com 0,7%, 0,3% ou 1,8%. O CAE F, com 8,8% tem 3 cursos associados e o CAE Q, com 9,4%, tem 1 curso associado.

No grupo de relevâncias 1 e 2, o número de cursos associados é baixo, como seria expectável, não havendo grandes disparidades a assinalar.

Portanto, os operadores têm à sua disposição para inclusão na sua oferta formativa, por um lado, 44 cursos com relevâncias entre 6 e 10 (de entre os 64 disponíveis), associados a quatro dos CAE com maior representatividade em termos de emprego na região (C, G,

Q e H) e, por outro, apenas 16 cursos com relevâncias entre 3 e 5 (de entre 50 disponíveis), associados a três dos CAE com maior representatividade em termos de emprego na região (C, G e H), verificando-se não existirem cursos associados ao CAE H.

Para que os resultados do SANQ fossem congruentes com a realidade socio económica da região, seria expectável que aos CAE com maior empregabilidade da região, correspondesse um maior número de cursos a disponibilizar aos operadores.

Mas, tal nem sempre acontece, como se pode ver pela tabela seguinte:

| SECÇÃO | ACTIVIDADES (CAE - REV.3) | % EMPREGADOS POR CAE | N.º CURSOS SANQ |
|--------|--|----------------------|-----------------|
| C | Indústrias Transformadoras | 45,1% | 40 |
| G | Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 11,7% | 10 |
| Q | Atividades de saúde humana e apoio social | 9,4% | 8 |
| F | Construção | 8,8% | 3 |
| H | Transportes e armazenagem | 4,7% | 2 |
| N | Atividades administrativas e dos serviços | 4,7% | 5 |
| I | Alojamento, restauração e similares | 3,3% | 12 |
| P | Educação | 2,8% | 0 |
| M | Atividades de consultoria, científicas, | 1,9% | 21 |
| A | Agricultura, produção animal, caça, | 1,8% | 3 |
| B | Indústrias Extrativas | 1,5% | 0 |
| R | Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | 1,4% | 3 |
| E | Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e | 0,7% | 2 |
| S | Outras atividades de serviços | 0,7% | 4 |
| J | Atividades de informação e de | 0,5% | 6 |
| L | Atividades imobiliárias | 0,4% | 0 |
| K | Atividades financeiras e de seguros | 0,3% | 2 |
| D | Electricidade, gás, vapor, água quente e fria | 0,1% | 3 |

Tabela 17. % empregados/CAE vs n.º cursos do SANQ

Passando agora a uma análise dos intervalos definidos para o número mínimo e máximo de turmas a aprovar, identificam-se os seguintes: 0 a 1; 0 a 2; 1 a 2; 1 a 3; 2 a 3; 2 a 4; 4 a 5.

Pela análise à lista dos 124 cursos apresentados aos operadores, conclui-se que os cursos profissionais se distribuem, por estes intervalos, da seguinte forma:

| N.º Mínimo a N.º Máximo de Turmas | N.º Cursos Profissionais | % Cursos Profissionais |
|--|---------------------------------|-------------------------------|
| 0 a 1 | 102 | 82,3% |
| 0 a 2 | 6 | 4,8% |
| 1 a 2 | 9 | 7,3% |
| 1 a 3 | 3 | 2,4% |
| 2 a 3 | 1 | 0,8% |
| 2 a 4 | 1 | 0,8% |
| 3 a 4 | 1 | 0,8% |
| 4 a 5 | 1 | 0,8% |
| | 124 | 100% |

Tabela 18. Distribuição de cursos profissionais por intervalos de número mínimo e máximo de turmas a autorizar

Desta tabela, destaca-se que 82,3% dos cursos disponíveis só poderão iniciar o ano letivo com uma turma autorizada em todo o Alto Minho.

2.3. Desenvolvimento do processo de planeamento e concertação da rede de ensino profissional

No seguimento da receção da Circular n.º 2/ANQEP/2017, a DSRN envia, no dia 28 de março, um email para as escolas estatais e não estatais, solicitando que fossem remetidas as propostas de cursos profissionais que pretendem ver aprovados para o ano letivo 2017/2018, até ao dia 31 de março.¹⁷

Na reunião que ocorreu a 24 de março, na qual participaram as Entidades Intermunicipais e a Secretaria de Estado da Educação, foi apresentada a metodologia do processo de planeamento e concertação da Rede de Ensino Profissional, estabelecida pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Educação e ANQEP I.P., na qual a CIM Alto Minho demonstrou interesse em dar sequência a esse processo. (CIM 10)

A 30 de março, a ANQEP I.P. remeteu à CIM Alto Minho as informações necessárias para aplicação da referida metodologia e, no dia 6 de abril, a CIM Alto Minho participou numa

¹⁷ Num email datado de 30 de março, a DSRN informa as escolas da existência de uma adenda ao anexo I da Circular n.º 2/ANQEP/2017, à qual se acrescentou a oferta específica dos cursos profissionais de música de nível 2. Neste sentido, devem as escolas remeter as propostas anteriormente solicitadas contendo esta oferta específica de nível 2, mantendo-se o prazo previamente estabelecido do dia 31 de março. Nesta comunicação é ainda referido que as propostas devem ser enviadas também à DGEstE e à CIM.

ação de formação de capacitação para o desenvolvimento do processo conjuntamente com as DGEsT. (CIM 10)

No dia 12 de abril, realizou-se uma reunião entre a DGEsT-DSR Norte, CIM Alto Minho e os 10 municípios desta região, na qual se analisaram as propostas apresentadas pelas escolas, considerando a metodologia proposta pela ANQEP e observações/sugestões propostas pela DGEsT-DSR Norte, concluindo-se que a proposta global não assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia da ANQEP”. Deste modo, ficaram os Municípios encarregues de auscultar os agrupamentos/escolas profissionais relativamente à possibilidade/viabilidade de alteração das suas propostas para que fosse dado cumprimento ao número máximo de turmas estabelecido e ao critério da relevância. (CIM 10)

No dia seguinte, a 13 de abril, é enviado um email às escolas estatais e não estatais, remetido pela DGEsT, no qual a DSRN e a CIM Alto Minho as convocam para a participação na reunião de trabalho a realizar no dia 28 de abril, cuja ordem de trabalhos é a concertação da Rede de Oferta de Cursos Profissionais para o ano letivo 2017/2018. Esta reunião terá lugar num Agrupamento de Escolas da cidade de Viana do Castelo (DGEsT_DSRN 1).

O facto de a proposta global remetida à DSRN não assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos na metodologia proposta pela ANQEP I.P. não pode causar estranheza, atendendo à forma como decorreu o processo até este momento.

Arriscámo-nos a dizer exatamente o contrário, ou seja, muito estranho seria se o conjunto das propostas respeitasse todos os pressupostos e critérios, na medida em que não foi promovida qualquer reunião prévia de concertação de propostas entre as escolas a nível municipal ou supramunicipal. Os operadores enviaram “às cegas” as suas propostas, sem conhecerem as intenções dos seus concorrentes no território. Por outro lado, também podemos verificar o curto espaço de tempo que houve para as escolas apresentarem as suas propostas, na medida em que o SANQ para o Alto Minho foi apresentado a 21 de março de 2017 e as propostas das escolas deveriam ser remetidas até ao dia 31 de março de 2017.

2.3.1. Reunião entre Município A e escolas do Concelho

Tendo em conta que a proposta global de cursos profissionais apresentada pelas escolas não assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia da ANQEP I.P., no dia 13 de abril, estatais e não estatais do Município A foram convocadas pela Vereação da Educação para uma reunião a realizar no dia 19 de abril, com um ponto único na ordem de trabalhos: Planeamento da rede de oferta de cursos profissionais para o ano letivo de 2017/2018.

Compareceram a esta reunião todas as escolas do município, com exceção de um Agrupamento de Escolas, cuja ausência foi notória, na medida em que se trata da segunda escola secundária com maior número de alunos. Os registos das intervenções e anotações desta reunião, resultam da observação participante da investigadora que produziu notas de campo registadas no seu diário de investigadora (DI 2).

A reunião iniciou com a contextualização da convocatória, cabendo à Vereação deste Município, explicar que esta surge no seguimento de uma reunião que teve lugar, na semana passada, na CIM Alto Minho, na qual também participou a DGEstE, a propósito da definição da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017/2018. Esta reunião foi considerada muito desagradável, tendo sido esta opinião expressa publicamente, e justificada atendendo ao facto de que às Vereações/Municípios não foram previamente fornecidos dados, pelo que foram convidados a emitir opiniões sobre assuntos que desconheciam, ficando a perceção de que, de repente, havia muita vontade para que os municípios participassem em todo este processo.

Mais uma vez verificamos, através desta intervenção, que o processo de planeamento e concertação da rede de oferta formativa, segue uma lógica de planeamento de ação segundo um modelo ambíguo e anárquico, sobretudo, para alimentar o mito de que existe um plano que orienta, unifica e regula a ação das organizações. E é este mito que cria a ilusão aos atores, dessas mesmas organizações, de legitimação das suas decisões, tal como Alves (1999) refere.

Relativamente ao processo de planeamento da rede de oferta de cursos profissionais para o ano letivo de 2017/2018, o Município considera estar numa posição bastante

desconfortável, no sentido em que sentem estar a desempenhar apenas um papel de “pombo correio”, que advém da sua participação na reunião com a DGEstE/DSRN e com a CIM Alto Minho.

Este papel, denominado de “pombo-correio”, é explicado da seguinte forma: no caso da CIM Alto Minho, o número de turmas proposto pelos agrupamentos/escolas profissionais foi de 67, quando o limite estabelecido pela ANQEP é de 64, existindo assim um excesso de 3 turmas face ao limite máximo, as quais deveriam ser retiradas da proposta global. Caberia, então, aos municípios, reunirem com as escolas de forma a negociarem esse ajustamento.

Esclarece ainda que, para operacionalizar este ajustamento, a DGEstE propôs a redução de duas turmas em escolas de Ponte de Lima e de uma turma numa escola de Vila Nova de Cerveira.

No entanto, realça que este limite máximo de 64 turmas não corresponderá ao número real de turmas de ensino profissional que irão abrir no próximo ano letivo, já que se prevê que, efetivamente, só irão funcionar na CIM Alto Minho entre 45 e 46 turmas de cursos profissionais em função da efetividade de escolha dos alunos e a oferta de cursos. Esta previsão baseia-se no decréscimo do número de alunos em relação atual ano letivo.

Esta constatação do próprio município de que o número máximo de 64 turmas não corresponderá ao número real de turmas do ensino profissional que estarão em funcionamento, corrobora a leitura que já anteriormente tínhamos feito de que esta forma de construir a rede de oferta formativa não é realista, na medida em que parte de dados fictícios e em desacordo com a realidade demográfica da região, e faz parte de toda uma encenação, explicada pela lógica de planeamento defendida por Alves (1999), na qual estruturas como DGEstE e DSRN querem fazer parecer que há uma metodologia que está a ser seguida, segundo pressupostos e critérios rigorosos, mas que na realidade não conduzem a um processo real e transparente para as escolas e para os jovens que pretendem prosseguir os seus estudos em oferta qualificantes.

Relativamente ao critério da proporcionalidade, informa que as orientações são para que se mantenha, na rede de 2017/2018, a mesma proporção de cursos atribuídos a

Escolas Profissionais/Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo e a Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas (50%/50%).

A opção por este critério de cariz burocrático, assente numa perspetiva burocrática do funcionamento das organizações, na qual os decisores se escudam nos normativos para legitimarem as suas ações (Alves, 1999), poderá estar relacionada com as preocupações para com a promoção da estabilidade da rede existente, a sua alteração progressiva e sem ruturas face à capacidade formativa instalada no território. Mas, todos estes pressupostos esbarram na utilização do SANQ como instrumento de diagnóstico de necessidades de qualificação do território e na aprovação irrealista de 64 turmas de cursos profissionais, sem que hajam orientações para diminuir o número de turmas de cursos científico-humanísticos, levando-nos a concluir que esta persistência se justifica pela necessidade de se dar seguimento a um processo em curso, já que de outra forma se colocaria em causa a legitimidade institucional das organizações que definem as regras deste jogo, tal como Costa (2007) refere.

Na aplicação do critério da relevância, pretende-se auscultar os operadores quanto à possibilidade de ajustarem algumas das suas propostas para que reforcem a apresentação de cursos profissionais com relevâncias de 6 a 10 e excluam propostas de cursos com valores de relevância inferiores. Enumeram-se ainda os cursos que, no Município A, foram apresentados como propostas pelos operadores e que têm níveis de relevância entre 0 e 5.

Relativamente a “meias turmas”, constata-se que será necessário também rever as propostas já que em 3 municípios do distrito, a oferta formativa das escolas é constituída na sua totalidade por “meias turmas”¹⁸.

No concelho sede do Município A, três escolas apresentaram nas suas propostas a oferta de “meias turmas”, as quais, segundo as orientações dadas na reunião, só serão aprovadas em territórios de baixa densidade.

¹⁸ Uma “meia turma” é a designação informal utilizada para a referência a um curso profissional com duas saídas profissionais, por exemplo, aprova-se uma turma em que parte dos alunos pertencem ao curso de Técnico de Cozinha/Pastelaria e a outra parte pertence ao curso de Técnico de Restaurante/Bar.

Concluída a intervenção da Vereação, foi dada palavra aos presentes na reunião, pelo que, de seguida se descreverá, de forma sucinta, as intervenções com base nas notas de campo registadas no Diário do Investigador (DI 2).

Iniciou-se a abordagem ao tema das “meias turmas”, acerca do qual, o diretor de uma escola estatal referiu que, no ano letivo anterior, o processo decorreu com pouca seriedade, já que houve escolas que fizeram publicitação de cursos que não lhes tinham sido aprovados. Referindo-se ao seu caso particular, a escola que dirige tinha o número suficiente de alunos inscritos numa “meia turma” e, em agosto, a sua abertura não foi autorizada, já que a escola tinha tido uma aprovação em rede de uma turma com uma saída profissional (e não de uma turma com duas saídas profissionais). Esta foi considerada, pela Direção da escola, uma atitude reveladora de muita intransigência, demonstrada pela DGEstE/DSR Norte já que foram aprovadas “meias turmas” a outras escolas. Considera ainda que, a apresentação de “meias turmas” é um processo vantajoso para os alunos, na medida em que no território onde atua, os alunos provenientes de duas ou três freguesias, não podem frequentar cursos na sede do Concelho, por inexistência de rede de transportes.

O diretor de uma escola não estatal expressa a opinião, afirmando que as “meias turmas” deveriam ser permitidas porque são muito vantajosas para satisfazerem as necessidades de alunos e famílias, considerando que são muito necessárias. Portanto, do ponto de vista da rede, deveria ser dada às escolas a possibilidade de optarem pela oferta de “meias turmas”.

Esta intervenção lembra a imagem de “arena política” de Mintzberg (1986), na qual os diretores de escolas, detentores de influência, se posicionam e expõem as soluções mais vantajosas para as instituições que dirigem.

A Vereação intervém focando um caso particular, que faz parte da proposta apresentada por uma escola estatal, a qual se localiza num território de baixa densidade. Essa escola, propõe uma “meia turma” composta por um curso com uma baixa relevância e um outro de relevância superior. Consideram que essa proposta pode não ter hipótese de ser aprovada. E, por outro lado, de acordo com os dados que dispõem, nessa escola, a

previsão do número de alunos do 9º ano que transitam para o secundário não chegará para constituir esta meia turma.

Importa salientar que esta intervenção da Vereação nos transmite, embora sem o expressar diretamente, que serão os alunos da própria escola e que terminam o 9º ano de escolaridade que estão a ser contabilizados para o preenchimento das vagas dessa meia turma, o que põe em evidência a falta de um trabalho sério e isento de orientação vocacional dos jovens, para além da completa despreocupação pelos interesses vocacionais e expectativas desses alunos em fim de ciclo.

Esta intervenção revela-nos um estilo de liderança e de relacionamento com o ambiente externo, caracterizada por Alves (1999), como um sistema debilmente articulado, na medida em que se verifica uma débil conexão entre a meta de se conseguir constituir uma meia turma e as ações que são tomadas para alcançar esse objetivo.

A reunião prossegue com a discussão do tema das classificações de relevâncias atribuídas aos cursos profissionais.

Neste ponto, um diretor de uma escola estatal refere já ter tido oportunidade de expressar a sua opinião sobre a atribuição de relevâncias em reunião promovida pela CIM Alto Minho. Apresenta o exemplo dos cursos profissionais de instalações elétricas ou eletromecânica, os quais têm relevâncias de 3 e 4, mas têm mais procura pelo mercado de trabalho do que alunos formados. Considera que a metodologia utilizada é baseada num erro crasso, uma vez que só houve 135 respostas ao inquérito enviado às empresas. Desta forma, foram atribuídas relevâncias a cursos que não tem adesão à realidade e não foram consideradas as taxas de empregabilidade e de prosseguimento de estudos dos alunos. A ANQEP I.P. definiu a metodologia e a CIM aplicou-a e, consequentemente, os operadores são “empurrados” para a inclusão na sua oferta formativa de cursos com relevância duvidosa.

Esta intervenção revela que, da explicação da metodologia utilizada na reunião promovida pela CIM Alto Minho, o indicador que mais estranheza causou foi o relacionado com os resultados do inquérito, relevando-se para segundo plano todos os outros indicadores. No entanto, constitui um alerta ao município, de um dos

operadores, para a falta de validade dos resultados do SANQ enquanto instrumento de diagnóstico de necessidades de qualificação.

O diretor de uma escola não estatal intervém referindo que os resultados das relevâncias atribuídas não se basearam, exclusivamente, nas respostas aos inquéritos, já que esses contribuíram apenas para apurar um dos indicadores de um dos eixos em análise.

Neste ponto da reunião, a Vereação informa que foram confrontados com resultados das relevâncias sem perceberem o processo de atribuição das mesmas. Chama a atenção para dois ou três cursos que, do ponto de vista do Município, seriam interessantes: sapador florestal e operador florestal, ladrilhador/azulejador, tecelão e bordador.

Esta intervenção é, em nosso entender, reveladora de uma perspectiva política existente no relacionamento entre diferentes organizações e explicada por Alves (1999), na medida em que há uma luta pelo poder de decisão, que se torna evidente nas formas de negociação utilizadas pelos diferentes protagonistas. Por um lado, o SANQ e as relevâncias, por outro os interesses dos operadores em terem na sua oferta formativa cursos apelativos e para os quais têm instalações, recursos humanos e equipamentos e, por último, o interesse municipal em face da realidade que conhece e completamente à margem dos cursos de nível 4 disponíveis no CNQ.

Após esta intervenção, alguns dos presentes, intervêm alertando a Vereação de que os cursos referidos são de nível 2, não se enquadrando no âmbito desta reunião porque a rede que está a ser constituída é para cursos profissionais de nível 4.

A este propósito, o diretor de uma escola não estatal, explica que os cursos de nível 2 – cursos CEF –, podem ser desenvolvidos em escolas profissionais e em escolas públicas. Os alunos, para concluírem o 9º ano de escolaridade, podem atingir a qualificação de nível 2, sem terem os 18 anos, mas têm de continuar a estudar. Ou seja, os jovens já se encontram na posse de uma qualificação, mas têm de prosseguir estudos. Este foi um dos motivos que levou a que esta oferta fosse descontinuada no passado. A propósito de um exemplo da sua escola, refere que, no passado, apresentou na sua oferta

formativa um curso de nível 2 na área do desporto que ficou repleto de alunos e, em simultâneo, tentou abrir um curso de conservação ambiental, justificado pelo enquadramento geográfico da escola, mas que ficou vazio.

Um outro diretor de uma escola não estatal considera que, essas ofertas ou áreas de formação, só teriam plausibilidade se o ponto de vista dos alunos mudasse radicalmente, caso contrário as escolas arriscam-se a ter zero alunos inscritos, apresentando ainda exemplos concretos de inclusão na oferta formativa da sua escola de um curso profissional de logística e de um outro de transportes, considerados de grande relevância, para os quais tiveram zero inscrições no passado recente.

Esta intervenção alerta para o problema de que não basta ter um instrumento denominado SANQ para um território, sem que se resolvam problemas estruturais relacionados com:

- i) a valorização social de profissões menos procuradas pelos jovens, mas com perspectivas de empregabilidade;
- ii) a inexistência de uma rede de transportes supramunicipal que permita a real deslocação dos jovens entre municípios, já que será impossível ter à escala municipal todas as AEF.

Todas estas intervenções revelam a ação dos diretores de escolas na “arena política” enunciada por Mintzberg (1986), na tentativa de exporem os seus pontos de vista e de perseguirem os interesses das instituições que dirigem.

O último tema abordado na reunião, e que se prolongou mais, foi o do planeamento da rede de oferta formativa, em que se inicia a discussão pelo questionamento da razão pela qual se vai autorizar a abertura de 64 turmas, quando foi referido só haver alunos para a constituição de 45 turmas. Esta questão foi colocada por um representante de uma escola não estatal, entendendo que, na sua perspetiva, não se pode falar em planeamento se não se trabalha com um número de turmas aproximado da realidade. Por outro lado, parece que as escolas já interiorizaram a lógica da reposição uma vez que, neste ano, foram propostas apenas mais 3 turmas do que o limite máximo de turmas a autorizar, o que não ocorreu em anos anteriores, já que as escolas propunham

um número muito mais elevado de turmas. Seria importante saber, na fase de planeamento, quantos alunos vão terminar o ensino básico e ajustar o número de turmas a abrir ao rácio de 20 alunos/turma, ajustando depois o número de turmas de cursos científico humanísticos e cursos profissionais à % que se pretende atingir pelo critério da proporcionalidade.

Neste ponto, a Vereação alega que as escolas que vão conseguir ter um número suficiente de alunos vão abrir turmas e as outras não vão abrir. Por outro lado, questiona como poderiam fazer a distribuição dos alunos pelas escolas do Concelho, se não sabem quais são as escolhas que os alunos vão fazer.

Esta intervenção da Vereação é reveladora de que é do conhecimento do município que não se faz um trabalho sério de orientação vocacional, imparcial e isento de interesses atendendo aos centros de interesse dos jovens, não se revelando qualquer preocupação com o facto de se deixar que as escolhas sejam feitas ao acaso ou resultem de pressões internas das escolas de onde os jovens são oriundos.

Esta é outra evidência da “arena política” em que se movem as organizações, neste caso o município A, e que justifica as ações desconexas ou ilógicas, que nos obrigam a reconhecer a multiplicidade de interesses, de conflitos, de ações grupais e de relações de poder que coexistem neste processo (Alves, 1999).

Após esta intervenção, o diretor de uma escola não estatal alega que não se pode ter a pretensão de ter no distrito e, particularmente na sede do Município A, todas as saídas profissionais possíveis. Um trabalho que deveria ser feito, nesta fase, seria o de gerar consensos entre escolas para evitar que duas escolas tenham ofertas formativas iguais na mesma localidade. As ofertas não deveriam colidir e considera que o trabalho de planeamento da rede deve, efetivamente, ser feito pela CIM, mas não nos moldes em que está a decorrer, uma vez que não se consideram credíveis os resultados das relevâncias das qualificações quando a própria CIM reconhece as limitações e falhas do estudo e que a metodologia é duvidosa.

Fica expressa, nesta intervenção, a preocupação das escolas que na mesma localidade terão na sua oferta formativa cursos iguais, sem que se promova uma verdadeira

discussão e uma efetiva negociação entre escolas, nos casos em que a duplicação de oferta não se ajusta às necessidades do território local.

Mais uma vez ressaltam neste jogo de luta pelo poder, as dinâmicas de coligação que são apresentadas numa tentativa de os detentores de influência alcançarem resultados que vão ao encontro aos interesses das organizações que representam, tal como Alves (1999) sugere, e explicadas por Nord (1995, cit. in Alves, 1999, p. 12) da seguinte forma: “as coligações tentam proteger os seus interesses e posições de influência através de trocas, regateio e negociação.”

A intervenção de um diretor de uma escola estatal refere que este estudo (referindo-se ao SANQ) nos induz num erro terrível e que se está a insistir no erro. Um ato de coragem seria o de riscar todas as qualificações que não têm qualquer aplicabilidade no nosso território. Por outro lado, menciona que quando os alunos chegam a uma escola e a turma onde se pretendem inscrever está completa, a escola faz de tudo para inscrever o aluno noutra turma dessa escola. Portanto, é de opinião de que os Diretores é que se deveriam por de acordo.

Surge, novamente, a crítica à não validade do SANQ, e a proposta para que seja feita uma concertação prévia ao envio de propostas de cursos profissionais, a iniciar por cada um dos operadores.

Para ultrapassar o problema de concertação da rede de oferta, é referido por um representante de uma escola não estatal, que seria importante a criação de uma rede de psicólogos que fizesse o trabalho de orientação vocacional dos alunos em todas as escolas, de forma independente e isenta, dando a conhecer aos alunos toda a oferta do Distrito e do seu concelho em particular. Esta ação deveria também ser acompanhada de uma campanha de valorização do ensino profissional e valorização social de determinadas profissões. O que se verifica, na atualidade, é que os agrupamentos de escolas se “fecham” de tal forma que é impossível divulgar a oferta formativa de outras escolas.

Nesta intervenção alude-se novamente à falta de um trabalho sério de orientação vocacional dos jovens, imparcial e isento de interesses, e alerta para o facto de, na

atualidade, ser impossível realizar a divulgação da oferta formativa da região a alunos que frequentem o 9º ano de escolaridade em escolas que tenham cursos profissionais ou em escolas agrupadas com estas.

A Vereação prossegue a reunião mudando de assunto e alertando para o facto de constatar, após consulta do documento de atribuição de relevâncias, que no Norte não faz sentido nenhum ter o curso de preparador de cortiça, mas faria sentido ter o curso de nível 4 de pintor artístico de azulejos, o qual nem sequer consta da lista da CIM. No entanto, se for devidamente fundamentada a sua criação atendendo ao contexto regional, à cultura local e ao interesse do município, poderia ser aberto desde que as escolas tivessem equipamentos e formadores.

Sobre este assunto, um diretor de uma escola não estatal refere que essa proposta entronca com a necessidade de preservação da identidade cultural, local e regional e, essa, deve ser uma opção do Estado, da Escola Pública, porque as Escolas Profissionais estão limitadas, por um lado, às autorizações de funcionamento e, por outro, correm o risco de ao oferecerem qualificações que não têm procura pelos alunos não poderem oferecer, em alternativa, outro curso que poderá ter alunos. Já os Agrupamentos, até numa lógica de suplência, deveriam ter a oferta e depois deixar o mercado funcionar.

Esta intervenção evidencia o facto de que as escolas privadas não querem assumir o risco de terem na sua oferta formativa cursos que não têm procura e que não são apelativos para os jovens, sugerindo que o risco da não abertura desses cursos, por falta de procura, seja assumido pelas escolas públicas.

Também aqui podemos, novamente, observar o posicionamento dos diretores de escolas, na medida em que sendo detentores de influência, tentam expor as soluções mais vantajosas para as instituições que dirigem.

A Vereação conclui, pelas intervenções realizadas, que não há interesse dos operadores em incluírem na sua oferta formativa os cursos sugeridos. Ora esta conclusão é contestada pelos presentes, os quais afirmam que não se trata de não concordar, mas sim das dificuldades já mencionadas, acrescentando os problemas da falta de equipamentos, formadores e autorizações de funcionamento.

É ainda questionada a Vereação sobre qual a previsão do número de turmas do científico humanístico que vão abrir, tendo em conta que foi afirmado já se prever a abertura de 45 ou 46 turmas de cursos profissionais.

A Vereação informa que esse número de turmas ninguém conhece, uma vez que se coloca a questão da liberdade de escolha e não se pode dizer aos alunos para onde vão, nem os obrigar a ir para uma determinada oferta.

Fica claro que, em termos políticos, não há interesse pela promoção do sucesso educativo e da qualificação profissionalizante, na medida em que isso implicaria assumir posições perante os operadores do território que poderiam não corresponder aos seus interesses. Portanto, o argumento da “liberdade de escolha” é utilizado para não causar conflitos entre município e operadores. Mais uma vez, esta forma de relacionamento entre organizações, nos leva a estabelecer paralelo com a perspetiva política, na medida em que coexistem interesses muito divergentes.

Sobre este tema, um diretor de uma escola não estatal intervém, dizendo que a média de alunos em cursos profissionais do distrito é de 38%, valor este abaixo da média nacional que é de 42%. Se o distrito tem como objetivo aproximar-se da média nacional terão que passar alunos, naturalmente, do ensino regular para o ensino profissional. E isso não significa que a escola A ou a escola B perca alunos ou turmas. Trata-se de esses alunos estarem num percurso de dupla certificação e não noutro. Por outro lado, se a orientação vocacional funcionasse de facto nas escolas, não se colocava a questão de os alunos serem empurrados para determinados cursos ou turmas.

Um outro diretor de uma escola não estatal salienta que já têm sido dados passos significativos em termos de promoção do ensino profissional, por exemplo, na rádio, na televisão e também com a celebração do “Dia do Ensino Profissional”. Portanto, falta que os técnicos, no terreno e despretensiosamente, façam o trabalho de orientação vocacional dos alunos.

Sobre este assunto a Vereação posiciona-se dizendo que a orientação vocacional é da responsabilidade do Ministério da Educação e é este que tem de resolver os problemas. Por outro lado, é referido que não é só junto dos alunos e dos Encarregados de Educação

que esse trabalho deve ser feito, uma vez que os próprios professores descredibilizam o ensino profissional, explícita ou implicitamente.

Esta intervenção sugere a alusão à lógica da mudança burocrática exposta por Alves (1999), na medida em que o município invoca as responsabilidades do Ministério da Educação no que concerne ao seu papel na promoção das ações de orientação vocacional dos jovens, sabendo que esse argumento os securiza num contexto em que estão em constante interação com as instituições de ensino, expondo-se perante estas e numa tentativa de evitar conflitos múltiplos, tal como é teorizado e explicado pela perspectiva (neo) institucional apresentada por Rocha (2007).

A Vereação conclui a reunião pedindo desculpa aos presentes por esta não ter sido mais produtiva, mas referindo também que não tinham essa expectativa tendo em conta o *timing* em que se estava a realizar.

Atendendo ao exposto, as intervenções desta reunião permitem-nos fazer a síntese que apresentamos de seguida.

Constata-se que os representantes dos municípios nas reuniões promovidas pela CIM Alto Minho poderiam estar recetivos a adotar uma postura diferente, atentas as deficiências e insuficiências da rede de oferta formativa que ano após ano é debatida na região, mas o aumento das ofertas de cursos profissionais implicaria a redução dos cursos científico-humanísticos. Por sua vez, esta alteração implicaria a redução das necessidades de pessoal docente das disciplinas dos cursos científico-humanísticos e o aumento dos formadores das componentes técnicas, tecnológicas e práticas dos cursos profissionais.

É do conhecimento dos municípios que não se faz um trabalho sério de orientação vocacional, imparcial e isento de interesses atendendo aos centros de interesse dos jovens, mas essa situação parece não causar preocupação, deixando-se que as escolhas sejam feitas ao acaso, ou resultem de pressões internas das escolas de onde os jovens são oriundos.

Entendemos que, por estas razões, tem sido evidente a dificuldade em defender posições diferentes porque se o fizessem, os municípios seriam responsabilizados, localmente pelas escolas, pela redução de postos de trabalho dos docentes.

Esta postura corporativa e de gestão política difícil poderia ser minorada com a afetação desses recursos humanos na formação contínua de adultos onde há muito trabalho a fazer, mas cremos que tal não se enquadra na perspetiva de carreira desses docentes.

Portanto, não há preocupação em promover uma verdadeira discussão e uma efetiva negociação entre as escolas locais, uma vez que, tal como referimos antes, isso obrigaria as diferentes organizações a reconhecerem a multiplicidade de interesses, de conflitos, de ações grupais e de relações de poder que coexistem neste processo.

A visão de Alves (1999, p. 13), acerca das organizações escolares, em que

os *interesses* pessoais, profissionais, políticos das pessoas concretas que determinam as decisões e as acções da organização escolar, e que a diversidade de interesses tende a gerar conflitos, de que o *poder* é uma variável chave para compreender as lógicas da acção e de que a negociação é a dinâmica central da vida organizacional

aplica-se, de igual forma, a este contexto de posicionamento das organizações intervenientes neste processo de planeamento e definição de rede de oferta formativa.

Assim, a definição da rede de cursos profissionais, partindo de dados fictícios e em desacordo com a realidade demográfica da região, faz parte de toda uma encenação, na qual estruturas como DGEstE e DSRN querem fazer parecer que há uma metodologia que está a ser seguida, segundo pressupostos e critérios rigorosos, mas que na realidade não conduzem a um processo real e transparente para as escolas e para os jovens que pretendem prosseguir os seus estudos em oferta qualificantes, na linha de pensamento da teoria da *Hipocrisia Organizada* de Brunsson (2006).

Também neste fórum de discussão se assiste ao alerta que os operadores fazem para a falta de validade dos resultados do SANQ, enquanto instrumento de diagnóstico de necessidades de qualificação.

Mas também sinalizam o facto de não bastar ter um instrumento denominado SANQ para um território, sem que se resolvam problemas estruturais relacionados com a valorização social de profissões menos procuradas pelos jovens, mas com perspectivas de empregabilidade, e a inexistência de uma rede de transportes que permita a deslocação dos jovens entre municípios.

O município foi ainda alertado para a impossibilidade de se divulgar a oferta formativa da região a alunos que frequentem o 9º ano de escolaridade em escolas que tenham cursos profissionais ou em escolas agrupadas com estas, não se vislumbrando qualquer tomada de posição que altere esta realidade.

A perspectiva política que contribui para explicar, teoricamente, o relacionamento entre diferentes organizações, torna-se evidente em intervenções reveladoras de luta pelo poder de decisão, que transparecem nas formas de negociação utilizadas pelos diferentes protagonistas, na medida em que coexistem interesses muito divergentes (Alves, 1999).

Estão em jogo perceções e interesses diferenciados e/ou opostos que se traduzem em dinâmicas de conflito: por um lado, o SANQ e as relevâncias, por outro, os interesses dos operadores em terem na sua oferta formativa cursos apelativos e para os quais têm instalações, recursos humanos e equipamentos e, ainda, os interesses municipais.

É evidente a lógica da mudança burocrática explicada por Alves (1999), quando são invocadas as responsabilidades do Ministério da Educação, sabendo que esse argumento securiza o município num contexto em que está em constante interação com as instituições de ensino, expondo-se perante estas e numa tentativa de evitar conflitos múltiplos, posição que é teorizada e explicada pela perspectiva (neo) institucional.

2.3.2. Reunião entre o Município B e escolas do Concelho

Faremos agora referência a uma outra reunião convocada pela Vereação de outro Município (B), com o mesmo propósito da reunião descrita no ponto anterior e que teve lugar no dia 27 de abril, para a qual foram convocadas as escolas estatais e não estatais locais. Tal como anteriormente, também nesta reunião os registos das intervenções e

anotações resultam da observação participante da investigadora, que produziu notas de campo registadas no seu diário de investigadora (DI 3).

A reunião inicia com a intervenção da Vereação que faz a contextualização dos assuntos tratados na reunião do dia 20 de abril, na qual participou, mencionado que nessa reunião não esteve presente o Delegado Regional, tendo sido representado por uma técnica da sua equipa. Esta é uma informação que não tinha sido revelada pela Vereação do Município A.

Na sequência da apresentação da proposta elaborada pelos operadores, que contempla as 67 turmas, refere que a DGEstE apresentou a contraproposta de se eliminarem três cursos, a qual não foi aceite por nenhum município, nem nenhuma escola consultada *a posteriori*, com exceção de um agrupamento que se mostrou disponível para fazer alterações. O argumento apresentado pelas escolas, para não aceitarem essa contraproposta, baseou-se no facto de esses três cursos, que queriam que fossem eliminados, terem níveis de relevância superiores a 6.

Mais uma vez se recolhem evidências da lógica da mudança burocrática, enquanto teoria que explica as decisões dos atores, que são tomadas em função do que está legislado, regulamentado e prescrito, o que não passa de uma certa fidelidade estratégica através da qual “os actores invocam a lei sempre que isso protege os seus interesses e os securiza num contexto arriscado. Mas, simultaneamente, ignoram-na ou são-lhe infiéis quando isso serve os seus propósitos pessoais ou profissionais” (Alves, 1999, p. 31).

Referindo-se concretamente ao seu Município, o qual foi confrontado com a necessidade de eliminarem cursos, a Vereação verifica que há uma área de formação comum nas propostas apresentadas pelas escolas, mas também informa que não marcou qualquer reunião de concertação por considerar que esta deveria ter ocorrido antes de as escolas apresentarem formalmente as suas propostas. Por outro lado, entenderam que não seria o momento de fazer ajustamentos, pois se as escolas entenderam fazer estas propostas é porque estão convictas de que terão alunos para essas ofertas.

A posição do município é reveladora de que não há qualquer preocupação na promoção de uma verdadeira discussão e de uma efetiva negociação entre as escolas locais, antes de estas enviarem as suas propostas, caso contrário seriam obrigados a defender posições diferentes e que não agradariam a todos os operadores. Então, utiliza-se o argumento de que é das escolas a responsabilidade de elaborarem propostas e, se as fizeram é porque estão convictas de que terão alunos para essas ofertas.

Evidencia-se, novamente e tal como constatámos para o município A, a “arena política” em que se movem as organizações, neste caso o município B.

A Vereação aborda também o tema das relevâncias, mostrando a sua incredibilidade por constar na lista de cursos apresentada a possibilidade de as escolas selecionarem cursos como o de técnico de extração de cortiça, e que tem uma relevância igual ou superior a 6, o que na nossa região não faz qualquer sentido, concluindo que a CIM, no que diz respeito às relevâncias, ainda tem muito trabalho a fazer.

Em mais um fórum de discussão se alerta para a não validade dos resultados do SANQ, o qual foi dado pelo próprio município.

A Vereação informa os presentes que a proposta que apresentou à CIM e à DGEstE/DSRN foi a de se validarem os 67 cursos e não os 64. Em primeiro lugar porque consideram que assim se apresenta uma oferta mais diversificada, com mais cursos possíveis. Em segundo lugar, porque o processo da forma como nasceu vai criar mais confusão. Em terceiro lugar, porque se sabe que as 64 turmas nunca vão abrir e, portanto, estar a fazer uma “batalha” por três cursos não faz sentido, quando já se sabe que, no máximo, vão abrir cerca de 45 turmas, segundo informação dada pela DGEstE/DSRN.

Tal como sucedeu na reunião promovida pelo Município A, também aqui se assume que o número máximo de 64 turmas não corresponderá ao número real de turmas do ensino profissional que estarão em funcionamento, o que corrobora a leitura de que todo este processo faz parte de toda uma encenação, na qual estruturas como DGEstE e DSRN querem fazer parecer que há uma metodologia que está a ser seguida, segundo pressupostos e critérios rigorosos, mas que na realidade não conduzem a um processo

real e transparente para as escolas e para os jovens que pretendem prosseguir os seus estudos em oferta qualificantes, fazendo lembrar, novamente, a *Hipocrisia Organizada* teorizada por Brunsson (2006).

A Vereação considera que depois de as escolas apresentarem as suas propostas, não faz sentido uma entidade externa (referindo-se ao Município) vir dizer que estas têm de alterar as propostas.

Esta intervenção vai, por um lado, ao encontro da imagem de “pombo-correio” utilizada pela vereação do município A, e por outro, protege o município da tomada de posições que entrem em conflito com os interesses de cada uma das escolas.

Depois desta intervenção, o diretor de uma escola estatal refere que a CIM deveria ter enviado às escolas as propostas globais da região e, por outro lado, só foram convocados para a reunião em que a CIM apresentou os resultados do SANQ, as escolas com cursos profissionais em funcionamento no corrente ano letivo. Ou seja, não estiveram presentes escolas que no próximo ano pretendem ter cursos profissionais, mas este ano não têm.

O diretor de uma escola não estatal intervém defendendo a ideia de que, neste território, não se pode planear uma rede para 67 cursos, quando não há orientação vocacional nem existe concertação ou diálogo entre escolas.

Continua a sua intervenção exemplificando com a atuação de uma outra CIM da região Norte, para a qual foi autorizada a abertura de 111 cursos profissionais, mas como houve concertação entre os operadores da região, a proposta final contemplou apenas 94 turmas. Mesmo assim, a DGEstE/DSRN alertou as escolas para o facto de havendo mais cursos, relativamente ao sucedido no ano anterior, e menos alunos, poder haver mais dispersão, apelando à importância do diálogo entre diretores para “fechar” turmas atempadamente.

Ora, no Alto Minho, num território em que não há diálogo entre as escolas, onde os alunos não conhecem as ofertas formativas de todos os operadores, onde há dificuldades de transportes para que os alunos acedam a algumas ofertas de formação, o planeamento de 67 turmas é um erro gravíssimo. Se todos os anos é conhecida a

estimativa de quantos alunos vão transitar, previsivelmente, do 9º para o 10º ano de escolaridade, é preciso perceber se o ensino profissional é importante para o território ou não, e se queremos, de facto, atingir o objetivo de ter 50% dos alunos do ensino secundário em cursos profissionais. O que se constata é que o interesse dos alunos e das famílias não é prioridade. Se houvesse um trabalho de orientação vocacional precoce, as escolas poderiam definir as suas ofertas com base nos indicadores recolhidos. Por outro lado, a CIM deveria conhecer todas as escolas do território e as condições de que dispõem para desenvolverem formação. As escolas podem vir, no futuro, a trabalhar numa lógica de especialização, mas é necessário criar condições para que seja possível os alunos chegarem às escolas, criando-se uma rede de transportes eficiente.

Também por esta intervenção podemos, novamente, observar o posicionamento dos diretores de escolas, na medida em que sendo detentores de influência, tentam expor as soluções mais vantajosas para a perseguição dos fins das instituições que dirigem numa “arena onde a política domina” (Mintzberg, 1986).

A Vereação intervém referindo que este planeamento não pode ser feito “em cima do joelho” e que, neste momento, já se devia estar a pensar na oferta formativa do ano 2018/2019. Considera ainda que o diálogo com as escolas tem de existir, considerando ser possível “sentar o distrito todo” e perceber, quantos alunos saem em cada ano do 9º ano, para sabermos quantas turmas poderão ser constituídas, respeitando a proporção de 50%/50%. Para além disso, é necessário ter em conta as prioridades do SANQ e, cada município internamente, deve analisar a oferta formativa que faz mais falta. O planeamento não pode ser feito nem com estes *timings* nem com esta grelha de cursos atribuídos à CIM Alto Minho, pois existem muitos cursos que não são contemplados, mas que fazem sentido para o território, tendo em conta as necessidades do tecido empresarial do Município.

Esta intervenção releva-nos, novamente, o reconhecimento de que a *hipocrisia*, teorizada por Brunsson (2006), é aqui utilizada como a solução encontrada, impossível de evitar, para se persistir na utilização deste modelo, ficando evidenciadas as incongruências decorrentes do discurso, das decisões e das ações.

Como Estevão (1997, cit. in Alves, 1999, p. 16) descreve, neste contexto, o município apresenta-se como uma organização oportunisticamente adaptativa, agindo e reagindo de acordo com os seus próprios interesses e dos interesses e das pressões dos contextos em que se move (Alves, 1999).

Sobre este ponto, o diretor de uma escola não estatal intervém defendendo que essas necessidades têm de ser trabalhadas nas escolas para que os alunos sejam encaminhados para essas ofertas.

O diretor de escola estatal alerta para a questão do investimento que é feito em determinados equipamentos porque podemos estar a formar em 3 anos um grupo de 20 alunos que terá emprego e, imediatamente de seguida, esgotar a capacidade de integração dos alunos no mercado de trabalho, resultando num investimento feito a fundo perdido.

A Vereação conclui a reunião considerando que todos os anos se está “a começar a casa pelo telhado”, mas informando que lançaram o desafio à DGEstE/DSRN para, de imediato, começarem a trabalhar o planeamento da rede do próximo ano, tendo esperança de que as coisas possam ser reorganizadas.

Em relação à orientação vocacional, a Vereação considera que não se pode afirmar que não é feita, já que as escolas têm psicólogos que vão fazendo o melhor que podem. Também é preocupação do Município o acompanhamento dos alunos do 12º ano que não sabem qual o curso que vão frequentar, uma vez que estes não podem reorientar o seu percurso, ao contrário dos alunos do 9º ano, tendo esta falta de orientação um peso económico muito grande nos agregados familiares e podendo levar a que os alunos desistam de prosseguirem estudos no ensino superior.

O Município entregou aos participantes na reunião uma cópia do documento que contém as 67 propostas feitas pelas escolas à DGEstE.

Atendendo às intervenções desta reunião, percebemos que foram expostas posições e apresentados argumentos, na sua maioria semelhantes aos que resultaram da reunião entre o município A e as respetivas escolas.

Assim, importa destacar as principais conclusões deste fórum de discussão:

- i) a não aceitação dos resultados do SANQ enquanto instrumento identificador das necessidades de qualificações para o Alto Minho;
- ii) a definição da rede, partindo de dados fictícios no que se refere ao número de cursos profissionais que se perspectiva abrir no ano letivo 2017/2018, fará deste processo de suposto planeamento de rede uma encenação;
- iii) o desinteresse pela promoção de ações de concertação entre escolas, prévia ao envio de propostas, evita tomadas de posição que conflituariam com os interesses divergentes de escolas locais;
- iv) o município foi alertado para a inexistência de um trabalho sério de orientação vocacional, imparcial e isento de interesses, mas, também nesta reunião, é invocada a responsabilidade do Ministério da Educação na condução deste processo, que muito interessa para não se tomarem decisões potencialmente geradoras de conflitos;
- v) o município foi alertado para a dificuldade de divulgação da oferta formativa aos jovens que concluem o 9º ano e que frequentam escolas estatais agrupadas com escolas secundárias que têm oferta de cursos profissionais.

Destacamos ainda o facto de o município ter lançado o desafio à DSRN para que se iniciasse, de imediato, o processo de planeamento de rede do próximo ano, o que nos parece relevante num contexto em que o processo de planeamento está inquinado e, para o qual, seriam necessárias alterações profundas, que deveriam ser preparadas com muito tempo de antecedência.

2.3.3. Reunião entre Escolas Profissionais Privadas

Tendo decorrido reuniões similares às relatadas nos pontos anteriores em alguns dos 10 Municípios da CIM Alto Minho, entre autarquias e operadores, os Diretores das Escolas Profissionais entenderam que seria oportuno reunirem para analisarem e debaterem os pressupostos de organização e planeamento da rede de oferta formativa para o ano letivo 2017/2018. Esta reunião ocorre a 27 de abril, um dia antes da reunião de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, convocada pela

DGEstE/DSRN. Os registos das intervenções e anotações desta reunião, resultam da observação participante da investigadora, na medida em que é diretora pedagógica de uma das escolas privadas, tendo produzido as respetivas notas de campo registadas no seu diário de investigadora (DI 4).

A reunião inicia com uma primeira intervenção, que revela muita preocupação com a metodologia adotada, que permite a apresentação de propostas para 64 turmas, o que para as escolas profissionais, principalmente para as localizadas nas zonas mais periféricas, pode ser extremamente complicado, apesar de as escolas, de uma forma geral, estarem satisfeitas com essa possibilidade. Como não são retiradas turmas, pelo contrário, nesta fase até autorizam mais turmas, aparentemente os Diretores estão calmos e serenos. O problema é que não se está a ter em conta o impacto que esta situação pode ter este ano e nos anos seguintes. As Escolas Profissionais são o “elo mais fraco” do sistema e parece muito preocupante aprovarem-se mais 20% de turmas sabendo-se que não há alunos para as constituir e que até há menos alunos do que no ano passado. Mesmo que as orientações dadas permitissem só a reposição de turmas do ano em curso, ainda assim haveria problemas, porque o número de turmas do próximo ano vai reduzir. Sendo este facto conhecido da tutela, consideram que, ou é uma decisão deliberada, ou então concluiu-se que não sabem fazer a análise concreta da situação.

Por outro lado, outra questão se coloca que é a de saber se aumentando o número de turmas de cursos profissionais, vão ser reduzidas as turmas de cursos vocacionados para o prosseguimento de estudos. Mas, sabe-se que a tutela não vai “cortar” as turmas de prosseguimento de estudos, porque nunca o fez em nenhum território.

A intervenção inicial da reunião permite-nos realçar que, tal como Estevão (1997, cit. in Alves, 1999, p. 16) descreve, neste contexto em que são identificadas as ameaças que os pressupostos de organização da rede formativa acarretam às Escola Profissionais por se basear num cenário irreal de constituição de número de turmas, as organizações vão sendo “oportunisticamente adaptativas”, agindo e reagindo de acordo com os seus próprios interesses e dos interesses e das pressões dos contextos (Alves, 1999).

Uma outra intervenção faz referência ao ocorrido em termos de planeamento e concertação da rede de outra CIM da região Norte. Nessa CIM, curiosamente e ao contrário do que sucedeu no passado, nem sequer houve contactos com as escolas para “afinarem” a rede entre si. Ou seja, parece que este ano todos os operadores estão tão articulados que ninguém colide com a oferta do vizinho. Mas isto vai ser uma “paz podre” porque as escolas públicas têm os alunos e querendo vão segurá-los. Em determinadas áreas geográficas, o facto de quererem alargar o número de turmas até pode ser benéfico, porque há alunos e há procura destes pelas Escola Profissionais. Mas nos territórios com menos alunos, isto vai ser muito problemático. Nessa CIM há escolas com crescimentos de 160% e 200%, quando a DGEstE andou durante anos a fio a dizer que não autorizava escolas novas e turmas em escolas que não tinham ensino profissional.

Na mesma reunião admitiu-se que no mês de julho e agosto a tutela terá de gerir as turmas incompletas e decidir as que abrem e as que não abrem. Mas isto só acontece porque não se faz o planeamento de forma correta, com base nos dados claros e objetivos em cada território. Este ano, estão a permitir que as escolas públicas “fechem”, ainda mais, os alunos e, ficando lá, já não se inscrevem nas Escola Profissionais.

Estas intervenções realçam, mais uma vez, o cenário fictício de que a rede de cursos profissionais resulta de ações de planeamento e concertação que são desenvolvidas em cada território, na linha de pensamento da teoria da *Hipocrisia Organizada* de Brunsson (2006).

Relativamente ao critério da proporcionalidade, afirma-se que se tem anunciado o critério de que 50% da oferta deve ficar na rede pública e 50% na rede privada. Mas, na CIM Alto Minho, as escolas privadas fizeram propostas na lógica da reposição do número de turmas, ao contrário do que aconteceu com as escolas públicas. Então, das 67 propostas apresentadas, 27 são de escolas da rede privada (incluindo 2 turmas numa escola com contrato de associação que não teve cursos profissionais em 2016/2017) e 40 são de escolas públicas. Portanto, na CIM Alto Minho não temos 50%/50%, ao contrário do que ocorreu no ano passado, em que esta proporcionalidade foi respeitada.

Um outro diretor intervém a este propósito, referindo que no ano passado, no nosso distrito, essa distribuição foi assim, mas no país isso não se replica, porque os operadores privados têm menos oferta. O Alto Minho constitui uma exceção, porque todos os municípios têm uma escola profissional ou um polo de uma escola, mas isso não acontece no país. Basta ver que o país tem 308 municípios e só existem 150 escolas profissionais. Estamos num distrito com algumas especificidades, mas o que temos de defender é a reposição do número de turmas.

Prossegue dizendo que na nossa CIM será necessário “cortar” três cursos já que houve 67 propostas e só autorizam 64, indicando especificamente em que concelhos é que esses cortes seriam desejados pela tutela. Mas, também há informação de que nenhum destes três municípios quis intervir diretamente, portanto, presume-se que a proposta que será apresentada na reunião de amanhã será de uma rede com 67 turmas.

A opção pela defesa deste critério de cariz burocrático, pelos responsáveis das escolas profissionais, neste caso concreto, protege os interesses das organizações que representam, por estar em causa a previsível perda de alunos.

Um outro aspeto, relacionado com todo este processo, é que não está escrito em nenhum documento que se autorizam as escolas a proporem para além da reposição, portanto não se entende que agora se proponham mais 25% de turmas de ensino profissional.

Analisada a lista de cursos que as escolas propõem verifica-se que dentro do mesmo município há cursos em duplicado, o que é incompreensível.

De outra perspetiva, considera-se que até seria compreensível que fossem as escolas a solicitarem o alargamento da rede, desde que devidamente articuladas, para poderem ter ofertas mais diversificadas e, conseqüentemente, captarem alunos. Mas, depois seria necessário deixar os alunos escolherem. Por outro lado, até poderíamos apresentar propostas só para cursos do SANQ com relevâncias elevadas, mas a tutela teria de comprometer-se a deixar abrir as turmas mesmo com menos alunos do que o mínimo obrigatório.

As Escola Profissionais estão “na margem do sistema” e só ficam com os alunos que as escolas públicas libertam depois de constituírem as suas turmas, o que pode ser insuficiente para manter a reposição do número de turmas.

Sabendo-se que terminam o 9º ano de escolaridade cerca de 1912 alunos, sendo as turmas constituídas por uma média de 22 alunos e respeitando o critério da proporcionalidade, só haverá alunos para abrir cerca de 43 turmas. A questão é esta: onde estão os alunos para integrarem as 64 turmas? Ou as turmas são constituídas com 15 alunos, ou então têm de cortar o número de turmas dos cursos de prosseguimento de estudos.

Os representantes das Escolas Profissionais presentes concordam que podem ser aprovadas as turmas todas, desde que haja alunos para todas. Não havendo, não vale a pena desenhar cenários face a uma realidade que não existe, salientando-se que não há qualquer orientação escrita que vá no sentido de permitir o aumento do número de turmas. Mantendo-se este cenário, a consequência seria de só poderem abrir 19 turmas de prosseguimento de estudos, o que se sabe que não vai acontecer.

Neste sentido, as Escolas Profissionais entendem que devem redigir um documento com as preocupações comuns, o qual deverá ser entregue em mão ao Delegado Regional na reunião de rede a ocorrer no dia seguinte.

Analisadas as diversas intervenções dos responsáveis das escolas profissionais privadas do Alto Minho, importa destacar as suas principais preocupações e anseios:

- i. o facto de se permitir a apresentação de uma rede de oferta de cursos profissionais constituída por 64 turmas, num cenário irrealista atendendo ao histórico da região e aos dados demográficos, agradou à maioria das escolas, por poderem apresentar uma oferta acima da reposição, mas será muito desvantajoso para as EP, principalmente as localizadas em zonas mais periféricas, uma vez que o número de alunos que transita para o 10º ano vai diminuir relativamente ao ano anterior;
- ii. mesmo que fosse autorizado o mesmo número de cursos profissionais definido para o ano letivo em curso (2016/2017), haveria problemas devido à diminuição do número de alunos, o que leva os intervenientes a questionar se a tutela,

conhecedora dessa realidade, terá tomado essa decisão consciente destes impactos ou se, simplesmente, não se debruçaram em pormenor sobre esta situação;

- iii. por outro lado, um cenário de crescimento do número de cursos profissionais só seria realista se fossem reduzidas as autorizações para abertura de cursos científico-humanísticos, mas nenhum dos intervenientes acredita nesse cenário porque iria provocar muitos “danos” nas escolas secundárias estatais;
- iv. o facto de se terem autorizado escolas estatais secundárias, que não tinham ensino profissional já há vários anos, a apresentarem propostas para passarem a ter cursos profissionais, pode causar grandes impactos na procura das EP pelos jovens, na medida em que, nessas mesmas escolas, não se faz um trabalho de orientação vocacional isento de interesses, não se permite a divulgação da oferta formativa e os alunos podem ser imediatamente matriculados, assim que concluem o 9º ano de escolaridade;
- v. atendendo à lista de propostas apresentada pelas escolas da CIM Alto Minho, constata-se que dos 67 cursos propostos, 27 foram apresentados por escolas não estatais e 40 por escolas estatais, desvirtuando-se a proporcionalidade de 50%/50% que foi respeitada no ano letivo 2016/2017;
- vi. nenhum município quis intervir no processo de planeamento ou de concertação, na medida em que essa tomada de posição originaria conflitos com os operadores locais, o que revela uma postura corporativa e de difícil gestão política, como já foi enunciado nesta investigação;
- vii. essa postura corporativa é evidente quando nada se faz relativamente à duplicação de oferta no mesmo município, o que é particularmente grave, naqueles com menor população;
- viii. as EP ficarão “na margem do sistema” na medida em que só receberão matrículas dos alunos que as escolas estatais entenderem “libertar” depois de constituírem as suas turmas, situação que pode originar a manutenção da reposição do número de turmas destas escolas.

2.3.4. Rede de oferta de cursos profissionais – Documento subscrito pelas Escolas Profissionais da CIM Alto Minho

De acordo com o definido na reunião promovida entre escolas profissionais do Alto Minho, estas redigiram uma reclamação (EPP 1) que foi entregue, em mão, na reunião de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais, ao Delegado Regional da DSRN, com o seguinte conteúdo:

As Escolas Profissionais sedeadas no distrito de Viana do Castelo designadamente a ETAP – Escola Profissional, a EPRALIMA – Escola Profissional do Alto Lima, a EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior e a Esprominho (Delegação de Viana do Castelo) tomaram conhecimento das orientações veiculadas pela ANQEP e pela DGESTE relativas às ações de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018, bem como as orientações metodológicas e os critérios de ordenamento aplicáveis nos respetivos territórios, tendo sido analisado o conteúdo da documentação que nos foi remetida e as informações veiculadas pelas Câmaras Municipais.

A avaliação que fazemos permite-nos elencar um conjunto de aspetos que poderemos considerar importantes e positivos para efeito de organização e planeamento da oferta formativa para o próximo ano letivo, designadamente:

- a) A abordagem da oferta formativa focalizada no território da CIM do Alto Minho atendendo a que o leque das formações constantes do CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações implicam uma orientação supramunicipal;
- b) A existência de alguns estudos de diagnóstico de necessidades de formação apresentados pela CIM e pela ANQEP através do SANQ – Sistema de Antecipação de Qualificações, que elucidam sobre as prioridades regionais e sub-regionais;
- c) As informações/orientações veiculadas pela ANQEP para servirem de guião nas ações de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018, designadamente:
 - a. Perspetiva de desenvolvimento estratégico “sem criar ruturas relativamente à capacidade instalada e à oferta de cursos profissionais existentes”
 - b. Alerta para situações de sobredimensionamento das ofertas tendo em vista “evitar redundâncias e concorrência entre os diversos operadores”;
 - c. Referência à necessidade de articulação tendo por base os seguintes pressupostos:

- i. Relevância das qualificações no âmbito do SANQ;
- ii. Estabilidade da Rede existente tendo por base a capacidade instalada;
- iii. Promoção da possibilidade de inovação;
- iv. Proporcionalidade, relevância, desempenho, sustentabilidade e coesão.

d) A referência de que o planeamento seja feito de “forma progressiva a sem ruturas tendo em conta a capacidade formativa instalada” e que se tenha em conta os cursos e turmas do 1º ano em funcionamento no ano letivo 2016-2017 o que significa que deveria haver comedimento e adequação à realidade, aferida pelos dados de cada território em anos letivos anteriores.

Face ao conhecimento que temos da forma como está a ser desenvolvido o processo em cada território, as escolas profissionais acima referidas que operam no distrito de Viana do Castelo, não podem deixar de sublinhar um outro conjunto de aspetos negativos, designadamente:

- a) A opacidade na veiculação da informação relativa ao número de alunos que terminam o 9º ano de escolaridade no distrito de Viana do Castelo os quais estão disponíveis para algumas entidades, mas não foram facilitados às escolas profissionais;
- b) A falta de informação sobre o número de turmas que se pretende abrir nos cursos científico-humanísticos para se poder avaliar a proporção dos 50% de alunos do secundário encaminhados para percursos qualificantes;
- c) O desconhecimento da realidade demográfica do distrito de Viana do Castelo pois todos sabemos que o número de alunos a frequentar as escolas é menor em cada ano que passa;
- d) A falta de aderência à realidade quando se pretende fazer crescer em 25% as ofertas de cursos profissionais no distrito de Viana do Castelo quando se sabe que cada vez há menos alunos;
- e) A falta de perceção de que, num território em que a frequência de alunos está em queda, só é possível aumentar a percentagem de alunos em cursos profissionais se houver uma redução de turmas de cursos científico-humanísticos;
- f) A subversão de princípios orientadores emanados da ANQEP/ DGESTE, no que concerne ao planeamento da rede, sem ruturas e tendo em conta o número de turmas abertas no ano letivo de 2016/2017;

Face ao acima expresso as Escolas Profissionais signatárias consideram que não faz qualquer sentido fazer um suposto trabalho de planeamento e concertação da rede quando:

- a) Não dispomos dos dados oficiais sobre o número total de alunos que terminam o 9º ano de escolaridade;
- b) Os dados que conseguimos apurar, com recurso a vias informais, apontam para a existência de cerca de 1900 alunos no distrito de Viana do Castelo, que terminam o 9º ano de escolaridade;
- c) No ano letivo 2016/2017 sabe-se que frequentaram o ensino profissional 1111 alunos, tendo sido constituídas 50 turmas;
- d) Para o próximo ano letivo, prevê-se que frequentem o ensino profissional, 972 alunos, atendendo à redução do n.º de alunos que se verifica no Distrito, significando uma perda de 139 alunos face ao ano transato;
- e) Face à real redução de alunos com que o Distrito de vai confrontar e, prevendo que optam pelo ensino profissional cerca de 970 alunos, seria possível constituir 44 turmas;
- f) Atendendo à meta de ter no ensino profissional 50% dos alunos, entende-se que em científico humanísticos serão constituídas, também, 44 turmas;

Face a estes dados, não se compreende como se pretendem aprovar em rede 67 cursos profissionais.

Pretende-se constituir a rede com base em dados objetivos ou queremos deixar a distribuição de alunos “ao acaso”?

Neste contexto, as escolas signatárias, admitem que:

- a) no máximo, se proponha a reposição do número de turmas do ano anterior e, eventualmente, que algumas escolas tenham que reduzir do número de turmas, por forma a acomodar a redução da abertura de 6 turmas no próximo ano letivo;
- b) para se manter a oferta de 67 turmas, face aos alunos que se prevê que optem pelo ensino profissional (972 alunos), estas teriam de ser constituídas com uma média de 14,5 alunos/turma. Admitindo uma variância de 4 alunos, relativamente à média, teríamos, no limite, turmas constituídas com 10 alunos e 18 alunos;
- c) mantendo-se a oferta de 67 turmas e cumprindo o número médio de alunos por turma, com os alunos previstos (1900), teriam de ser encaminhados para cursos profissionais 1582 alunos. Isto significa que, apenas 318 alunos seriam encaminhados para cursos científico humanísticos, constituindo-se desta forma 12 turmas (média de 25 alunos/turma).

Importa ainda dizer que as escolas privadas, seguindo as orientações escritas da DGESTE, da ANQEP e da ANESPO, apresentaram propostas na linha da reposição, apresentando 27 propostas de abertura de turmas, tendo em consideração a realidade do distrito face ao número de alunos. Tal não ocorreu nas escolas públicas que apresentaram propostas para 40 turmas, significando um aumento de 62% face ao ano transato.

Desta forma, as escolas signatárias, expressam a sua não concordância com a metodologia seguida, que não assenta em dados reais mas em dados completamente fictícios, apelando a que se faça um trabalho de planeamento e concertação da rede tendo por base o histórico das escolas públicas e privadas que promovem formação qualificante destinada a jovens no ensino secundário, ou seja, na base da reposição com os ajustamentos determinados pela redução demográfica que não podemos deixar de ter em conta.

As escolas signatárias alertam ainda para as consequências que o seguimento desta metodologia vai trazer para o distrito de Viana do Castelo, perspetivando-se:

- a) uma dispersão de alunos por um número significativo de cursos que se sabe que não vão abrir;
- b) a existência de turmas incompletas, que se prolongarão por tempo indeterminado, defraudando-se as expectativas dos alunos e dos seus encarregados de educação;
- c) o fecho efetivo da rede que só ocorrerá já no decurso do próximo ano letivo.

O documento subscrito¹⁹ pelos diretores das EP do Alto Minho, aponta, numa primeira parte, um conjunto de aspetos positivos que consideram que o processo de organização e planeamento da rede poderá ter em anos posteriores, nomeadamente, a inclusão de ofertas formativas qualificantes que fazem parte do CNQ mas que devem implicar uma orientação supramunicipal; a existência de um SANQ, enquanto instrumento que pode elucidar sobre as prioridades regionais e sub-regionais; as orientações veiculadas pela ANQEP I.P. no que concerne a pressupostos e critérios de ordenamento da rede.

¹⁹ VIANA DO CASTELO, 28 DE ABRIL DE 2017

OS SIGNATÁRIOS: ETAP – Escola Profissional; EPRALIMA – Escola Profissional do Alto Lima; EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior; Esprominho (Delegação de Viana do Castelo)”

Entendemos que este conjunto de aspetos positivos enunciados, são enquadradores de um cenário desejado por estes operadores para o futuro, mas que não correspondem à realidade.

Numa segunda parte, este documento menciona os aspetos negativos identificados em todo este processo de planeamento de rede, dos quais destacamos, a obstrução ao acesso à informação sobre o número de alunos que concluem o 3º ciclo na região e ao número de cursos científico-humanísticos que se pretendem autorizar; o desenho de um cenário irreal quando se autoriza o crescimento de 25% de ofertas qualificantes num território que há perda de alunos ano após ano.

Numa última parte, apelam à tutela, que se altere esta linha de ação de planeamento da rede, solicitando:

- i. a autorização da reposição do número de turmas aprovadas no ano letivo em curso e não das 64 turmas;
- ii. a autorização para a constituição de turmas com 14,5 alunos/turma em média, num cenário de autorização das 67 turma propostas pelas escolas;
- iii. ou, em alternativa, a redução drástica de autorizações para abertura de cursos científico-humanísticos, constituindo-se apenas 12 turmas em todo o território do Alto Minho;
- iv. a realização do trabalho de planeamento com base no histórico das escolas públicas e privadas.

Os signatários concluem o documento alertando para as eventuais consequências do prosseguimento desta metodologia de planeamento, que na sua perspetiva, originará: uma dispersão dos alunos por um leque muito alargado de ofertas qualificantes; a existência de turmas incompletas que se manterão em perspetiva de abertura por tempo indeterminado; o fecho efetivo da rede já no decurso do ano letivo 2017/2018.

O conteúdo deste documento constitui uma outra evidência da “arena política” (Mintzberg, 1986) em que os diretores de escolas profissionais atuam, numa tentativa de perseguirem as soluções que menos danos poderão causar para as instituições que dirigem.

2.3.5. Reunião de Rede de Oferta Educativa e Formativa

No dia 28 de abril teve lugar a reunião de trabalho para concertação da rede de oferta educativa e formativa da CIM Alto Minho, para a qual foram convocados todos os operadores e os municípios, tendo sido conduzida pelo Delegado Regional da DSRN. Da mesa fizeram parte, para além do Delegado Regional, o Secretário Executivo da CIM Alto Minho, uma representante do IEFP e o Diretor da escola estatal onde se realizou a reunião, na qualidade de anfitrião.

Os registos das intervenções e anotações desta reunião, resultam da observação participante da investigadora que produziu notas de campo registadas no seu diário de investigadora (DI 5).

A reunião iniciou com a intervenção do Delegado Regional da DSRN, esclarecendo os presentes de que o objetivo da primeira parte da reunião seria tratar da rede de oferta formativa que ainda não está “fechada”, esperando sair da reunião com a uma proposta de rede de oferta em condições de ser apresentada à Secretaria de Estado até ao dia 5 de maio, para ser homologada até dia 15 de maio. Esta é a data limite de homologação da rede para que haja tempo útil para a apresentação de candidaturas financeiras e para todas as escolas terem acesso aos fundos comunitários.

O Delegado Regional esclarece ainda que as propostas têm de ser apresentadas, de acordo com os critérios que a CIM Alto Minho vai apresentar no decorrer da reunião.

A este propósito importa referir que, nos últimos anos, não se tem assistido à concretização desta cronologia, que seria a desejável. A homologação da rede final de cursos profissionais, por norma, não é publicada no mês de maio, mas sim no mês de setembro. Quanto às candidaturas financeiras, nos últimos anos, estas têm sido apresentadas muito tardiamente, já depois de o ano letivo iniciar, situação esta que causa muitos constrangimentos às escolas e que é do conhecimento da DSRN.

Acerca do planeamento da rede, explica que este ano foi trabalhada no âmbito de uma parceria que se perspectivava que fosse muito concertada entre a DGEstE e as CIM, por orientações dadas pelo Secretário de Estado da Educação. Verificou-se ainda que houve um entendimento muito bom com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, que

tem estado presente em todas as reuniões, numa relação de parceria e não de sobreposição.

Atendendo à forma como a CIM Alto Minho foi envolvida em todo este processo e às dificuldades sentidas, anteriormente relatadas por este organismo, constatamos que este discurso é revelador de um funcionamento díptico no que se refere às relações entre organizações. Por um lado, temos o plano do *discurso oficial*, do outro temos o plano das ações e dos factos, sendo no plano das ações que se mostra o lado anárquico do funcionamento das organizações. (Lima, 2001 cit. in Costa, 2007).

A reunião prossegue com a intervenção da CIM Alto Minho que explica ter aceite o desafio lançado pela ANQEP I.P. e pela DGEstE para participar neste processo de planeamento e concertação da rede de oferta formativa, o qual sofreu uma evolução positiva, decorrente da adoção de uma metodologia, que não sendo perfeita, permite balizar as prioridades ao nível nacional e das realidades regionais.

Neste ponto da reunião, a CIM Alto Minho reconhece, perante todas as entidades responsáveis por este processo, com exceção da ANQEP I.P., responsável pela definição da metodologia, que esta não é perfeita.

A CIM Alto Minho, prossegue esclarecendo que procurou responder a esse desafio implementando o Módulo de Aprofundamento Regional, no quadro de relevâncias da NUT II e, posteriormente, realizando um exercício que consistiu na aplicação da metodologia proposta pela ANQEP I.P. e que deu origem à proposta final de rede de oferta formativa que será apresentada nesta reunião. Este exercício realizou-se tendo por base a informação sobre as propostas apresentadas pelas escolas e a aplicação da metodologia proposta pela ANQEP I.P., havendo abertura para apresentação de sugestões de alteração, desde que fiquem dentro dos limiares que decorrem da própria metodologia.

No nosso entendimento, esta organização reconhece a não validade dos resultados produzidos e apresentados no SANQ do Alto Minho, quando se refere à imperfeição da metodologia, mas não pode assumi-lo desta forma porque, se assim fosse, todo o

trabalho subsequente que conduziu à definição de uma proposta de rede de cursos profissionais, não poderia ser apresentado nesta reunião.

Voltamos, assim, à linha de pensamento da teoria da *Hipocrisia Organizada* de Brunsson (2006), através da qual esta persistência na utilização de resultados que não podem ser considerados fiáveis, pode ser explicada, tal como Costa (2007) defende, pelo facto de as organizações estarem reféns do ambiente em que atuam, sujeitas a inúmeras pressões e tensões, e dependentes de normas (muitas vezes inconsistentes e contraditórias), às quais têm de dar seguimento, uma vez que de outra forma colocam em causa a sua legitimidade institucional.

Os resultados do processo de auscultação das escolas, por parte dos Municípios, tendo em conta a metodologia proposta pela ANQEP I.P. e as sugestões propostas pela DSRN, foi analisado tendo-se constatado que a proposta global decorrente dessa concertação a nível municipal, “continua a não assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia da ANQEP, nomeadamente, quer ao Número Máximo de Turmas estabelecido, quer ao Critério de Relevância”. (CIM 10)

Neste ponto da reunião, reconhece-se que o apelo feito para a concertação a nível municipal não produziu os resultados esperados. Esta é uma constatação que não pode causar estranheza, atendendo ao que já foi relatado nesta investigação, a propósito das reuniões promovidas pelos municípios A e B. Não há interesse a nível político e à escala municipal em interferir nas propostas apresentadas pelas escolas locais porque, tal como explica a perspetiva (neo) institucional, as organizações educativas estão enraizadas em determinados ambientes políticos e sociais, pelo que estão em contante interação com outras instituições, expondo-se perante estas, o que pode originar pressões e conflitos múltiplos (Rocha, 2007).

O Secretário da CIM Alto Minho prossegue aludindo ao facto de no ano letivo em curso, 2016/2017, a rede de cursos profissionais do Alto Minho ter sido constituída com 50 turmas, 25 das quais ministradas em escolas públicas, sendo as restantes 25 da responsabilidade de escolas privadas. No entanto, as estimativas da DGEstE indicam que, do ponto de vista da evolução demográfica, a manter-se a tendência, deverá haver uma redução do número de turmas para o ano letivo 2017/2018.

De acordo com o histórico relativo ao número de alunos do 9º ano de escolaridade, no ano letivo 2015/2016, a CIM Alto Minho tem em funcionamento 117 turmas do 9º ano, com um total de 2291 alunos. Comparando estes dados com os valores relativos ao ano letivo em curso, 2016/2017, verifica-se que se encontram em funcionamento 95 turmas do 9º ano (variação de -22 turmas), num total de 1912 alunos (variação de -379 alunos). É ainda apresentada a previsão para o ano letivo 2017/2018, considerando-se que vão estar em funcionamento 95 turmas do 10º ano de escolaridade, as quais integram os 1912 alunos que frequentam as turmas de 9º ano do distrito. Mantendo-se a distribuição equitativa de alunos entre estabelecimentos públicos e privados (50%/50%), prevê-se uma distribuição de 956 alunos para cada tipologia de estabelecimentos escolares.

De acordo com a metodologia da ANQEP I.P., a qual está a ser aplicada pela primeira vez, o número máximo de 64 turmas corresponde a um acréscimo de 25% relativamente às atuais 50 turmas do ano letivo em curso.

Verifica-se que na CIM Alto Minho, a versão mais recente das propostas apresentadas pelos Agrupamentos e Escolas Profissionais, não assegura o cumprimento dos requisitos da metodologia da ANQEP, no que se refere:

- 1) ao número máximo de turmas propostas - 67,5 turmas vs 64 - existindo 3,5 turmas a mais;
- 2) ao desvio máximo permitido de 30% (ou seja, de 19 pontos) em relação aos limiares estabelecidos na aplicação dos critérios da Proporcionalidade, da Relevância e do Desempenho decorrente da aplicação do critério da Sustentabilidade e Coesão.

Esta intervenção, que contempla a apresentação dos dados oficiais relativos ao número de alunos do Alto Minho (dados estes desconhecidos das escolas) e ao número de cursos propostos pelas escolas, revela que, apesar dos alertas realizados em diversos fóruns, se persiste no planeamento da rede tendo por base um cenário irreal, na medida em que se autoriza o crescimento de 25% de ofertas qualificantes num território em que há perda de alunos. Por outro lado, atendendo a que as propostas apresentadas contemplam mais turmas a aprovar para as escolas estatais, deduz-se que a proporção

50/50 não vai ser uma realidade em 2017/2018 no Alto Minho, com prejuízos para as EP que estão “na margem do sistema”.

A reunião prossegue com a exposição, critério a critério, da classificação obtida em cada um dos critérios definidos pela metodologia da ANQEP I.P., que no total ultrapassa o desvio máximo permitido de 30% (19 pontos).

a) Aplicação do Critério da Proporcionalidade:

De acordo com este critério, a proporção da distribuição das turmas deve respeitar a do ano anterior, ou seja, dever-se-á respeitar a proporção de 50% de turmas no privado e 50% no público, mas constata-se que foram propostas pelas escolas públicas 40,5 turmas, em 32 possíveis, e apenas 27 turmas pelas escolas privadas, em 32 possíveis. Portanto, aplicada a metodologia, só neste critério, a CIM Alto Minho é penalizada em 13,5 pontos dos 19 dos possíveis.

b) Aplicação do Critério da Relevância:

O segundo critério é o da relevância, o qual estipula que na definição da rede deverá ser utilizado como referência de priorização o SANQ, de acordo com a % total de cursos a atribuir por níveis de relevância²⁰.

Face às propostas apresentadas, constata-se existir a seguinte distribuição de turmas por níveis de relevância:

| Níveis de relevância no SANQ | Propostas Turmas 2017/2018 | Limiar Proporcionalidade Metodologia ANQEP | Desvio |
|------------------------------|----------------------------|--|-------------|
| 6 a 10 | 32,5 | 38 | 5,5 |
| 3 a 5 | 23,5 | 19 | 4,5 |
| 1 a 2 | 11,5 | 7 | 4,5 |
| Total | 67,5 | 64 | 14,5 |

Tabela 19. Desvios Critério de Relevância (CIM 10). Fonte: CIM Alto Minho (2017b)

c) Aplicação do Critério de Desempenho:

A aplicação deste critério é realizada curso a curso, de acordo com as propostas que foram apresentadas, com base numa grelha fornecida pela ANQEP I.P. que define o

²⁰ Cf. Tabela 11

número mínimo e máximo do número de turmas para cada curso profissional. Nos casos em que as propostas ultrapassam esses limites, há penalizações.

Na metodologia proposta pela ANQEP I.P., o desempate entre as escolas que apresentam essas propostas deve ser feito apurando-se o desempenho de cada uma das escolas. Esse desempenho é apurado atendendo aos dados de cada escola relativos à existência de sistema de garantia de qualidade (ponderação de 30%), a taxas de transição com sucesso de alunos (ponderação de 20%), a taxas de conclusão no 3º ano de curso (ponderação de 20%) e a taxas de empregabilidade/prosseguimento de estudos (ponderação de 30%). As classificações das escolas face a estes critérios de desempenho foram apuradas e fornecidas à CIM Alto Minho pela ANQEP I.P.

d) Aplicação do Critério de Sustentabilidade e Coesão:

O quarto critério é o critério suplementar que pode dar alguma “margem de manobra” à CIM Alto Minho já que, não sendo estes de natureza quantitativa, poderão ser “mobilizados pelas escolas em sede de concertação da rede para justificar as propostas apresentadas” (CIM 10).

Estes podem ser determinantes para o ajustamento da rede, desde que não se ultrapasse a margem de 30% que a CIM Alto Minho e a DGEstE podem introduzir face aos critérios de proporcionalidade, relevância e desempenho.

e) Desvios decorrentes das propostas apresentadas pelas escolas:

| Desvios | Valores |
|-------------------------------------|----------------|
| Máximo (30% 64 Turmas) | 19 |
| Critério “Proporcionalidade” | 13,5 |
| Critério “Relevância” | 14,5 |
| Critério “Desempenho” | 14 |
| Total Desvios | 42 |

Tabela 20. Desvios - Aplicação dos Critérios. Fonte: CIM Alto Minho (2017b)

Tendo em conta o valor de desvio apurado, a CIM Alto Minho construiu um cenário de proposta de rede através da realização de um exercício de aplicação da metodologia da ANQEP I.P., adotando os seguintes princípios propostos:

- Manutenção, sempre que possível, das propostas apresentadas pelas escolas privadas, no sentido de não aumentar o nível de desvio decorrente da aplicação do “Critério de Proporcionalidade” entre escolas públicas e privadas;
- Manutenção das turmas propostas em cursos que estão a funcionar no atual ano letivo;
- Prioridade, sempre que possível, às entidades que tenham desenvolvido oferta formativa da área de formação proposta pelo menos num dos anos letivos dos últimos 3 anos;
- Aplicação do “Critério de Desempenho” em situações de desempate tendo prioridade as escolas melhor posicionadas neste critério;
- Atender à situação excecional decorrente do encerramento da Ancorensis no município de Caminha;
- Analisar a viabilidade de substituição de cursos nas mesmas áreas de formação, com relevância igual ou superior e que não apresentam propostas de turmas ou cujos desvios não ultrapassem os limites impostos;
- Acréscimo máximo de uma turma por escola relativamente ao nº de turmas em funcionamento em 2016/2017;
- Promover acertos finais à proposta para assegurar, nomeadamente, o cumprimento dos limites impostos pelas relevâncias e evitar a existência de meias turmas nas escolas;
- Assegurar que nenhum município ou escola tem menos propostas de turmas do que as atualmente em funcionamento em 2016/2017. (CIM 10)

Com esta intervenção, a CIM Alto Minho, apresenta os critérios “suplementares”, que não constam da metodologia da ANQEP I.P., mas que permitem atender realidade do território, promovendo ajustamentos para evitar ruturas e constrangimentos aos demais operadores. Estes critérios não constam de nenhum documento oficial, ficando por esclarecer a forma como foram definidos e quem participou nesse processo.

No fim desta apresentação, da responsabilidade da CIM Alto Minho, intervém o Delegado Regional e uma representante do IEFP, as quais passamos a descrever.

A intervenção do Delegado Regional frisa a preocupação com o facto de a CIM Alto Minho ter mais cursos, mas menos alunos o que, provavelmente, originará uma maior

dispersão de alunos pelos cursos, exigindo um esforço de concertação muito maior entre os senhores diretores de escolas.

Desta intervenção percebemos que a DSRN é consciente do risco que a construção da rede com base num cenário irreal pode trazer, na medida em que uma das possíveis consequências desta medida será a dispersão de alunos pelos cursos, alerta que já tinha sido feito pela ANESPO e pelos operadores em reuniões com os municípios. Por outro lado, o apelo à concertação entre diretores só pode ser entendido no plano de um *discurso oficial*, teorizado por Lima (2001), porque no plano da ação é do conhecimento de todos os responsáveis presentes que essas ações de concertação entre diretores não ocorrerão.

A DSRN constata que tem sido habitual “prender” os alunos com pré-inscrições nas plataformas. Com um aumento de 25% da oferta formativa haverá mais dificuldades em “fechar” turmas, pelo que se prevê que, nalgumas circunstâncias, será a DSR Norte a propor à Secretaria de Estado “fechar” as turmas com menos de 24 alunos se tal se justificar. Este não será um princípio pois deve haver alguma racionalização, mas, por exemplo, não se validará uma turma com 20 alunos numa escola e, noutra ao lado, com 18 ou 16. Os diretores deverão ter uma interação permanente, podendo até estabelecer critérios para definir quem liberta os alunos.

Esta constatação exemplifica ações que são realizadas no quotidiano das organizações educativas e que revelam as “dimensões de descoordenação, de inconsequência e de dissensão entre, por um lado, as intenções, os discursos, as decisões, os documentos e, por outro, as práticas, os resultados efectivos, a acção organizacional propriamente dita” (Costa, 2007, p. 3).

Este cenário de concertação é o que esperam os alunos e as famílias, já que seria muito importante que fossem para férias com a sua vida escolar definida. Não se podem manter alunos, eternamente, em turmas que nunca terão condições para serem validadas. Os técnicos da DSRN terão de validar cerca de 24000 turmas em 3 ou 4 dias e, portanto, as negociações deverão ser feitas, obrigatoriamente, com o Delegado Regional.

Esta intervenção leva-nos a questionar a apropriação das negociações finais anunciada pelo Delegado Regional, na medida em que a DSRN não terá dados fidedignos que lhe permita decidir e, conseqüentemente, forçar as escolas com menos alunos inscritos a encaminharem esses alunos para ofertas de outra escola. Por outro lado, também esta intervenção revela que a rede que se pretende homologar em maio não será a rede de cursos que, efetivamente, estarão em funcionamento. E assim, a homologação da rede sofre alterações, em vários momentos, ao sabor de interesses e pressões políticas no sentido de se abrir mais uma turma, ou trocar uma por outra, recorrendo-se ao argumento de que há mais ou menos alunos, supostamente, interessados.

O Delegado Regional conclui a sua intervenção referindo-se ao cenário demográfico de perda alunos, derivando na consequência de haver menos turmas, e de existirem cerca de 30000 jovens NEET - Not in Employment Education or Training - que deverão ser chamados à escola, com propostas de ofertas formativas, podendo, no futuro, evitar-se situações muito complicadas de ter de comunicar a professores, que estão na escola há muitos anos, que terão um “horário zero”.

Esta intervenção é dirigida aos diretores das escolas estatais, na medida em que o Delegado argumenta que para evitar a redução de postos de trabalho nas escolas (pela via da existência de “horários zero”), previsível pelos dados da demografia da região, a será necessário trabalhar com os 30000 jovens NEET em ofertas de formação contínua de adultos.

Esta reflexão entronca na constatação de que a legião de jovens NEET são, na sua esmagadora maioria, os jovens que terminam os estudos secundários sem qualquer qualificação profissional. A nível nacional, apenas 40% dos alunos do ensino secundário frequentam cursos profissionais e, dos 60% que frequentam o ensino científico-humanístico, apenas 30% são diplomados. A leitura destes dados permite dizer que existem 30% de jovens (cerca de 90.000) que estão integrados no sistema de ensino, no tempo próprio, mas que não têm qualquer qualificação e também não são diplomados pelas escolas superiores.

A reunião prossegue com a intervenção da representante do IEF, a qual se centrou na publicitação da diversidade de oferta formativa que o Instituto representa com o

sistema da aprendizagem, já que só abrange 5% dos jovens que estão no ensino secundário. Este sistema será mais uma opção, apostando em saídas profissionais com integração no mercado de trabalho e que não colidirão com as ofertas das escolas. As estatísticas da baixa natalidade são uma preocupação, mas a região norte tem 30000 jovens NEET e é necessário conseguir encontrá-los e captá-los para a formação. O IEFP tem também tido o cuidado de não iniciar nenhuma turma de aprendizagem no primeiro semestre do ano pois sabe que esta é uma preocupação das escolas e, no distrito, as turmas de aprendizagem iniciarão em setembro para estarem em situação de igualdade.

Também através deste discurso podemos observar o funcionamento díptico das organizações defendido por Lima (2001), na medida em que o discurso oficial deste organismo aponta para a diversidade da oferta formativa proporcionada pela oferta de cursos de aprendizagem, mas na prática há uma franja de jovens que são “disputados” quer pelo IEFP, quer pelas escolas tuteladas pelo Ministério da Educação. Fica também evidente que, atendendo à redução demográfica, também os jovens NEET poderão, num futuro próximo ser alvo de disputas entre estas entidades.

Terminada a intervenção, segue-se a distribuição aos presentes do quadro que contém a proposta de turmas da rede de oferta formativa, elaborada pela CIM Alto Minho, a qual foi analisada curso a curso.

Nesta proposta, a CIM Alto Minho apresenta um cenário com 59 turmas de cursos profissionais, abaixo das 64 permitidas. Desta forma, o desvio é de 15,5 pontos, num total de 18 pontos permitidos, correspondendo as penalizações a 5 pontos do critério de proporcionalidade, 7 pontos do critério da relevância e 3,5 pontos do critério de desempenho.

A apresentação de uma proposta de 59 turmas terá sido inesperada para escolas e municípios presentes, na medida em que em todas as reuniões realizadas até à data, nas quais a investigadora participou, sempre se perspetivou que a proposta final contemplaria as 67 turmas, ficando acima do limite permitido pela ANQEP I.P./DGEstE de 64 turmas, por não ter havido concertação prévia entre escolas.

Após esta apresentação iniciaram-se as intervenções dos representantes das escolas presentes, que foram registadas como notas de campo no diário de investigadora (DI 5).

INTERVENÇÃO 1

O diretor de uma escola profissional, expressa a sua opinião defendendo que o exercício poderia estar muito bem feito, mas tem o problema de não estar ligado à realidade, podendo, por isso, ser um trabalho infrutífero. De acordo com os documentos, o Alto Minho terá 972 alunos, número este que dividido por 22 alunos/turma, dará 44 turmas e nunca 59 turmas. A aplicação de critérios de distribuição das turmas deveria ser feita com base no real e não na base do fictício. Se a opção for por um cenário fictício podemos ir já embora porque todas as escolas estarão, certamente, de acordo com este aumento do número de turmas. Mas, não correspondendo isso à realidade, todos nós sabemos quais serão as consequências. Curiosamente, sabe-se que a tutela não quer que se repita a situação de anos anteriores de não terem nem em julho, nem em agosto, nem em setembro as turmas por “fechar”.

A intervenção continua referindo que se o pressuposto é ter 59 turmas de cursos profissionais, então, tendo em conta o número de alunos total do distrito, vão ter de reduzir a metade as turmas do científico-humanístico a aprovar. Os alunos não vão aumentar e se, num cenário de 59 turmas, queremos por 1298 alunos em cursos profissionais, como o distrito só tem 1912, restarão apenas 614 alunos para ingressarem em 19 turmas de cursos científico-humanísticos.

Este trabalho poderia ter, efetivamente bons resultados, se tivéssemos trabalhado com base no real. Deveríamos terminar esta reunião com a certeza de que havia alunos para as turmas que aqui fossem aprovadas e, a partir desta reunião, iniciaria o trabalho dos técnicos de orientação vocacional. Seria o trabalho destes técnicos que iria combater o problema do abandono escolar precoce porque todos sabemos que alunos motivados não abandonam os cursos que frequentam.

Seria bem mais interessante trabalhar sobre o real do que sobre cenários fictícios em que todos sabemos que o que vai acontecer a seguir é que muitas turmas ficarão incompletas. Por outro lado, o apelo que o Delegado fez para que os diretores

dialogassem, não cabe no papel que têm neste processo porque esse é o trabalho dos técnicos de orientação escolar e profissional. Esses serviços é que deveriam saber quais as turmas que vão abrir e deveriam orientar os alunos para essa rede de oferta do distrito de Viana do Castelo, independentemente da escola em que trabalham.

Prossegue, afirmando que assim, só existem dois caminhos: ou fazemos um exercício na base do real ou deixamos tudo como está e depois “seja o que Deus quiser”. Com a agravante de, neste ano, estarmos a trabalhar com mais 25% de alunos que não existem e, como o número de alunos desceu de 1111 para 972, perdemos 13% de alunos, o que significa que no total estamos a trabalhar com 38% de alunos que não existem.

Concluindo o raciocínio, seria possível abrir 59 turmas se as turmas tivessem, em média, 15 alunos. Portanto, desde que autorizem que as turmas funcionem com menos alunos podemos considerar que este trabalho está perfeito e isso permitirá até que os professores trabalhem muito melhor com as turmas. Mas, já todos sabemos que não será assim, portanto parece-me que o melhor é fazer um trabalho que seja coerente com a realidade.

Termina a sua intervenção informando que as Escolas Profissionais do Alto Minho redigiram um documento para entregar ao Delegado Regional, em forma de reclamação do processo adotado de planeamento e concertação da rede. Esta reclamação menciona as 67,5 turmas propostas pelas escolas e não nas 59 turmas apresentadas hoje, porque, infelizmente, a informação não chega às escolas e a que se consegue é obtida por vias informais.

Os argumentos expressos nesta intervenção, apresentados em alguns momentos com uma certa ironia, atendendo às relações interinstitucionais do território e aos interesses divergentes das escolas, já foram elencados ao longo deste trabalho, destacando-se os seguintes:

- i. para o Alto Minho ter 59 turmas em funcionamento, seria necessário reduzir o número de turmas a aprovar de cursos científico-humanísticos;

- ii. se fosse aprovado um número real de turmas nesta reunião, de seguida iniciaria o trabalho dos técnicos de orientação vocacional, que passariam a conhecer a oferta formativa do distrito;
- iii. esta aprovação de 59 turmas conduzirá a uma maior dispersão dos alunos, sendo expectável que muitas turmas fiquem incompletas;
- iv. o apelo ao diálogo entre diretores não seria necessário se fosse realizado com seriedade e isenção o trabalho dos técnicos de orientação vocacional das escolas públicas;
- v. a apresentação de 59 turmas aprovadas significa que se está a trabalhar com 38% de jovens que não existem no território;
- vi. o cenário de abertura de 59 turmas só seria exequível se fosse permitida a redução do número mínimo de alunos por turma para uma média de 15 alunos/turma, o que não pode ocorrer atendendo às regras de financiamento das escolas em vigor.

INTERVENÇÃO 2

Segue-se a intervenção de um Diretor de Escola Pública expressando a opinião de que o trabalho realizado não foi bom, na medida em que as escolas públicas têm recursos humanos e materiais, no seu caso particular tem 3 ou 4 professores com horários zero, e não entende como a tutela entrega 50% dos cursos profissionais aos privados. Desta forma, realça que “lutará até às últimas consequências” para contrariar isso já que tem uma forma de o fazer motivando os seus alunos para ingressarem no ensino regular.

Não tendo sido contemplado com os cursos que propôs, discorda desta proposta, e salienta que dos seus alunos só sairão para o ensino profissional se completarem as turmas da sua escola, senão serão orientados todos para o ensino regular.

Esta intervenção, feita na presença do Delegado Regional, de técnicos da DSRN, do IEFP, dos representantes dos municípios e dos demais colegas diretores de escolas estatais e não estatais, põe às claras e sem qualquer receio pela sua divulgação, a prática corrente das escolas estatais no que concerne à “retenção” de alunos que são encaminhados, em primeiro lugar, para completarem as turmas das escolas de onde são oriundos. É este suposto trabalho de orientação vocacional que é invocado nos discursos políticos da

tutela e dos municípios. Quando os alunos que preenchem todas as vagas de uma turma são oriundos da mesma escola, é muito difícil de acreditar que isso tenha acontecido de forma natural. A experiência das escolas profissionais diz-nos que a situação normal aponta para uma distribuição de alunos oriundos de várias escolas. Não pode ser considerado normal abrir-se uma turma de contabilidade em que todos os alunos matriculados sejam dessa escola.

Desta forma, põe-se em evidência a falta de um trabalho sério e isento de orientação vocacional dos jovens, para além da completa despreocupação pelos interesses vocacionais e expectativas desses alunos em fim de ciclo, realçando-se as formas de negociação e chantagem utilizadas no seio destas organizações educativas neste jogo de luta pelo poder.

INTERVENÇÃO 3

Um outro Diretor de uma escola profissional intervém, argumentando que também as escolas profissionais têm investimentos de milhões de euros feitos ao longo dos últimos 28 anos, e muitas obrigações em termos de direito laboral. Portanto, se os professores das escolas profissionais ficarem sem componente letiva terão as escolas que assumir esses encargos. Mas as escolas profissionais não têm propriedade sobre os alunos, que são filhos de alguém, têm expectativas, anseios e projeções relativas ao futuro, e devem poder escolher livremente o seu futuro. Não poderão ser manietados e manipulados em função daquilo que são as necessidades das escolas. Devem ser orientados com base num trabalho sério, para a prossecução do que são os seus objetivos e o desígnio do país.

INTERVENÇÃO 4

Neste ponto da reunião, o Delegado Regional intervém afirmando o seu desencontro de opinião relativamente ao facto de considerarem que não se deve trabalhar um cenário com 59 turmas. Tem-se falado pouco de alunos e famílias e nas reuniões com as CIM, com os Presidentes de Câmara e com o tecido empresarial, afirma-se que as empresas não se fixam no território porque não têm mão de obra qualificada. Também ouço dizer que os Senhores Presidentes recorrem, muitas vezes, aos centros de emprego para

procurar essa mão-de-obra qualificada, porque estes têm capacidade de intervenção imediata para conseguirem fixar as empresas no território e criarem empregabilidade, capacidade essa que as escolas não têm. Mas, depois também se diz que não há formação profissional porque não há empresas no território e isto transforma-se numa “pescada de rabo na boca”: as empresas não vêm porque não há mão de obra qualificada, e não há mão de obra qualificada porque não há empresas.

No seguimento da gravidade das afirmações proferidas por um diretor de escola estatal, o Delegado Regional escusa-se a qualquer comentário, proferindo um discurso evasivo sobre a relação entre a procura por mão de obra qualificada e a oferta do território. Esta opção revela, em nosso entendimento, que a DSRN é uma organização refém do ambiente em que atua, estando sujeita a inúmeras pressões e tensões, às quais têm de dar seguimento, uma vez que de outra forma colocam em causa a sua legitimidade institucional (Costa, 2007), na linha de pensamento da Hipocrisia Organizada de Brunsson (2006).

O Delegado Regional prossegue reconhecendo não concordar em absoluto com os resultados do SANQ, mas afirma que tem de ser um instrumento reconhecido uma vez que os seus resultados apontam para a necessidade de haver alguma mudança naquilo que tem sido uma acomodação do lançamento do ensino profissional para o território.

Também a DSRN reconhece publicamente que os resultados do SANQ não são válidos, apesar de esse reconhecimento não ser feito de forma explícita, mas refugiando-se na não concordância com esses resultados.

O facto de se autorizarem cursos a mais, é subjacente a um dos critérios de formação da rede que é o critério da inovação, para que se projetem aquilo que são os territórios nos próximos tempos em relação à instalação de empresas e à empregabilidade, de forma a conhecermos em tempo útil e prepararmos os jovens para darem resposta em termos de qualificação de recursos intermédios.

Antes de se discutir quem vai ter cursos e quantos vai ter, devemos discutir o que queremos para os nossos territórios. Enquanto isso não for definido teremos problemas graves.

Relativamente ao número de alunos do território, argumenta que existem alunos para os 59 cursos profissionais na medida em que são necessários cerca de 1300, quando estão em condições de prosseguir para o ensino secundário cerca de 1900. Mas reconhece que têm de ser as escolas, os diretores, os psicólogos e os professores a motivarem os alunos para este processo de formação. Afirmar ainda que a formação profissional tem, na sua opinião, dois aspetos fundamentais: o primeiro, que defende há 40 anos, é que sem cursos profissionais não há classe média e, o segundo, é que se gastam milhões de euros em formação superior para depois as pessoas trabalharem em supermercados. Portanto, prossegue dizendo que este é um trabalho de todos: das escolas públicas, privadas, professores, funcionários e psicólogos.

No que se refere aos interesses dos alunos, reconhece a necessidade de nos centrarmos neles para que tenham mais oferta e mais escolha. Com a proposta de 59 turmas, teremos um problema acrescido porque teremos alunos mais dispersos, mas compete a todos (escolas públicas, privadas e psicólogos) sensibilizar as famílias, porque o futuro dos filhos poderá estar eventualmente aqui.

A construção da rede de oferta formativa com 59 turmas é, nesta intervenção, defendida com o argumento de que existem alunos para as constituir desde que sejam encaminhados e motivados para esse percurso de formação. Mais uma vez é evidente a dissensão entre, por um lado, o discurso e as intenções e, por outro, as práticas e as ações concretas, características do funcionamento díptico das organizações educativas (Lima, 2001).

INTERVENÇÃO 5

Intervém de seguida o diretor da escola profissional que iniciou o debate, dizendo que há um problema que é preciso desmistificar, pois é a partir desta reunião que se inicia o problema das famílias e dos jovens e não antes. Parece que só há problemas quando se encaminham alunos para o ensino profissional, mas quando se encaminham para os cursos científico-humanísticos está tudo bem, o que é completamente errado.

A nível nacional encaminham-se 58% de alunos para cursos científico-humanísticos quando a orientação da UE diz que, no mínimo, deveríamos ter 50% dos jovens

encaminhados para percursos qualificantes. As escolas acabam de receber uma circular, na qual já se aponta para que 55% dos alunos sejam encaminhados para cursos profissionais. Mas, é preciso que fique claro que, o problema do encaminhamento para os cursos científico-humanísticos é que se sabe que só 30% dos alunos que são encaminhados para essa via é que são diplomados no ensino superior. E aqui há também uma meta de, até 2020, ter 40% de diplomados no ensino superior. Isto significa que 70% dos alunos encaminhados para científico-humanísticos, que não são diplomados no ensino superior, chegam aos 18 anos sem qualquer qualificação profissional e que vão engrossar as fileiras do desemprego nos Institutos de Emprego. E o problema do desemprego não está nos alunos que vão para os cursos profissionais, porque 40% a dividir por 10 áreas de formação dá, em média, 4% de alunos por área e nem se fala aqui das várias saídas profissionais de cada área de formação. O problema que o IEFP tem com o desemprego não é criado pelos alunos dos cursos profissionais, por mais que, no limite, até se repitam os cursos.

Claro que é preciso fazer algum trabalho de harmonização da rede, mas esse não é o verdadeiro problema. O problema reside na prática de diretores de escolas públicas que, em todo o país, fazem o que se ouviu nesta reunião, ou seja, “mandam” para os cursos científico-humanísticos os alunos que são necessários para constituírem as suas turmas dentro das suas escolas, de acordo com os seus interesses.

Compreende-se que, naturalmente, as famílias têm o direito de escolha, mas não compete ao Ministério da Educação limitar essa escolha. É preciso que os psicólogos façam o seu trabalho, mas para isso, precisam de saber que cursos vão abrir para fazerem a orientação juntamente com os jovens e com as famílias.

Esta intervenção chama ao debate a problematização do encaminhamento, acima do recomendado pela UE, de jovens para percursos de nível secundário não qualificantes, o que leva a que a maioria termine o seu percurso escolar, na idade própria, sem qualquer certificação ou obtendo apenas um diploma de conclusão do 12º ano, uma vez que não prosseguem estudos no ensino superior. Alerta ainda para o facto de se estar a centrar a discussão na percentagem de alunos que frequentam cursos profissionais, que está abaixo do que seria expectável, e na harmonização da rede, mas não na

percentagem de alunos que são encaminhados para cursos científico-humanísticos atendendo, exclusivamente, aos interesses das escolas.

INTERVENÇÃO 6

O Delegado Regional intervém dizendo que, até este ano, escolas públicas e privadas, colocavam outdoors a publicitar cursos para os quais não tinham autorização de funcionamento. Se sairmos desta reunião com a rede concertada, se não houver contestação ao documento que foi apresentado (que não é fechado, mas que tem de cumprir os limites apresentados), apesar de faltar o despacho para a homologação, tudo indica que, havendo concordância entre a CIM Alto Minho, a DGEstE e as escolas, já poderão divulgar, com alguma propriedade, a oferta formativa, situação que nunca ocorreu até este ano, constatando-se que os alunos eram aliciados para cursos que as escolas sabiam que não iam ser autorizados, alegando que estes tinham sido pedidos. A este propósito, exemplifica que no ano letivo passado, na abertura de um roadshow, foi confrontado com a divulgação de uma oferta formativa que, na reunião havida no dia anterior, se tinha definido que não iria ser proposta à Secretaria de Estado.

Com esta metodologia de planeamento, se não forem levantadas contestações à proposta apresentada pela CIM Alto Minho, esta poderá ser considerada definitiva, sendo enviada de seguida para a Secretaria de Estado.

INTERVENÇÃO 7

O diretor de uma escola pública manifesta que, tendo em conta o histórico destas reuniões realizadas em anos anteriores, é a primeira vez que se discute o problema de se proporem “cursos a mais”. Apesar de não concordar com a metodologia do SANQ, considerando que deve ser alvo de melhoramentos, também se devem considerar os alunos de Comunidades Intermunicipais vizinhas. Normalmente, quando a escola que dirige apresenta propostas considerando um aumento do número de turmas (e não na base da reposição), utiliza este argumento.

O trabalho da CIM Alto Minho, sobre o qual afirma não concordar muito com ele, considera estar bem feito porque, pela primeira vez, se assiste a pedidos de diminuição do número de turmas a aprovar. Mas alerta para o facto de não concordar que em cada

um dos concelhos exista simultaneidade de oferta, situação que ocorre no concelho onde atua.

Este discurso, caracterizado por conter alguma ironia, revela que, de facto, as escolas estatais estão satisfeitas com a possibilidade de aumentarem o número de cursos a aprovar, o que se pressupõe que ocorra pelo facto de poderem divulgar esse alargamento da oferta a alunos das próprias escolas. É nesta intervenção que, pela primeira vez na reunião, se aborda o facto de a proposta de rede apresentada pela CIM Alto Minho, conter a mesma oferta em escolas vizinhas.

INTERVENÇÃO 8

A este propósito, o Delegado Regional esclarece que foi informado de que, apesar de haver a mesma oferta em escolas da mesma localidade, haveria alunos suficientes para essas turmas abrirem no próximo ano.

O Delegado prossegue afirmando que em reuniões de rede, realizadas noutras CIM, manifestou desacordo com propostas deste género feitas pelas respectivas CIM. Mas, a DGEstE pode apresentar uma proposta de rede diferente da CIM. No caso concreto da CIM Alto Minho, até se verifica que há uma escola que apresenta proposta de duas turmas do mesmo curso, mas quando garantem que há alunos para essas turmas, não será a DSRN a opor-se a essa proposta.

Deduzimos então, por esta intervenção e ao contrário do que consta em documentos oficiais (DGEstE 1), que mais importante do que evitar redundâncias na oferta dos diversos operadores, é propor uma oferta formativa com cursos apelativos mesmo que repetidos, pois esses serão procurados pelos jovens. A este propósito, retomamos o pensamento de Licínio Lima (1992) acerca do funcionamento díptico das organizações escolares, e que de acordo com uma imagem de Alves (1999), os atores “ora se colocam debaixo do guarda-chuva burocrático, ora o dispensam e arriscam quando os seus interesses estão em questão”.

O Delegado Regional prossegue a sua intervenção afirmando que na eventualidade de existirem cursos propostos não contemplados no SANQ, havendo uma fundamentação ajustada, a DSRN poderá apresentar essa justificação, em mão, à Secretaria de Estado

para esses pedidos excepcionais. Apesar de esses pedidos excepcionais poderem causar um problema de penalização nos desvios, a DSRN assume essa responsabilidade. Na CIM Alto Minho não se verificou esta situação, mas este não é um documento fechado.

Normalmente, em junho/julho as escolas começam a receber as inscrições e, em agosto, começam a chegar à DSRN os pedidos de alteração, que estará sempre disponível para trabalhar com as escolas, respondendo sobretudo aos interesses dos alunos.

Com esta afirmação, “abre-se a porta” aos pedidos excepcionais parecendo até que se pode desvalorizar as conseqüentes penalizações oriundas da metodologia proposta pela ANQEP I.P., levando-nos a retomar a teoria da Hipocrisia Organizada de Brunsson (2006).

INTERVENÇÃO 9

A reunião termina com a intervenção de um diretor de uma escola pública que refere que se pode discutir a questão da distribuição público/privado, mas o agrupamento que dirige tem o mesmo problema que as escolas privadas porque recebe alunos de outros agrupamentos. Depois da criação dos mega agrupamentos houve uma tendência para o “autofechamento” dos agrupamentos numa lógica que vai contra o princípio da liberdade de escolha dos jovens e das famílias. A escola que dirige arrisca todos os anos a sua oferta formativa, dentro da incerteza, porque não sabem os alunos que vai receber. Do ponto de vista da racionalidade, entende-se esta lógica da introdução de princípios de equidade, ponderação, mas a racionalidade tem de ser contextualizada e esta escola recebe alunos de fora do distrito. Poderíamos ter na oferta formativa o curso de técnico de desporto, porque já o temos em funcionamento, mas entendemos ser mais relevante o curso de técnico de análises laboratoriais, devido às solicitações de empresas que a escola recebe, por um lado, e porque na NUT vizinha (de onde são provenientes muitos alunos) esse curso tem uma relevância de 9. Portanto, considera que esta racionalidade contextualizada deveria ser considerada. Conclui a sua intervenção afirmando que, enquanto diretor de um agrupamento público, a escola não tem medo da concorrência, portanto deveriam deixar os pais e os alunos escolherem.

Nesta intervenção, o diretor desta escola, apresenta constrangimentos semelhantes aos das escolas profissionais, reconhecendo que o agrupamento onde pertence não tem alunos suficientes para completar as turmas propostas, tendo que disputar alunos oriundos de outras escolas estatais, quer do Alto Minho, quer de municípios limítrofes.

2.4. Síntese

Para uma melhor compreensão de todo o processo de planeamento e definição da rede de oferta formativa, entendemos ser relevante fazer uma pequena retrospectiva histórica sobre os procedimentos que foram sendo adotados ao longo dos últimos anos, com vista à sua definição²¹.

As Escolas Profissionais (EP), para poderem abrir cursos profissionais, sempre tiveram que fundamentar a necessidade e pertinência da formação proposta junto da tutela. Para justificarem as necessidades de formação, as EP elaboravam inquéritos que aplicavam às empresas da região, onde as escolas desenvolviam a sua atividade.

Para além de apresentarem a fundamentação da necessidade da formação proposta tinham ainda que demonstrar que possuíam instalações, equipamentos e recursos humanos adequados ao seu funcionamento.

Uma vez obtida, junto das extintas Direções Regionais de Educação, a “Autorização de Funcionamento” que integrava a definição da lotação da Escola, prévia ao início de cada ano letivo, apresentavam às mesmas estruturas regionalizadas do Ministério da Educação as chamadas “candidaturas pedagógicas”. Estas candidaturas, que nada tinham a ver com o domínio pedagógico, resumiam-se a meras propostas de abertura de “novos cursos/novas turmas”, apresentavam-se na fase do planeamento e organização da rede de oferta dos cursos profissionais, processo que terminava com a homologação, ou não, desses cursos pela tutela.

À “aprovação pedagógica dos cursos” seguia-se, depois, a apresentação e aprovação das “candidaturas financeiras” pelos departamentos que geriam as verbas do Fundo Social

²¹ Esta retrospectiva histórica está descrita com base na informação dada pelo presidente da ANESPO e pela experiência de acompanhamento de todo este processo ao longo dos anos (DI 6).

Europeu (nos dois últimos quadros de apoio, POPH e POCH, respetivamente) que poderiam ainda, nessa fase, condicionar a abertura de turmas.

Com o alargamento da possibilidade da organização de cursos profissionais às escolas secundárias públicas, e com o crescimento exponencial de oferta de cursos profissionais nestas escolas, deixou de haver um grande rigor na exigência de demonstração das condições físicas e de quadro de pessoal para a organização da formação porque, se assim acontecesse, muitos cursos não poderiam abrir nessas escolas.

A partir desta fase, passaram a realizar-se as “Reuniões de Articulação da Rede”, convocadas pelas Direções Regionais de Educação, mas que se materializavam em meras comunicações das decisões da tutela sobre os cursos que iriam abrir em cada escola.

Mais recentemente, fruto de muita pressão da ANESPO, a decisão sobre a rede de oferta de cursos profissionais deixou de ser feita “escola a escola” e no âmbito territorial municipal, passando a uma visão mais abrangente do território, ao nível das NUT II e III, sendo que estas últimas correspondem, atualmente, às CIM/AM.

Esta trajetória, de quase 30 anos, congrega a adoção de metodologias e práticas que conduziram à definição da rede de oferta dos cursos profissionais, que sofreram muitas alterações, como resultado natural da intervenção de diversos decisores. Mas, pode dizer-se que, durante mais de 20 anos, as EP organizaram os percursos de dupla certificação com base nos inquéritos que elas próprias faziam às empresas e nos pareceres dos Conselhos Consultivos das Escolas que, por força da legislação que regula o funcionamento das Escolas Profissionais, davam o seu parecer sobre a necessidade e pertinência das ofertas formativas.

A necessidade da existência de estudos de diagnóstico de necessidades de formação mais abrangentes encontra justificação, essencialmente, no facto do Ministério da Educação ter autorizado a abertura de cursos profissionais nas escolas secundárias públicas, sem que estas desenvolvessem qualquer metodologia que legitimasse as suas propostas, no confronto com as EP.

Com outros propósitos, mas também com o de suprir a falta de planeamento e organização da rede de oferta de cursos profissionais, o Governo criou a ANQ, atual ANQEP I.P., mas durante os últimos anos, os conflitos de competências têm sido uma constante porque, tanto a DGEstE como a ANQEP I.P., disputam as competências em termos de gestão e planeamento da rede escolar.

De acordo com o seu sítio institucional, tal como já foi referenciado anteriormente neste trabalho, sublinha-se que à ANQEP I.P. foram cometidas, dentre outras, as tarefas de:

- i. acompanhar a atividade das escolas e dos correspondentes dispositivos de informação e orientação, assegurando a complementaridade dos sistemas de educação e formação profissional e a qualidade das referidas ofertas e bem assim garantir o acompanhamento, a monitorização, a avaliação e a regulação da oferta de educação e formação profissional de dupla certificação destinada a jovens e adultos;
- ii. Promover, por meio dos dispositivos e estruturas correspondentes, em particular através da conceção e atualização em permanência do Catálogo Nacional de Qualificações, a identificação, a produção e a comparabilidade nacional e internacional das qualificações essenciais para a competitividade e modernização da economia, mobilizando, para o efeito, a comunidade científica, o mundo empresarial e outras instituições, estruturas e serviços de educação e formação profissional de jovens e adultos.

A ANQEP I.P. com o objetivo de dar resposta às necessidades de regulação da oferta formativa, que se tornou efetiva pelas razões acima expostas, mas também para afirmar as prerrogativas que decorriam do estatuto legal que regula o seu funcionamento, no decurso do governo anterior, reclamou junto da tutela a prevalência da sua posição em matéria de planeamento e organização da rede de oferta dos cursos de dupla certificação.

Mas, também à DGEstE e às suas estruturas regionais (DSR) foram atribuídas as funções de “acompanhar, coordenar e apoiar a organização e o funcionamento dos estabelecimentos de educação situados na respetiva circunscrição regional” (<https://www.dgeste.mec.pt/index.php/institucional/competencias-das-dsr/>, consultado em 08/01/2018) e, nessa medida, também estas estruturas deveriam estar

no terreno em ligação com as Escolas, acompanhando a sua atividade e promovendo a organização da rede.

Como percebeu que a base para a organização da formação é o diagnóstico de necessidades de formação, a ANQ – Agência Nacional para a Qualificação, agora ANQEP I.P., concertou com a ANESPO a elaboração de um estudo designado “Qualificações para a Reconversão Setorial”, com o objetivo de verificar as congruências e incongruências do sistema de educação e formação.

Deste trabalho de pesquisa resultou a evidência de que as ofertas formativas deveriam estar ligadas aos contextos locais, mas constatou-se a existência de algumas entropias, designadamente:

- i. as escolas públicas fechavam-se em si mesmas e não colocavam as necessidades das empresas como centro das preocupações em matéria de propostas formativas;
- ii. imperava a escala municipal ou local, em que as mesmas laboravam, em vez da lógica supramunicipal;
- iii. não se tinha em conta a necessidade de verificação dos dinamismos territoriais do mercado de trabalho.

Este estudo visava diminuir as irracionalidades, as sobreposições e as lacunas da oferta formativa, sem deixar de ter em conta o risco de se sobrevalorizar a aferição das necessidades nas zonas de baixo dinamismo empresarial sendo certo que, nestes casos, se tinha que compensar essa entropia com uma visão alargada a regiões limítrofes.

O estudo centrou-se na informação sobre a oferta de ensino secundário profissional, no ano 2009/2010, e na ligação dos perfis dos cursos com as CNP a 3 e 4 dígitos e os índices de procura potencial à saída por parte das empresas. Esta procura potencial determinou-se com base no volume de emprego de jovens, na faixa etária entre os 18 e os 24 anos, no ano mais recente e uma década antes.

É neste estudo que aparece, pela primeira vez, a semaforização das ofertas formativas assentes em dez níveis de priorização de necessidades.

Mas este estudo apresenta uma grande lacuna na prospeção de empregabilidade, uma vez que foi elaborado apenas com base nos dados relativos aos jovens que terminaram os percursos educativos e formativos, e entraram na vida ativa num determinado ano e nos dez anos antes, sem ter em conta que estes jovens iriam suprir as lacunas de uma multiplicidade de vagas deixadas, essencialmente, pelos adultos que terminam a sua vida ativa e passam à reforma.

Depois desta primeira aproximação a um estudo global e regional das necessidades de formação, a ANQEP I.P. terá validado o SANQ, recorrendo à auscultação dos organismos integrantes do seu Conselho Coordenador, utilizando-o como instrumento determinante para a definição da rede de oferta qualificante em cada uma das CIM/AM.

Importa, no entanto, referir que, desde o primeiro ano em que foram divulgados os seus resultados, foram muitas e sérias as reservas que se colocaram, na medida em que comporta muitas insuficiências e uma manifesta falta de adesão às reais necessidades das CIM.

O SANQ, tal como vimos nesta investigação, está ferido de validade, mas não deixa de ser o instrumento central, reconhecido por todas as estruturas que intervêm neste processo (com exceção das escolas e municípios), utilizado para aferição das relevâncias das qualificações e para a definição do cardápio de cursos profissionais disponíveis para aprovação em cada CIM/AM.

O processo de planeamento da rede de cursos profissionais está também “contaminado” pelo facto de partir de um cenário de aprovação de um número de turmas irreal, face ao número de alunos que, no Alto Minho, estarão em condições de iniciarem o ano letivo 2017/2018 em cursos profissionais ou cursos científico-humanísticos.

Por outro lado, não se percebe por que razão o SANQ não integra, para além dos cursos profissionais, os cursos científico-humanísticos constantes das ofertas definidas pelo Ministério da Educação, já que o conjunto das duas tipologias de cursos, constituem a real oferta formativa do território.

As consequências de um processo de planeamento de rede, realizado com base no pressuposto de se permitir um incremento de 25% de cursos profissionais a aprovar, sob o desígnio da possibilidade de inovação, foram abordadas em várias reuniões, mas nada foi feito para evitar a redundância da oferta formativa em determinadas localidades ou para evitar a rutura do critério 50%/50% de oferta formativa, em escolas estatais e não estatais, o que prejudicaria as EP da região na medida em que se colca em risco a possibilidade de reposição do número de turmas.

Das reuniões promovidas pelos municípios, é evidente a falta de vontade política destes para assumirem posições e tomadas de decisão perante os operadores do território que, certamente, não agradariam a todos pois estão em jogo interesses muito divergentes.

Não havendo o reconhecimento político da necessidade de se definir e concertar uma rede de oferta qualificante que responda às necessidades económicas e sociais da região, não vislumbramos que evolução positiva poderá ter este processo e, que força terá a CIM Alto Minho, para alterar procedimentos e impor uma metodologia rigorosa e fiável de estudo de antecipação de necessidades de qualificação junto de estruturas como a DGEstE/DSRN e ANQEP I.P.

Pelo exposto, somos levados a admitir que a teoria da Hipocrisia Organizada de Brunsson (2006) será a que melhor contribui para explicar todo este processo de suposto planeamento e concertação da rede de oferta formativa, na medida em que somos levados a reconhecer a divergência, a desconexão e a inexistência de uma ação organizada que transpira das organizações intervenientes neste processo, tal como é descrito por Costa (2007).

Se fosse adotada uma metodologia rigorosa e fiável, ligando as diferentes opções de percursos qualificantes do CNQ ao real diagnóstico de necessidades evidenciadas pelo tecido económico e social, e se, simultaneamente:

- i. fosse passada informação aos jovens e às famílias sobre as diferentes opções e as vantagens de cada uma das vias do ensino secundário (cursos profissionais e cursos científico-humanísticos);

- ii. fosse realizada, de forma séria e isenta de interesses das próprias escolas onde trabalham os técnicos, a orientação vocacional tendo, verdadeiramente em conta os centros de interesse dos alunos;
- iii. fosse delineada uma verdadeira política de combate ao abandono e insucesso escolar, tendo em consideração que jovens inscritos em cursos profissionais para os quais estão motivados, não desistem nem abandonam precocemente o sistema de ensino, evitando-se o desperdício de milhares de euros;
- iv. fossem avaliadas as reais condições de cada escola, aferindo a qualidade das suas instalações, equipamentos e composição do quadro de pessoal docente;
- v. fosse realizada, a nível de CIM, uma campanha de valorização social de determinadas profissões, às quais os jovens poderiam aceder pela conclusão de cursos profissionais menos apelativos e procurados, mas com elevado interesse económico para a região;

estariamos a delinear uma estratégia, ao nível supramunicipal, que nos levaria a:

- i. baixar o número de alunos que, no final do ensino secundário, saem da escola sem qualquer formação profissional de nível IV;
- ii. aumentar a percentagem de alunos diplomados numa formação profissional de nível IV;
- iii. aumentar a percentagem de alunos qualificados/diplomados no ensino superior;
- iv. baixar os níveis de insucesso escolar no ensino secundário e no ensino superior.

Em face desta reflexão, consideramos que na CIM Alto Minho, se fosse adotada a metodologia de planeamento proposta pelas EP na reunião de rede, baseada no número real de alunos que em cada ano frequenta o 9º ano, e se fossem implementadas as propostas acima expressas, estaria a trilhar-se um caminho que, a médio prazo, poderia conduzir a região a ter:

- i. 45% de alunos encaminhados para cursos científico-humanísticos, sendo expectável que, a partir daqui se atingisse o valor intermédio da Meta do PT 2020 que é passar de 30% para 40% de diplomados com cursos superiores;
- ii. 55% dos alunos encaminhados para cursos profissionais, dando-se passos para que se atingisse a meta de resultado previsto no PT 2020 de ter 50% de alunos diplomados;
- iii. 15% dos alunos que terminam com sucesso os cursos profissionais a prosseguirem estudos no ensino superior.

A questão que se impõe é: que orientações o Ministério da Educação vai dar para que a ANQEP I.P. proponha uma nova estratégia de atuação para inverter a situação, sendo certo que, se nada for feito, os jovens do Alto Minho estão condenados à desqualificação e expostos aos baixos salários.

3. Rede de oferta formativa CIM Alto Minho – Ano Letivo 2017/2018

O terceiro capítulo desta investigação, vai elucidar-nos sobre a evolução que sofreu a rede de oferta educativa e formativa da CIM Alto Minho, desde o momento em que foram apresentadas as propostas das escolas à DGEstE/DSRN, e que cronologicamente ocorreu no final do mês de março de 2017, até à rede de cursos profissionais efetivamente em funcionamento no ano letivo 2017/2018, apurada pela informação fornecida pela DGEstE e DSRN, em dezembro de 2017.

Importa referir que, de acordo com a documentação recolhida nesta investigação, foi possível analisar:

- i. a proposta base apresentada à DGEstE/DSRN em 31 de março de 2017 (ESCOLAS 1);
- ii. a proposta elaborada pela CIM Alto Minho, apresentada às escolas e municípios, na reunião de rede realizada em 28 de abril de 2017 (CIM 11);
- iii. a rede de cursos profissionais homologada pela Secretaria de Estado da Educação em maio de 2017, publicada no sítio institucional da DGEstE e remetida para conhecimento às escolas (DGEstE 2);
- iv. a rede de cursos profissionais homologada pela Secretaria de Estado da Educação em agosto de 2017, publicada no sítio institucional da DGEstE e remetida para conhecimento às escolas (DGEstE 3);
- v. a lista de cursos profissionais em funcionamento de acordo com a informação remetida pela DGEstE e acessível através da plataforma SIGO - Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa, em dezembro de 2017 (DGEstE 4 e DSRN 2).

Importa fazer uma nota prévia à discussão de resultados que se prende com o facto de ser ter verificado que o curso “Básico de Instrumento”, oferta de nível 2, foi contabilizado, erradamente, em todas as listas de cursos propostos e homologados, mas não se encontra contabilizado na lista de cursos profissionais em funcionamento da DGEstE.

Portanto, é imperioso fazer-se o ajustamento aos valores totais de cursos apresentados nos diversos momentos de análise:

- i. na proposta base elaborada pelas escolas e apresentada à DGEstE/DSRN, em 31 de março de 2017, constam 67,5 turmas, mas são efetivamente 65,5;
- ii. na proposta elaborada pela CIM Alto Minho, apresentada a 28 de abril, constam 59 turmas, mas são efetivamente 57;
- iii. da rede de cursos profissionais, homologada pela Secretaria de Estado da Educação em maio de 2017, constam 60 turmas, mas são efetivamente 58;
- iv. da rede de cursos profissionais, homologada pela Secretaria de Estado da Educação em agosto de 2017, constam 59 turmas, mas são efetivamente 57;
- v. da lista de cursos profissionais em funcionamento, obtida através da DGEstE em dezembro de 2017, constam 56 turmas, mas são efetivamente 54.

Para uma melhor leitura dos dados recolhidos, elaboramos um quadro que contém os cursos profissionais que constam de cada um dos documentos acima referenciados, organizando-se os dados por município, escola, tipologia da escola (pública ou privada), AEF de cada curso, respetiva relevância do SANQ, número de turmas propostas, aprovadas e em funcionamento, número de alunos por turma e número de alunos a frequentarem cursos profissionais.

| LOCALIDADE | ESCOLA | PUB/PRIV | CÓD AEF | CURSO | RELEVÂNCIA SANQ | N.º TURMAS | | | | | REDE EM FUNÇÃO MENTO DEZ 2017 | N.º ALUNOS |
|--------------------------|------------------------------|----------|---------|---------------------------|--------------------|------------|-----------|-------------------|------------------------------|-----|--|---------------|
| | | | | | | PROP. BASE | PROP. CIM | REDE HOM. MAIO | REDE HOM. FINAL AGOSTO | | | |
| ARCOS DE VALDEVEZ | EB 2/3 SEC ARCOS VALDEVEZ | PUB | 523 | T. EACOMP | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 22 |
| | | | 525 | T. MEC. AUT. | 4 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 23 |
| | | | 729 | T. AUX. SAÚDE | 7 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 522 | T. INST. ELÉTRICAS | 3 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 542 | T. DES. MODA | 7 | 0,5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 347 | T. QUALIDADE | 9 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 21 |
| | EPRALIMA - ARCOS VALDEVEZ | PRIV | 762 | ANIM. SOCIOCULT. | 6 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 811 | T. COZ/PAST | 6 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 21 |
| | | | 811 | T. REST/BAR | 8 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 18 |
| CAMINHA | EB S VALE DO ÂNCORA | PUB | 481 | T. GPSI | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | EB SIDÓNIO PAIS | PUB | 812 | T. OP. TURÍSTICAS | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 16 |
| | ETAP - CAMINHA | PRIV | 525 | T. MEC. AUT. | 4 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 19 |
| | ETAP - VPA | PRIV | 811 | T. COZ/PAST | 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 20 |
| | | | 811 | T. REST/BAR | 8 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 18 |
| | | | 811 | T. REC. | 6 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | EB S MELGAÇO | PUB | 813 | T. DESP. | 7 | 1 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 25 |
| MELGAÇO | EPRAMI - MELGAÇO | PRIV | 812 | T. ANIM. TUR. | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 762 | T. GERIATRIA | 7 | 0 | 0 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 12 |
| MONÇÃO | ES MONÇÃO | PUB | 524 | T. AN. LAB. | 2 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 812 | T. TUR. AMB. RURAL | 2 | 1 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 11 |
| | | | 525 | T. MEC. AUT. | 4 | 1 | 1 | 1 | 1,5 | 1,5 | 36 | |
| | EPRAMI - MONÇÃO | PRIV | 811 | T. COZ/PAST | 6 | 0,5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 20 |
| | | | 811 | T. REST/BAR | 8 | 0,5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 815 | T. MASSAG. EST. BEM ESTAR | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 12 | |
| | | | 815 | ESTETICISTA | 3 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 21 | |
| | | | 481 | TIG | 2 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 214 | T. DESIGN IND. | 5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 341 | T. CSD | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 14 | |
| PAREDES DE COURA | EPRAMI - PAREDES COURA | PRIV | 523 | T. MECATRÔNICA | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 25 | |
| | | | 523 | T. EACOMANDO | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 8 | |
| | | | 213 | T. MULTIMÉDIA | 5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 13 | |
| | | | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 10 | |
| | | | 341 | T. VENDAS E MARK. | 5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 12 | |
| PONTE DA BARCA | EPRALIMA - PONTE DA BARCA | PRIV | 521 | T. ELETROMECANICA | 5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 21 | |
| | | | 523 | T. EACOMANDO | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 815 | ESTETICISTA | 3 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 12 | |
| | | | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 27 | |
| | | | 346 | T. SECRETARIADO | 2 | 1 | 1 | 0,5 | 1 | 1 | 22 | |
| PONTE DE LIMA | ES PONTE DE LIMA | PUB | 521 | T. ELETROMECANICA | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 26 | |
| | | | 522 | T. INST. ELÉTRICAS | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 26 | |
| | | | 729 | T. AUX. SAÚDE | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 21 | |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 1 | 0 | 0,5 | 1 | 1 | 23 | |
| | | | 621 | T. PROD. AGROPECUÁRIA | 4 | 1 | 1 | 1 | 1,5 | 1,5 | 41 | |
| | | | 621 | T. GEST. EQUINA | 3 | 1 | 1 | 1 | 0,5 | 0,5 | 10 | |
| | | | 811 | T. COZ/PAST | 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 8 | |
| | EPADR PONTE DE LIMA | PUB | 811 | T. REST/BAR | 8 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 8 | |
| | | | 213 | TSO 3D | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 26 | |
| | | | 811 | T. REST/BAR | 8 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 18 | |
| VALENÇA | EB S VALENÇA | PUB | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 341 | T. VENDAS | 8 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 14 | |
| | | | 522 | T. INST. ELÉTRICAS | 3 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ETAP - VALENÇA | PRIV | 345 | T. GESTÃO | 4 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| VIANA DO CASTELO | EB S BARROSELAS | PUB | 481 | T. GPSI | 4 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ES MONSERRATE | PUB | 213 | T. MULTIMÉDIA | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 25 |
| | | | 214 | T. DESIGN EQUIP. | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 27 |
| | | | 345 | T. GESTÃO | 4 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 25 |
| | | | 481 | T. GEI | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 27 |
| | | | 521 | T. ELETROMECANICA | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 26 |
| | | | 523 | T. EACOM. | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 23 |
| | | | 523 | T. MECATRÔNICA | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 23 |
| | | | 524 | T. AN. LAB. | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | | 762 | ANIM. SOCIOCULT. | 6 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 22 |
| | | | 812 | T. TUR. AMB. RURAL | 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ES SANTA MARIA MAIOR | PUB | 213 | T. AUDIOVISUAIS | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 23 |
| | | | 481 | T. GPSI | 4 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 29 |
| | | | 812 | T. TURISMO | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 29 |
| | | | 815 | T. MASSAG. EST. BEM ESTAR | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 26 |
| | EB S ARGALIMA | PUB | 729 | T. AUX. SAÚDE | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 19 | |
| | | | 812 | T. ANIM. TUR. | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 13 | |
| | EP MÚSICA | PRIV | 212 | INST. CORDAS E TECLA | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 14 |
| | | | 212 | INST. SOPRO E PERCUSSÃO | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 14 |
| | ESPROMINHO | PRIV | 815 | T. MASSAG. EST. BEM ESTAR | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 22 |
| | | | 213 | T. MULTIMÉDIA | 5 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 20 |
| | | | 213 | TAG | 3 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 11 | |
| | | | 380 | TSJ | 3 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 10 | |
| | | | 523 | TEACOMP. | 7 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 21 |
| VILA NOVA DE CERVEIRA | EB S VILA NOVA DE CERVEIRA | PUB | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | | | 729 | T. AUX. SAÚDE | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | ETAP - VILA NOVA DE CERVEIRA | PRIV | 214 | T. DES. EQUIP. | 5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 10 | |
| | | | 341 | T. CSD | 7 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 9 | |
| | | | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | COLÉGIO DE CAMPOS | PRIV | 347 | T. QUALIDADE | 9 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 |
| | | | | | | 65,5 | 57 | 58 | 57 | 54 | 1189 | |

Tabela 21. Evolução da rede de oferta formativa em termos de n.º de turmas. N.º de alunos das turmas em funcionamento, apuradas em dezembro de 2017. Fontes: ESCOLAS 1, CIM 11, DGEstE 2, DGEstE 3, DGEstE 4

Importa realizar uma primeira análise à tabela 21, atendendo à informação que contém, à luz dos princípios orientadores para o planeamento da rede de cursos profissionais e dos critérios de ordenamento, definidos e publicados pela DGEstE no documento “Planeamento da rede de oferta e procedimentos a desenvolver” (DGEstE 1).

i) Critério da Proporcionalidade

Verifica-se que, relativamente ao critério da Proporcionalidade, em que se esperava que na definição da rede para o ano letivo de 2017/2018, se mantivesse a mesma proporção de cursos atribuídos a escolas profissionais, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que existiu ano letivo de 2016/2017 (50%/50%), verificamos que tal não ocorreu.

Pela análise do quadro supra, observa-se a seguinte distribuição:

| | | |
|---------------------------|----|-------|
| N.º CP - Escolas Públicas | 31 | 57,4% |
| N.º CP - Escolas Privadas | 23 | 42,6% |
| | 54 | 100% |

Tabela 22. Distribuição de cursos profissionais da rede em funcionamento por escolas públicas vs escolas privadas. Fonte: DGEstE 4

Portanto, conclui-se que o receio expresso pelos diretores de EP, acerca de um planeamento de rede alicerçado no aumento de 25% de ofertas profissionalizantes, não se materializou com essa dimensão esperada pelo Governo, mas mesmo assim, assistiu-se à passagem de 50 turmas aprovadas no ano letivo anterior, para 54 turmas aprovadas em 2017. Tal como a associação representativa das EP alertou, esse aumento iria, predominantemente, beneficiar as escolas secundárias públicas.

Na CIM em estudo a aprovação de mais quatro turmas, face ao ano letivo transato, veio possibilitar às escolas estatais, que há alguns anos não tinham cursos profissionais, a abertura de novos cursos, o que significa que as preocupações expressas pelos diretores das EP de que, a verificar-se aumento, ele iria beneficiar as escolas secundárias públicas, tinham absoluto fundamento, por serem estas as escolas que já têm os alunos dentro de portas.

Os números da tabela 22 corroboram essa visão, na medida em que houve um aumento de cursos profissionais nas escolas públicas, que passaram a ter um peso de 57,4%, face

aos 50% que detinham no ano letivo 2016/2017, resultando na correspondente diminuição de cursos profissionais nas escolas privadas.

Por outro lado, ao contrário do que seria esperado pelas escolas, DGEstE e municípios não se verificou uma diminuição de cursos profissionais no território, o que só pode ser explicado da seguinte forma:

- i. pelo aumento de alunos que tendo sido orientados para cursos científico humanístico os abandonaram e se matricularam em cursos profissionais, retomando o 10º ano;
- ii. pelo aumento de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que implicam a redução do número de alunos por turma, permitindo a constituição de turmas com um número máximo de 20 alunos;
- iii. pela redução do número de turmas em cursos científico-humanísticos, por troca com cursos profissionais (embora não se tenha notícias de que tal tenha ocorrido de facto);
- iv. pelo encerramento de escolas do ensino particular e cooperativo (Ancorensis e Colégio de Campos) que deixaram de ter esta oferta, deixando margem às escolas geograficamente mais próximas, a possibilidade de receberem os alunos que as frequentavam e aumentarem a sua oferta.

Sabendo-se que o número de alunos do 9º ano tem diminuído, já que eram 2291 em 2015/2016, e são 1912 em 2016/2017. No entanto, houve um aumento de quatro turmas, face ao ano letivo transato, o que só pode significar que houve um ligeiro crescimento na procura por ofertas qualificantes e um ligeiro decréscimo na procura de cursos científico-humanísticos.

Segundo os dados recolhidos, no ano letivo 2016/2017 estavam em funcionamento na CIM Alto Minho 50 turmas e frequentavam cursos profissionais 1111 alunos. No ano letivo em análise, constata-se que estão em funcionamento 54 turmas, frequentadas por 1189 alunos, segundo dados fornecidos pela DGEstE. Este crescimento de quatro turmas materializou-se num aumento de 10% de alunos em percursos qualificantes, sendo que a média de alunos por turma se tem mantido bastante estável, na ordem dos 22 alunos/turma.

Portanto, relativamente à análise deste critério, na “arena política” (Mintzberg, 1986) em que atuam as escolas, percebe-se que a metodologia proposta beneficiou os interesses das escolas públicas.

ii) Critério da Relevância

| GRUPOS DE RELEVÂNCIA | N.º CURSOS SANQ | % CURSOS ESPERADOS SANQ | N.º CURSOS HOMOLOGADOS AGOSTO | % CURSOS HOMOLOGADOS AGOSTO | N.º CURSOS EM FUNCIONAMENTO DEZEMBRO | % CURSOS EM FUNCIONAMENTO DEZEMBRO |
|----------------------|-----------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|
| 6 A 10 | 64 | >= 60% | 31 | 52,5% | 28 | 51,9% |
| 3 A 5 | 50 | <= 30% | 20,5 | 34,7% | 20,5 | 38,0% |
| 1 A 2 | 10 | <= 10% | 7,5 | 12,7% | 5,5 | 10,2% |
| | 124 | | 59 | | 54 | |

Quadro 5. comparação % cursos homologados e em funcionamento vs critério SANQ

O quadro 5 revela informação acerca da distribuição percentual de cursos profissionais por grupos de relevância, comparando o critério definido pela DGEstE no que se refere à percentagem de cursos que esperava ter na rede de oferta formativa no SANQ, com a percentagem de cursos homologados em agosto de 2017 pela Secretaria de Estado da Educação e com a percentagem de cursos em funcionamento, apurados em dezembro de 2017.

Verifica-se que nenhum dos limites definidos, por grupos de relevância, foi cumprido, com exceção do grupo de relevâncias 1 a 2 em que os resultados (10,2%) ficaram ligeiramente acima do limite máximo estipulado (10%). No grupo de relevâncias de 6 a 10 encontram-se em funcionamento menos 8,1% de cursos, face ao limite mínimo de 60% estipulado; no grupo de relevâncias de 3 a 5 encontram-se em funcionamento mais 8% de cursos, face ao limite máximo estipulado de 30%.

Podemos, relativamente a este critério e com base nos números apurados, verificar as dimensões de descoordenação, de inconsequência e de dissensão entre, por um lado, as intenções, os discursos, as decisões, os documentos e, por outro, as práticas e os resultados efetivos, tal como refere Costa (2007).

iii) Critério da Sustentabilidade e Coesão

O quadro seguinte, permite analisar, curso a curso, e de acordo com as respetivas relevâncias, o número de turmas em funcionamento, podendo verificar-se se esse

número está abaixo, é igual ou está acima dos limites estipulados pela ANQEP I.P. e DGEstE.

| CURSO | RELEVÂNCIA SANQ | N.º TURMAS | N.º MIN | N.º MAX | OBSERVAÇÕES |
|---------------------------|-----------------|------------|---------|---------|---------------------|
| T. QUALIDADE | 9 | 1 | 0 | 2 | DENTRO DO INTERVALO |
| T. COMÉRCIO | 8 | 2 | 3 | 4 | INFERIOR AO MÍNIMO |
| T. REST/BAR | 8 | 3 | 4 | 5 | INFERIOR AO MÍNIMO |
| T. VENDAS | 8 | 1 | 1 | 2 | IGUAL AO MÍNIMO |
| T. EACOMP | 7 | 3 | 1 | 2 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. DESP. | 7 | 4 | 1 | 2 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. OP. TURÍSTICAS | 7 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. MASSAG. EST. BEM ESTAR | 7 | 2,5 | 1 | 2 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. CSD | 7 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. MECATRÔNICA | 7 | 2 | 0 | 1 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. EACOMANDO | 7 | 0,5 | 1 | 2 | INFERIOR AO MÍNIMO |
| T. AUX. SAÚDE | 7 | 1,5 | 2 | 3 | INFERIOR AO MÍNIMO |
| T. ANIM. TUR. | 7 | 0,5 | 1 | 2 | INFERIOR AO MÍNIMO |
| T. COZ/PAST | 6 | 4 | 2 | 4 | IGUAL AO MÁXIMO |
| ANIM. SOCIOCULT. | 6 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. MULTIMÉDIA | 5 | 2,5 | 1 | 3 | DENTRO DO INTERVALO |
| T. VENDAS E MARK. | 5 | 0,5 | 0 | 1 | DENTRO DO INTERVALO |
| T. ELETROMECAÂNICA | 5 | 3 | 1 | 3 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. DES. EQUIP. | 5 | 1,5 | 0 | 2 | DENTRO DO INTERVALO |
| T. MEC. AUT. | 4 | 3,5 | 1 | 2 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. PROD. AGROPECUÁRIA | 4 | 1,5 | 0 | 1 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. GESTÃO | 4 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. GPSI | 4 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| ESTETICISTA | 3 | 1,5 | 0 | 1 | SUPERIOR AO MÁXIMO |
| T. INST. ELETRICAS | 3 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. GEST. EQUINA | 3 | 0,5 | 0 | 1 | DENTRO DO INTERVALO |
| TDD 3D | 3 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. TURISMO | 3 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| TAG | 3 | 0,5 | 0 | 1 | DENTRO DO INTERVALO |
| TSJ | 3 | 0,5 | 0 | 1 | DENTRO DO INTERVALO |
| T. TUR. AMB. RURAL | 2 | 0,5 | 0 | 2 | DENTRO DO INTERVALO |
| T. SECRETARIADO | 2 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. GEI | 2 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| T. AUDIOVISUAIS | 2 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| INST. CORDAS E TECLA | 2 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| INST. SOPRO E PERCUSSÃO | 2 | 1 | 0 | 1 | IGUAL AO MÁXIMO |
| | | 54 | | | |

Quadro 6. N.º de turmas em funcionamento vs intervalos de definidos para n.ºs mínimos e máximos de turmas

Destacamos deste quadro que, com um número de turmas inferior ao valor mínimo esperado, estão em funcionamento cursos profissionais com maiores valores de relevância, 7 e 8, nomeadamente, Técnico de Comércio, Técnico de Restaurante/Bar, Técnico de Eletrónica, Automação e Comando, Técnico Auxiliar de Saúde e Técnico de Animação Turística.

Com números de turmas que ultrapassam o limite máximo estipulado verificamos que estão em funcionamento cursos com relevâncias 3, 4 e 7, nomeadamente, Esteticista, Técnico de Produção Agropecuária, Técnico de Mecatrónica Automóvel, Técnico de Mecatrónica, Técnico de Massagem, Estética e Bem-Estar, Técnico de Desporto e Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores.

Podemos presumir que os cursos cujo número de aprovações ultrapassa os limites máximos estabelecidos corresponderão, por um lado, a ofertas formativas relacionadas com a capacidade instalada em cada território das escolas, mas também a ofertas apelativas e com procura pelos jovens e pelas suas famílias.

Os cursos cuja aprovação está abaixo dos limites mínimos esperados pelo SANQ, apesar de terem relevâncias elevadas, corresponderão a ofertas que os operadores têm receio de propor para aprovação pela fraca procura por estas qualificações por parte de jovens e suas famílias, em determinados municípios do território. Nestes casos, pressupõe-se que a insuficiente apresentação destas ofertas pelos operadores, até não ocorrerá por falta de instalações, equipamentos ou recursos humanos, mas sim pelo facto de o risco de não captar público ser considerado elevado.

Este critério, com preponderância de 30% na proposta de rede foi estabelecido pela CIM Alto Minho, com o intuito de realizar os ajustamentos necessários à proposta de rede e, consequentemente, garantir “a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a sustentabilidade da rede e a coesão territorial” (ANQEP_DGEstE 1). Portanto, esta foi a “margem de manobra” que a CIM Alto Minho conseguiu para acomodar algumas das propostas das escolas.

Uma das variáveis associadas a este critério era a da oferta não-redundante, descrita da seguinte forma: “devem evitar-se ofertas redundantes em entidades do mesmo território (...)” (*Ibidem*).

Analisando a tabela 21, constatamos que não se evitou a redundância nos municípios de Viana do Castelo e de Ponte de Lima. Na cidade de Viana do Castelo, a Escola Secundária de Monserrate (estatal) viu homologada a turma de Multimédia que propôs, assim como a ETAP – Escola Profissional (não estatal), verificando-se ainda que estas são

escolas vizinhas, separadas geograficamente por 400 metros. O mesmo sucedeu com a Escola Secundária de Santa Maria Maior (estatal), cuja turma proposta de Técnico de Massagem, Estética e Bem-Estar foi homologada, assim como a mesma turma proposta pela Esprominho (não estatal). Não podemos dizer que estas escolas são vizinhas, mas estão localizadas a menos de 2 km de distância uma da outra. Na vila de Ponte de Lima, verificamos que a turma de Técnico de Restaurante/Bar foi homologada nas escolas vizinhas: Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (estatal) e na EP EPRALIMA (não estatal).

Tal como referimos na análise ao critério anterior, também neste critério encontramos evidências das “dimensões de descoordenação, de inconsequência e de dissensão entre, por um lado, as intenções, os discursos, as decisões, os documentos e, por outro, as práticas, os resultados efectivos, a acção organizacional propriamente dita” (Costa, 2007, p. 3), teorizadas nas perspetivas ambíguas, que caracterizam a ação das organizações intervenientes neste processo.

iv) Cronologia e evolução do número de turmas aprovadas

Tal como já tinha sido referenciado neste trabalho, a cronologia esperada para o planeamento e concertação da rede de oferta formativa não terminou com a homologação de cursos realizada em maio de 2017, nem tão pouco com a homologação de cursos publicada em agosto, mas sim já no decorrer do ano letivo 2017/2018.

A partir das propostas base apresentadas pelas escolas à DGEstE/DSRN, em março de 2017, a evolução do número de turmas aprovadas foi a seguinte:

| | PROPOSTA BASE MARÇO | PROPOSTA CIM ABRIL | REDE HOMOLOGADA MAIO | REDE HOMOLOGADA AGOSTO | REDE EM FUNCIONAMENTO DEZEMBRO |
|---------------------------------|---------------------------|-----------------------|----------------------------|------------------------------|--------------------------------------|
| N.º TURMAS APROVADAS | 65,5 | 57 | 58 | 57 | 54 |

Quadro 7. Evolução do n.º de turmas aprovadas

Portanto, comparando com as 64 turmas que ANQEP I.P. e DGEstE autorizavam aprovar para a CIM Alto Minho, a proposta da CIM, como já vimos, ficou abaixo desse valor (57 turmas), mas em maio de 2017 até foi aprovada mais uma turma (58 turmas), o que significa que existiram “movimentações” por parte das escolas para alterar a proposta

apresentada na reunião de concertação da rede realizada a 28 de abril. Importa também referir que a informação relativa à alteração da proposta da CIM, não foi em momento algum comunicada às escolas. Pela análise da tabela 21, verificamos que o incremento de uma turma se deveu à homologação da turma de Técnico de Desporto na Escola Secundária de Melgaço (estatal), proposta que tinha sido eliminada pela CIM Alto Minho na reunião de rede.

Comparando a rede homologada em maio de 2017 e a rede homologada em agosto do mesmo ano, as alterações são muitas, verificando-se que, em termos globais, a rede homologada volta às 57 turmas.

Estas alterações substanciais estão relacionadas, certamente, com os fluxos de procura dos jovens pelos cursos propostos em cada escola, podendo analisar-se, caso a caso, através do quadro seguinte:

| LOCALIDADE | ESCOLA | PUB/PRIV | CÓD AEF | CURSO | RELEVÂNCIA SANQ | REDE HOMOLOGADA MAIO | REDE HOMOLOGADA AGOSTO |
|--------------------------|----------------------------|----------|---------|-----------------------|--------------------|----------------------------|------------------------------|
| ARCOS DE VALDEVEZ | EB 2/3 SEC ARCOS VALDEVEZ | PUB | 542 | T. DES. MODA | 7 | 1 | 0 |
| | | | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 1 |
| | | | 347 | T. QUALIDADE | 9 | 0,5 | 1 |
| | EPRALIMA - ARCOS VALDEVEZ | PRIV | 762 | ANIM. SOCIOCULT. | 6 | 0,5 | 0 |
| | | | 811 | T. COZ/PAST | 6 | 0,5 | 1 |
| | | | 811 | T. REST/BAR | 8 | 0,5 | 0 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 0,5 | 1 |
| CAMINHA | ETAP - VPA | PRIV | 811 | T. REC. | 6 | 0,5 | 0 |
| MELGAÇO | EPRAMI - MELGAÇO | PRIV | 812 | T. ANIM. TUR. | 7 | 0,5 | 0 |
| MONÇÃO | EPRAMI - MONÇÃO | PRIV | 525 | T. MEC. AUT. | 4 | 1 | 1,5 |
| | | | 811 | T. REST/BAR | 8 | 1 | 0 |
| | | | 815 | ESTETICISTA | 3 | 0,5 | 1 |
| PAREDES DE COURA | EB S PAREDES DE COURA | PUB | 481 | TIG | 2 | 1 | 0 |
| | EPRAMI - PAREDES COURA | PRIV | 214 | T. DESIGN IND. | 5 | 0,5 | 0 |
| | | | 523 | T. MECATRÓNICA | 7 | 0,5 | 1 |
| PONTE DA BARCA | EPRALIMA - PONTE DA BARCA | PRIV | 521 | T. ELETROMECANICA | 5 | 0,5 | 1 |
| | | | 523 | T. EACOMANDO | 7 | 0,5 | 0 |
| PONTE DE LIMA | ES PONTE DE LIMA | PUB | 346 | T. SECRETARIADO | 2 | 0,5 | 1 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 0,5 | 1 |
| | EPADR PONTE DE LIMA | PUB | 621 | T. PROD. AGROPECUÁRIA | 4 | 1 | 1,5 |
| | | | 621 | T. GEST. EQUINA | 3 | 1 | 0,5 |
| VALENÇA | ETAP - VALENÇA | PRIV | 345 | T. GESTÃO | 4 | 0,5 | 0 |
| | | | 813 | T. DESP. | 7 | 0,5 | 1 |
| VILA NOVA DE CERVEIRA | EB S VILA NOVA DE CERVEIRA | PUB | 341 | T. COMÉRCIO | 8 | 0,5 | 1 |
| | | | 729 | T. AUX. SAÚDE | 7 | 0,5 | 0 |

Quadro 8. Comparação turmas homologadas em maio vs turmas homologadas em agosto

Da leitura deste quadro, verificamos:

- Qualificações cujo número de turmas homologadas diminuiu: design de moda, animador sociocultural e restaurante/bar nos Arcos de Valdevez; receção em Vila Praia de Âncora, concelho de Caminha; animação turística em Melgaço; restaurante/bar em Monção; informática de gestão e design industrial em

Paredes de Coura; eletrónica, automação e comando em Ponte da Barca; gestão equina em Ponte de Lima; gestão em Valença; e, auxiliar de saúde em Vila Nova de Cerveira;

- Qualificações cujo número de turmas homologadas aumentou: comércio, qualidade, cozinha/pastelaria e desporto nos Arcos de Valdevez; mecatrónica automóvel e esteticista em Monção; mecatrónica em Paredes de Coura; eletromecânica em Ponte da Barca; secretariado e produção agropecuária em Ponte de Lima; desporto em Valença; comércio em Vila Nova de Cerveira.

Comparando, finalmente, a rede homologada em agosto, com a rede efetivamente em funcionamento no ano letivo 2017/2018, constatamos uma redução de 57 turmas homologadas para 54 turmas em funcionamento.

Da análise da tabela 21 podem identificar-se as turmas que não abriram em 2017/2018:

| ESCOLA | PUB/PRIV | AEF | CURSO |
|----------------------------|----------|-----|--------------|
| EB 2/3 SEC ARCOS VALDEVEZ | PUB | 341 | T. COMÉRCIO |
| EB S VILA NOVA DE CERVEIRA | PUB | 341 | T. COMÉRCIO |
| COLÉGIO DE CAMPOS | PRIV | 347 | T. QUALIDADE |

Quadro 9. Turmas homologadas em agosto que não entraram em funcionamento

No caso das escolas públicas, presume-se que a não abertura das turmas estará relacionada com a sua falta de histórico e experiência na oferta de cursos profissionais, aliado ao facto de, como foi referido em várias reuniões, o comércio não ser uma área apelativa para os jovens e as suas famílias, por falta de informação e orientação vocacional, apesar dos índices de empregabilidade que tem. O caso do Colégio de Campos será diferente, já que se trata de uma escola que detinha contratos de associação com o Estado, os quais foram descontinuados, fazendo com que perdessem muitos alunos e optassem por, neste ano, propor um curso profissional, para o qual não conseguiram captar público.

Conclusão

O presente estudo de investigação incidiu sobre o processo de planeamento, concertação e definição da rede de cursos profissionais para o ano de 2017/2018, na NUT III Minho-Lima, o qual decorreu durante o ano de 2017.

Para tal, pretendeu-se perceber o papel que as diferentes estruturas intervenientes neste processo desempenharam no “regateio” e negociação dessa rede, enquanto partes interessadas na definição e construção da rede de oferta educativa e formativa deste território, atentos os seus interesses.

O Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), instrumento base utilizado para aferir a identificação dos níveis de relevância das qualificações propostas para a CIM Alto Minho, surge como a grande fonte de informação para a caracterização dos territórios em termos de previsão de necessidades de qualificação a curto e médio prazo e para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ), sendo primordial aferir se este instrumento serve de facto o propósito com que foi anunciado pela ANQEP I. P.

1. Módulo de Aprofundamento Regional - Metodologia

Podemos então retomar as duas primeiras questões que consistiram no ponto de partida para este estudo:

Como se aplicou o Módulo de Aprofundamento Regional na CIM Alto Minho?

Podemos considerar os resultados do SANQ fiáveis?

Partindo dos dados que obtivemos e analisámos relativamente à metodologia de suporte do Módulo de Aprofundamento Regional e dos subsequentes resultados que resultaram na definição do SANQ para a CIM Alto Minho, parece-nos ser possível responder a estas questões.

Foi possível perceber que o “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto” deveria integrar informação muito clara e objetiva sobre as necessidades de qualificação dos recursos humanos, evidenciada pelos agentes

económicos e sociais da região do Alto Minho. No entanto, a versão do SANQ para o Alto Minho, apresentada pela CIM e suportada na metodologia definida pela ANQEP I.P., foi objeto de críticas fundamentadas na falta de adesão dos resultados produzidos à realidade económica e social, quer ao nível das NUT II, quer das NUT III.

De facto, terminada a análise possível à metodologia de suporte à aplicação do Módulo de Aprofundamento Regional no Alto Minho, concluímos que os dados apurados não são válidos e consistentes para considerar fiáveis os resultados do Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto, que suporta a definição do SANQ para a região.

Esta conclusão fundamenta-se pelo facto de ter sido utilizado, pelo menos, um instrumento – o questionário enviado às entidades empregadoras – que não garante a qualidade informativa dos dados (Wierma, 1995, Eisman, 1992b, cit. in Coutinho, 2005, p. 49) e, por outro lado, não é possível verificar a “replicabilidade das conclusões do estudo” (Vieira, 1999 cit. in Coutinho, 2005, p. 49) já que não se pode concluir que diferentes investigadores, utilizando os mesmos procedimentos, chegariam a resultados idênticos (*ibidem*).

A declaração pública feita pela CIM Alto Minho, dando conta de que a metodologia utilizada tinha limitações reconhecidas pela ANQEP I.P., e de que as respostas obtidas na aplicação dos inquéritos não eram representativas de todos os setores económicos do Alto Minho, apoia a conclusão a que chegámos. As críticas aos resultados do SANQ, atendendo ao conhecimento do território em estudo, foram também exteriorizadas em diferentes fóruns pela DSRN, por Municípios e pelas escolas.

Concluimos, assim, que o inquérito efetuado pela CIM Alto Minho poderia ser um instrumento de grande relevância para o estudo, mas está contaminado pela fraca representatividade dos respondentes.

Apesar da não validade do estudo ser reconhecida pela generalidade dos atores, não houve qualquer alteração à metodologia proposta pela ANQEP I.P. e os resultados do SANQ foram considerados para a aplicação de critérios de definição da rede de oferta formativa do Alto Minho.

Na linha de pensamento da teoria da *Hipocrisia Organizada* de Brunsson (2006), podemos considerar que esta persistência na utilização de resultados que não podem ser considerados fiáveis, pode ser explicada, tal como Costa (2007) defende, pelo facto de as organizações estarem reféns do ambiente em que atuam, sujeitas a inúmeras pressões e tensões, e dependentes de normas (muitas vezes inconsistentes e contraditórias), às quais têm de dar seguimento, uma vez que de outra forma colocam em causa a sua legitimidade institucional.

Portanto, em nome da legitimidade institucional, não se reconsidera o caminho a seguir, mas persiste-se no erro para não travar um processo, em certa medida, imposto.

Entendemos que também devemos deixar nas conclusões desta investigação a sugestão de ações de melhoria que permitam, no futuro, alterar em termos de metodologia de trabalho e predição de resultados.

Julgamos que é tempo de repensar este modelo e de fazer um estudo sério, ao nível das CIM que, em termos quantitativos e qualitativos, produza resultados válidos, representativos e fiáveis relativos à real necessidade de qualificações de nível IV, essenciais para a integração dos jovens nos quadros intermédios das entidades empregadoras da região, e dos níveis V a VIII, no que se refere à integração em quadros superiores.

Nos quadros intermédios das empresas importa ter como primeira e grande preocupação a substituição dos trabalhadores que deixam a vida ativa, por razões de saúde ou limite de idade, muitos deles sem qualquer qualificação, mas com muita experiência, por jovens qualificados, que se integrem nos quadros das empresas devidamente habilitados, qualificados e apetrechados com ferramentas que permitam superar as múltiplas incertezas e as desafiantes oportunidades que se colocam no mundo laboral.

Por isso, e sem prejuízo de uma visão mais prospetiva das necessidades laborais determinadas pelas mutações constantes que conduzirão à economia 4.0, importa ter em conta a realidade económica da CIM Alto Minho, atentas as suas características regionais, os seus constrangimentos e as oportunidades de melhoria que deverão ser criadas.

Para este estudo sério e rigoroso da realidade da região do Alto Minho, consideramos que existem dois dados, impossíveis de apurar à data pela falta de informação disponível, que seriam da maior relevância para nos elucidar sobre as perspectivas de necessidade de formação: por um lado, apurar o peso da população empregada, por CNP a quatro dígitos, no território da CIM do Alto Minho para se poder aferir, com rigor, as preponderâncias dos sectores de atividade; inferir, a partir das idades da população empregada, tendo por base novamente a Classificação Nacional de Profissões – CNP a quatro dígitos, o horizonte temporal em que esses recursos humanos vão deixar a vida ativa.

Sendo manifesta a falta de uma informação mais fina importa, sem que isso represente macular a confidencialidade dos dados, reclamar a sua disponibilização.

Por último, consideramos que também importa ter em conta a necessidade de se:

- i. obter mais informação sobre a previsível instalação de novas indústrias no território da CIM e as evoluções tecnológicas associadas;
- ii. analisar devidamente as tendências demográficas que apontam para uma redução de um terço dos jovens, no horizonte de 2030;
- iii. formar dando especial relevância às competências transversais que habilitem os jovens para as incertezas do mercado de trabalho;
- iv. atender aos centros de interesse dos jovens, pois não se pode considerar na equação apenas as necessidades das empresas, sem se ter em consideração os centros de interesse dos alunos, que se encontram numa fase de formação inicial das suas vidas e das suas carreiras profissionais.

Sem que estes passos sejam dados, continuaremos a assistir a um processo de concertação de rede fictício marcado pela lógica da encenação e da *Hipocrisia Organizada*, onde as empresas e os operadores de formação, estatais e não estatais, continuam a não ser, previamente, envolvidos na definição da rede de oferta dos cursos profissionais.

Sabendo-se que a rede de oferta dos cursos profissionais tem que ser definida ao nível supramunicipal, porque não é possível ter todas as ofertas formativas em cada município, importa também que os próprios municípios assumam o processo de

planeamento e definição da rede de oferta formativa como uma prioridade política, já que poderiam desempenhar um importante papel na concertação de posições.

Infelizmente, para o desenvolvimento social e económico da região, tem-se assistido a uma aceitação, quase cega, das orientações da tutela no que se refere às propostas oriundas da DGESTE/DSRN e ANQEP I.P., numa lógica de desautorização dos atores locais.

Também as famílias e os jovens não são devidamente esclarecidos sobre as vantagens das opções pelas vias qualificantes e não há evidências de que é feito um trabalho sério e isento de interesses ao nível da orientação vocacional dos alunos nas escolas públicas.

A supramunicipalidade das ofertas formativas implicaria que o território tivesse uma rede de transportes que permitisse a mobilidade efetiva de jovens, entre concelhos, mas as melhorias nesse domínio não acontecem.

Em síntese, constata-se que não há uma visão comum do território, nem preocupação em rentabilizar as instalações, os equipamentos e os recursos técnicos e humanos para fazer a formação que é necessária e ajustada.

A leitura e análise dos dados recolhidos leva-nos a entender que não haverá a preocupação em promover uma verdadeira discussão e uma efetiva negociação entre as escolas locais, porque isso obrigaria as diferentes organizações a reconhecerem a multiplicidade de interesses, de conflitos, de ações grupais e de relações de poder que coexistem neste processo.

A visão de Alves (1999, p. 13), acerca das organizações escolares, em que

os *interesses* pessoais, profissionais, políticos das pessoas concretas que determinam as decisões e as ações da organização escolar, e que a diversidade de interesses tende a gerar conflitos, de que o *poder* é uma variável chave para compreender as lógicas da ação e de que a negociação é a dinâmica central da vida organizacional

aplica-se, de igual forma, a este contexto de posicionamento das organizações intervenientes neste processo de planeamento e definição de rede de oferta formativa, ao nível municipal e supramunicipal.

Reclama-se, assim, que se tomem medidas concretas para a definição de pactos territoriais para a educação, formação e empregabilidade.

2. Planeamento e Concertação da rede de cursos profissionais – Ano Letivo 2017/2018

As questões de partida colocadas nesta investigação para uma melhor compreensão de todo o processo de planeamento, concertação e definição da rede de oferta formativa, foram as seguintes:

De que forma se desenvolveu o esperado trabalho de parceria entre a CIM Alto Minho, os municípios e os operadores locais?

Qual o papel que desempenham a DGEstE, a DSRN, a ANQEP I.P., a CIM Alto Minho, os municípios e as escolas, no processo de planeamento, concertação e definição da rede de oferta formativa?

Quais os fundamentos, os fatores e as entidades que determinam, efetivamente, a oferta formativa das escolas numa determinada região?

Atendendo à complexidade deste processo, percebeu-se ao longo da análise e discussão de resultados que a CIM Alto Minho foi a organização que procurou, na região, implementar a metodologia definida pela ANQEP I.P., apesar de todos os condicionalismos que já foram mencionados e que conduziu à definição do SANQ e da produção de resultados que não podem ser considerados válidos.

Na tentativa de envolver nesta metodologia os operadores locais (escolas estatais e não estatais), a CIM Alto Minho convocou-os para uma reunião de trabalho na qual se apresentou a proposta preliminar do SANQ, mas este envolvimento foi realizado de uma forma que não lhe pode conferir grande crédito, por falta de rigor científico. Deduzimos ainda que a proposta preliminar apresentada, e muito criticada, parece não ter sofrido qualquer melhoria entre o momento da sua apresentação e a aplicação dos critérios definidos pela ANQEP I. P. que suportam a proposta de rede de oferta formativa apresentada, posteriormente, pela CIM Alto Minho.

A esta reunião, seguiram-se outras realizadas entre municípios e operadores locais, das quais resulta a evidência da falta de vontade política destes para assumirem posições e tomadas de decisão perante os operadores do território que, certamente, não agradariam a todos, uma vez que estão em jogo interesses muito divergentes.

Não havendo o reconhecimento político da necessidade de se definir e concertar uma rede de oferta qualificante que responda às necessidades económicas e sociais da região, não vislumbramos que evolução positiva poderá ter este processo e, que força terá a CIM Alto Minho, para alterar procedimentos e impor uma metodologia rigorosa e fiável de estudo de antecipação de necessidades de qualificação junto de estruturas como a DGEstE/DSRN e ANQEP I.P.

Desde o primeiro ano em que foram divulgados os resultados do SANQ, foram muitas e sérias as reservas que se colocaram, na medida em que este instrumento comportava muitas insuficiências e uma manifesta falta de adesão às reais necessidades das CIM.

O SANQ, tal como vimos nesta investigação, está ferido de validade, mas não deixa de ser o instrumento central utilizado para aferição das relevâncias das qualificações e para a definição do cardápio de cursos profissionais disponíveis para aprovação em cada CIM/AM.

Concluiu-se, deste modo, que de nada serviram os alertas feitos pela CIM Alto Minho e pelos operadores para esta situação.

Em face desta constatação, consideramos que todo o trabalho que se realize com base neste instrumento está fragilizado e, portanto, todo o processo de planeamento e articulação de rede está “ferido de morte”.

Uma outra evidência que resulta deste estudo, relaciona-se com o facto de o processo de planeamento da rede de cursos profissionais estar também “contaminado” por partir de um cenário de aprovação de um número de turmas irreal, face ao número de alunos que, no Alto Minho, estarão em condições de iniciarem o ano letivo 2017/2018 em cursos profissionais ou cursos científico-humanísticos.

Também não é compreensível por que razão o SANQ não integra, para além dos cursos profissionais, os cursos científico-humanísticos constantes das ofertas definidas pelo Ministério da Educação, já que o conjunto das duas tipologias de cursos, constituem a real oferta formativa do território.

As consequências de um processo de planeamento de rede, realizado com base no pressuposto de se permitir um incremento de 25% de cursos profissionais a aprovar, sob o desígnio da possibilidade de inovação, foram abordadas em várias reuniões, mas nada foi feito para evitar a redundância da oferta formativa em determinadas localidades ou para evitar a rutura do critério 50%/50% de oferta formativa, em escolas estatais e não estatais, o que prejudicaria, em primeira linha, as escolas profissionais da região na medida em que se coloca em risco a possibilidade de reposição do número de turmas.

As Escolas Profissionais uniram posições e deixaram o apelo à tutela para que fosse dado a conhecer o número de alunos que, em cada CIM/AM, previsivelmente concluiriam o 9º ano e se definisse, claramente, o número de alunos, mínimo e máximo, por turma, para se poder determinar o número de turmas em cada território. Desta forma, evitar-se-ia a dispersão de alunos pelas ofertas do território e haveria tempo para que os técnicos de orientação vocacional das escolas públicas fizessem o seu trabalho, informando de forma séria e isenta de interesses, os jovens e as famílias sobre a rede de oferta definida para o território em análise.

Estes alertas feitos pelos responsáveis das escolas profissionais realçam, por um lado, o cenário fictício de que a rede de cursos profissionais resulta de ações de planeamento e concertação que são desenvolvidas em cada território, na linha de pensamento da teoria da *Hipocrisia Organizada* de Brunsson (2006) e, por outro, permitem-nos descortinar, neste jogo de luta pelo poder, as dinâmicas de coligação que são apresentadas numa tentativa de os detentores de influência alcançarem resultados que vão ao encontro aos interesses das organizações que representam, tal como Alves (1999) sugere, e explicadas por Nord (1995, cit. in Alves, 1999, p. 12) da seguinte forma: “as coligações tentam proteger os seus interesses e posições de influência através de trocas, regateio e negociação.”

Urge, assim, a adoção de uma metodologia rigorosa e fiável, ligando as diferentes opções de percursos qualificantes do CNQ ao real diagnóstico de necessidades evidenciadas pelo tecido económico e social, mas é igualmente importante que, simultaneamente:

- i. se forneça informação aos jovens e às famílias sobre as diferentes opções e as vantagens de cada uma das vias do ensino secundário (cursos profissionais e cursos científico-humanísticos);
- ii. se realize, de forma séria e isenta de interesses das próprias escolas onde trabalham os técnicos, a orientação vocacional tendo, verdadeiramente em conta os centros de interesse dos alunos;
- iii. se desenhe uma verdadeira política de combate ao abandono e insucesso escolar, tendo em consideração que jovens inscritos em cursos profissionais para os quais estão motivados, não desistem nem abandonam precocemente o sistema de ensino, evitando-se o desperdício de milhares de euros;
- iv. se avaliem as reais condições de cada escola, aferindo a qualidade das suas instalações, equipamentos e composição do quadro de pessoal docente;
- v. se realize, a nível de CIM, uma campanha de valorização social de determinadas profissões, às quais os jovens poderiam aceder pela conclusão de cursos profissionais menos apelativos e procurados, mas com elevado interesse económico para a região;
- vi. se confira aos jovens reais condições de acessibilidade entre municípios, pensando-se numa rede de transportes supramunicipal.

O caminho proposto de se delinear uma estratégia, ao nível supramunicipal, conduzir-nos-ia, a médio prazo, a baixar o número de alunos que, no final do ensino secundário, saem da escola sem qualquer formação profissional de nível IV, a aumentar a percentagem de alunos diplomados numa formação profissional de nível IV, a aumentar a percentagem de alunos qualificados/diplomados no ensino superior e a baixar os níveis de insucesso escolar no ensino secundário e no ensino superior.

O acautelamento invocado pela DGEstE e ANQEP I.P. para que o ajustamento da rede às reais necessidades do território fosse feito de forma progressiva, sem ruturas e atendendo à capacidade formativa instalada em cada território, leva-nos a considerar que estará no topo das preocupações das estruturas decisoras atenderem aos interesses dos operadores e do seu quadro de pessoal, do que propriamente às reais necessidades do território.

A realização de reuniões das CIM/AM com a DGEstE/DSRN, e destas entidades com as entidades promotoras de oferta formativa, estão longe de fomentar uma verdadeira discussão e uma efetiva negociação da rede de cursos profissionais, inserindo-se num quadro de encenação fazendo lembrar a *Hipocrisia Organizada*, teorizada por Brunsson (2006).

A perspetiva organizacional política contribui para explicar o funcionamento das relações entre os organismos da administração central (DGEstE e DSRN), assim como destes com as demais partes interessadas (CIM/AM e operadores).

A pergunta que se impõe é: que orientações vai dar o Ministério da Educação para que a ANQEP I.P. proponha uma nova estratégia de atuação para inverter a situação, sendo certo que, se nada for feito, os jovens do Alto Minho estão condenados à desqualificação e expostos aos baixos salários.

3. Rede de oferta formativa da CIM Alto Minho – Ano Letivo 2017/2018

A última questão do presente estudo de investigação relaciona-se com a evolução que sofreu a rede de oferta educativa e formativa da CIM Alto Minho, desde o memento em que foram apresentadas as propostas das escolas à DGEstE/DSRN, e que cronologicamente ocorreu no final do mês de março de 2017, até à rede de cursos profissionais efetivamente em funcionamento no ano letivo 2017/2018, apurada pela informação fornecida pela DGEstE e DSRN, em dezembro de 2017.

Em que momento se define, efetivamente, a rede de cursos profissionais em funcionamento?

Que evoluções sofre a rede de oferta formativa desde a primeira proposta de rede apresentada à tutela, até à ao momento em que se apuram os cursos efetivamente em funcionamento?

Através da análise de resultados, resulta evidente que a apregoada definição de rede de oferta formativa no momento de homologação da mesma pela Secretaria de Estado da Educação é completamente desajustada da realidade da CIM Alto Minho, atentas as sucessivas alterações e modificações que a mesma sofreu entre maio de 2017 e o arranque do ano letivo 2017/2018.

Importa referir que foram homologadas duas listas de cursos profissionais para o país e, naturalmente também para o Alto Minho, uma em 15 de maio de 2017 e outra em 28 de agosto de 2017.

Portanto, a cronologia anunciada para o planeamento e concertação da rede de oferta formativa não terminou com a homologação de cursos realizada em maio de 2017, nem tão pouco com a homologação de cursos publicada em agosto, mas sim já no decorrer do ano letivo 2017/2018.

Comparando com a possibilidade de aprovação de 64 turmas anunciada pela ANQEP I.P. e DGEstE em abril de 2017, a proposta da CIM, como já vimos, ficou abaixo desse valor (57 turmas), mas em maio de 2017 até foi aprovada mais uma turma (58 turmas), o que significa que existiram “movimentações” por parte das escolas para alterar a proposta apresentada na reunião de concertação da rede realizada a 28 de abril. Importa também referir que a informação relativa à alteração da proposta da CIM, não foi em momento algum comunicada às escolas.

Comparando a rede homologada em maio de 2017 e a rede homologada em agosto do mesmo ano, as alterações são muitas, verificando-se que, em termos globais, a rede homologada volta às 57 turmas. Estas alterações substanciais estarão relacionadas, certamente, com os fluxos de procura dos jovens pelos cursos propostos em cada escola, já que o momento de inscrições e matrículas decorre após o conhecimento dos resultados dos exames nacionais do 9º ano de escolaridade (normalmente, em finais de junho). Comparando, finalmente, a rede homologada em agosto, com a rede

efetivamente em funcionamento no ano letivo 2017/2018, constatamos uma redução de 57 turmas homologadas para 54 turmas em funcionamento.

A análise à evolução da rede de oferta formativa foi também realizada à luz dos princípios orientadores para o planeamento da rede de cursos profissionais e dos critérios de ordenamento, definidos e publicados pela DGEstE no documento “Planeamento da rede de oferta e procedimentos a desenvolver” (DGEstE 1).

Relativamente ao critério da Proporcionalidade, em que se esperava que na definição da rede para o ano letivo de 2017/2018, se mantivesse a mesma proporção de cursos atribuídos a escolas profissionais, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que existiu no ano letivo de 2016/2017 (50%/50%), verificamos que tal não ocorreu. Assim, 57,4% dos cursos serão desenvolvidos em escolas estatais e 42,6% em escolas profissionais.

Ao contrário do que era esperado pelas escolas, DGEstE e municípios não se verificou uma diminuição de cursos profissionais no território, deduzindo-se que esse fenómeno poderá ser explicado por terem:

- i. aumentado o número de alunos encaminhados para cursos profissionais;
- ii. aumentado o número de alunos com necessidades educativas especiais (NEE) que implicam a redução do número de alunos por turma;
- iii. reduzido o número de turmas em cursos científico-humanísticos, por troca com cursos profissionais;
- iv. encerrado de escolas do ensino particular e cooperativo.

No que concerne ao critério da relevância definido pela ANQEP I.P. e pela DGEstE, é possível extrair conclusões relativamente à percentagem de cursos que se esperava ter na rede de oferta formativa no SANQ, com a percentagem de cursos homologados em agosto de 2017 pela Secretaria de Estado da Educação e com a percentagem de cursos em funcionamento, apurados em dezembro de 2017.

Verifica-se que nenhum dos limites definidos, por grupos de relevância, foi cumprido, com exceção do grupo de relevâncias 1 a 2 em que os resultados ficaram ligeiramente acima do limite máximo estipulado.

Por último, importa extrair as conclusões do estudo relativas aos critérios de sustentabilidade e coesão definidos pela ANQEP I.P. e pela DGEstE.

Podemos avançar com a hipótese de que os cursos cujo número de aprovações ultrapassam os limites máximos estabelecidos em termos de número de turmas a autorizar corresponderão, por um lado, a ofertas formativas relacionadas com a capacidade instalada em cada território das escolas, mas também a ofertas apelativas e com procura pelos jovens e pelas suas famílias. Em oposição, os cursos cuja aprovação está abaixo dos limites mínimos esperados pelo SANQ, apesar de terem relevâncias elevadas, corresponderão a ofertas que os operadores têm receio de propor para aprovação pela fraca procura por estas qualificações por parte de jovens e suas famílias, em determinados municípios do território. Nestes casos, pressupõe-se que a insuficiente apresentação destas ofertas pelos operadores, até não ocorrerá por falta de instalações, equipamentos ou recursos humanos, mas sim pelo facto de o risco de não captar público ser considerado elevado.

O critério da sustentabilidade e coesão, com preponderância de 30% na proposta de rede, foi estabelecido pela CIM Alto Minho, com o intuito de possibilitar a realização dos ajustamentos necessários à proposta de rede e, conseqüentemente, garantir “a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a sustentabilidade da rede e a coesão territorial” (ANQEP_DGEstE 1). Portanto, esta foi a “margem de manobra” que a CIM Alto Minho conseguiu para acomodar algumas das propostas das escolas.

Uma das variáveis associadas a este critério era a da oferta não-redundante, a qual se deveria evitar, mas constatámos que tal não ocorreu nos municípios de Viana do Castelo e de Ponte de Lima, nos quais escolas vizinhas têm os mesmos cursos em funcionamento.

Estes resultados permitem-nos verificar as “dimensões de descoordenação, de inconsequência e de dissensão entre, por um lado, as intenções, os discursos, as decisões, os documentos e, por outro, as práticas, os resultados efectivos, a acção organizacional propriamente dita” (Costa, 2007, p. 3).

Tendo em vista a promoção de uma maior adequação entre os fluxos de oferta e procura de qualificações no Alto Minho, esperamos que as perspectivas apresentadas ao longo

desta investigação contribuam para inverter esta trajetória e alterar metodologias e procedimentos que permitam organizar e articular a rede de oferta dos cursos profissionais na região, assumindo-se que é primordial a necessidade de se trabalhar na região segundo um pacto territorial, definido à escala supramunicipal, representado pelos seus principais atores.

Será este pacto territorial que permitirá articular os vértices opostos de um “triângulo” representados: pelas necessidades das empresas, com vista ao desenvolvimento económico da região; pelo reconhecimento social da importância e da mais-valia de determinadas qualificações por parte dos jovens e das suas famílias; pela capacidade instalada no território, em termos de instalações, equipamentos e recursos humanos dos operadores (escolas estatais e não estatais).

Porque não basta uma região ter um Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ), sem que este triângulo funcione em plena articulação.

Referências Bibliográficas

Afonso, N. (2014). *Investigação naturalista em educação: Um guia prático e crítico*. Gaia: Fundação Manuel Leão.

Alves, J. M. (1989). Escolas Profissionais. *Cadernos de Economia*, II(6), pp. 31-33

Alves, J. M. (1996). *Escolas Profissionais: a teia do (des)contentamento*. [Texto policopiado.]

Alves, J. M. (1999). *A escola e as lógicas de ação: As dinâmicas políticas de uma inovação instituinte*. Porto: Edições Asa.

Alves, J. M. (2009). *A lógica burocrática* [Em linha]. Disponível em: <https://terrear.blogspot.pt/2009/07/logica-burocratica.html> [Consultado em 08/01/2018]

Alves, M. & Porfírio, M. (1996). *Escolas Profissionais: Dinâmicas, Memórias e Projectos das Escolas Profissionais*. Porto: Ministério da Educação/Departamento do Ensino Secundário.

Azevedo, J. (1994). *Avenidas de liberdade (3ª Edição, revisada e ampliada ed.)*. Lisboa: Edições Asa.

Azevedo, J. (2009). *Escolas profissionais 1989-2009: As oportunidades e os riscos de uma inovação educacional que viajou da margem para o centro*. Propuesta Educativa.

Azevedo, J. (2014). Vem aí o corredor do facilitismo escolar? [Parecer enviado ao Conselho Nacional de Educação, texto não publicado]

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bogdan R. & Taylor, S. (1986). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación: La búsqueda de significados*. Buenos Aires: Editorial Paidós.

Brunsson, Nils (2006). *A Organização da Hipocrisia – os grupos em acção: Dialogar, decidir e agir*. Porto: ASA.

Bush, T. (1986). *Theories of Educational Management*. London: Harpe rand Row Ltd.

Cabral, I. (2013). *Gramática escolar e (in)sucesso: Os casos do projeto fénix, turma mais e ADI*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Cerqueira, M. F. & Martins, A. (2011). A consolidação da Educação e Formação Profissional na Escola Secundária nos últimos 50 anos em Portugal. *Revista Lusófona de Educação*, 17, pp. 123-145.

CIM Alto Minho (2015). *Pacto Territorial para a Promoção da Empregabilidade no Alto Minho*. Viana do Castelo: CIM Alto Minho.

Cohen, Michael, D.; March, James, G.; Olsen, Johan, P. (1972). Garbage Can Model of Organizational Choice. *Administrative Science Quarterly*, 17, (1), pp. 1-25.

Cohen, Michael, D.; March, James, G.; Olsen, Johan, P. (1974). *Lidership and Ambiguity. The American College President*. New York: McGraw – Hill.

Cohen & March (1974). Leadership and ambiguity. In Bush (ed.) (1989). *Managing education: theory and practice*. Milton Keynes: Open University

Crozier, Michel (1963). *Le phénomène bureaucratique*. Paris: Seuil

Costa, J.A. (1996). *Imagens da organização escolar*. Porto: ASA

Costa, J.A. (2007). *Projectos em educação: Contributos de análise organizacional*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 97-118

Conselho Nacional da Educação (1999). *Pareceres e recomendações 1998*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação.

Coutinho, Clara P. (2005). Fundamentos teóricos da Investigação Educativa. In Clara Coutinho, *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000)* (pp. 35-100). Braga: Universidade do Minho.

Creswell, J. (1994). *Research Design: Qualitative and quantitative approaches*. Thousand Oaks: SAGE Publications.

Estêvão, C. (2004). *Educação, justiça e autonomia: Os lugares da escola e o bem educativo*. Porto: Edições Asa.

Estêvão, C. (1994). Inovação e mudança nas organizações educativas públicas e privadas. *Revista Portuguesa de Educação*, 7 (1 e 2), pp. 95-111.

GEPE-ME (2011). *Estatísticas da Educação 2009/2010: Jovens*. Lisboa: Ministério da Educação

Governo de Portugal (2014). *Grandes Opções do Plano para 2015*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar> [consultado em 11/12/2016]

Governo de Portugal (2015). *Grandes Opções do Plano 2016*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar> [Consultado em 08/01/2018]

Governo de Portugal (2016). *Grandes Opções do Plano 2017*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar> [Consultado em 08/01/2018]

Kemp, A. (1995) *Introdução à investigação em educação musical*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Lima, L. (1992). *A escola como organização e a participação na organização escolar: Um Estudo da Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Universidade do Minho.

Lima, L. (1997). *Para uma análise multifocalizada dos modelos organizacionais de escola pública: O normativismo, a infidelidade normativa e o exercício da autonomia – Lição de Síntese*. Braga: Universidade do Minho. [Texto policopiado.]

Lima, L. (2001). *A Escola como Organização Educativa*. São Paulo: Cortez Editora.

Lima, L. (2006a). *A escola como organização e a participação na organização escolar. Um Estudo da Escola Secundária em Portugal (1974-1988)*. Braga: Universidade do Minho.

Lima, L. (2006b). Prefácio à edição portuguesa. In Brunsson, Nils, *A Organização da Hipocrisia – os grupos em acção: Dialogar, decidir e agir* (pp. 3-7). Porto: ASA.

Lima, L. (2006c). Concepções de escola: Para uma hermenêutica organizacional. In L. C. Lima (Org.), *Compreender a escola: Perspectivas de análise organizacional* (pp. 18-69). Porto: Asa.

Ludke M. & André M., (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda.

Merriam, S. (1988). *Case study research in education: A qualitative approach*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.

Mintzberg, H. (1986). *Le pouvoir dans les organizations*. Paris: Ed. D'organisation

Motta, F. C. (1986). *Organização e Poder: Empresa, Estado e Escola*. São Paulo, Editora Atlas.

Pacheco, J. A. (1993). *O pensamento e a acção do professor em formação*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho (Dissertação de Doutoramento).

Programa do XIX Governo Constitucional (2011) [Em linha]. Disponível em: https://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf [Consultado em 08/01/2018]

Ponte, João Pedro; Matos, J. M., Guimarães; H. M., Leal L. C. & Canavarro, A. P. (1991). *O processo de experimentação dos novos programas de matemática: Um estudo de caso*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Rocha, C. (2005). *Educação, género e poder: Uma abordagem política, sociológica e organizacional*. Braga: Universidade do Minho

Rocha, C. (2007). *Racionalidades Organizacionais e Relações de Poder na Escola Pública Portuguesa: Construindo uma Gestão mais Democrática*. Braga: Universidade do Minho

Strauss, A. (1987). *Qualitative Analysis for social scientists*. Cambridge: Cambridge University Press.

Torres, L., & Neto-Mendes, A. (2011). Recensão. [Recensão à obra *Administração Escolar: Estudos*, de Licínio Lima]. *Revista Portuguesa de Educação*, 24(1), pp. 249-257.

Tuckman, Bruce (2000). *Manual de investigação em educação: Como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Vale, Isabel (2000). *Didáctica da Matemática e Formação Inicial de Professores num Contexto de Resolução de Problemas e de Materiais Manipuláveis*. Aveiro. Universidade de Aveiro.

Vale, Isabel (2004). Algumas notas sobre Investigação Qualitativa em Educação: Matemática, O Estudo de Caso. *Revista da Escola Superior de Educação*, 5, pp. 171-202.

Weick, Karl E. (1976). Educational organizations as loosely couple systems. *Administrative Science Quarterly*, 21 (I), pp. 1-19.

Yin, Robert K. (1994). *Case Study Research: Design and Methods*. London: Sage Publications.

Legislação consultada:

Lei nº46/86 (1986). Lei de Bases do Sistema Educativo [Em linha]. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei_bases_do_sistema_educativo_46_86.pdf [Consultado em 08/01/2018]

Portaria n.º 341/2015 (2015). Cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério de Educação e Ciência. Diário da República, Série I, n.º 198. [Em linha]. Disponível em: <https://dre.pt/application/conteudo/70497208> [Consultado em 08/01/2018]

Decreto-Lei n.º 26/89 (1989). Cria as escolas profissionais no âmbito do ensino não superior. [Em linha]. Disponível em: www.angep.gov.pt/ [Consultado em 08/01/2018]

A Lei n.º 45/2008 (2008). Estabelece o Regime Jurídico do Associativismo Municipal, revogando as Leis n.ºs 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio. [Em linha]. Disponível em: terrasportuguesas.parlamento.pt/Legislacao/Lei45_2008 [Consultado em 08/01/2018]

Lei n.º 75/2013 (2013). Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. [Em linha]. Disponível em: <http://www.pgdlisboa.pt/leis> [Consultado em 08/01/2018]

Decreto-Lei n.º 4/98. Estabelece o regime jurídico das escolas profissionais. Diário da República n.º 6/1998, Série I-A de 1998-01-08. [Em linha]. Disponível em: <https://dre.pt/> [Consultado em 08/01/2018]

Despacho nº 14 758/2004 (2004). Define o funcionamento dos cursos profissionais nas escolas secundárias públicas. DR 172, Série II, de 2004-07-23. [Em linha]. Disponível em: <http://www.anqep.gov.pt> [Consultado em 08/01/2018]

Decreto-Lei nº 396/2007 (2007). Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que regulam o seu funcionamento. [Em linha]. Disponível em: www.catalogo.anqep.gov.pt/boDocumentos/getDocumentos/155 [Consultado em 08/01/2018]

Portaria n.º 292-A/2012 (2012). Cria uma experiência-piloto de oferta formativa de cursos vocacionais no ensino básico no ano letivo de 2012-2013 e regulamenta os termos e as condições para o seu funcionamento. [Em linha]. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/portaria_n.o_292-a-2012_de_23_de_agosto.pdf. [Consultado em 08/01/2018]

Portaria 341/2015 (2015). Cria e regulamenta as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação da oferta formativa de cursos vocacionais de nível Básico e de nível Secundário nas escolas públicas e privadas sob tutela do Ministério de Educação e Ciência, sem prejuízo de ofertas que outras entidades possam vir a desenvolver. Diário da República n.º 198/2015, Série I de 2015-10-09. [Em linha]. www.spgl.pt/portaria-n-o-341-2015-de-09-10-2015 [Consultado em 08/01/2018]

Decreto-lei nº 14/2017 (2017). Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento. Diário da

República n.º 19/2017, Série I de 2017-01-26. [Em linha]. <https://dre.pt/home/-/dre/105808927/details/maximized> [Consultado em 08/01/2018]

Portaria nº 74-A/2013 (2013). Estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais. [Em linha]. <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/02/03301/0000200009.pdf>. [Consultado em 08/01/2018]

Referências Documentais

ANQEP I.P. (2017a). *Planeamento e concertação de rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018: Orientações metodológicas e critérios de ordenamento* [circular n.º 2]. Repositório da DGEstE.

ANQEP I.P. (2017b). *Planeamento e concertação de rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018: Orientações metodológicas e critérios de ordenamento* [anexo I da circular n.º 2]. Repositório da DGEstE.

CIM Alto Minho (2017a). *Sistema de Antecipação Nacional de Qualificação. SANQ do Alto Minho*. [Diapositivos PowerPoint]

CIM Alto Minho (2017b). *Processo de Planeamento e Concertação da Rede de Cursos Profissionais 2017-2018 no Alto Minho*. [Diapositivos PowerPoint]

Ministério da Educação (2017a). *Rede de cursos profissionais: Ano letivo 2017-2018*. [Diapositivos PowerPoint]. Repositório da DGEstE

Ministério da Educação (2017b). *Cursos Profissionais. Ciclo de Formação 2017-2020. Oferta Formativa 1º ano*. Repositório da DGEstE

Ministério da Educação (2017c). *Cursos Profissionais. Ciclo de Formação 2017-2020. Oferta Formativa 1º ano*. Repositório da DGEstE

ANEXOS

1. CIM 1.

DIAGNÓSTICO REGIONAL DE NECESSIDADES DE
QUALIFICAÇÕES DO ALTO MINHO – CONVITE AOS
EMPREGADORES PARA RESPOSTA AO INQUÉRITO

De: geral [<mailto:geral@cim-altominho.pt>]

Enviada: 18 de janeiro de 2017 10:43

Assunto: Diagnostico Regional de Necessidades de Qualificações do Alto Minho – inquérito online às empresas

Exmo(a). Sr(a).

A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho está a desenvolver um estudo em parceria com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, designado “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, o qual tem como objetivo criar um **Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação** no sentido de permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas no Alto Minho, bem como para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações.

Sendo a elaboração deste instrumento fundamental para a auscultação das empresas do território do Alto Minho, **convidámos V. Ex^a. a responder a um breve questionário dirigido aos empregadores (empresas e outras organizações privadas e associativas), com o objetivo de recolher informação sobre as necessidades de competências e perspetivas de recrutamento dos profissionais de nível intermédio.** Com a resposta a este questionário, cujo preenchimento não deverá ocupar mais do que 5 minutos, pretende-se contribuir para que o perfil das qualificações promovidas pelo sistema de educação e formação corresponda melhor às necessidades existentes no mercado de trabalho.

Deste modo, **agradecemos a V^a Ex^a que o referido Questionário seja respondido pelo empresário(a)/dirigente ou pelo responsável pela área de gestão de recursos humanos, se possível até ao próximo dia 25 de janeiro, salientando que todas as informações recolhidas no âmbito nesse âmbito são estritamente confidenciais.**

ABRIR O QUESTIONÁRIO AQUI: <https://goo.gl/forms/vnA3k72vGulWf72H3>

Em caso de dúvida ou necessidade de esclarecimentos adicionais não hesite em contactar:

Alexandrina Monteiro (amonteiro@cim-altominho.pt / 258800221) ou Luísa Garcia

(luisa.garcia@cim-altominho.pt / 258800200).

A sua colaboração é fundamental.

Muito obrigado pela sua participação!

Secretariado

Elisabete Rolo

Tel.: [+351 258 800 200](tel:+351258800200)

E-mail: elisabete.rolo@cim-altominho.pt

www.cim-altominho.pt

Área de anexos

1.1. CIM 2

DIAGNÓSTICO REGIONAL DE NECESSIDADES DE
QUALIFICAÇÕES DO ALTO MINHO – INQUÉRITO
ONLINE ENVIADO AOS EMPREGADORES

DIAGNÓSTICO REGIONAL DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES DO ALTO MINHO - AÇÃO PILOTO

No âmbito do Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho, promovido pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, convidamo-lo(a) a responder a um questionário com o objetivo de recolher informação sobre as necessidades de competências e perspetivas de recrutamento dos profissionais de nível intermédio. Com a resposta a este questionário, cujo preenchimento não deverá ocupar mais do que 5 minutos, pretende-se contribuir para que o perfil das qualificações promovidas pelo sistema de educação e formação corresponda melhor às necessidades existentes no mercado de trabalho.

O questionário é dirigido aos empregadores (empresas e outras organizações), exceto administração pública, agradecendo-se que seja respondido pelo empresário(a)/dirigente ou pelo responsável pela área de recursos humanos.

De salientar que todas as informações recolhidas no âmbito do questionário são estritamente confidenciais.

Face ao prazo para o desenvolvimento deste estudo, agradecemos o preenchimento do questionário até ao próximo dia 25 de janeiro.

Em caso de dúvida ou necessidade de esclarecimentos adicionais não hesite em contactar: Alexandrina Monteiro (258800221/ amonteiro@cim-altominho.pt) ou Luísa Garcia (258800200/ luisa.garcia@cim-altominho.pt).

A sua colaboração é fundamental. Muito obrigado pela sua participação!

***Obrigatório**



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho

A. Caracterização geral da organização/empresa

1. Designação da organização/empresa
(opcional/ preenchimento não obrigatório)

2. Nome do Responsável pela gestão dos Recursos Humanos/ Empresário
(pessoa que participa neste estudo através do preenchimento do presente questionário) -
(opcional/ preenchimento não obrigatório)

3. Contacto de email
(contacto solicitado apenas para fins relacionados com o presente estudo) -
(opcional/ preenchimento não obrigatório)

4. A.1. Em que ano é que a organização/empresa foi criada? *

Exemplo: 15 de dezembro 2012

5. A.2. Qual é o número atual de trabalhadores da organização/empresa? *

Assinale, p.f., a resposta correta.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 0-4
- ☐ 5-9
- ☐ 10-19
- ☐ 20-49
- ☐ 50-99
- ☐ 100-149
- ☐ 150-199
- ☐ 200-249
- ☐ 250-499
- ☐ 500 ou +

6. A.3. Qual é o volume de negócios/orçamento anual da organização/empresa? *

Assinale, p.f., a resposta correta.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 50.000 €
- ☐ 50.000/149.000 €
- ☐ 150.000/249.000 €
- ☐ 250.000/499.000 €
- ☐ 500.000/999.000 €
- ☐ 1.000.000/1.999.000€
- ☐ 2.000.000/4.999.000 €
- ☐ 5.000.000/9.999.000 €
- ☐ 10.000.000/49.999.000 €
- ☐ Mais de 50.000.000€

7. A.4. Qual o concelho de localização da sede da organização/empresa? *

Assinale, p.f., a resposta correta.

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Arcos de Valdevez
- ☐ Caminha
- ☐ Melgaço
- ☐ Monção
- ☐ Paredes de Coura
- ☐ Ponte da Barca
- ☐ Ponte de Lima
- ☐ Valença
- ☐ Viana do Castelo
- ☐ Vila Nova de Cerveira

8. A.5. Qual o código da CAE da atividade principal da organização/empresa? *

9. A.6. Por favor, selecione o domínio que corresponde à atividade principal da sua organização. *

(Se a atividade da empresa está relacionada com diversos setores, p.f. selecione o mais relevante. Na resposta às questões pode introduzir informação mais específica.)

Marcar apenas uma oval.

☐ Agroalimentar (Indústrias Alimentares; Produção Agrícola e Animal; Floricultura e Jardinagem; Silvicultura e Caça; Pescas) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 12.

☐ Energia e Ambiente (Eletricidade e Energia; Proteção do Ambiente) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 78.

☐ Artesanato e Ourivesaria Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 23.

☐ Comércio e Marketing Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 45.

☐ Construção Civil e Urbanismo Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 56.

☐ Cultura, Património e Produção de Conteúdos (Audiovisuais e Produção dos Media; Biblioteconomia, Arquivo e Documentação; História e Arqueologia) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 34.

☐ Indústrias Químicas, Cerâmica, Vidro e Outras Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 89.

☐ Informática, Eletrónica e Telecomunicações Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 100.

☐ Madeiras, Mobiliário e Cortiça Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 111.

☐ Metalurgia e Metalomecânica Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 122.

☐ Moda (Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 133.

☐ Serviços às Empresas (Finanças, Banca e Seguros; Contabilidade e Fiscalidade; Gestão e Administração; Secretariado e Trabalho Administrativo; Enquadramento na Organização/Empresa; Segurança e Higiene no Trabalho) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 155.

☐ Serviços Pessoais (Serviços Domésticos; Cuidados de Beleza) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 166.

☐ Saúde e Serviços à Comunidade (Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica; Saúde; Serviços de Apoio a Crianças e Jovens; Trabalho Social e Orientação; Proteção de Pessoas e Bens) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 144.

☐ Transportes e Logística (Comércio; Construção e Reparação de Veículos a Motor; Pescas; Serviços de Transporte) Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 67.

☐ Turismo e Lazer Após a última pergunta desta secção, passe para a pergunta 177.

10. A.7. A organização/empresa tem vários estabelecimentos? Assinale, p.f., a resposta correta. *

(Nota: Caso tenha assinalado “Sim, esta organização/empresa é um dos vários estabelecimentos que pertencem a uma empresa ou organização maior”, a resposta ao questionário deve ter como referência apenas os estabelecimentos da sua organização ou empresa localizados na região.)

Marcar apenas uma oval.

☐ Sim, esta organização/empresa é um dos vários estabelecimentos que pertencem a uma empresa ou organização maior

☐ Não, é uma organização/empresa que tem apenas um estabelecimento

B. Apreciação das competências dos trabalhadores

11. B.8. Como avalia globalmente as competências dos atuais trabalhadores da empresa/organização com formação de nível intermédio (9.º e 12.º ano de escolaridade)? *

(Escolha a opção de resposta mais adequada, considerando 1 como “nada desenvolvida” e 5 como “muito desenvolvida”).

Marcar apenas uma oval por linha.

| | 1 (Nada desenvolvida) | 2 (Pouco) | 3 (Razoavelmente) | 4 (desenvolvida) | 5 (Muito desenvolvida) |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|
| Leitura e escrita | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Cálculo | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Uso básico das TIC (tecnologias de informação e comunicação) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Línguas estrangeiras | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Planeamento e organização | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Trabalho em equipa | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Comunicação e relações interpessoais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Espírito de iniciativa e empreendedorismo | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Autonomia e responsabilidade | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Abertura/adaptação à mudança | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

Agroalimentar

12. B.9. Assinale, p.f., as qualificações/profissões (da lista abaixo disponibilizada) que registam maiores necessidades de melhoria das competências técnicas relacionadas com as funções assumidas no posto de trabalho. *

(A lista inclui qualificações/profissões que são comuns a todas as empresas/organizações e específicas do setor. Se considera que há outras qualificações/profissões que registam necessidades de melhoria das competências técnicas, p.f. preencha o campo "Outra:")
Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Operador/a Agrícola
- ☐ Operador/a Apícola
- ☐ Operador/a de Máquinas Agrícolas
- ☐ Operador/a de Pecuária
- ☐ Técnico/a de Gestão Equina
- ☐ Técnico/a de Produção Agropecuária
- ☐ Técnico/a de Vitivinícola
- ☐ Tratador/a/ Desbastador/a de Equinos
- ☐ Tratador/a de Animais em Cativeiro
- ☐ Operador/a de Jardinagem
- ☐ Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (Golf Keeper)
- ☐ Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes
- ☐ Motosserrista
- ☐ Operador/a Florestal
- ☐ Sapador/a Florestal
- ☐ Técnico/a de Gestão Cinegética
- ☐ Técnico/a de Máquinas Florestais
- ☐ Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais
- ☐ Operador/a Aquícola
- ☐ Técnico/a de Aquicultura
- ☐ Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos
- ☐ Operador/a de Transformação de Pescado
- ☐ Padeiro/a Pasteleiro/a
- ☐ Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar
- ☐ Outra: _____

13. B.10. Indique, p.f., as qualificações/profissões (no máximo de 4) em que considera ser mais difícil recrutar trabalhadores com competências adequadas às necessidades da empresa e refira, p.f., os motivos para essa dificuldade

Marcar apenas uma oval por linha.

| | Falta de mão de obra em quantidade | Falta de profissionais com o perfil profissional adequado | Outra |
|--|---------------------------------------|--|-----------------------|
| Operador/a Agrícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Apícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Máquinas Agrícolas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Pecuária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Gestão Equina | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Produção Agropecuária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Vitivinícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Tratador/a/ Desbastador/a de Equinos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Tratador/a de Animais em Cativeiro | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Jardinagem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (Golf Keeper) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Motosserrista | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Florestal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Sapador/a Florestal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Gestão Cínegica | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Máquinas Florestais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Aquícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Aquicultura | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Transformação de Pescado | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Padeiro/a Pasteleiro/a | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

14. Outra: Qual?

15. B.11. Como classifica as necessidades de melhoria das seguintes áreas funcionais da empresa/organização? *

Se a área funcional não tem relação com a atividade, p.f. assinale a opção “não se aplica”

Marcar apenas uma oval por linha.

| | Muito importantes | Importantes | Razoavelmente importantes | Pouco importantes | Não se aplica |
|---|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Gestão e planeamento estratégico do negócio | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Administração e contabilidade | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Imagem e comunicação | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Liderança e gestão da equipa | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Compras e gestão de stocks | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Manutenção | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Comercial e vendas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Atendimento e relação direta com o cliente | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Pós-venda | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Produção e prestação do serviço | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Investigação e desenvolvimento de novos produtos/serviços | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

C. Tendências do emprego nos próximos 2 anos

16. C.12. Tendo em consideração o recrutamento, estima vir a contratar trabalhadores nos próximos dois anos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não (passar para a pergunta C.15)

17. C.13. Assinale, p.f., os casos em que nos próximos dois anos prevê contratar trabalhadores

(A lista inclui qualificações/profissões que são comuns a todas as empresas/organizações e específicas do setor)

Marcar apenas uma oval por linha.

| | 1-3 | 4-6 | 7-10 | 11-20 | 21-50 | +50 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Operador/a Agrícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Apícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Máquinas Agrícolas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Pecuária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Gestão Equina | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Produção Agropecuária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Vitivinícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Tratador/a/ Desbastador/a de Equinos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Tratador/a de Animais em Cativeiro | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Jardinagem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (Golf Keeper) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Motoserrista | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Florestal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Sapador/a Florestal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Gestão Cinegética | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Máquinas Florestais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Aquícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Aquicultura | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Transformação de Pescado | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Padeiro/a Pasteleiro/a | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Outra | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

18. Outra: Qual?

19. C.14. Quais são as razões que justificam os recrutamentos previstos?

(Pode assinalar mais do que uma opção de resposta)

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Expansão da atividade
- ☐ Substituição de mão-de-obra
- ☐ Diversificação da atividade
- ☐ Outra: _____

20. C.15. Estima ter que reduzir o número de trabalhadores nos próximos 2 anos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não (passar para "Seguinte")

21. C.16. Indique, p.f., as qualificações/profissões em que nos próximos 2 anos prevê reduzir o número de trabalhadores?

(Assinale, no máximo, as 4 profissões/qualificações mais importantes)

Marcar apenas uma oval por linha.

| | 1-3 | 4-6 | 7-10 | 11-20 | 21-50 | +50 |
|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Operador/a Agrícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Apícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Máquinas Agrícolas | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Pecuária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Gestão Equina | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Produção Agropecuária | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Vitivinícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Tratador/a/ Desbastador/a de Equinos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Tratador/a de Animais em Cativeiro | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Jardinagem | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (Golf Keeper) | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Motoserrista | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Florestal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Sapador/a Florestal | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Gestão Cinegética | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Máquinas Florestais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a Aquícola | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Aquicultura | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Operador/a de Transformação de Pescado | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Padeiro/a Pasteleiro/a | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |
| Outra | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> | <input type="radio"/> |

22. Outra: Qual?

Passe para a pergunta 188.

Artesanato e Ourivesaria

1.2. CIM 3

LISTAGEM DAS ENTIDADES EMPREGADORAS PARA AS
QUAIS FOI REMETIDO O INQUÉRITO ONLINE

| NOME_EMPRESA | MUNICÍPIO_desc | CAE_DESC | CAE | ESCALÃO DE DIMENSÃO |
|--|-----------------------|--|-----|---------------------|
| M.J. SOUTO MADEIRAS, LDA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DOS SERVICOS RELACIONADOS COM A SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL | A | 1 a 4 |
| DIVILU - AGRICOLA E MADEIRAS, LDA | PONTE DE LIMA | AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL COMBINADAS | A | 1 a 4 |
| SOAFOS-SOCIEDADE AGRICOLA H.J.FILHOS,LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL COMBINADAS | A | 5 a 9 |
| ENCANTO NATURAL - AGRO-PECUARIA, LDA | PONTE DE LIMA | AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL COMBINADAS | A | 5 a 9 |
| CASA BARREIROS - SOC. AGRICOLA, LDA. | PONTE DE LIMA | AGRICULTURA E PRODUÇÃO ANIMAL COMBINADAS | A | 10 a 49 |
| CASTRO & CABERO, LDA. | PAREDES DE COURA | AQUICULTURA EM ÁGUAS DOCES | A | 10 a 49 |
| AVIROS - COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AVICOLAS, LDA | VALENÇA | AVICULTURA | A | 1 a 4 |
| BOUÇADA & ALVES, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | AVICULTURA | A | 1 a 4 |
| AMERICO FERNANDO PERES ALVES UNIPessoal, LDA | VALENÇA | criação de bovinos para produção de leite | A | 1 a 4 |
| AROMATICAS VIVAS,LDA | VIANA DO CASTELO | CULTURA DE ESPECIARIAS, PLANTAS AROMÁTICAS, MEDICINAIS E FARMACÊUTICAS | A | 10 a 49 |
| RAIZ DA TERRA PRODUCAO DE PLANTAS U | CAMINHA | CULTURA DE MATERIAIS DE PROPAGAÇÃO VEGETATIVA | A | 10 a 49 |
| TRILHOMIRTILO UNIP. LDA. | PONTE DA BARCA | CULTURA DE OUTROS FRUTOS EM ÁRVORES E ARBUSTOS | A | 1 a 4 |
| MARIA REIS & VITOR LOPES LDA. | PONTE DA BARCA | CULTURA DE OUTROS FRUTOS EM ÁRVORES E ARBUSTOS | A | 1 a 4 |
| HORTINOR - COMERCIO PRODUTOS AGRICOLAS, LDA | PONTE DE LIMA | CULTURA DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS | A | 10 a 49 |
| VIRGIN FLOWER - COMÉRCIO INTERNACIONAL DE FLORES, LDA. | VIANA DO CASTELO | CULTURA DE PRODUTOS HORTÍCOLAS, RAÍZES E TUBÉRCULOS | A | 10 a 49 |
| ESVEPORT, LDA | VALENÇA | OUTRAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, N.E. | A | 1 a 4 |
| VERDENEIVA - COMERCIO DE FLORES,LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS CULTURAS TEMPORÁRIAS, N.E. | A | 5 a 9 |
| B.P.L. BALEEIRA PESCAS, LDA | CAMINHA | PESCA EM ÁGUAS INTERIORES | A | 10 a 49 |
| IRMAOS BANDEIRA DA COSTA, LDA | VIANA DO CASTELO | PESCA MARÍTIMA | A | 5 a 9 |
| PESCARIAS GONDOMAR GONZALEZ E COVELO, LDA | VIANA DO CASTELO | PESCA MARÍTIMA | A | 10 a 49 |
| PESCARIAS EUREKA, LDA | CAMINHA | PESCA MARÍTIMA | A | 10 a 49 |
| PESCARIAS GONZALEZ PARADA, LDA. | VIANA DO CASTELO | PESCA MARÍTIMA | A | 10 a 49 |
| IRMÃOS FONTELA, LDA | VIANA DO CASTELO | PESCA MARÍTIMA | A | 10 a 49 |
| PLATEIÓASIS - EXPLORAÇÃO FLORESTAL LDA | MELGAÇO | SILVICULTURA E OUTRAS ACTIVIDADES FLORESTAIS | A | 5 a 9 |
| IMOCERVEIRA CONSTRUÇÃO E IMOBILIARIA LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | SILVICULTURA E OUTRAS ACTIVIDADES FLORESTAIS | A | 10 a 49 |
| LUÍS TAVEIRA - UNIPessoal, LDA | PONTE DA BARCA | SILVICULTURA E OUTRAS ACTIVIDADES FLORESTAIS | A | 10 a 49 |
| ABRIGUEIROS - PRODUÇÃO AGRÍCOLA E TURISMO, SA. | ARCOS DE VALDEVEZ | VITICULTURA | A | 1 a 4 |
| SAVAM- SOC. AGRC. VINHO ALV. MONÇÃO, LDA. | MONÇÃO | VITICULTURA | A | 5 a 9 |
| QUINTA DO PAÇO DE CALHEIROS - SOCIEDADE AGROTURISTICA, LDA | PONTE DE LIMA | VITICULTURA | A | 5 a 9 |
| CASAL DO PAÇO PADREIRO SOCIEDADE VITIVINICOLA, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | VITICULTURA | A | 5 a 9 |
| MARIA ANGELA PEIXOTO LIMA & FILHOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | EXTRACÇÃO DE ARGILAS E CAULINO | B | 1 a 4 |
| MOTAMINERAL-MINERAIS INDUSTRIAIS, S.A. | VIANA DO CASTELO | EXTRACÇÃO DE ARGILAS E CAULINO | B | 10 a 49 |
| IMNP-INDUSTRIA DE MINERACAO DO NORTE PORTUGAL, SA. | VIANA DO CASTELO | EXTRACÇÃO DE ARGILAS E CAULINO | B | 10 a 49 |
| EAGLE DEFENDER UNIPessoal LDA | PONTE DE LIMA | EXTRACÇÃO DE CORTIÇA, RESINA E APANHA DE OUTROS PRODUTOS FLORESTAIS, EXCEPTO MADEIRA | B | 10 a 49 |
| IRMAOS SOARES CERQUEIRA,LDA | MONÇÃO | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 1 a 4 |
| LUSOQUARRIES, LDA | MONÇÃO | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 1 a 4 |
| INDUSTRIAL EXPLORª. GRANITOS STª. OVIDIO, LDA | PONTE DE LIMA | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 5 a 9 |
| CABALEIRO NOGUEIRA & FERNANDES,LDA. | VALENÇA | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 5 a 9 |
| FELIX AMORIM & FILHOS,LDA | MONÇÃO | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 5 a 9 |
| BRITEVI - EXPLORAÇÃO DE INERTES S A | VIANA DO CASTELO | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 5 a 9 |
| EXIGRAPEL-EXP. IND.GRAN.PEDRA PED L | PONTE DE LIMA | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 10 a 49 |
| GRANITOS S. MARTINHO, SOC. UNIPessoal, LDA. | MONÇÃO | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 10 a 49 |
| IRMAOS AMORIM,LDA | MONÇÃO | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 10 a 49 |
| LIMA AMORIM, GRANITOS E CONSTRUÇÕES, UNIPessoal LD | PONTE DE LIMA | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 10 a 49 |
| VITRIPEDRAS - UNIPessoal, LDA. | PONTE DE LIMA | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 10 a 49 |
| GRANIFINAS - EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS,LDA | PONTE DE LIMA | EXTRACÇÃO DE GRANITO ORNAMENTAL E ROCHAS SIMILARES | B | 50 a 99 |
| FORMA REDONDA - BRITAGEM, LDA | VALENÇA | EXTRACÇÃO DE SAIBRO, AREIA E PEDRA BRITADA | B | 1 a 4 |
| AREIAS E BRITAS DA BARCA, LDA. | PONTE DA BARCA | EXTRACÇÃO DE SAIBRO, AREIA E PEDRA BRITADA | B | 5 a 9 |
| GRAVALIMA - GRANITOS DO VALE DO LIMA | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES DOS SERVIÇOS RELACIONADOS COM AS INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS | B | 10 a 49 |
| SALVAR TRAPUS - UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE ACABAMENTO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO | C | 1 a 4 |
| TINTEX TEXTILES, SA | VILA NOVA DE CERVEIRA | BRANQUEAMENTO E TINGIMENTO | C | 50 a 99 |
| CARDOSO COSTA & GONCALVES, LDA. | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| CONFECÇOES MACIEL & MOREIRA, LDA. | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| CONFECÇOES COSTA VERDE, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-------------|
| RUPOM - INDUSTRIA MALHA E CONFECÇÕES, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| J. ARAUJO & GONÇALVES - CONFECÇÕES, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| NEIGOTEX - CONFECÇOES, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| CONFECÇAO GINA, LDA | PONTE DE LIMA | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| RAMOS CAMPOS UNIPessoal, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| CONFECÇOES ENGRACIA & MARQUES, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| CONFECÇÕES ARGACOSA UNIPessoal, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| MIMOS DE INVERNO - CONFECÇAO VESTUARIO LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| LAGOA & BARROSO, LDA | CAMINHA | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| JP TEXTEIS, LDA | PONTE DE LIMA | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 10 a 49 |
| S. J. TEXTEIS, S.A. | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 50 a 99 |
| NEIVA S.ROMAO-TEXTEIS, LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 50 a 99 |
| J RIO & RIO INDUSTRIA TEXTIL LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 50 a 99 |
| AFONSO-PRODUCAO DE VESTUARIO, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 100 a 249 |
| LUIS BRITO TEXTEIS, LDA. | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE | C | 100 a 249 |
| AGLUTEX - FABRICA DE CONFECÇÃO, LDA. | MONÇÃO | CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR POR MEDIDA | C | 50 a 99 |
| RESTAURANTE ZEJA CARQUEIJA LDA | VIANA DO CASTELO | CONFECÇÃO DE REFEIÇÕES PRONTAS A LEVAR PARA CASA | C | 10 a 49 |
| PRALISA - PRODUTOS ALIMENTARES E PESCAS, S.A. | VILA NOVA DE CERVEIRA | CONGELAÇÃO DE PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA | C | 100 a 249 |
| BROWNING VIANA, FÁBRICA DE ARMAS E ARTIGOS DE DESPORTO, S.A. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ARMAS DE CAÇA, DE DESPORTO E DEFESA | C | 250 a 499 |
| ANTAGRANITOS, LDA | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E. | C | 5 a 9 |
| GALPEDRAS-IND.TRANS.P.PORTUGAL, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E. | C | 10 a 49 |
| CUPA PEDRAS, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E. | C | 10 a 49 |
| GRANIDIOMAR- TRANSFORMAÇÃO DE GRANITOS, LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E. | C | 10 a 49 |
| FELICIANO SOARES - GRANITOS DE PONTE DE LIMA, LDA. | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E. | C | 50 a 99 |
| LIMIANA GRANITOS LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MÁRMORE E DE ROCHAS SIMILARES | C | 1 a 4 |
| MARMOREIRA - MÁRMORES E GRANITOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE MÁRMORE E DE ROCHAS SIMILARES | C | 1 a 4 |
| SUAVECEL - INDUSTRIA TRANSFORMADORA DE PAPEL, SA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PAPEL PARA USO DOMÉSTICO E SANITÁRIO | C | 100 a 249 |
| ESTORES E CAIXILHARIA ARMINDO UNIPessoal, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PLÁSTICO PARA A CONSTRUÇÃO | C | 1 a 4 |
| SAFE LIFE - IND. DE COMPONENTES DE SEGURANÇA AUTOMÓVEL, S.A. | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO | C | 250 a 499 |
| COINDU COUTURE, UNIPessoal LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS VIAGEM E DE USO PESSOAL, DE MARROQUINARIA, DE CORREEIRO E DE SE C | C | 50 a 99 |
| ATEPELI -ATELIERS DE PONTE DE LIMA S.A. | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE ARTIGOS VIAGEM E DE USO PESSOAL, DE MARROQUINARIA, DE CORREEIRO E DE SE C | C | 250 a 499 |
| KELLOKYA- INDÚSTRIA COMÉRCIO CALÇADO, LDA. | PAREDES DE COURA | FABRICAÇÃO DE CALÇADO | C | 10 a 49 |
| ECCO-CONFORTO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE CALÇADO, LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE CALÇADO | C | 100 a 249 |
| MEPHISTO PORTUGUESA-FAB.CALCADO, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE CALÇADO | C | 250 a 499 |
| LOPEZ & RICO LDA | VALENÇA | FABRICAÇÃO DE CALDEIRAS E RADIADORES PARA AQUECIMENTO CENTRAL | C | 10 a 49 |
| POLIGAL PORTUGAL, UNIPessoal LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | FABRICAÇÃO DE CHAPAS, FOLHAS, TUBOS E PERFIS DE PLÁSTICO | C | 100 a 249 |
| ALFOS-FABRICO DE SOLAS E ACESS.LDA | PAREDES DE COURA | FABRICAÇÃO DE COMPONENTES PARA CALÇADO | C | 10 a 49 |
| BISNAPLAST, LDA | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS METÁLICAS LIGEIRAS | C | 50 a 99 |
| C. C. CABLERIAS MANUFACTURING UNIPessoal LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E ELECTRÓNICO PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 10 a 49 |
| VALFORJADO INDUSTRIA DE VALVULAS UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E PNEUMÁTICO | C | 5 a 9 |
| ALUMICAMINHA-ESTRUTURAS METÁLICAS, LDA. | CAMINHA | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 5 a 9 |
| ENGRENAGEM - CONST. MECANICA ENGRENAGENS, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 10 a 49 |
| METALOCAMINHA-METALOMECÂNICA, LDA | CAMINHA | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 10 a 49 |
| S S - SOLDASTEEL UNIPessoal, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 10 a 49 |
| DEXTER TECHNOLOGIES, S.A. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 10 a 49 |
| METALOVIANA - METALÚRGICA DE VIANA, S.A. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 50 a 99 |
| ARYTUBO-CONST.REP.MONT.TUBAGENS, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 50 a 99 |
| WEST SEA ESTALEIROS NAVAIS, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÕES METÁLICAS | C | 100 a 249 |
| PIROTECNIA DE BARBEITA LDA. | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE EXPLOSIVOS E ARTIGOS DE PIROTECNIA | C | 10 a 49 |
| EZPELETA PORTUGAL - MOVEIS JARDIM, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE GUARDA-SÓIS E CHAPÉUS DE CHUVA | C | 50 a 99 |
| ENERCONPOR ENERG.RENOV.PORTUGAL,SOC.UNIPESS.LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE MOTORES E TURBINAS,EXC. MOTORES P/AERONAVES, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLO C | C | 50 a 99 |
| ENEOP 3 DESENVOLVIMENTO PROJECTO INDUSTRIAL, SA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE MOTORES E TURBINAS,EXC. MOTORES P/AERONAVES, AUTOMÓVEIS E MOTOCICLO C | C | 500 ou mais |
| VAL DO PAÇO-CARPINTARIA E ACABAMENTOS, LDA. | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO | C | 1 a 4 |
| ESCAMOVEL, LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO | C | 5 a 9 |
| AMÉRICO ESTEVES & FILHOS, LDA | PONTE DA BARCA | FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO | C | 10 a 49 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-------------|
| CARPINT.IRMAOS PINTO DA SILVA,LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO | C | 10 a 49 |
| JOSE MACIEL & FILHO, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO | C | 10 a 49 |
| PALMABEL - INDUSTRIA ARTIGOS DE MADEIRA,LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE MADEIRA | C | 10 a 49 |
| SIMONE AFONSO - CRIAÇÕES, LDA | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO DE MALHA | C | 1 a 4 |
| INOPLA, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PLÁSTICO, N.E. | C | 10 a 49 |
| VALVERIBERICA, UNIPessoal, LDA | PAREDES DE COURA | FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PLÁSTICO, N.E. | C | 50 a 99 |
| DOURECA - PRODUTOS PLASTICOS, LDA. | PAREDES DE COURA | FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PLÁSTICO, N.E. | C | 100 a 249 |
| SUIDO AUTOMOCION, LDA | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 5 a 9 |
| SERILUSA-DECORACOES PLASTICAS, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 50 a 99 |
| GRUPO ANTOLIN LUSITÂNIA - COMPONENTES AUTOMÓVEL, S.A. | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 100 a 249 |
| GRUPO ANTOLIN VALENÇA COMP. AUTOMOVÉL SOC. UNIPessoal, LDA | VALENÇA | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 100 a 249 |
| MGI COUTIER LUSITÂNIA, UNIPessoal LDA. | PAREDES DE COURA | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 100 a 249 |
| GESTAMP CERVEIRA, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 250 a 499 |
| SAFEBAG - INDUSTRIA COMPONENTES DE SEGURANÇA AUTOMOVEL SA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 250 a 499 |
| BORGWARNER EMISSIONS SYSTEMS PORTUGAL, UNIPessoal, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 250 a 499 |
| D.M.P.- DALPHIMETAL PORTUGAL, S.A. | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE OUTROS COMPONENTES E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | C | 500 ou mais |
| ESSEX PORTUGAL UNIPessoal LDª | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS FIOS E CABOS ELÉCTRICOS E ELECTRÓNICOS | C | 50 a 99 |
| CERGOLD INDÚSTRIAS, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES DIVERSOS, N.E. | C | 10 a 49 |
| GRANIBARCA - GRANITOS DA BARCA, LDA. | PONTE DA BARCA | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BETÃO, GESSO E CIMENTO | C | 1 a 4 |
| 2008-AFLEX PORTUGAL-INDUSTRIA BORRACHAS, LDA | MELGAÇO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BORRACHA,N.E. | C | 50 a 99 |
| UCHIYAMA PORTUGAL VEDANTES, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE BORRACHA,N.E. | C | 250 a 499 |
| FANDIÑO & COSTA, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E. | C | 1 a 4 |
| ALVES LOURENÇO & ROCHA LDª | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E. | C | 5 a 9 |
| VCM-VALDEMAR CACHINA DE MORAIS, METALURGICA, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E. | C | 5 a 9 |
| FERNANDO BOUCINHA MACEDO & FILHOS, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E. | C | 5 a 9 |
| MIND - MONTAGENS MECÂNICAS INDUSTRIAIS LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E. | C | 10 a 49 |
| RECUPERADORES PACHINHA, LDA | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E. | C | 10 a 49 |
| EUROPA&C KRAFT VIANA, S.A. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE PAPEL E DE CARTÃO (EXCEPTO CANELADO) | C | 250 a 499 |
| ARTUR MANUEL MARTINS PAIS, UNIPessoal, LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL | C | 1 a 4 |
| PORTANCORA, PAINEIS ALUMINIO , LDA | CAMINHA | FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL | C | 5 a 9 |
| VMBF - ALUMINIOS LOUSADA, UNIPessoal, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL | C | 5 a 9 |
| PERFILIMA - INDÚSTRIA DE FERRO E ALUMINIOS, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL | C | 10 a 49 |
| RODRIPRES- SERRALHARIA CIVIL, LDA. | MONÇÃO | FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL | C | 10 a 49 |
| SALSICHARIA LIMIANA, LDA | PONTE DE LIMA | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS À BASE DE CARNE | C | 100 a 249 |
| ABRESSA-ABRASIVOS DE PORTUGAL, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ABRASIVOS | C | 10 a 49 |
| J DINIS & FILHOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE CONFEITARIA | C | 10 a 49 |
| SERRALHARIA S. PEDRO, LDA. | VALENÇA | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FORJADOS, ESTAMPADOS E LAMINADOS | C | 1 a 4 |
| SERRALHARIA VIANINHA, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FORJADOS, ESTAMPADOS E LAMINADOS | C | 10 a 49 |
| DOBRALMINO - CAIXILHARIA, LDA | PONTE DA BARCA | FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FORJADOS, ESTAMPADOS E LAMINADOS | C | 10 a 49 |
| EUROCHEMICALS PORTUGAL SA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE RESINOSOS E SEUS DERIVADOS | C | 10 a 49 |
| ILHAPOR LINHAS TRANSMISSAO PROPULSAO,LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FABRICAÇÃO DE ROLAMENTOS, DE ENGRENAGENS E DE OUTROS ORGÃOS DE TRANSMISSÃO | C | 100 a 249 |
| VIANATECE - ARTESANATO E TECELAGEM, LDA. | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO DE TAPETES E CARPETES | C | 50 a 99 |
| CERTIQUADROS - QUADROS ELÉCTRICOS, UNIPessoal, LDA | VIANA DO CASTELO | FABRICAÇÃO MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO E DE CONTROLO P/ INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DE BAIXA TENSÃO | C | 1 a 4 |
| EUROCAST PORTUGA SA | ARCOS DE VALDEVEZ | FUNDIÇÃO DE METAIS LEVES | C | 50 a 99 |
| FUNDILUSA FUNDICOES PORTUGUESAS, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | FUNDIÇÃO DE OUTROS METAIS NÃO FERROSOS | C | 50 a 99 |
| FORBES - ARTES GRÁFICAS, LDA | VALENÇA | OUTRA IMPRESSÃO | C | 5 a 9 |
| GRAFICA BARROSELAS, LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRA IMPRESSÃO | C | 5 a 9 |
| COOP.ART.REV.V.AUTO S.PEDRO TORRE,CRL | VALENÇA | OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DIVERSAS, N.E. | C | 10 a 49 |
| COOP.ARTESANAL REVEST.VOLANTES AUTO SAPARDOS,CRL | VILA NOVA DE CERVEIRA | OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DIVERSAS, N.E. | C | 10 a 49 |
| COOP. ART.REVEST.VOLANTES AUTO DEM,C.R.L. | CAMINHA | OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DIVERSAS, N.E. | C | 10 a 49 |
| ACCO BRANDS PORTUGUESA, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS DIVERSAS, N.E. | C | 100 a 249 |
| SOUSA BAPTISTA & TAVARES, LDA. | VIANA DO CASTELO | PANIFICAÇÃO | C | 1 a 4 |
| PAMEL PANIFICADORES DE MELGAÇO, LDA | MELGAÇO | PANIFICAÇÃO | C | 5 a 9 |
| PADARIA ESTRELA DO NORTE, LDA. | MELGAÇO | PANIFICAÇÃO | C | 5 a 9 |
| CARLOS ALBERTO L.GUERREIRO-UNIPessoal, LDA. | CAMINHA | PANIFICAÇÃO | C | 5 a 9 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-----------|
| PALCOURA PANIFICACAO ALTO COURA,LDA | PAREDES DE COURA | PANIFICAÇÃO | C | 10 a 49 |
| PANIFICADORA ARCUENSE, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | PANIFICAÇÃO | C | 10 a 49 |
| FERNANDES & ALVES, LDA | VIANA DO CASTELO | PANIFICAÇÃO | C | 10 a 49 |
| PADARIA DA FOZ, LDA. | VIANA DO CASTELO | PANIFICAÇÃO | C | 10 a 49 |
| PANIFICADORES REUNIDOS DE MONÇÃO, LDA. | MONÇÃO | PANIFICAÇÃO | C | 50 a 99 |
| PANILIMA | PONTE DE LIMA | PANIFICAÇÃO | C | 50 a 99 |
| CAMIPÃO SA | CAMINHA | PANIFICAÇÃO | C | 100 a 249 |
| CONCEICAO LOPES-PADARIA, PASTEL, LDA | PONTE DE LIMA | PASTELARIA | C | 5 a 9 |
| NOSSAS ALEGRIAS, LDA | VIANA DO CASTELO | PASTELARIA | C | 5 a 9 |
| DOCEREVELAÇÃO - PASTELARIA UNIPESSOAL, LDA | VIANA DO CASTELO | PASTELARIA E CASAS DE CHÁ | C | 5 a 9 |
| PAULO & CLÁUDIA M. F., LDA | VALENÇA | PASTELARIA E CASAS DE CHÁ | C | 5 a 9 |
| ESTEVES & CUNHA,LDA. | VALENÇA | PASTELARIA E CASAS DE CHÁ | C | 10 a 49 |
| CCA PAPO SECO - PASTELARIA, UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | PASTELARIA E CASAS DE CHÁ | C | 10 a 49 |
| ATMOSFERA REKINTADA, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | PASTELARIA E CASAS DE CHÁ | C | 10 a 49 |
| AMEADELLA - PASTELARIA, LDA | VIANA DO CASTELO | PASTELARIA E CASAS DE CHÁ | C | 50 a 99 |
| MAR IBÉRICA S.A. | VALENÇA | PREPARAÇÃO DE PRODUTOS DA PESCA E DA AQUICULTURA | C | 100 a 249 |
| BRUNO RODRIGUES UNIPESSOAL, LDA | MONÇÃO | PRODUÇÃO DE GELO | C | 1 a 4 |
| ADEGA COOPERATIVA DE PONTE DE LIMA ,CRL | PONTE DE LIMA | PRODUÇÃO DE VINHOS COMUNS E LICOROSOS | C | 10 a 49 |
| QUINTAS DE MELGAÇO - AGRICULTURA E TURISMO, S. A. | MELGAÇO | PRODUÇÃO DE VINHOS COMUNS E LICOROSOS | C | 10 a 49 |
| EWG PARQUES EÓLICOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA, LDA | VIANA DO CASTELO | REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | C | 250 a 499 |
| ACOSIBER - PINTURA AERONÁUTICA - UNIPESSOAL, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS | C | 50 a 99 |
| LACOVIANA - TRAT. E LAC. ALUMÍNIOS DE VIANA, LDA | VIANA DO CASTELO | TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS | C | 100 a 249 |
| SARRELIBER - TRANSF. PLÁSTICOS E METAIS, SA | ARCOS DE VALDEVEZ | TRATAMENTO E REVESTIMENTO DE METAIS | C | 250 a 499 |
| EMP. EÓLICOS CERVEIRENSES, SA | VILA NOVA DE CERVEIRA | PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE DE ORIGEM EÓLICA, GEOTÉRMICA, SOLAR E DE ORIGEM, N.E. | D | 1 a 4 |
| EMP. EOLICOS DA ESPIGA, SA | CAMINHA | PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE DE ORIGEM EÓLICA, GEOTÉRMICA, SOLAR E DE ORIGEM, N.E. | D | 1 a 4 |
| VENTOMINHO, ENERGIAS RENOVAVEIS, SA | MELGAÇO | PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE DE ORIGEM EÓLICA, GEOTÉRMICA, SOLAR E DE ORIGEM, N.E. | D | 1 a 4 |
| EMPREENDIMENTOS EOLICOS DO VALE DO MINHO, S.A. | MONÇÃO | PRODUÇÃO DE ELECTRICIDADE DE ORIGEM EÓLICA, GEOTÉRMICA, SOLAR E DE ORIGEM, N.E. | D | 5 a 9 |
| CLIMONÇÃO PRODUÇÃO DE VAPOR LDA | MONÇÃO | PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE VAPOR, ÁGUA QUENTE E FRIA E AR FRIO P/CONDUTA | D | 1 a 4 |
| FUROS DE ÁGUA SIMPLICIO & FILHOS, LDA. | PONTE DE LIMA | CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA | E | 1 a 4 |
| MINHOAGUAS, LDA | PONTE DE LIMA | CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA | E | 10 a 49 |
| QUEIRÓS & VALE - RECOLHA DE RESÍDUOS PARA A RECICLAGEM, LDA | VIANA DO CASTELO | DESCONTAMINAÇÃO E ACTIVIDADES SIMILARES | E | 1 a 4 |
| RCR RECUPERAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE RESIDUOS UNIPESSOAL LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | DESMANTELAMENTO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, EM FIM DE VIDA | E | 10 a 49 |
| ECOFREIXO-REC.CONSUM.INFOR.UNIPESSOAL, LDA | VALENÇA | RECOLHA DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS | E | 1 a 4 |
| ERNESTO JOAQUIM VELOSO PEREIRA, UNIPESSOAL LDA | PONTE DA BARCA | TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS | E | 1 a 4 |
| FERTIL COM - GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE RESIDUOS LDA | PONTE DE LIMA | TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS | E | 1 a 4 |
| VALORMINHO-VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESIDUOS SÓLIDOS, S.A | VALENÇA | TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS | E | 10 a 49 |
| RESULIMA-VALORIZAÇÃO E TRAT.RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A. | VIANA DO CASTELO | TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE OUTROS RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS | E | 50 a 99 |
| LYRSA-RECICLAGENS INDUSTRIAIS,UNIPESSOAL,LDA | VALENÇA | VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS METÁLICOS | E | 5 a 9 |
| MARCO DE SÁ - CONSTRUÇÕES, UNIPESSOAL, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE COLOCAÇÃO DE COBERTURAS | F | 1 a 4 |
| DOMINGOS CORREIA - SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA | PONTE DE LIMA | ACTIVIDADES DE COLOCAÇÃO DE COBERTURAS | F | 1 a 4 |
| NORTALUGA - ALUGUER DE EQUIPAMENTOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | ALUGUER DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS P/CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA CIVIL | F | 10 a 49 |
| JOSE CUNHA & CUNHA, LDA. | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| CONLUZI-CONT.CIV.OB.PUBL.INV.PRO.IMO,LDA | MONÇÃO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| CONSTRUCOES ARLINDO PINTO CARNEIRO, LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| ALBERTO DA ROCHA FERNANDES UNIPESSOAL, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| ESPLENDOR & MAGIA,LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| MANUEL CERQUEIRA, UNIPESSOAL, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| INOVABRY CONSTRUÇÃO UNIPESSOAL, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 1 a 4 |
| ROCHA, AGUIAR & ROCHA, LDA. | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| OUTEIRO & ESTEVES,LDA | MELGAÇO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| J. BARBOSA & C. SILVA, LDA. | PONTE DA BARCA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| JOSE FERNANDES DA ROCHA & FILHOS, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| REBOCOLIMA CONSTRUCOES LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| IMOPERAL, SOCIEDADE DE CONSTRUCOES LDA | PONTE DA BARCA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| CONSTRUCOES MANUEL CHAVES UNIPESSOAL, LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |

| | | | | |
|--|-----------------------|--|---|-----------|
| PROJECTOMINHO - GESSOS E REBOCOS, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| OBRISOUSA - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, LDA. | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| EFICAZIMPACTO, LDA | MONÇÃO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| JOSÉ AUGUSTO DE BRITO ARAÚJO, CONSTRUÇÕES, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| GERAÇÃOVERTICAL-CONST.CIVIL OBRAS PÚBLICAS, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 5 a 9 |
| A.VENTURA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES DO MINHO,LDA. | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| HABILITIMA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A. | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| ILHA & ILHA LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| RUSTICASA CONSTRUCOES, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| JOÃO RODRIGUES AFONSO & Cª. LDA. | CAMINHA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| LALIPER-SOCIED. DE CONSTRUÇOES, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| JORGE SOUSA - CONSTRUÇOES, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| PREDILETHES - CONSTRUÇÕES, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| JOAO JOSE ALVES CONSTRUÇOES, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| QUEIRAS E XEDAS CONSTRUÇOES, LDA | PAREDES DE COURA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| CONSTRUÇOES REFOIENSE, LDA. | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| RAUL,JESUS & BARBOSA,LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| VIACIMEL-ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, LDA. | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| FBU CONSTRUÇÕES - UNIPESSOAL, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| PLANO MINHO, UNIPESSOAL, LDA | PAREDES DE COURA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| CONSTRUÇÕES TRAVESSAS DO LIMA, LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| BUILDINGBAT - CONSTRUÇÃO E ENGENHARIA, LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 10 a 49 |
| CARLOS JOSE FERNANDES & CA LDA | CAMINHA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 50 a 99 |
| NUNO & PEREIRA - CONST.CIVIL,LDA | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 50 a 99 |
| AGOSTINHO LIMA & CERQUEIRA, LDA. | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 100 a 249 |
| DISAGLIMA, LDA. | PONTE DE LIMA | CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS (RESIDENCIAIS E NÃO RESIDENCIAIS) | F | 100 a 249 |
| BRUNSWICK MARINE - EMEA OPERATIONS, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES DE RECREIO E DESPORTO | F | 100 a 249 |
| SRB-CONSTRUÇÕES, LDA | PONTE DA BARCA | CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E PISTAS DE AEROPORTOS | F | 1 a 4 |
| COOP. CONST. CIVIL A CONDESSA VILARMOURENSE, CRL | CAMINHA | CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, N.E. | F | 5 a 9 |
| JOSE ABREU ENES DA LAGE & IRMAO, LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, N.E. | F | 10 a 49 |
| BOAVENTURA & BOAVENTURA,LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, N.E. | F | 10 a 49 |
| BALTOR - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ,LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, N.E. | F | 10 a 49 |
| ADRIANO FELGUEIRAS - SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES, LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE PONTES E TÚNEIS | F | 10 a 49 |
| IRMÃOS PEIXOTO, LDA. | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTE DE ÁGUAS, DE ESGOTOS E DE OUTROS FLUIDOS | F | 10 a 49 |
| RENCAD - CONSTRUÇÃO CIVIL E MONTAGENS ELÉCTRICAS, LDA | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTE E DISTRIB.ELECTRICIDADE E REDES DE TELECOMUNICAÇÃO | F | 10 a 49 |
| ELECTRO-MINHO,LDA. | VIANA DO CASTELO | CONSTRUÇÃO DE REDES DE TRANSPORTE E DISTRIB.ELECTRICIDADE E REDES DE TELECOMUNICAÇÃO | F | 100 a 249 |
| GONDES,TECTOS E DECORACAO,LDA | VIANA DO CASTELO | ESTUCAGEM | F | 1 a 4 |
| F.S. COSTA EQUIPAMENTOS TERMICOS, LDA | VIANA DO CASTELO | INSTALAÇÃO DE CANALIZAÇÕES | F | 1 a 4 |
| ANTONIO SOUSA GOMES UNIPESSOAL LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | INSTALAÇÃO DE CANALIZAÇÕES | F | 1 a 4 |
| AQUECIMINHO, LDA | MONÇÃO | INSTALAÇÃO DE CANALIZAÇÕES | F | 10 a 49 |
| LUIS AMORIM, UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | INSTALAÇÃO DE CANALIZAÇÕES | F | 10 a 49 |
| VICTOR VIVO ELECTRICIDADE, UNIPESSOAL.LDA | CAMINHA | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 1 a 4 |
| VITOR HUGO ARAÚJO, UNIPESSOAL, LDA | MONÇÃO | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 1 a 4 |
| CRISTIANO & MANUEL FERNANDES, LDA | PONTE DE LIMA | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 5 a 9 |
| ROBERTO GONÇALVES - INSTALAÇÕES ELETRICAS UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 5 a 9 |
| E.G. - ELECTRICIDADE GERAL, LDA | VIANA DO CASTELO | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 10 a 49 |
| I.E.N. - INSTALAÇÕES ELECTROMECAÑICAS DO NORTE, LDA | VIANA DO CASTELO | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 10 a 49 |
| JOÃO CERQUEIRA PEREIRA, LDA. | PONTE DA BARCA | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 10 a 49 |
| CARLOS MARTINS-UNIPESSOAL, LDA. | VIANA DO CASTELO | INSTALAÇÃO ELÉCTRICA | F | 10 a 49 |
| FERNANDES ROCHA & ALPOIM, LDA | VALENÇA | MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA | F | 5 a 9 |
| MALTEZ & IRMAO,CARPINTARIA,LDA. | VIANA DO CASTELO | MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA | F | 5 a 9 |
| REMATEREQUINTE, LDA | PONTE DE LIMA | MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA | F | 5 a 9 |
| CARPINTARIA ROCHA,LDA. | VIANA DO CASTELO | MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA | F | 10 a 49 |
| JORJOPLACA - TECTOS FALSOS E DIVISORIAS, LDA | PONTE DE LIMA | MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA | F | 10 a 49 |
| CONSTRUCOES PENHA ALVES, LDA | PONTE DE LIMA | MONTAGEM DE TRABALHOS DE CARPINTARIA E DE CAIXILHARIA | F | 10 a 49 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-----------|
| ESCAVASER, UNIPESSOAL, LDA. | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO DIVERSAS, N.E. | F | 5 a 9 |
| INVENTACTION UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO DIVERSAS, N.E. | F | 10 a 49 |
| PRISMA DAS COISAS - CONSTRUÇÕES LDA | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES ESPECIALIZADAS DE CONSTRUÇÃO DIVERSAS, N.E. | F | 10 a 49 |
| LOPES VIEIRA- PINTOR EDIFICIOS, LDA | PONTE DE LIMA | PINTURA E COLOCAÇÃO DE VIDROS | F | 5 a 9 |
| RAUL PAULO RODRIGUES ALMEIDA, UNIP, LDA | CAMINHA | PINTURA E COLOCAÇÃO DE VIDROS | F | 10 a 49 |
| LUCRICARISMA - CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGENS UNIPESSOAL LDA | VALENÇA | PREPARAÇÃO DOS LOCAIS DE CONSTRUÇÃO | F | 5 a 9 |
| COELHO GOMES & FILHOS LDª | VIANA DO CASTELO | PREPARAÇÃO DOS LOCAIS DE CONSTRUÇÃO | F | 10 a 49 |
| JOAO PEDRO GONCALVES-PAV.UNIP., LDA | PONTE DE LIMA | REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES | F | 1 a 4 |
| AJUSTADO NIVEL DIV. TECTOS FALSOS LDA | PONTE DE LIMA | REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES | F | 1 a 4 |
| CONSTRUSPORT-CONST.CIVIL OBRAS PUBL.,LDA | VIANA DO CASTELO | REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES | F | 10 a 49 |
| CIM - COMPANHIA INTERNACIONAL DE MÁRMORES, S.A. | VIANA DO CASTELO | REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES | F | 10 a 49 |
| CAPTA FORMAS, LDA. | PONTE DA BARCA | REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES | F | 10 a 49 |
| PÁGINAS DE PEDRA UNIPESSOAL, LDA. | VIANA DO CASTELO | REVESTIMENTO DE PAVIMENTOS E DE PAREDES | F | 10 a 49 |
| XYZ - COMPONENTES UNIPESSOAL, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE MECÂNICA EM GERAL | G | 1 a 4 |
| SERVILOCAL - SERVIÇOS METALOMACANICOS, LDA | PONTE DE LIMA | ACTIVIDADES DE MECÂNICA EM GERAL | G | 5 a 9 |
| PEIXOTO DA BALINHA, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE MECÂNICA EM GERAL | G | 10 a 49 |
| POLICENCIAS CONTRACTORS - SUBCONTR. METAL. S.A. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE MECÂNICA EM GERAL | G | 100 a 249 |
| SANITOP-MATERIAL SANITARIO, LDA | VIANA DO CASTELO | AGENTES COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO | G | 100 a 249 |
| VILAS & CUNHA,LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | AGENTES COMÉRCIO POR GROSSO DE TÊXTEIS, VESTUÁRIO, CALÇADO E ARTIGOS DE COURO | G | 1 a 4 |
| DISTRIRUMO-COMERCIO E DISTRIB. DE VESTUARIO,LDA | VIANA DO CASTELO | AGENTES COMÉRCIO POR GROSSO DE TÊXTEIS, VESTUÁRIO, CALÇADO E ARTIGOS DE COURO | G | 10 a 49 |
| EXOTICOS DOS ARCOS - UNIPESSOAL LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | COMÉRCIO A RETALHO DE ANIMAIS DE COMPANHIA E RESPECTIVOS ALIMENTOS, EM EST.ESPECIAL. | G | 1 a 4 |
| AVIARMADA-COMERCIO DE PROD.AVICOLAS,LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 10 a 49 |
| ELVITALHOS - COMERCIO DE CARNES, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE CARNE E PRODUTOS À BASE DE CARNE, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 10 a 49 |
| LOPES & CRUZ, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE CARPETES,TAPETES,CORTIN,REVEST.P/PAREDES,PAVIMENTOS, EM EST.ES | G | 5 a 9 |
| PACO RODRIGUES & FILHOS, LDA. | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO DOMÉSTICO, EM EST.ESPECIAL. | G | 5 a 9 |
| PETROPNEUS-ANTÓNIO R.OLIVEIRA AMARAL & FILHO, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL P/VEÍCULOS A MOTOR, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 10 a 49 |
| OTAPOR - LAVAGEM E COMBUSTIVEIS P AUTOMÓVEIS,S.A. | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL P/VEÍCULOS A MOTOR, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 10 a 49 |
| ANTONIO MARTINS & FILHOS II, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL P/VEÍCULOS A MOTOR, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 10 a 49 |
| ANTONIO MARTINS & FILHOS, LDA. | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE COMBUSTÍVEL P/VEÍCULOS A MOTOR, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 50 a 99 |
| NORTEIA - SISTEMAS INFORMATICOS, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE COMPUTADORES,UN.PERIFÉRICAS E PROG.INFORMÁTICOS,EM EST.ESPEC | G | 1 a 4 |
| CORREIA E MIRANDA, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE ELECTRODOMÉSTICOS, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 1 a 4 |
| ELECTRO-GALER - ELECTRODOMESTICOS, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | COMÉRCIO A RETALHO DE ELECTRODOMÉSTICOS, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 5 a 9 |
| MOONVOICE - UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 1 a 4 |
| J GONÇALVES & Cª, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | COMÉRCIO A RETALHO DE FERRAGENS E DE VIDRO PLANO, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 1 a 4 |
| VIDROPONTE- COMÉRCIO DE VIDRO, LDA. | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE FERRAGENS E DE VIDRO PLANO, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 5 a 9 |
| FLOR DE VALENÇA, LDA | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO DE FLORES, PLANTAS, SEMENTES E FERTILIZANTES, EM EST.ESPECIAL. | G | 5 a 9 |
| UNIÃO LOJAS DE BRINQUEDOS-UNIPESSOAL, LDA. | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO DE JOGOS E BRINQUEDOS, EM EST.ESPECIAL. | G | 100 a 249 |
| ENCANTO DOS CRISTAIS-COMERCIO DE LOUÇAS, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE LOUÇAS,CUTELARIA E OUT. ARTIG. SIMIL. P/USO DOMÉSTICO,EM EST.ESP | G | 1 a 4 |
| ALEGRIAVIRTUAL,LDA | MONÇÃO | COMÉRCIO A RETALHO DE LOUÇAS,CUTELARIA E OUT. ARTIG. SIMIL. P/USO DOMÉSTICO,EM EST.ESP | G | 5 a 9 |
| CONSUVIANA - CONSUMIVEIS E INFORMAT | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE MÁQUINAS E DE OUTRO MATERIAL DE ESCRITÓRIO, EM EST.ESPECIAL. | G | 1 a 4 |
| CARLOS MANUEL MARTINS DOS SANTOS UNIP. LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE MÁQUINAS E DE OUTRO MATERIAL DE ESCRITÓRIO, EM EST.ESPECIAL. | G | 10 a 49 |
| ANTONIO FREITAS DA CUNHA UNIPESSOAL, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | COMÉRCIO A RETALHO DE MAT.BRICOLAGE,EQ.SANIT.,LADRIL.,MAT.SIMIL., EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 5 a 9 |
| LENTES DE OURO - COMERCIO DE OPTICA, SOC. UNIPESSOAL, LDA. | MONÇÃO | COMÉRCIO A RETALHO DE MATERIAL ÓPTICO,FOTOGR.,CINEMATOGR.,INSTR.PRECISÃO, EM EST.ESP | G | 1 a 4 |
| MATOS OCULISTA, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE MATERIAL ÓPTICO,FOTOGR.,CINEMATOGR.,INSTR.PRECISÃO, EM EST.ESP | G | 5 a 9 |
| I9 DESIGN - ESTÚDIO DE COZINHA, LDA. | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE MOBILIÁRIO E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, EM EST.ESPECIAL. | G | 1 a 4 |
| MANUEL LUIS ALVES FERREIRA, HERDEIROS | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE MOBILIÁRIO E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, EM EST.ESPECIAL. | G | 1 a 4 |
| COSTA MARTINS - COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE MOBILIÁRIO E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, EM EST.ESPECIAL. | G | 10 a 49 |
| MOVEIS CARLA - COMERCIO E DECORACAO DE MOBILIARIO, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE MOBILIÁRIO E ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO, EM EST.ESPECIAL. | G | 10 a 49 |
| ABEL FRANCO, UNIPESSOAL LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS, EM EST.ESPECIALIZADOS, N.E. | G | 1 a 4 |
| CAMITINTAS COMERCIO DE TINTAS E FERRAMENTAS,LDA | CAMINHA | COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS, EM EST.ESPECIALIZADOS, N.E. | G | 5 a 9 |
| COOPERATIVA AGRICOLA DE VIANA DO CASTELO, CRL | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS, EM EST.ESPECIALIZADOS, N.E. | G | 10 a 49 |
| COOP. AGRICOLA AGR. VALE LIMA, CRL | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS, EM EST.ESPECIALIZADOS, N.E. | G | 10 a 49 |
| J.OLIVEIRA E DOMINGUES,LDA | MONÇÃO | COMÉRCIO A RETALHO DE OUTROS PRODUTOS NOVOS, EM EST.ESPECIALIZADOS, N.E. | G | 10 a 49 |
| S C M - COMERCIO E IMPORT. MATER.AUTO, LDA. | PONTE DA BARCA | COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 1 a 4 |
| CARLOS PISCO & FREITAS-COM.PECAS E ACESS.AUTO,LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 1 a 4 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-----------|
| JOAO RODRIGUES & SOUSA, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 5 a 9 |
| DARQUEPEÇAS-COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS,LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 10 a 49 |
| FARMACIA AFIFENSE, UNIPessoal, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EM EST.ESPECIAL. | G | 5 a 9 |
| MANUEL AMADEU PIMENTA, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EM EST.ESPECIAL. | G | 10 a 49 |
| FARMACIA VALE DO MOURO, LDA. | MONÇÃO | COMÉRCIO A RETALHO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, EM EST.ESPECIAL. | G | 10 a 49 |
| FERNANDO AZEVEDO, LDA. | CAMINHA | COMÉRCIO A RETALHO DE RELÓGIOS E DE ARTIGOS DE OURIVESARIA E JOALHARIA ,EM EST.ESPECIAI | G | 1 a 4 |
| OURIVESARIA FACANHA,LDA | MONÇÃO | COMÉRCIO A RETALHO DE RELÓGIOS E DE ARTIGOS DE OURIVESARIA E JOALHARIA ,EM EST.ESPECIAI | G | 10 a 49 |
| DARQLIMA, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE TABACO, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 5 a 9 |
| CASA BONFIM-CONFECÇÕES,LDA. | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO DE TÊXTEIS, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 1 a 4 |
| VITOR MANUEL & MARIA LURDES DOMINGUES,LD | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO DE TÊXTEIS, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 10 a 49 |
| LUIS REGO - COMERCIO TINTAS DERIV, UNIPessoal LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO DE TINTAS, VERNIZES E PRODUTOS SIMILARES, EM EST.ESPECIALIZADOS | G | 5 a 9 |
| MOREIRA & NOVO, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO DE VESTUÁRIO PARA ADULTOS, EM EST.ESPECIAL. | G | 5 a 9 |
| MANUEL SILVA GONCALVES LDA | PONTE DA BARCA | COMÉRCIO A RETALHO EM ESTABEL. NÃO ESPECIAL. S/PREDOM.PROD.ALIM.BEB.TAB.,EM GRAND AF | G | 5 a 9 |
| EVENTOS INES NEGRA UNIP LDA | MELGAÇO | COMÉRCIO A RETALHO EM OUTROS ESTABEL. NÃO ESPECIAL. C/PREDOM. PROD. ALIM.,BEBIDAS,TAE | G | 1 a 4 |
| MINI MERCADO BOM PRECO, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO EM OUTROS ESTABEL. NÃO ESPECIAL. C/PREDOM. PROD. ALIM.,BEBIDAS,TAE | G | 10 a 49 |
| DISTRICOURA SUPERMERCADOS SA | PARADES DE COURA | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 10 a 49 |
| SUPERMELGAÇO SUPERMERCADOS LDA. | MELGAÇO | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 10 a 49 |
| DISTRÍÂNCORA-SUPERMERCADOS, LDA | CAMINHA | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 50 a 99 |
| DISTRILIMA - SUPERMERCADOS, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 50 a 99 |
| ARCOSDISTRI - SUPERMERCADOS, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 50 a 99 |
| SUPERVIANA SUPERMERCADOS, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 50 a 99 |
| SUPERAREOSA SUPERMERCADOS LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 50 a 99 |
| SUPERMERCADOS FROIZ PORTUGAL, LDA. | VALENÇA | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 100 a 249 |
| VIANADIS - SOC.DISTRIBUIÇÃO,SA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO A RETALHO EM SUPERMERCADOS E HIPERMERCADOS | G | 100 a 249 |
| AUTO-VIANENSE,LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS | G | 10 a 49 |
| AUTO RENO MINHO COMERCIO DE AUTOMOVEIS, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS | G | 10 a 49 |
| TEIXEIRA & MARTINS AUTOMOVEIS, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS LIGEIOS | G | 50 a 99 |
| LUPULO LUSA, COMÉRCIO DE BEBIDAS,UNIPessoal,LDA. | VALENÇA | COMÉRCIO POR GROSSO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS | G | 10 a 49 |
| CARNES DA POVOENÇA-COMÉRCIO DE CARNES,LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE CARNE E DE PRODUTOS À BASE DE CARNE | G | 5 a 9 |
| PINHEIRO & SANTOS,LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE ELECTRODOMÉSTICOS, APARELHOS DE RÁDIO E TELEVISÃO | G | 10 a 49 |
| MARTINS & SILVA, LDA | PARADES DE COURA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA EM BRUTO E DE PRODUTOS DERIVADOS | G | 1 a 4 |
| IBERFLORESTAL-COM. E SERVICOS FLORESTAIS, SA | VALENÇA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MADEIRA EM BRUTO E DE PRODUTOS DERIVADOS | G | 5 a 9 |
| PEDREIRA & FILHO, LDA. | PONTE DA BARCA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS | G | 5 a 9 |
| ALEXANDRE FREIXO EXP.IMP.LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE MÁQUINAS-FERRAMENTAS | G | 1 a 4 |
| PARIS MORAIS & MORAIS LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (EXC. MADEIRA) E EQUIPAMENTO SANITÁ | G | 5 a 9 |
| SOLIMIANA - SOCIEDADE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (EXC. MADEIRA) E EQUIPAMENTO SANITÁ | G | 10 a 49 |
| MAXIARCOS, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (EXC. MADEIRA) E EQUIPAMENTO SANITÁ | G | 10 a 49 |
| MANUEL VELHO-COMERCIO DE AREIAS E BRITAS LIMA LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (EXC. MADEIRA) E EQUIPAMENTO SANITÁ | G | 10 a 49 |
| VIANASTORES-FABRICACAO DE ESTORES, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (EXC. MADEIRA) E EQUIPAMENTO SANITÁ | G | 10 a 49 |
| ABÍLIO RODRIGUES PEIXOTO & FILHOS, S.A. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO (EXC. MADEIRA) E EQUIPAMENTO SANITÁ | G | 100 a 249 |
| FERROLIMIANA COMERCIO DE FERROS DO LIMA, SA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MINÉRIOS E DE METAIS | G | 10 a 49 |
| HERME SEÑALIZACION Y EQUIPAMIENTO S. L. | VILA NOVA DE CERVEIRA | COMÉRCIO POR GROSSO DE MÓVEIS P/USO DOMÉSTICO, CARPETES, TAPETES E ARTIGOS DE ILUMIN | G | 1 a 4 |
| FUTURDESGASTE - UNIPessoal,LDA | CAMINHA | COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | G | 1 a 4 |
| VALENCAMAR - VENDA E DISTRIBUIÇÃO DE BACALHAU E CONGELADOS | VALENÇA | COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, N.E. | G | 1 a 4 |
| MENDO & MACIEL, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, N.E. | G | 5 a 9 |
| LEOPOLDO BAKERY INGREDIENTS, LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, N.E. | G | 10 a 49 |
| MTZ, LDA. | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES, N.E. | G | 10 a 49 |
| GULOSIPEÇAS - PECAS E ACESSORIOS AUTO, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 10 a 49 |
| PETROLIMA - COM. OLEOS LUBRIFICANTES, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS | G | 10 a 49 |
| NAUTIGAS-COM.IND.ARTIGOS NAUTICOS,LDA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE PRODUTOS PETROLÍFEROS | G | 10 a 49 |
| ARLINDO A. ARAÚJO - COMÉRCIO DE TABACOS, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO DE TABACO | G | 10 a 49 |
| J. BORDADOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO DE TÊXTEIS | G | 10 a 49 |
| IMPORLETHES - IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, LDA | PONTE DE LIMA | COMÉRCIO POR GROSSO NÃO ESPECIALIZADO | G | 1 a 4 |
| CUNHA JUNIOR REPRESENTAÇÕES - IMPORT E EXPORT, UNIP., LDA. | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO NÃO ESPECIALIZADO | G | 1 a 4 |
| IRCA IBÉRICA, SA | VIANA DO CASTELO | COMÉRCIO POR GROSSO NÃO ESPECIALIZADO DE PRODUTOS ALIMENTARES, BEBIDAS E TABACO | G | 10 a 49 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-----------|
| J.N. AUTOMOVEIS, LDA | VIANA DO CASTELO | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 1 a 4 |
| VIAVOLT - REPARACAO AUTOMOVEL, LDA | VIANA DO CASTELO | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 5 a 9 |
| CASIMIRO VIANA LEITÃO, UNIPessoal LDA | PONTE DE LIMA | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 5 a 9 |
| JOSE DANTAS - CHAPEIRO AUTO - UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 5 a 9 |
| ROCHACAR-REP. AUTOM.SOC.UNIP. LDA | PONTE DE LIMA | MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS | G | 10 a 49 |
| V.E.F.A.-PRODUTOS DOMESTICOS, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | OUTRO COMÉRCIO POR GROSSO DE BENS DE CONSUMO, N.E. | G | 10 a 49 |
| TINITA - TRANSPORTES E REBOQUES MARÍTIMOS, S.A. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA | H | 50 a 99 |
| AMBULÂNCIAS ARCUENSES, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES DE AMBULÂNCIAS | H | 5 a 9 |
| NOVASTIVA OPER. PORT. ESTIVA TRAFEGO DE VIANA, LDA | VIANA DO CASTELO | MANUSEAMENTO DE CARGA | H | 10 a 49 |
| VIANAPORT-EMPRESA DE TRABALHO PORTUARIO, LDA | VIANA DO CASTELO | MANUSEAMENTO DE CARGA | H | 10 a 49 |
| GREEN BALL EXTERNAL SERVICES, UNIPessoal, LDA | VALENÇA | MANUSEAMENTO DE CARGA | H | 10 a 49 |
| TRANSCUNHA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE VIANA, LDA | VIANA DO CASTELO | OUTROS TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS DIVERSOS, N.E. | H | 10 a 49 |
| UTS - VIAGENS E SERVIÇOS, S.A. | PONTE DE LIMA | OUTROS TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS DIVERSOS, N.E. | H | 10 a 49 |
| EMPRESA DE TRANSPORTES COURENSE, LDA. | PAREDES DE COURA | OUTROS TRANSPORTES TERRESTRES DE PASSAGEIROS DIVERSOS, N.E. | H | 50 a 99 |
| AUTO VIAÇÃO DO MINHO, LDA | VIANA DO CASTELO | TRANSPORTE INTERURBANO EM AUTOCARROS | H | 50 a 99 |
| SALVADOR ALVES PEREIRA & FILHOS LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | TRANSPORTE INTERURBANO EM AUTOCARROS | H | 50 a 99 |
| TAXIS LINO CASTOR LDA | VIANA DO CASTELO | TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS | H | 1 a 4 |
| TÁXIS ROCHA & FERNANDES, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS | H | 1 a 4 |
| TRANSGONDORIZ TAXIS,LD | ARCOS DE VALDEVEZ | TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS | H | 1 a 4 |
| TAXI JOAO JOSE BARBOSA, LDA. | PONTE DE LIMA | TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS | H | 1 a 4 |
| TAXIBUS LIMARENSE, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS | H | 5 a 9 |
| TAXIS FILIPE, LDA | VIANA DO CASTELO | TRANSPORTE OCASIONAL DE PASSAGEIROS EM VEÍCULOS LIGEIOS | H | 10 a 49 |
| TRANSPORTES CENTRAIS DE BARBEITA, LDA. | MONÇÃO | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 1 a 4 |
| MANUEL AUGUSTO COSTA SALGADO - UNIPessoal, LDA. | MONÇÃO | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 1 a 4 |
| JÚLIO ARAÚJO - TRANSPORTES, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 1 a 4 |
| ALVAREZ & IGLESIAS TRANSPORTES LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 1 a 4 |
| TRANSETHES TRANSPORTE MERCADORIAS UNIPessoal LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 1 a 4 |
| ALMEIDA SARMENTO & SILVA, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 5 a 9 |
| SOUSA VIEIRA-TRANSPORTES, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 5 a 9 |
| JOSE MARTINS CERQUEIRA,LDA. | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 5 a 9 |
| ISIMOTOR - TRANSPORTES, LDA | VIANA DO CASTELO | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 5 a 9 |
| SERVIÇO DE REBOQUES DE ADRIANO DIAS RIBEIRO LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 5 a 9 |
| ILIDIO CUNHA MONTENEGRO UNIPessoal | PAREDES DE COURA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 5 a 9 |
| A TRANSPORTADORA CENTRAL DE SANDIÃES,LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| SOCIEDADE TRANSPORTES FLORIDOS LDA | MONÇÃO | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| LOARTRANS - TRANSPORTES,LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| TRANSCARP - TRANSPORTES E LOGÍSTICA, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| TMC-TRANSPORTES MÁRIO CARDADEIRO, SA | VALENÇA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| TRANSLANHOSO - TRANSP. MERCADORIAS. LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| TRANSCOMARFE - TRANSPORTES, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| J.A.CUNHA - EQUIPAMENTOS E LOGISTICA, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| TROVELA TIR-TRANSP.UNIPessoal, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| HDS - TRANSPORTES UNIPessoal, L.DA | ARCOS DE VALDEVEZ | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| DESTINO SOBERANO - TRANSPORTES, LDA | PONTE DE LIMA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 10 a 49 |
| NEVES & NEVES, LDA | VIANA DO CASTELO | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 50 a 99 |
| TRANSNEIVA SOCIEDADE DE TRANSPORTES, LDA | VIANA DO CASTELO | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 50 a 99 |
| JOÃO PIRES INTERNACIONAL TRANSPORTES, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE MERCADORIAS | H | 100 a 249 |
| ABILIO PEREIRA DA ROCHA | VILA NOVA DE CERVEIRA | BARES | I | 1 a 4 |
| LOUCURAS VIVAS, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | BARES | I | 1 a 4 |
| F.GOMES & RODRIGUES,LDA. | VALENÇA | CAFÉS | I | 1 a 4 |
| PASTNET - EXPLORACAO HOTELEIRA, LDA | VIANA DO CASTELO | CAFÉS | I | 1 a 4 |
| ALVARO FERNANDO CARMO COUTINHO BARROS UNIPessoal,LDA | VIANA DO CASTELO | CAFÉS | I | 1 a 4 |
| O FORAL DA SORTE - CAFE E SNACK BAR, LDA | PONTE DE LIMA | CAFÉS | I | 5 a 9 |
| CAFE NOVA CIDADE, LDA. | VIANA DO CASTELO | CAFÉS | I | 10 a 49 |
| REIS & AMORIM,LDA | VALENÇA | CAFÉS | I | 10 a 49 |

| | | | | |
|---|-----------------------|--|---|-----------|
| VALE & AFONSO, LDA | MONÇÃO | ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS COM ESPAÇO DE DANÇA | I | 5 a 9 |
| MARIA DOS ANJOS GONÇALVES DIAS & FILHO, LDA. | MONÇÃO | ESTALAGENS COM RESTAURANTE | I | 5 a 9 |
| HOTEL MINHO- IPCRUZ, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | HOTÉIS COM RESTAURANTE | I | 10 a 49 |
| VIANAPRAIA-ACTIVIDADES HOTELEIRAS,SA | VIANA DO CASTELO | HOTÉIS COM RESTAURANTE | I | 10 a 49 |
| ADVANCESFERA LDA | MONÇÃO | HOTÉIS COM RESTAURANTE | I | 10 a 49 |
| NA ROTA DO CHOCOLATE -HOTELARIA E TURISMO,LDA. | VIANA DO CASTELO | HOTÉIS COM RESTAURANTE | I | 10 a 49 |
| TURILIMA-EMPREENHIMENTOS TURISTICOS DO VALE DO LIMA, SA | PONTE DE LIMA | HOTÉIS COM RESTAURANTE | I | 100 a 249 |
| TEIXEIRA & CRISPIM, LDA. | VIANA DO CASTELO | HOTÉIS SEM RESTAURANTE | I | 10 a 49 |
| DOMINGOS DIAS- SOC.UNIPESSOAL, LDA | PONTE DE LIMA | OUTROS ESTABELECIMENTOS DE BEBIDAS SEM ESPECTÁCULO | I | 1 a 4 |
| LIMA ESCAPE-EMPREENHIMENTOS TURISTICOS, LDA | PONTE DA BARCA | PARQUES DE CAMPISMO E DE CARAVANISMO | I | 5 a 9 |
| LETIMAG UNIPESSOAL LDA | PONTE DE LIMA | PENSÕES COM RESTAURANTE | I | 1 a 4 |
| TASQUINHA DA FEIRA UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES COM LUGARES AO BALCÃO | I | 1 a 4 |
| ZEBRA SONHADORA UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES COM LUGARES AO BALCÃO | I | 1 a 4 |
| A NUNES RESTAURAÇÃO, LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES COM LUGARES AO BALCÃO | I | 10 a 49 |
| SABORES DE VIANA-RESTAURACAO LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES COM LUGARES AO BALCÃO | I | 10 a 49 |
| EMPREENHIMENTOS HOTELEIROS QUINTA DO CARVALHO LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TÍPICOS | I | 5 a 9 |
| FELGUEIRAS, RAMOS & FELGUEIRAS, LDA. | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 5 a 9 |
| CAFE CENTRAL DE CERVEIRA ,LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 5 a 9 |
| JOAQUIM GONÇALVES BARBOSA & FILHAS, LDª | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 5 a 9 |
| TULHA-CHURRASQUEIRA, LDA. | PONTE DE LIMA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 5 a 9 |
| RESHOMOL RESTAURAÇÃO HOTELARIA, LDA | CAMINHA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 5 a 9 |
| FORTALEZA GRILL LDA | CAMINHA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 5 a 9 |
| RESTAURANTE "SONHO DO CAPITAO", LDA | PONTE DE LIMA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| ALFREDO GONCALVES, UNIPESSOAL, LDA. | PONTE DA BARCA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| CONCEIÇÃO FERNANDES & FILHOS,LDA | PONTE DE LIMA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| NATAL - EXPLORACOES HOTELEIRAS, LDA | VALENÇA | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| N F P L - EXPLORAÇÃO HOTELEIRA UNIPESSOAL, LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| JOAQUIM OLIVEIRA BAPTISTA - RESTAURANTES UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| TEMPERO DOS OCEANOS LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| VENTOS E DUNAS LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| CERQUEIRA RESTE, LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES TIPO TRADICIONAL | I | 10 a 49 |
| MONÇÃOTUR- ORGANIZ. TURISTICAS MONÇÃO, LDA. | MONÇÃO | RESTAURANTES, N.E. (INCLUI ACTIVIDADES DE RESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS) | I | 1 a 4 |
| JOAO CARNEIRO CERQUEIRA E MANUEL CUNHA CALDAS | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES, N.E. (INCLUI ACTIVIDADES DE RESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS) | I | 1 a 4 |
| PEREIRA, AMORIM & VIEIRA, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | RESTAURANTES, N.E. (INCLUI ACTIVIDADES DE RESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS) | I | 5 a 9 |
| PIZARIA BIG- MANUS UNIPESSOAL, LDA | VIANA DO CASTELO | RESTAURANTES, N.E. (INCLUI ACTIVIDADES DE RESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS) | I | 5 a 9 |
| ARNALDO PEIXOTO, UNIPESSOAL, LDA. | PONTE DA BARCA | RESTAURANTES, N.E. (INCLUI ACTIVIDADES DE RESTAURAÇÃO EM MEIOS MÓVEIS) | I | 5 a 9 |
| QUINTA S.ROMAO DE NEIVA, LDA. | VIANA DO CASTELO | TURISMO NO ESPAÇO RURAL | I | 1 a 4 |
| TURISMO DE ALD. CASAS CAVALEIRO EIRA LAGE, INIP. L | ARCOS DE VALDEVEZ | TURISMO NO ESPAÇO RURAL | I | 1 a 4 |
| MARIAS DAS BOTICAS, LDA | PAREDES DE COURA | TURISMO NO ESPAÇO RURAL | I | 1 a 4 |
| HOMEOSTASE, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | ACTIVIDADES DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | J | 5 a 9 |
| MKCVI-CONSULT. INVEST. E ANALISE, LDA. | CAMINHA | ACTIVIDADES DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | J | 5 a 9 |
| J. CANAO, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE CONSULTORIA EM INFORMÁTICA | J | 10 a 49 |
| CLEVERSOFT, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA | J | 1 a 4 |
| ERBONSOFTWARE UNIPESSOAL LDA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA | J | 1 a 4 |
| WSOFT- PROGRAMACAO INFORMATICA, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA | J | 5 a 9 |
| SPARKLEIT-INFORMATION TECHNOLOGIES, LDA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO INFORMÁTICA | J | 10 a 49 |
| ECOS DA RAIA - PUBLICIDADE E RADIO, LD | MONÇÃO | ACTIVIDADES DE RÁDIO | J | 1 a 4 |
| MINIUS - PUBLICAÇÕES, LDA | PONTE DE LIMA | EDIÇÃO DE JORNAIS | J | 5 a 9 |
| INFOGENIAL - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E SERVIÇOS, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO | J | 1 a 4 |
| SABERGARANTE UNIPESSOAL, LDA | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES DE TELECOMUNICAÇÕES | J | 1 a 4 |
| TREE TECNOLOGICAS SEculo XXI, LDA | CAMINHA | OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA | J | 5 a 9 |
| PRODIGIO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA | VALENÇA | REPARAÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTO PERIFÉRICO | J | 5 a 9 |
| COINDARCOS SGPS SA | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS FINANCEIRAS | K | 1 a 4 |
| EUROPAC PORTUGAL - SOCIEDADE GESTORA DE PART. SOCIAIS, S.A. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS SOCIEDADES GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS NÃO FINANCEIRAS | K | 5 a 9 |
| PEDREIRA, MEDIAÇÃO DE SEGUROS UNIPESSOAL LDA | PAREDES DE COURA | ACTIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 1 a 4 |

| | | | | |
|--|-----------------------|--|---|---------|
| VIALIMA - MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 1 a 4 |
| SEGURBARCA UNIPessoal, LDA. | PONTE DA BARCA | ATIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 1 a 4 |
| LUIS AIRES BRANDAO MEDIADOR DE SEGUROS,UNIP,LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 1 a 4 |
| CALÇADA & CERQUEIRA - SOC. MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 5 a 9 |
| J.D.C. - MEDIAÇÃO DE SEGUROS LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 5 a 9 |
| CCC - SOCIEDADE MEDIAÇÃO SEGUROS LDA | MONÇÃO | ATIVIDADES DE MEDIADORES DE SEGUROS | K | 10 a 49 |
| TEIXEIRAS - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | OUTRAS ACTIVIDADES AUXILIARES DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES | K | 5 a 9 |
| ANTONIO & PAULO RODRIGUES, LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES AUXILIARES DE SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES | K | 5 a 9 |
| LAMAS - MEDIAÇÃO DE SEGUROS - UNIPessoal, LDA | MONÇÃO | SEGUROS NÃO VIDA | K | 1 a 4 |
| MINHOCERVO - MEDIAÇÃO IMOBILIARIA, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 1 a 4 |
| DOMINIO & CAPACIDADE - MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA | MONÇÃO | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 1 a 4 |
| CASTELVIA - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 1 a 4 |
| DANTAS DE CASTRO UNIPessoal, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 1 a 4 |
| HABIT 3- MEDIAÇÃO IMOBILIARIA, LDA. | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 5 a 9 |
| M&D CARVALHO, LDA. | MELGAÇO | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 5 a 9 |
| OSCAR TORRES- MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA UNIPessoal, LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA | L | 5 a 9 |
| COND EDIF LOTE 12 SITO LG J ROCHA FREI-QTA. MONSERRATE | VIANA DO CASTELO | ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS | L | 1 a 4 |
| SALCO-SOC. ADMIN. LIMP. CONDOMINIOS,LDA | PONTE DE LIMA | ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS | L | 5 a 9 |
| COND ALERT UNIPessoal, LDA. | VIANA DO CASTELO | ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS | L | 10 a 49 |
| COND'AMOROSA II, S.A. | VIANA DO CASTELO | ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS | L | 10 a 49 |
| NAUTISTOCK, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | COMPRA E VENDA DE BENS IMOBILIÁRIOS | L | 1 a 4 |
| IMOBILIARIA QUINTA DAS MOURAMAS, LDA | PONTE DE LIMA | COMPRA E VENDA DE BENS IMOBILIÁRIOS | L | 5 a 9 |
| RUI MANUEL MARTINS DA TORRE-ARQUITECTOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE ARQUITECTURA | M | 1 a 4 |
| O.C.P.-ORGANIZAÇÃO DE CONTABILIDADES E PROJECTOS, LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 1 a 4 |
| CNN - CONSULTORIA NEG. NORTE, UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 1 a 4 |
| ALEXANDRA CRASTO, CONTABILIDADE UNIPessoal LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 1 a 4 |
| JOSE CARLOS ENES VIEIRA UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 1 a 4 |
| COFIGESTRAL, CONTABILIDADE LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 1 a 4 |
| GALIMA-ESTUDOS E MONTAGENS ESCRITAS, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 5 a 9 |
| OBICER - CONTABILIDADE E GESTAO, LDA. | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 5 a 9 |
| ACARDOSO-CONTABILIDADE E GESTAO, LDA | PONTE DA BARCA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 5 a 9 |
| PAULO DIAS - CONTABILIDADE, LDA | PONTE DA BARCA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 5 a 9 |
| CALDAS & PIRES - CONTAB. GESTÃO E ASSESSORIA LDA | VALENÇA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 5 a 9 |
| NUMEROAS AOS MOLHOS, UNIPessoal LDA | VALENÇA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 5 a 9 |
| ORCEFE - ORG. CONT. E FINANÇAS, LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 10 a 49 |
| ROGUEL ASSESSORIA E CONTABILIDADE, LDA | VALENÇA | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 10 a 49 |
| ALBANO MARTINS-ESCRITORIO TEC. CONT, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 10 a 49 |
| QUERCIA II, CONSULTORIA, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E AUDITORIA; CONSULTORIA FISCAL | M | 10 a 49 |
| CORDELIMA UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE DESIGN | M | 1 a 4 |
| PREDIVIANA - ACTIVIDADES DE ENGENHARIA, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS | M | 1 a 4 |
| JOSÉ FERRAZ & ASSOCIADOS - ENGENHARIA E CONSULTORIA, LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS | M | 10 a 49 |
| NAVE DA LUZ | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS | M | 10 a 49 |
| SPRENPLAN, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE ENGENHARIA E TÉCNICAS AFINS | M | 10 a 49 |
| LUSOESTRADA - TRAB.COMPL.EM VIAS DE COMUNIC., LDA. | CAMINHA | ATIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO | M | 1 a 4 |
| MANUEL GONCALVES,L.C. GONCALVES & ASSOCIADOS, SOC. ADVOG. RL | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES JURÍDICAS | M | 5 a 9 |
| HORÁCIO LAGES & CARLOS LAGES - SOC. DE ADVOGADOS | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES JURÍDICAS | M | 5 a 9 |
| RESENDE RAMOS & ASSOCIADOS SOCIEDADE DE SOLICITADORES R.L. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES JURÍDICAS | M | 10 a 49 |
| MENDANHA & MOREIRA - SERVICOS VETERINARIOS, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES VETERINÁRIAS | M | 1 a 4 |
| CVV- CLINICA VETERINARIA DE VIANA UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES VETERINÁRIAS | M | 5 a 9 |
| LIMIAVET - SERVICOS VETERNARIOS, LDA. | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES VETERINÁRIAS | M | 10 a 49 |
| HIGIACLINIC - REABILITAÇÃO INTEGRADA, LDA | PONTE DE LIMA | OUTRA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS FÍSICAS E NATURAIS | M | 1 a 4 |
| BAMB GESTÃO LDA | VALENÇA | OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E A GESTÃO | M | 1 a 4 |
| SMART VALUE CONSULTING, LDA. | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E A GESTÃO | M | 1 a 4 |
| F.MOTA CONSULTING, LDA. | ARCOS DE VALDEVEZ | OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E A GESTÃO | M | 5 a 9 |
| TEMPO CONSTANTE - PRESTAÇÕES SERVIÇOS, LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA PARA OS NEGÓCIOS E A GESTÃO | M | 10 a 49 |

| | | | | |
|---|-----------------------|--|---|-------------|
| XPAND SOLUTIONS-INFORMATICA E NOVAS TECNOLOGIAS,LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMILARES, N.E. | M | 50 a 99 |
| FACILAVANÇO, LDA | VALENÇA | ACTIVIDADES COMBINADAS DE APOIO AOS EDIFÍCIOS | N | 1 a 4 |
| TECALABOR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SA | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES COMBINADAS DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS | N | 50 a 99 |
| SANCLAR - VIAGENS E TURISMO, L.DA | VALENÇA | ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM | N | 1 a 4 |
| AVIC-AUTOCARROS E VIAGENS IRMAOS CUNHA, SA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM | N | 10 a 49 |
| BARQUENSE AG. VIAGENS TURISMO, LDA. | PONTE DA BARCA | ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM | N | 10 a 49 |
| OVNITUR - VIAGENS E TURISMO, LDA | PONTE DE LIMA | ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM | N | 10 a 49 |
| VEFA TRAVEL - VIAGENS E TURISMO UNIPessoal LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM | N | 10 a 49 |
| ARMINDO MOREIRA & VITOR SOUSA, LDA | VALENÇA | ACTIVIDADES DAS AGÊNCIAS DE VIAGEM | N | 10 a 49 |
| SADOSTAR - TRABALHO TEMPORARIO LDA | PONTE DE LIMA | ACTIVIDADES DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO | N | 10 a 49 |
| ARYSERVIÇOS ENPRESA DE TRABALHO TEMPORARIO | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO | N | 10 a 49 |
| INTERJOB - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO | N | 10 a 49 |
| ARTECEDE - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO | N | 10 a 49 |
| VETICEDE - TRABALHO TEMPORÁRIO, LDA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS EMPRESAS DE TRABALHO TEMPORÁRIO | N | 50 a 99 |
| CASTUS - SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, L.DA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE LIMPEZA GERAL EM EDIFÍCIOS | N | 10 a 49 |
| CRISTINA ARAÚJO & ARAÚJO, LDª | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE LIMPEZA GERAL EM EDIFÍCIOS | N | 50 a 99 |
| CLECE, S.A. - SUCURSAL EM PORTUGAL | VALENÇA | ACTIVIDADES DE LIMPEZA GERAL EM EDIFÍCIOS | N | 500 ou mais |
| JARDINS E LIMPEZAS FILIPE UNIPessoal, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | ACTIVIDADES DE PLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS | N | 10 a 49 |
| VENAFIL - CLEANING AND GARDENS, LDA | VILA NOVA DE CERVEIRA | ACTIVIDADES DE PLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS | N | 10 a 49 |
| VIAJALIA MARKETING E SERVIÇOS LDA | MONÇÃO | ACTIVIDADES DOS OPERADORES TURÍSTICOS | N | 5 a 9 |
| ELEVATTRANS-PREFABRICADOS, SA | PAREDES DE COURA | ALUGUER DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, N.E. | N | 5 a 9 |
| SAMBIENTAL - LIMPEZA DE SANEAMENTO, LDA | VIANA DO CASTELO | ALUGUER DE OUTRAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, N.E. | N | 5 a 9 |
| CONSULPONTE, LDA | PONTE DE LIMA | EXECUÇÃO FOTOCÓPIAS,PREPARAÇÃO DE DOCUMENTOS E OUTRAS ACTIV. ESPECIAL.APOIO ADMINI | N | 1 a 4 |
| FERNANDO RIBEIRO UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE EMBALAGEM | N | 5 a 9 |
| GREENBUTTERFLY, LDA | PONTE DA BARCA | OUTRAS ACTIVIDADES DE LIMPEZA, N.E. | N | 5 a 9 |
| REGO DE ALMEIDA, LDA. | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE LIMPEZA, N.E. | N | 10 a 49 |
| DOUROGÁS NATURAL MEDIAÇÃO E EXPLORAÇÃO SISTEMAS DE GÁS, SA | ARCOS DE VALDEVEZ | OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS, N.E. | N | 1 a 4 |
| HENRIQUE MANUEL ARAUJO UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS, N.E. | N | 1 a 4 |
| CENTER-CENTRAL NACIONAL TURISMO ESPACO RURAL, LDA | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS, N.E. | N | 5 a 9 |
| METSEP - SEG HIG E SAÚDE DO TRABALHO, Lª | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE SERVIÇOS DE APOIO PRESTADOS ÀS EMPRESAS, N.E. | N | 10 a 49 |
| BRETÓNICA, LDA. | VIANA DO CASTELO | OUTROS SERVIÇOS DE RESERVAS E ACTIVIDADES RELACIONADAS | N | 1 a 4 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ARCOS DE VALDEVEZ | ARCOS DE VALDEVEZ | EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | P | 10 a 49 |
| ACADEMIA DOS PIMPOLHOS, LDA. | VIANA DO CASTELO | EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR | P | 10 a 49 |
| NPIMENTA - SOCIEDADE UNIPessoal LDA | PONTE DE LIMA | ENSINO DESPORTIVO E RECREATIVO | P | 5 a 9 |
| SPLENDIDMARATONA UNIPessoal LDA | VALENÇA | ENSINO DESPORTIVO E RECREATIVO | P | 5 a 9 |
| ACADEMIA DE MÚSICA DE VIANA DO CASTELO - CRAM | VIANA DO CASTELO | ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO,ARTÍSTICO E PROFISSIONAL | P | 50 a 99 |
| EPRALIMA - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO LIMA, CIPRL | ARCOS DE VALDEVEZ | ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO,ARTÍSTICO E PROFISSIONAL | P | 50 a 99 |
| COOPETAPE - COOPERATIVA DE ENSINO, CRL | CAMINHA | ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO,ARTÍSTICO E PROFISSIONAL | P | 50 a 99 |
| FUNDAÇÃO ÁTRIO DA MÚSICA | VIANA DO CASTELO | ENSINOS SECUNDÁRIOS TECNOLÓGICO,ARTÍSTICO E PROFISSIONAL | P | 50 a 99 |
| CUSTODIO MAIA PINTO & PINHEIRO, LDA. | VIANA DO CASTELO | ESCOLAS DE CONDUÇÃO E PILOTAGEM | P | 1 a 4 |
| ESCOLA DE CONDUÇÃO ÂNCORA, LDA. | CAMINHA | ESCOLAS DE CONDUÇÃO E PILOTAGEM | P | 1 a 4 |
| ESCOLA CONDUCAO MARGARIDA QUEIROS UNIPessoal, LDA | VIANA DO CASTELO | ESCOLAS DE CONDUÇÃO E PILOTAGEM | P | 10 a 49 |
| M. J. CERVEIRA, UNIPessoal LDA | VIANA DO CASTELO | ESCOLAS DE LÍNGUAS | P | 5 a 9 |
| CEN.BRIT.ALT.MINHO-ENS.LING.SERV.CULT.COM.LDA | VIANA DO CASTELO | ESCOLAS DE LÍNGUAS | P | 10 a 49 |
| INSTITUTO DE FORMAÇÃO E TRANSPORTES - PASSOS DE SÁ, LDA | VIANA DO CASTELO | FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P | 1 a 4 |
| TERESA CERQUEIRA, UNIPessoal, LDA | VIANA DO CASTELO | FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P | 1 a 4 |
| CHECKLIST - GLOBAL MANAGEMENT SOLUTIONS, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P | 5 a 9 |
| MOTRIVIANA - CLINICA DE MOTRICIDADE E BEM-ESTAR, UNIP., LDA | VIANA DO CASTELO | FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P | 5 a 9 |
| ADEMINHO ESCOLA PROF. A. MINHO INTERIOR | PAREDES DE COURA | FORMAÇÃO PROFISSIONAL | P | 50 a 99 |
| EXCELENTAMENTO CENTRO DE ESTUDOS UNIPessoal,LDA | MELGAÇO | OUTRAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS, N.E. | P | 1 a 4 |
| CHAVARRIA & CHAVARRIA, LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS, N.E. | P | 1 a 4 |
| SEC - SOCIEDADE DE ENSINO CAMPOS, LDA. | VILA NOVA DE CERVEIRA | OUTRAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS, N.E. | P | 10 a 49 |
| ANCORENSIS COOPERATIVA DE ENSINO, C.R.L. | CAMINHA | OUTRAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS, N.E. | P | 50 a 99 |
| ACADEMIA DE MÚSICA FERNANDES FÃO | CAMINHA | OUTRAS ACTIVIDADES EDUCATIVAS, N.E. | P | 50 a 99 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL VILA FRANCA | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 10 a 49 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-----------|
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE FONTAIO | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 10 a 49 |
| SANTA CASA MISERICORDIA DE VALENÇA 035/08 | VALENÇA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 50 a 99 |
| SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL COM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 100 a 249 |
| CASA DOS RAPAZES E OFICINAS DE SÃO JOSÉ | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/CRIANÇAS E JOVENS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| FUNDAÇÃO AMA AUTISMO | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| ASSOC.PORT.PAIS A.CID.DEF.MENTAL | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, SEM ALOJAMENTO | Q | 250 a 499 |
| CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CHAFE | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S. MARTINHO DA GANDRA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| ASSOCIACAO SOCIAL E CULTURAL SAO COSME DAMIAO PODA | MONÇÃO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE RIO FRIO | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S.JORGE | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| DIAS & LOBATO, LDA | MELGAÇO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO PAROQUIAL SOCIAL SANTA MARIA GRADE | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| SAS - SERVIÇO DE APOIO SENIOR, LDA. | PONTE DA BARCA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO INTERPAROQUIAL E SOCIAL DO ALTO MOURO | MELGAÇO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CASA DE CARIDADE NOSSA SRA DA CONCEICAO | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MELGACO | MELGAÇO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PAREDES DE COURA | PAREDES DE COURA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| SANTA CASA DA MISERICORDIA DE V.N. DE CERVEIRA | VILA NOVA DE CERVEIRA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| POSTO DE ASSISTENCIA SOC. ALVARAES | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE VILA PRAIA DE ÂNCORA | CAMINHA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE GUILHADESES | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE BARBEITA | MONÇÃO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 50 a 99 |
| SANTA CASA DA MISERICORDIA DE PONTE DA BARCA | PONTE DA BARCA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 100 a 249 |
| SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 100 a 249 |
| CONGREGACAO NOSSA SR.CARIDADE | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 100 a 249 |
| SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONÇÃO | MONÇÃO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, C/ALOJAMENTO | Q | 100 a 249 |
| ALTICEPOES ASSOC LAZER TERCEIRA IDADE | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 5 a 9 |
| CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE CAMPOS | VILA NOVA DE CERVEIRA | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO SOCIAL E CULTURAL DE CARRECO | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE APOIO SOCIAL P/PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| DESCANSA A SACOLA - ACTIVIDADES TEMPOS LIVRES, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 1 a 4 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL S.ROMAO NEIVA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| OUSAM-ORGANISMO UTILITARIO SOCIAL APOIO MÚTUO | PAREDES DE COURA | ATIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S.MARIA MAIOR | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE CUIDADOS PARA CRIANÇAS, SEM ALOJAMENTO | Q | 10 a 49 |
| SENSUPROFILE- PRESTAÇÃO SERVIÇOS SAÚDE, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE ENFERMAGEM | Q | 10 a 49 |
| CLINICA DE MEDICINA DENTARIA DO VEZ, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 1 a 4 |
| CLIN.MED.DENT.A.JUSTO & CARUNCHO LDA | VALENÇA | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 1 a 4 |
| LILIANA LAGES CLINICA DENTARIA-SOC. UNIPES., LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 1 a 4 |
| DENTAL CLINICOURA, LDA | PAREDES DE COURA | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 1 a 4 |
| SANDRA BARTOLO VIEIRA, UNIPESOAAL,LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 1 a 4 |
| SORRIR MAIS - CLÍNICAS DENTÁRIAS, LDA | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 5 a 9 |
| ARIANA PINTO II-MED.DENTARIA, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 5 a 9 |
| CARLOS JORGE COSTA, LDA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 5 a 9 |
| CASTRO GONCALVES & MENDES LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | ATIVIDADES DE MEDICINA DENTÁRIA E ODONTOLOGIA | Q | 10 a 49 |
| LUIS ANTÓNIO DE BARROS PACHECO DIAS, LIMITADA | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE PRÁTICA MÉDICA DE CLÍNICA ESPECIALIZADA, EM AMBULATÓRIO | Q | 1 a 4 |
| GAMA OLIVEIRA & VIEIRA, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE PRÁTICA MÉDICA DE CLÍNICA ESPECIALIZADA, EM AMBULATÓRIO | Q | 10 a 49 |
| POLICLINICA VIANENSE, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DE PRÁTICA MÉDICA DE CLÍNICA GERAL, EM AMBULATÓRIO | Q | 5 a 9 |
| IBEROFTAL - SERVIÇOS DE SAÚDE, S.A. | PONTE DE LIMA | ATIVIDADES DE PRÁTICA MÉDICA DE CLÍNICA GERAL, EM AMBULATÓRIO | Q | 10 a 49 |
| HOSPITAL PARTICULAR DE VIANA DO CASTELO, LDA. | VIANA DO CASTELO | ATIVIDADES DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE COM INTERNAMENTO | Q | 50 a 99 |
| VIANALAB, LDA | VIANA DO CASTELO | LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS | Q | 1 a 4 |
| MANUEL PIMENTA, LDA | PONTE DE LIMA | LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS | Q | 10 a 49 |
| LAB.ANALISES CLINICAS JOSE MANSO S.A. 2008 | VIANA DO CASTELO | LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS | Q | 10 a 49 |
| CLINICA LABORATORIAL ARCOS DE VALDEVEZ, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS | Q | 10 a 49 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SENHOR SOCORRO | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 10 a 49 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE DEÃO | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 10 a 49 |

| | | | | |
|--|-----------------------|---|---|-----------|
| GABINETE SOCIAL DE ATENDIMENTO A FAMILIA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 10 a 49 |
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE COVAS | VILA NOVA DE CERVEIRA | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 10 a 49 |
| LAR DE SANTA TERESA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 50 a 99 |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL N.SR .FATIMA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 50 a 99 |
| CENTRO PAROQUIAL PROM.S.CULTURAL DARQUE | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 50 a 99 |
| SANTA CASA MISERICORDIA VIANA DO CASTELO | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE APOIO SOCIAL SEM ALOJAMENTO, N.E. | Q | 100 a 249 |
| DARQUEMED- CLINICA DE MEDICINA FISICA E DE REABIL. | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA, N.E. | Q | 1 a 4 |
| ERICA MARTINS, LDA. | CAMINHA | OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA, N.E. | Q | 1 a 4 |
| CENTROMEDIFISICA, LDA. | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA, N.E. | Q | 5 a 9 |
| PSICOVIANA - CONS,GAB. PSICOLOGIA E GESTAO R. HUMANOS,LDA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA, N.E. | Q | 5 a 9 |
| CLINICA MEDICA DO LIMA,S.A. | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA, N.E. | Q | 5 a 9 |
| JOÃO CARLOS COSTA - DIAGNÓSTICO POR IMAGEM, S.A. | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE SAÚDE HUMANA, N.E. | Q | 10 a 49 |
| EVENTOS DAVID MARTINS UNIPESSOAL, LDA. | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DAS ARTES DO ESPECTÁCULO | R | 1 a 4 |
| IMPÉRIO SHOW-REALIZAÇÃO DE ESPECTÁCULOS MUSICAIS, LDª | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES DAS ARTES DO ESPECTÁCULO | R | 5 a 9 |
| COMEDIAS DO MINHO A.P.P.A. CULTURAS NO VALE DO MIN | VALENÇA | ACTIVIDADES DAS ARTES DO ESPECTÁCULO | R | 10 a 49 |
| SILVA & VIEIRA-HEALTH & FITNESS, LDA. | PONTE DE LIMA | ACTIVIDADES DE GINÁSIO (FITNESS) | R | 1 a 4 |
| FUNDACAO GIL EANNES | VIANA DO CASTELO | ACTIVIDADES DOS MUSEUS | R | 1 a 4 |
| MODERAÇÃO & RIGOR, GESTÃO DESPORTIVA UNIPESSOAL, LDA | PONTE DA BARCA | GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS | R | 5 a 9 |
| PERIPECIAS DIVERTIDAS UNIPESSOAL, LDA | VIANA DO CASTELO | GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS | R | 5 a 9 |
| MAGNETIKSMILE - FITNESS E DESPORTO, LDA | VIANA DO CASTELO | GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS | R | 5 a 9 |
| VENTURA & QUEIROS - WELLNESS, LDA | VIANA DO CASTELO | GESTÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS | R | 10 a 49 |
| DESCUBRA MINHO LDA | VIANA DO CASTELO | ORGANIZAÇÃO DE ACTIVIDADES DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA | R | 1 a 4 |
| CASA DO POVO DE TANGIL | MONÇÃO | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 1 a 4 |
| VESSADAS - ASS. P/ DESENVOLV. RURAL TERRAS DE COURA | PAREDES DE COURA | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 1 a 4 |
| CENTRO PAROQUIAL DE BEIRAL DO LIMA | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 5 a 9 |
| ACEB-ASSOCIAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ENTRE BALDIOS | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 5 a 9 |
| ASS. PORTUGUESA CRIAD. B.R.G. APACR | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 5 a 9 |
| IRIS INCLUSIVA - ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 5 a 9 |
| CASA PESSOAL HOSPITAL VIANA CASTELO | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 10 a 49 |
| ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DE AGRICULTORES DE MONÇÃO | MONÇÃO | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 10 a 49 |
| CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS | PONTE DA BARCA | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 10 a 49 |
| CASA DO POVO S. JULIAO DE FREIXO | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES ASSOCIATIVAS, N.E. | R | 50 a 99 |
| BEACHBOWLING - CENTRO LAZER E DIVER. VALE LIMA, LD | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DE DIVERSÃO E RECREATIVAS, N.E. | R | 10 a 49 |
| ASSOCIAÇÃO DE CAÇA DESPORTIVA DO BONFIM | MONÇÃO | OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS, N.E. | R | 1 a 4 |
| SPORT AMOROSA HEALTH CLUB,SA | VIANA DO CASTELO | OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS, N.E. | R | 5 a 9 |
| G.P.L. - GOLFE DE PONTE DE LIMA S.A. | PONTE DE LIMA | OUTRAS ACTIVIDADES DESPORTIVAS, N.E. | R | 10 a 49 |
| VALDELIMA, CRL | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS E PATRONAIS | S | 10 a 49 |
| ASS.PRODUTOR.FLORESTAIS VALE MINHO | VALENÇA | ACTIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ECONÓMICAS E PATRONAIS | S | 10 a 49 |
| GONÇALVES & Cª, LDA | ARCOS DE VALDEVEZ | ACTIVIDADES FUNERÁRIAS E CONEXAS | S | 1 a 4 |
| AGENCIA FUNERARIA GOMES VILARINHO, LDA. | MONÇÃO | ACTIVIDADES FUNERÁRIAS E CONEXAS | S | 1 a 4 |
| J.F.M., LDA | MONÇÃO | ACTIVIDADES FUNERÁRIAS E CONEXAS | S | 1 a 4 |
| CENTRO FUNERARIO ALTO MINHO, LDA | MONÇÃO | ACTIVIDADES FUNERÁRIAS E CONEXAS | S | 10 a 49 |
| ACADEMIA JADANÇA - ASSOC. RECREATIVA DANÇA SOCIAL | VIANA DO CASTELO | ASSOCIAÇÕES CULTURAIS E RECREATIVAS | S | 1 a 4 |
| ASSOCIACAO FLORESTAL DO LIMA | PONTE DE LIMA | ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE | S | 10 a 49 |
| ASSOCIAÇÃO FLORESTAL DOS VALES MINHO,COURA,ÂNCORA,VEZ E LIMA | ARCOS DE VALDEVEZ | ASSOCIAÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE | S | 10 a 49 |
| DIGIBELEZA,LDA | VALENÇA | INSTITUTOS DE BELEZA | S | 1 a 4 |
| ANA LUISA MALHEIRO DOMINGUES UNIPESSOAL LDA. | VALENÇA | LAVAGEM E LIMPEZA A SECO DE TÊXTEIS E PELES | S | 1 a 4 |
| PREDILETO & DISTINTO UNIPESSOAL LDA | PONTE DE LIMA | LAVAGEM E LIMPEZA A SECO DE TÊXTEIS E PELES | S | 5 a 9 |
| SAMEIRO SILVA, UNIPESSOAL, LDA | VIANA DO CASTELO | SALÕES DE CABELEIREIRO | S | 5 a 9 |
| FASEMISTERIO, LD | VIANA DO CASTELO | SALÕES DE CABELEIREIRO | S | 5 a 9 |

1.3. CIM 4

**LISTAGEM DAS ENTIDADES EMPREGADORAS QUE
RESPONDERAM AO INQUÉRITO ONLINE**

| NOME_EMPRESA |
|---|
| 2008-AFLEX PORTUGAL-INDUSTRIA BORRACHAS, LDA |
| A TERRA MINHOTA JORNAL E TIPOGRAFIA LDA |
| A. S. R. JUVENTUDE VILA FONCHE/JUVENTUDE |
| A.VENTURA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇOES DO MINHO,LDA. |
| ACADEMIA DE MÚSICA FERNANDES FÃO |
| ACARDOSO-CONTABILIDADE E GESTAO, LDA |
| ACEB-ASSOCIAÇÃO PARA COOPERAÇÃO ENTRE BALDIOS |
| ADEMINHO ESCOLA PROF. A. MINHO INTERIOR |
| ADRIMINHO ASSOC DESENVOLVIMENTO RURAL INT.VALE DO MINHO |
| AFONSO DESIGNERS, LDA |
| ALEXANDRA CRASTO, CONTABILIDADE UNIPessoal LDA. |
| ALVEGAL - VIAGENS E TURISMO, LDA |
| AMBULÂNCIAS ARCUENSES, LDA |
| AMEADELLA - PASTELARIA, LDA |
| AROMATICAS VIVAS,LDA |
| ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE EDUCAÇÃO POPULAR |
| ASSOCIACAO FLORESTAL DO LIMA |
| ASSOCIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL DOS AMIGOS DE PONTE DA BARCA |
| ATEPELI -ATELIERS DE PONTE DE LIMA S.A. |
| AUTO RABAL, S.A. |
| AUTO RENO MINHO COMERCIO DE AUTOMOVEIS, LDA |
| AUTO VIAÇÃO DO MINHO, LDA |
| AVIC-AUTOCARROS E VIAGENS IRMAOS CUNHA, SA |
| BALTOR - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO ,LDA |
| BARQUENSE AG. VIAGENS TURISMO, LDA. |
| BERRYLIMA, LDA |
| BIODIVERSUS - AGRICULTURA BIOLÓGICA, LDA. |
| BOAVENTURA & BOAVENTURA,LDA |
| BRAZ & CARVALHO, LDA. |
| CALDAS & GARCIA,LDA |
| CASA DOS RAPAZES E OFICINAS DE SÃO JOSÉ |
| CENTRO FUNERARIO ALTO MINHO, LDA |

| NOME_EMPRESA |
|--|
| CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE S.JORGE |
| CENTRO PAROQUIAL SOCIAL SANTA MARIA GRADE |
| CENTRO SOCIAL DE ENTRE AMBOS-OS-RIOS |
| CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VILA DE PUNHE |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE SOAJÓ |
| CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE VILA NOVA DE ANHA |
| CLÍNICA DENTÁRIA DR.VÍTOR OLIVEIRA, LDA |
| CONGREGACAO NOSSA SR.CARIDADE |
| COOP. AGRICOLA AGR. VALE LIMA, CRL |
| COVAS TRANSPORTES, LDA |
| CRISTINA ARAÚJO & ARAÚJO, LDª |
| CUNHA AMORIM & RIBEIRO, LDA. |
| DIMACER - COMÉRCIO EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA |
| EDUARDO FERNANDO COSTA LIMA UNIPessoal LDA |
| EUROPA&C KRAFT VIANA, S.A. |
| FORBES - ARTES GRÁFICAS, LDA |
| FUNDILUSA FUNDICOES PORTUGUESAS, LDA |
| FUROS DE ÁGUA SIMPLICIO & FILHOS, LDA. |
| GAPEVAL - GABINETE DE APOIO A EMPRESAS, LDA |
| GESTAMP CERVEIRA, LDA |
| GRANIFINAS - EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS,LDA |
| GRUPO ANTOLIN LUSITÂNIA - COMPONENTES AUTOMÓVEL, S.A. |
| GRUPO ANTOLIN VALENÇA COMP. AUTOMOVÉL SOC. UNIPessoal, LDA |
| I9 DESIGN - ESTÚDIO DE COZINHA, LDA. |
| J.OLIVEIRA E DOMINGUES,LDA |
| JOSÉ AUGUSTO DE BRITO ARAÚJO, CONSTRUÇÕES, LDA |
| LIMA ESCAPE-EMPREENHIMENTOS TURISTICOS, LDA |
| MARIA MANUELA GONÇALVES, UNIPessoal, LDA. |
| MARIO R. C. PINTO, LDA. |
| METALOCAMINHA-METALOMECÂNICA, LDA |
| MOAI MOMENTO OBRA D' AUTOR INDEPENDENTE, LDA |
| OUSAM-ORGANISMO UTILITARIO SOCIAL APOIO MÚTUO |

| NOME_EMPRESA |
|--|
| PAULO DIAS - CONTABILIDADE, LDA |
| PORTANCORA, PAINEIS ALUMINIO , LDA |
| RAIZ DA TERRA PRODUCAO DE PLANTAS U |
| ROLVALENÇA, LDA |
| S. J. TEXTEIS, S.A. |
| SAERTEX PORTUGAL UNIPessoal, LDA |
| SALVADOR ALVES PEREIRA & FILHOS LDA. |
| SANITOP-MATERIAL SANITARIO, LDA |
| SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA |
| TEIXEIRA & MARTINS AUTOMOVEIS, LDA |
| TRANSCUNHA - TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE VIANA, LDA |
| VALDELIMA, CRL |

1.4. CIM 5

**TAXA DE RETORNO DE RESPOSTA AO INQUÉRITO -
EMPRESAS POR SETOR DE ATIVIDADE E DIMENSÃO DA
EMPRESA**

INQUÉRITO AOS EMPREGADORES

Definição da amostra: O inquérito foi aplicado a 709 empresas/organizações dos 10 concelhos do Alto Minho, estratificadas por sector de atividade económica (CAE, VER.3) e por dimensão de empresa (escalões de pessoas ao serviço), a partir de uma base de dados dos Quadros de Pessoal disponibilizada pela ANQEP.

Foram obtidas 135 respostas, correspondendo a 19% do total inquéritos enviados, sendo que 10 respostas foram considerados inválidos por não constar da amostra.

Nº de empresas inqueridas por sector de atividade e dimensão da empresa

| | | Nº de trabalhadores | | | | | | | |
|--------------------------|--|---------------------|-------|-------|---------|---------|---------|-----|-------|
| ATIVIDADES (CAE - REV.3) | | 0-9 | 10-49 | 50-99 | 100-149 | 150-199 | 200-249 | 250 | Total |
| A | Agricultura, produção animal, caça, florestal e pesca | 3 | 2 | | | | | | 5 |
| B | Indústrias Extrativas | | | 1 | | | | | 1 |
| C | Indústrias Transformadoras | 2 | 5 | 5 | 2 | 1 | 1 | 7 | 23 |
| D | Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio | | | | | | | | 0 |
| E | Captação, tratamento e distribuição de água; Saneamento, gestão de resíduos e despoluição. | 1 | | | | | | | 1 |
| F | Construção | 2 | 6 | 1 | | | | | 9 |
| G | Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos | 3 | 9 | | | 1 | | | 13 |
| H | Transportes e armazenagem | 2 | 8 | 1 | | | 1 | | 12 |
| I | Alojamento, restauração e similares | 1 | 6 | 1 | | | | | 8 |
| J | Atividades de informação e de comunicação | | | | | | | | 0 |
| K | Atividades financeiras e de seguros | | | 1 | | | | | 1 |
| L | Atividades imobiliárias | | | | | | | | 0 |
| M | Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares | 9 | 3 | | | | | | 12 |
| N | Atividades administrativas e dos serviços de apoio | 6 | | | 1 | | | | 7 |
| O | Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória | | | | | | | | 0 |
| P | Educação | | 1 | 1 | | | | | 2 |
| Q | Atividades de saúde humana e apoio social | 4 | 14 | 2 | 1 | 1 | | | 22 |
| R | Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas | | | | | | | | 0 |
| S | Outras atividades de serviços | 3 | 4 | | | | | | 7 |
| T | Famílias empregadoras de pessoal doméstico | | | | | | | | 0 |
| U | Ativ. dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais | | | | | | | | 0 |
| Total | | 36 | 58 | 13 | 4 | 3 | 2 | 7 | 123 |

Nota: Dois questionários não assinalaram corretamente o CAE e não foram incluídos nesta tabela

2. CIM 6

CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO “ESTUDO DE
ANTECIPAÇÃO DAS NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES
DO ALTO MINHO – AÇÃO PILOTO”

FW: CONVITE: Reunião sobre o "Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho - Ação Piloto" 21|março

Angelina Presa <angelinapresa@etap.pt>
Para: Angelina Presa <angelinapresa@etap.pt>

3 de fevereiro de 2018 às 11:42

De: geral [mailto:geral@cim-altominho.pt]

Enviada: 10 de março de 2017 11:32

Assunto: CONVITE: Reunião sobre o "Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto" 21|março

Exmo(a) Sr(a) Diretor(a),

A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho está a colaborar com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional no desenvolvimento de um estudo, designado “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, o qual tem como objetivo criar um Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação no sentido de permitir orientações claras para a definição da rede de ofertas formativas no Alto Minho, bem como para a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações.

Para o desenvolvimento deste estudo, a ANQEP definiu uma metodologia de trabalho que serviu de suporte à intervenção das CIM's para a implementação do módulo de aprofundamento regional previsto na metodologia, no sentido de produzir uma abordagem mais contextualizada à dinâmica de procura e oferta das qualificações à escala do Alto Minho (cfr. Anexo 1_ Metodologia).

Do conjunto de instrumentos utilizados incluíram-se, quer metodologias de cariz quantitativo (ex. inquérito por questionário às empresas, análise de indicadores estatísticos sobre o mercado de emprego), quer de cariz qualitativo (ex. análise do impacto estimado da dinâmica recente de investimentos, realização de Focus Group).

Finalizado o processo de recolha e análise de informação, elaborou-se uma proposta preliminar de relevância das qualificações para o Alto Minho, a partir da proposta de relevância das qualificações apresentada pela ANQEP para a Região Norte. De acordo com a metodologia, a relevância das qualificações no Alto Minho será obtida, assim, com base nos ajustamentos efetuados ao quadro que identifica a relevância de cada qualificação na região NUT II-Norte e nas classificações obtidas em resultado das análises retrospectiva e prospetiva da evolução de emprego, sendo esta relevância apresentada utilizando uma escala crescente de 1 a 10 (cfr. Anexo 2_Proposta preliminar de atribuição da relevância de qualificações para o Alto Minho).

Neste contexto, considerando a importância do envolvimento neste processo das principais entidades intervenientes no processo de concertação da rede de oferta formativa, vimos convidar V.Ex^a a participar na reunião de trabalho com os operadores de Educação e Formação do Alto Minho, no próximo o dia 21 de março (terça-feira), pelas 10h00, nas instalações da CIM Alto Minho, Edifício Villa Moraes, em Ponte de Lima, para auscultação e apresentação de eventuais contributos relativamente à proposta preliminar de atribuição da relevância de qualificações do Alto Minho.

Agradece-se confirmação da presença, com a brevidade possível, através dos seguintes contactos: telefone: 258 800 200 ou amonteiro@cim-altominho.pt

Com os melhores cumprimentos,

Júlio Pereira

Primeiro-Secretário do SEI

Secretariado

Elisabete Rolo



Tel.: +351 258 800 200

E-mail: geral@cim-altominho.pt

www.cim-altominho.pt

--

Com os melhores cumprimentos,

Angelina Presa

Diretora Pedagógica

ETAP - Escola Profissional

2 anexos



Anexo 1_ Metodologia.pdf
251K



Anexo 2_Proposta preliminar de atribuição da relevância de qualificações para o Alto Minho.pdf
579K

2.1 CIM 7

**SANQ NO ALTO MINHO - METODOLOGIA E PRINCIPAIS
FONTES DE INFORMAÇÃO**

Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação no Alto Minho

Metodologia e principais fontes de informação

I. A Comunidade Intermunicipal do Alto Minho está a desenvolver um estudo em parceria com a ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, designado “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”, o qual tem como objetivo criar um **Sistema de identificação de necessidades de qualificações e de indicação de áreas e saídas profissionais prioritárias para a rede de educação e formação** no sentido de permitir orientações para a definição da rede de ofertas formativas no Alto Minho, para o ano letivo de 2017/18.

Para o desenvolvimento deste estudo, a ANQEP definiu uma metodologia de trabalho que serviu de suporte à intervenção das CIM's para a implementação do módulo de aprofundamento regional previsto na metodologia, no sentido de produzir uma abordagem mais contextualizada à dinâmica de procura e oferta das qualificações à escala do Alto Minho.

Neste contexto, o presente exercício deve ser entendido no âmbito de um processo de melhoria do planeamento da oferta de qualificações de tipo intermédio, mais propriamente dos cursos profissionais, criando condições para a melhoria da articulação entre a oferta de qualificações e a procura por partes dos empregadores.

Do conjunto de instrumentos utilizados incluíram-se metodologias de cariz quantitativo e qualitativo, estruturado em dois eixos de análise, tendo em vista a caracterização das dinâmicas recentes do mercado de trabalho e a análise prospetiva da evolução da procura de qualificações.

Apresenta-se, de forma resumida, a abordagem seguida para cada um dos Eixos em torno dos quais se desenvolveu a análise:

EIXO 1- ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO:

Este eixo centra-se na análise de dados estatísticas sobre o mercado de trabalho tendo por objetivo caracterizar as dinâmicas de evolução do emprego nos últimos 4 anos, procurando abranger 3 dimensões de análise: (i) dinamismo do emprego na qualificação profissional; (ii) procura preferencial pelo emprego jovem; e (iii) especialização profissional territorial.

O trabalho a desenvolver neste eixo pressupôs a solicitação de informação estatística ao GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento, em particular dos Quadros de Pessoal, em 2012, 2013, 2014 e 2015, considerando as seguintes variáveis:

- Diferença da taxa de crescimento do emprego na qualificação profissional entre 2012 e 2015 no NUT III - Alto Minho e NUTII – Norte;
- Rácio entre o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte (jovens 20-24 anos com ensino secundário ou menos);

- Rácio entre o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte

EIXO 2 – ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

Este eixo combina duas vertentes de análise: (i) Uma centrada essencialmente na informação de base quantitativa sobre a evolução prospetiva da procura de qualificações; e (ii) uma segunda vertente que integra estratégias qualitativas de recolha de informação através da realização de Focus Group e análise qualitativa dos efeitos prospetivos que possam ser associados a projetos de investimento decorrentes dos apoios comunitários, nomeadamente do Sistema de Incentivos do Compete 2020 e do Norte 2020.

a) Abordagem Quantitativa

- Aplicação de inquérito por questionário a empresas e outros empregadores, visando aferir localmente as dinâmicas de evolução do emprego no curto prazo (2 anos). O inquérito foi aplicado a 709 empresas/organizações dos 10 concelhos do Alto Minho, estratificadas por sector de atividade económica (CAE, VER.3) e por dimensão de empresa (escalões de pessoas ao serviço), a partir de uma base de dados dos Quadros de Pessoal disponibilizada pela ANQEP.
Foram obtidas 135 respostas, correspondendo a 19% do total inquéritos enviados, sendo que 11 respostas foram considerados inválidos por não constar da amostra.
- Análise das ofertas de emprego registadas no IEFP, por CAE e por profissão, em 2015 e 2016, para a NUT III Alto Minho e NUT II – Norte.

b) Abordagem Qualitativa

- Análise dos resultados dos Focus Group realizados no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho sobre os seguintes sectores económicos: Turismo; Enogastronomia; Energia; Floresta, Madeira e Mobiliário; Têxteis, vestuário e calçado; Comércio; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana; e Economia Social.
- Análise do Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho
- Análise das dinâmicas recentes de investimentos através da análise dos projetos aprovados e respetivo investimento elegível, do Sistema de Incentivos do Compete 2020 e do Norte 2020, para o Alto Minho

Do resultado da análise desta informação resultou um quadro de indicadores que constitui o referencial para atribuição da classificação da relevância de qualificação para o Alto Minho.

| | | Eixo 1 | | | Total Eixo1 | Eixo 2 | | | Total Eixo2 | Total Eixos 1 + 2 | RELEVANCIA |
|-------------------------------------|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|------------|
| Profissão segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificação Relacionada | Indicador 1 | Indicador 2 | Indicador 3 | | Indicador 1 | Indicador 2 | Indicador 3 | | | |
| | | | | | | | | | | | |

Conforme referencial metodológico proposto pela ANQEP, cada CIM deve completar o quadro de análise, identificando a relevância de cada qualificação para o Alto Minho, face à proposta de relevância para a Região Norte.

Para aferir a relevância de cada qualificação somam-se as notações obtidas nos eixos 1 e 2, que apresentam uma correspondência de acordo com a seguinte escala:

- _ Se o total é menor ou igual a -5 subtrai-se 2 valores à relevância do Norte;
- _ Se total está entre -4 e -3 subtrai-se 1 valor à relevância do Norte;
- _ Se total está entre -2 e 2 o valor é igual à relevância do Norte;
- _ Se total está entre 3 e 4 adiciona-se 1 valor à relevância do Norte;
- _ Se total é maior ou igual a 5 adiciona-se 2 valores à relevância do Norte.

As relevâncias 10 e 9 indicam um cenário de crescimento, 8 e 7 um crescimento prudente, 6 e 5 um cenário de estabilidade e abaixo dos 5 trata-se de um cenário de decréscimo.

A proposta de relevância das qualificações no Alto Minho é comparada com a relevância de cada qualificação na região Norte. A diferenciação das propostas do Alto Minho face à Região Norte está condicionada pelos seguintes intervalos de variação:

| Escala (de 1 a 10) | | | |
|--|-----------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| Relevância das qualificações ao nível do diagnóstico de âmbito nacional (NUT II) | Relevância de: 1, 2 ou 3 | Relevância de: 4, 5, 6 ou 7 | Relevância de: 8, 9 ou 10 |
| Ajuste da relevância através do diagnóstico regional (CIM/AM) | Variação até +/- 2 | Variação até +/- 3 | Variação até +/-2 |

II. Quadro de Indicadores de suporte de cada Eixo

A classificação atribuída a cada indicador apresenta uma escala de 3 níveis, que pode variar entre 0, 1 e -1, correspondendo:

- 1 a uma indicação positiva relativamente à relevância;
- 0 a uma indicação de moderada relevância;
- -1 a uma indicação negativa da relevância.

EIXO 1- ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO:

Este eixo contempla três indicadores:

| Indicador 1 – diferença da taxa de crescimento do emprego na qualificação profissional entre 2012 e 2015 na NUT III - Alto Minho e a NUT II - Norte | |
|--|--|
| Formula: | $\left[\left(\frac{\text{nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, segundo a profissão, 2015, no Alto Minho}}{\text{nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, segundo a profissão, 2012, no Alto Minho}} \right) - \left(\frac{\text{nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, segundo a profissão, 2015, no Norte}}{\text{nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos, segundo a profissão, 2012, no Norte}} \right) \right]$ |
| Notação: | <p>Se a taxa de crescimento no Alto Minho for negativa e a diferença de taxas de crescimento for negativa e se verificar um decréscimo de 10 ou mais empregados atribui-se -1;</p> <p>Se a taxa de crescimento no Alto Minho for positiva e a diferença de taxas for positiva e se verificar um aumento de 10 ou mais empregados atribui-se 1;</p> <p>Se o resultado não estiver nas condições anteriores atribui-se 0.</p> |

| Indicador 2 – rácio entre o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte (jovens 20-24 anos com ensino secundário ou menos) | |
|--|---|
| Fórmula: | $\left(\frac{\text{nº de jovens ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão no Alto Minho}}{\text{nº de jovens ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão na Região Norte}} \right) / \left(\frac{\text{nº total de jovens ao serviço nos estabelecimentos no Alto Minho}}{\text{nº total de jovens ao serviço nos estabelecimentos na Região Norte}} \right), \text{ (jovens 20-24 anos com ensino secundário ou menos)}$ |
| Notação: | <p>Se o resultado está entre 0 – 0,49 nos dois anos atribui-se -1;</p> <p>Se o resultado está entre 0,5 - 1,49 nos dois anos atribui-se 0;</p> <p>Se o resultado igual ou superior a 1,5 nos dois anos atribui-se 1;</p> |

Indicador 3 – rácio entre o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte

| | |
|-----------------|---|
| Fórmula: | $\frac{(\text{n}^\circ \text{ de pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão no Alto Minho} / \text{n}^\circ \text{ de pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão na Região Norte})}{(\text{n}^\circ \text{ total de pessoas ao serviço nos estabelecimentos no Alto Minho} / \text{n}^\circ \text{ total de pessoas ao serviço nos estabelecimentos na Região Norte})}$ |
| Notação: | Se o resultado está entre 0 – 0,49 nos dois anos atribui-se -1; Se o resultado está entre 0,5 - 1,49 nos dois anos atribui-se 0; Se o resultado igual ou superior a 1,5 nos dois anos atribui-se 1; Se os resultados não se verificar nos dois anos dentro do mesmo intervalo atribui-se 0 |

No mapa de indicadores de suporte, a notação do eixo 1 corresponde à soma da notação atribuída a cada um dos indicadores mencionados, conforme escala acima mencionada.

Neste caso, a classificação indica que:

- 1 dá uma indicação positiva em relação ao crescimento do emprego, procura de emprego jovem e especialização profissional territorial da qualificação;
- 0 dá uma indicação de estabilidade do emprego, procura contida de emprego jovem e não especialização profissional territorial da qualificação e, por ultimo;
- -1 dá uma indicação negativa da evolução do emprego e procura de emprego jovem e uma ausência de especialização territorial da qualificação.

EIXO 2 – ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

O presente eixo é composto por 3 indicadores. A soma da notação atribuída a cada um destes 3 indicadores corresponde à notação atribuída ao eixo 2.

| Indicador 1 - perspetiva de vagas de emprego por qualificação obtida no inquérito | |
|--|---|
| Fórmula: | Considerou-se as respostas dos 124 questionários validados às questões C.13 - “Assinale, p.f., os casos em que nos próximos dois anos prevê contratar trabalhadores” e C.15 – “Estima ter que reduzir o número de trabalhadores nos próximos 2 anos?” |
| Notação: | Se as respostas à C.15 for superior a 0 e à C.13 for igual a 0 atribui-se -1 Se as respostas à C.13 estiverem entre 1 - 4 atribui-se 0; Se as respostas à C.13 for igual ou superior a 5 atribui-se 1. |

Indicador 2 - especialização regional - rácio entre o peso das vagas estimadas na qualificação profissional na NUT III Alto Minho no total das vagas na qualificação na NUT II- Norte e o peso do número total de vagas na NUT III no total de vagas na NUT II – Norte, 2015, 2016

| | |
|-----------------|---|
| Fórmula: | (nº de ofertas/vagas registadas no IEFP segundo a profissão no Alto Minho / nº de ofertas/vagas registadas no IEFP segundo a profissão na Região Norte) / (nº total de ofertas/vagas registadas no IEFP no Alto Minho / nº total de ofertas/vagas registadas no IEFP na Região Norte) |
| Notação: | Se o resultado está entre 0 – 0,49 nos dois anos atribui-se -1; Se o resultado está entre 0,5 - 1,49 nos dois anos atribui-se 0; Se o resultado é igual ou superior a 1,5 nos dois anos atribui-se 1 Caso os resultados no intervalo respetivo não se verificar nos dois anos atribui-se 0 |

Indicador 3 – necessidades de competências manifestadas nos FG / análise dos projetos aprovados no Sistema de Incentivos dos Programas Operacionais Norte 2020 e Compete 2020

| | |
|-----------------|---|
| Fórmula: | Considerou-se as intervenções dos participantes nos Focus Group realizados no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho, sobre: Turismo; Eno-Gastronomia; Energia; Floresta, Madeira e Mobiliário; Têxteis, vestuário e calçado; Comércio; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana; e Economia Social; o Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho; e ainda os projetos aprovados no âmbito dos Programas Operacionais Norte 2020 e Compete 202, de acordo com as seguintes dimensões: <ul style="list-style-type: none"> • Constrangimentos ao crescimento do emprego no setor • Necessidades de qualificação e competências • Distribuição do investimento elegível aprovado dos projetos dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por CAE |
| Notação: | Se o resultado das duas dimensões é negativo atribui-se -1; Se o resultado das duas dimensões é neutro atribui-se 0; Se o resultado das duas dimensões é positivo atribui-se 1; |

2.2. CIM 8

PROPOSTA PRELIMINAR – RELEVÂNCIA DAS
QUALIFICAÇÕES DO ALTO MINHO E DO NORTE

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|---|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 8153 - Operador de máquinas de costura | Costureiro/a Industrial de Tecidos (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 10 | 10 |
| 8156 - Operador de máquinas de fabrico de calçado e similares | Operador/a de Fabrico de Calçado (N. 2) | -1 | -1 | -1 | -3 | 1 | -1 | 1 | 1 | -2 | 10 | 10 |
| 8156 - Operador de máquinas de fabrico de calçado e similares | Operador/a de Fabrico de Marroquinaria (N. 2) | -1 | -1 | -1 | -3 | 1 | -1 | 1 | 1 | -2 | 10 | 10 |
| 4321 - Empregados de aprovisionamento e armazém | Operador de Logística (N.2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | 0 | 1 | 1 | -1 | 9 | 9 |
| 4321 - Empregados de aprovisionamento e armazém | Técnico de Logística (N.4) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | 0 | 1 | 1 | -1 | 9 | 9 |
| 7211 - Operador de fundição | Operador/a de Fundição (N. 2) | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | -1 | 1 | 0 | 2 | 9 | 9 |
| 7211 - Operador de fundição | Operador/a de Fundição Injetada (N.2) | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | -1 | 1 | 0 | 2 | 9 | 9 |
| 7536 - Sapateiros e similares | Técnico/a de Fabrico Manual de Calçado (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 9 | 9 |
| 8152 - Operador de máquinas de tecer e tricotar | Costureiro/a Industrial de Malhas (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 9 | 9 |
| 8152 - Operador de máquinas de tecer e tricotar | Operador/a de Tecelagem (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 9 | 9 |
| 8152 - Operador de máquinas de tecer e tricotar | Operador/a de Tricotagem (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 |
| 8152 - Operador de máquinas de tecer e tricotar | Operador/a de Fiação (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 |
| 8152 - Operador de máquinas de tecer e tricotar | Técnico/a de Tecelagem (N.4) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 |
| 8152 - Operador de máquinas de tecer e tricotar | Técnico/a de Malhas – Máquinas de Peúgas e Meias e Seamless (N.4) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 |
| 3117 - Técnico da metalurgia de base e da indústria extractiva | Técnico/a Especialista em Gestão da Produção (Supervisor de Produção) – Indústria Metalúrgica e | 0 | 0 | -1 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 5211 - Técnicos de comércio e vendas (5211 a 5249) | Técnico/a Comercial (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 5211 - Técnicos de comércio e vendas (5211 a 5249) | Técnico/a de Vendas (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 5211 - Técnicos de comércio e vendas (5211 a 5249) | Empregado/a Comercial (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 8 | 8 |
| 5211 - Técnicos de comércio e vendas (5211 a 5249) | Técnico/a de Comércio (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 8 | 8 |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | Pedreiro/a (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 | 9 | 8 |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | Calceteiro/a (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 9 | 8 |
| 7222 - Serralheiro de moldes, cunhos, cortantes e similares | Serralheiro Mecânico (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 7222 - Serralheiro de moldes, cunhos, cortantes e similares | Serralheiro/a de Moldes, Cunhos e Cortantes (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 7222 - Serralheiro de moldes, cunhos, cortantes e similares | Serralheiro Mecânico de Manutenção (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | 1 | 0 | -1 | 8 | 8 |
| 7223 - Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas para trabalhar metais | Fresador/a Mecânico/a (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | -1 | 1 | 1 | 4 | 9 | 8 |
| 7533 - Trabalhadores de costura, bordados e similares | Costureiro/a Modista (N.2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 8121 - Operadores de instalações de transformação de metais | Operador/a de Máquinas Ferramentas (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 8 | 8 |
| 8121 - Operadores de instalações de transformação de metais | Operador de Máquinas Ferramentas CNC (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 |
| 8121 - Operadores de instalações de transformação de metais | Serralheiro Civil (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 8 | 8 |
| 8154 - Operador de máquinas de branquear, tingir e limpar, tecidos e outros têxteis | Operador/a de Tinturia (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 8 | 8 |
| 8154 - Operador de máquinas de branquear, tingir e limpar, tecidos e outros têxteis | Técnico/a e Enobrecimento Têxtil (N.4); | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 8 | 8 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a Especialista em Design de Calçado (N.5) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|---|--|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Modelista de Vestuário (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a de Design de Moda (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a de Coordenação e Produção de Moda (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a de Modelação de Calçado (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Tecelagem (N.5) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Malhas (N.5) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 2163 - Designers de produto, têxteis, moda e de interiores | Técnico/a Especialista em Design Têxtil para Estamparia (N.5) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico/a de Electrónica e Telecomunicações (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico/a de Electrónica, Automação e Sistemas (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico/a de Electrónica Áudio, Vídeo e TV (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico/a de Electrónica, Automação e Comando (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico de Electrónica, Automação e Computadores (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico/a de Electrónica Automação e Instrumentação (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3114 - Técnico de electrónica | Técnico/a de Electrónica Médica (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | Técnico/a da Qualidade (N.4) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 | 5 | 9 | 7 |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecânica (N.5) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 | 5 | 9 | 7 |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | Técnico/a Especialista em Tecnologia Mecatrónica (N.5) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 | 5 | 9 | 7 |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | Técnico/a Especialista em Mecatrónica Automóvel, Planeamento e Controlo de Processos (N.5) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 2 | 5 | 9 | 7 |
| 5131 - Empregado de mesa e bar (5131+5132) | Empregado/a de Restaurante/Bar (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 8 | 7 |
| 5131 - Empregado de mesa e bar (5131+5132) | Técnico/a de Restaurante/Bar (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 8 | 7 |
| 5312 - Auxiliar de professor | Técnico/a de Ação Educativa (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 7 | 7 |
| 5321 - Auxiliar de saúde | Técnico/a Auxiliar de Saúde (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 7 | 7 |
| 5322 - Apoio à família e cuidados pessoais (5322+5329) | Agente em Geriatria (N.2) | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | 5 | 9 | 7 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | Sapador/a Florestal (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | 1 | 0 | 2 | 5 | 9 | 7 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | Operador/a Florestal (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | 1 | 0 | 2 | 5 | 9 | 7 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | Motosserista (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 8 | 7 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais (N.4) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 8 | 7 |
| 7122 - Assentadores de revestimentos e ladrilhadores | Ladrilhador/a / Azulejador/a (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 8 | 7 |
| 7126 - Canalizador e montador de tubagens | Canalizador/a (N. 2) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 |
| 7212 - Soldadores e trabalhadores de corte a oxi-gás | Técnico/a de Soldadura (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 7 | 7 |
| 7212 - Soldadores e trabalhadores de corte a oxi-gás | Soldador/a (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | 7 | 7 |
| 7231 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Reparador/a de Motociclos (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|---|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 7231 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Mecânico/a de Serviços Rápidos (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 |
| 7231 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Mecânico/a de Automóveis Ligeiros (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 7 | 7 |
| 7231 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Reparador/a de Carroçarias de Automóveis Ligeiros (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 7 | 7 |
| 7231 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Mecânico/a de Automóveis Pesados de Passageiros e de Mercadorias (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 7 | 7 |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | Tecelão/Tecedreira (N.2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 8 | 7 |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | Bordador/a (N.2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 8 | 7 |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | Artesão/ã das Artes do Têxtil (N.4) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 8 | 7 |
| 7411 - Eletricista de construções e similares | Eletricista de Instalações (N. 2) | -1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 |
| 8122 - Operador de máquinas de revestimento, metalização e acabamento de metais | Técnico/a de Tratamento de Metais (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 7 | 7 |
| 8172 - Operador de instalações para o trabalho da madeira e cortiça | Operador/a de Máquinas de Segunda Transformação da Madeira (N. 2) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | 0 | -1 | -2 | 7 | 7 |
| 9611 - Trabalhador da recolha de resíduos | Operador/a de Sistemas de Gestão de Resíduos Sólidos (N.2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 7 | 7 |
| 2651 - Artistas de artes visuais (plásticas) | Técnico/a Especialista em Conservação e Restauro de Madeira (Escultura e Talha) (N.5) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 6 | 6 |
| 3116 - Técnico de química industrial | Técnico/a de Transformação de Polímeros/ Processos de Produção (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 6 | 6 |
| 3116 - Técnico de química industrial | Técnico/a Especialista em Processos de Coloração e Acabamentos têxteis (N.5) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | 1 | 0 | -1 | 6 | 6 |
| 3116 - Técnico de química industrial | Técnico/a de Química Industrial (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | 1 | 0 | -1 | 6 | 6 |
| 3122 - Encarregado da indústria transformadora | Técnico/a de Planeamento Industrial de Metalurgia e Metalomecânica (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 6 | 6 |
| 3122 - Encarregado da indústria transformadora | Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos - Fundição (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 6 | 6 |
| 3122 - Encarregado da indústria transformadora | Técnico/a de Gestão de Produção da Indústria da Cortiça (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 4110 - Empregado de escritório em geral | Técnico/a Administrativo (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 6 | 6 |
| 4110 - Empregado de escritório em geral | Assistente Administrativo/a (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 6 | 6 |
| 5120 - Cozinheiro | Técnico/a de Restauração – Cozinha/Pastelaria (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 6 | 6 |
| 5120 - Cozinheiro | Técnico/a Especialista em Gestão e Produção de Cozinha (N.5) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 6 | 6 |
| 5120 - Cozinheiro | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 6 | 6 |
| 5120 - Cozinheiro | Cozinheiro/a (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 6 | 6 |
| 7115 - Carpinteiros e similares | Carpinteiro/a de Limpos (N. 2) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | Pintor/a de Construção Civil (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7 | 6 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | Pintor/a / Decorador/a (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7 | 6 |
| 7132 - Pintores à pistola e envernizadores | Pintor/a de Veículos (N.2) | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | -1 | 0 | 0 | 2 | 6 | 6 |
| 7421 - Mecânico e reparador de equipamentos electrónicos | Instalador/a - Reparador/a de Áudio, Rádio, TV e Vídeo (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 7421 - Mecânico e reparador de equipamentos electrónicos | Eletromecânico/a de Eletrodomésticos (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 7512 - Padeiros, pasteleiros e confeiteiros | Pasteleiro/a – Padeiro/a (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 6 | 6 |
| 7512 - Padeiros, pasteleiros e confeiteiros | Técnico Especialista em Gestão e Produção de Pastelaria (N.5) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 6 | 6 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|---|--|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 7521 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Operador/a de Granulação e Aglomeração de Cortiça (N. 2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 |
| 7521 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Operador/a de Transformação de Cortiça (N. 2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 |
| 7521 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Técnico/a de Programa e Operação em Máquinas de Transformação de Madeira (N.4) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 |
| 7521 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Preparador/a de Cortiça (N. 2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 |
| 8350 - Tripulação de convés de navios e similares | Contramestre (Marinha Mercante) (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 6 | 6 |
| 2512 - Programador de software | Programador de Informática (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 5 |
| 3112 - Técnico de engenharia civil | Técnico/a de Medições e Orçamentos (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3112 - Técnico de engenharia civil | Técnico/a Especialista em Condução de Obra (N.5) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3118 - Desenhadores e técnicos afins | Técnico/a de Design (N.4) | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3118 - Desenhadores e técnicos afins | Técnico/a de Projeto Aeronáutico (N.4) | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3123 - Encarregado da construção | Técnico/a de Construção Civil - Condução de Obra - Construção Tradicional e Ecoambiental (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3123 - Encarregado da construção | Técnico/a de Obra / Condutor/a de Obra (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3123 - Encarregado da construção | Técnico/a de Construção Civil - Condução de Obra - Edifícios (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3123 - Encarregado da construção | Técnico/a de Construção Civil (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3123 - Encarregado da construção | Técnico/a de Recuperação do Património Edificado (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3132 - Técnicos de operação de incineradores e de instalações de tratamento de água | Técnico/a de Sistemas de Tratamento de Águas (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 5 | 5 |
| 3132 - Técnicos de operação de incineradores e de instalações de tratamento de água | Operador/a de sistemas de Tratamento de Águas (N.2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 5 | 5 |
| 3135 - Técnico de controlo de instalações de produção de metais | Técnico/a Especialista em Automação, Robótica e Controlo Industrial (N.5) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 5 | 5 |
| 3214 - Técnico de próteses médicas e dentárias | Técnico/a Auxiliar Protésico - Prótese Dentária (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 5 | 5 |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | Técnico/a de Apoio Psicossocial (N.4) | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 | 6 | 5 |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | Animador Sociocultural (N.4) | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 3 | 6 | 5 |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade (N.4) | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | 0 | 1 | 2 | 4 | 6 | 5 |
| 3513 - Técnico em redes e sistemas de computadores | Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes (N.4) | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3513 - Técnico em redes e sistemas de computadores | Técnico/a de Informática - Sistemas (N.4) | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3513 - Técnico em redes e sistemas de computadores | Técnico/a de Sistemas de Informação Geográfica (N.4) | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 3514 - Técnico da Web | Técnico/a de Multimédia (N.4) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 5 |
| 4211 - Caixa bancário e similar | Técnico/a Comercial Bancário/a (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | -1 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 4211 - Caixa bancário e similar | Técnico/a de Banca e Seguros (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | -1 | -2 | 5 | 5 |
| 4211 - Caixa bancário e similar | Técnico/a Especialista de Banca e Seguros (N.5) | -1 | 0 | 0 | -1 | -1 | -1 | 0 | -2 | -3 | 4 | 5 |
| 5141 - Cabeleireiro e barbeiro | Cabeleireiro/a de Homem (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 5141 - Cabeleireiro e barbeiro | Cabeleireiro/a de Senhora (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 5141 - Cabeleireiro e barbeiro | Cabeleireiro/a Unissexo (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|---|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 5311 - Auxiliar de cuidados de crianças | Técnico/a de Apoio à Infância (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 5 |
| 5311 - Auxiliar de cuidados de crianças | Acompanhante de Crianças (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 5 | 5 |
| 6123 - Apicultor e sericultor | Operador/a Apícola (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 5 | 5 |
| 7127 - Instalador de ar condicionado e de sistemas de refrigeração | Eletromecânico/a de Refrigeração e Climatização - Sistemas Domésticos e Comerciais (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 7127 - Instalador de ar condicionado e de sistemas de refrigeração | Técnico/a de Refrigeração e Climatização (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 7127 - Instalador de ar condicionado e de sistemas de refrigeração | Técnico de Frio e Climatização (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 7233 - Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais | Mecânico/a de Equipamentos de Movimentação de Terras (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 6 | 5 |
| 7413 - Instalador e reparador de linhas eléctricas | Eletricista de Redes (N.2) | -1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 5 |
| 7413 - Instalador e reparador de linhas eléctricas | Técnico/a de Redes Eléctricas (N.4) | -1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5 | 5 |
| 7511 - Preparadores de carne, peixe e similares | Operador/a de Preparação e Transformação de Produtos Cárneos (N. 2) | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 5 | 5 |
| 7511 - Preparadores de carne, peixe e similares | Operador/a de Transformação do Pescado (N. 2) | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 0 | 1 | 1 | 3 | 6 | 5 |
| 8151 - Operador de máquinas para preparar, fiar e bobinar, fibras têxteis | Técnico/a de Máquinas Retas (N.4); | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | -1 | 1 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 8181 - Operadores de instalações do fabrico de vidro e produtos cerâmicos | Vidreiro/a (N. 2) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 8181 - Operadores de instalações do fabrico de vidro e produtos cerâmicos | Operador/a de Cerâmica (N. 2) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 8181 - Operadores de instalações do fabrico de vidro e produtos cerâmicos | Formista/Modelista (N. 2) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 8181 - Operadores de instalações do fabrico de vidro e produtos cerâmicos | Operador/a de Máquinas de Produção de Artigos em Vidro (N. 2) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 5 | 5 |
| 8341 - Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis | Operador/a de Máquinas Agrícolas (N. 2) | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 4 | 6 | 5 |
| 2166 - Designer, gráfico ou de comunicação e multimédia | Técnico/a Especialista em Desenvolvimento de Produtos Multimédia (N.5) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 | 4 |
| 2529 - Outros especialistas em base de dados e redes | Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| 3115 - Técnicos e inspectores de mecânica | Técnico/a de Receção/Orçamentação de Oficina (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 3115 - Técnicos e inspectores de mecânica | Técnico/a de Mecânica Naval (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 3119 - Outros técnicos das ciências físicas e de engenharia | Técnico/a de Manutenção Industrial (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 4 | 4 |
| 3119 - Outros técnicos das ciências físicas e de engenharia | Técnico/a de Maquinação CNC (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 3119 - Outros técnicos das ciências físicas e de engenharia | Técnico/a de Produção em Metalomecânica – Programação e Maquinação (N.4); | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 3119 - Outros técnicos das ciências físicas e de engenharia | Técnico de Maquinação e Programação CNC (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 3119 - Outros técnicos das ciências físicas e de engenharia | Técnico/a de Produção em Metalomecânica (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 3142 - Técnicos da agricultura e da produção animal | Técnico/a de Viticultura e Enologia (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| 3142 - Técnicos da agricultura e da produção animal | Técnico/a Vitivinícola (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| 3142 - Técnicos da agricultura e da produção animal | Técnico/a de Produção Agrária (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| 3251 - Terapeuta e assistente dentário | Técnico/a Assistente Dentário (N.4) | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | -1 | -1 | -2 | 4 | 4 |
| 3259 - Outros profissionais de nível intermédio da saúde, n.e. | Técnico/a Especialista de Animação em Turismo de Saúde e Bem-estar (N.5) | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | -1 | 0 | -1 | 1 | 4 | 4 |
| 3313 - Técnicos administrativos de contabilidade | Técnico/a Especialista em Contabilidade e Fiscalidade (N.5) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|--|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 3313 - Técnicos administrativos de contabilidade | Técnico/a de Contabilidade (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 4 |
| 3431 - Fotógrafo | Operador/a de Fotografia (N. 2) | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | 4 |
| 3431 - Fotógrafo | Técnico/a de Fotografia (N.4) | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | 4 |
| 4224 - Rececionista de hotel | Rececionista de Hotel (N.4) | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 3 | 5 | 6 | 4 |
| 4224 - Rececionista de hotel | Técnico/a de Recepção (N.4) | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 1 | 1 | 2 | 4 | 5 | 4 |
| 4323 - Empregado de controlo de registo dos serviços de transporte | Técnico de Transportes (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 | 4 |
| 4419 - Outro pessoal de apoio de tipo administrativo, n.e. | Técnico de Gestão (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 4 |
| 4419 - Outro pessoal de apoio de tipo administrativo, n.e. | Técnico/a de Apoio à Gestão (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 4 | 4 |
| 5151 - Encarregado de limpeza e de trabalhos domésticos em escritórios, hotéis e outros estabelecimentos | Empregado/a de Andares (N. 2); | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4 | 4 |
| 5411 - Bombeiro | Bombeiro/a (N. 2) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 4 | 4 |
| 7319 - Outros trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, artesãos e similares | Florista (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 4 | 4 |
| 7319 - Outros trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, artesãos e similares | Artífice do Ferro (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 4 | 4 |
| 7319 - Outros trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, artesãos e similares | Artesão/a das Artes do Metal (N.4). | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 4 | 4 |
| 7319 - Outros trabalhadores qualificados do fabrico de instrumentos de precisão, artesãos e similares | Artífice Taneiro/a (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 4 | 4 |
| 7321 - Operador de pré-impressão | Operador/a de Pré-Impressão (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 4 | 4 |
| 7321 - Operador de pré-impressão | Operador/a de Impressão (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 4 | 4 |
| 7322 - Serígrafo e outros operadores de impressão | Técnico/a de Artes Gráficas (N.4) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 3 | 4 |
| 7412 - Electromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos eléctricos | Eletromecânico/a de Manutenção Industrial (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 5 | 4 |
| 7412 - Electromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos eléctricos | Técnico/a de Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 5 | 4 |
| 7412 - Electromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos eléctricos | Operador/a de Manutenção Hoteleira (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 4 | 4 |
| 7422 - Instalador e reparador, de tecnologias de informação e comunicação | Instalador/a - Reparador/a de Computadores (N.2); | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 4 | 4 |
| 7522 - Marceneiros e similares | Marceneiro/a (N. 2) | -1 | 0 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 3 | 4 |
| 7531 - Alfaiates, costureiros, peleiros e chapeleiros | Costureiro/a Modista (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4 | 4 |
| 7531 - Alfaiates, costureiros, peleiros e chapeleiros | Alfaiate (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 4 | 4 |
| 8342 - Operador de máquinas de escavação, terraplenagem e similares | Condutor/a e Manobrador/a de Equipamentos de Movimentação de Terras (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 4 | 4 |
| 8343 - Operador de guias, guindastes e similares | Condutor/a e Manobrador/a de Equipamentos de Elevação (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | -1 | -2 | 4 | 4 |
| 1412 - Director e gerente de restauração (restaurantes e similares) | Técnico/a Especialista em Gestão Hoteleira e Alojamento (N.5) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 | 3 |
| 1412 - Director e gerente de restauração (restaurantes e similares) | Técnico/a Especialista em Gestão Hoteleira de Restauração e Bebidas (N.5) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 3 | 3 |
| 2421 - Analista em gestão e organização | Técnico/a Especialista em Aplicações Informáticas de Gestão (N.5) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 3 |
| 2421 - Analista em gestão e organização | Técnico/a Especialista de Auditoria a sistemas de Gestão (N.5) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 2431 - Especialista em publicidade e marketing | Técnico/a de Marketing (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 3 | 3 |
| 2431 - Especialista em publicidade e marketing | Técnico de Vitrinismo (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 3 | 3 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|--|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 2431 - Especialista em publicidade e marketing | Técnico/a de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 3 | 3 |
| 3113 - Técnico de electricidade | Técnico/a de Instalações Elétricas (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| 3113 - Técnico de electricidade | Técnico/a de Eletrotecnia (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 3 | 3 |
| 3131 - Técnico de operação de instalações de produção de energia | Técnicos de Energias Renováveis (N.4) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | -1 | 0 | -1 | 2 | 3 | 3 |
| 3131 - Técnico de operação de instalações de produção de energia | Técnico/a de Gás (N.4) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | -1 | 0 | -1 | 2 | 3 | 3 |
| 3254 - Técnicos de óptica ocular e de contactologia | Técnico/a de Ótica Ocular (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -2 | -2 | 3 | 3 |
| 3255 - Técnico e assistente, de fisioterapia e similares | Operador de Hidrobalneoterapia (N2) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 3 |
| 3255 - Técnico e assistente, de fisioterapia e similares | Técnico de Termalismo (N.4) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 3 |
| 3333 - Técnico da área do emprego | Técnico/a de Relações Laborais (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 3 | 3 |
| 3411 - Técnico de nível intermédio dos serviços jurídicos e relacionados | Técnico/a de Serviços Jurídicos (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 3 |
| 3522 - Técnico de telecomunicações | Técnico/a Especialista em Telecomunicações e Redes (N.5) | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 4120 - Técnico de secretariado | Técnico/a de Secretariado (N.4) | -1 | 0 | -1 | -2 | -1 | 0 | 0 | -1 | -3 | 2 | 3 |
| 4221 - Empregado das agências de viagem | Técnico/a de Turismo (N.4) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 2 | 3 | 3 |
| 5142 - Esteticistas e trabalhadores similares | Esteticista-Cosmetologista (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 5142 - Esteticistas e trabalhadores similares | Manicura-Pedicura (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 5142 - Esteticistas e trabalhadores similares | Massagista de Estética (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 5163 - Agentes funerários e embalsamadores | Agente Funerário (N. 2) | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 3 | 3 |
| 5163 - Agentes funerários e embalsamadores | Técnico/a de Serviços Funerários (N.4) | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 3 | 3 |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | Operador/a de Jardinagem (N. 2) | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 | 0 | 2 | 3 | 4 | 3 |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | Operador/a de Manutenção em Campos de Golfe (Golf Keeper) (N. 2) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 3 |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | Técnico/a de Jardinagem e Espaços Verdes (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 3 |
| 6129 - Outros produtores e trabalhadores qualificados da criação animal | Tratador/a / Desbastador/a de Equinos (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 3 | 3 |
| 6129 - Outros produtores e trabalhadores qualificados da criação animal | Técnico/a de Gestão Equina (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 3 | 3 |
| 6130 - Agricultor e trabalhador qualif. da agricultura e prod. animal combinadas orientados para o mercado | Técnico de Produção Agropecuária (N.4); | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 0 | 0 | 1 | 3 | 4 | 3 |
| 6221 - Aquicultores (aquacultores) e trabalhadores qualificados da aquicultura | Operador/a Aquícola (N.2) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 3 | 3 |
| 6221 - Aquicultores (aquacultores) e trabalhadores qualificados da aquicultura | Técnico/a de Aquicultura (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 3 | 3 |
| 7113 - Trabalhadores de pedra, canteiros e similares | Canteiro/a (N. 2) | 1 | 0 | 1 | 2 | 0 | 1 | 0 | 1 | 3 | 4 | 3 |
| 7317 - Artesãos de artigos em madeira, cestaria e materiais similares | Artesão/a das Artes e Ofícios em Madeira - Marceneiro/a Embutidor/a (N.4); | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 3 |
| 2133 - Especialista da protecção do ambiente | Técnico/a de Gestão do Ambiente (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 2133 - Especialista da protecção do ambiente | Técnico/a de Turismo Rural e Ambiental (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 2652 - Compositores, músicos e cantores | Básico de Instrumento (N.2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 2652 - Compositores, músicos e cantores | Instrumentista de Cordas e Teclas (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -1 | 2 | 2 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | NUT II - Norte | |
|---|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | Relevância das Qualificações do Norte |
| | | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | |
| 2652 - Compositores, músicos e cantores | Instrumentista de Sopro e Percussão (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 2652 - Compositores, músicos e cantores | Instrumentista de Jazz (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 2655 - Actor | Artes do Espetáculo - Interpretação (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 |
| 3111 - Técnicos das ciências físicas e químicas | Técnico/a de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 | 2 |
| 3111 - Técnicos das ciências físicas e químicas | Técnico/a de Controlo Alimentar (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 3111 - Técnicos das ciências físicas e químicas | Técnico/a de Análise Laboratorial (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 3111 - Técnicos das ciências físicas e químicas | Técnico/a de Laboratório Cerâmico (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 3257 - Inspectores e técnicos, da saúde, do trabalho e ambiente | Técnico/a Especialista em Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança (N.5) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 3257 - Inspectores e técnicos, da saúde, do trabalho e ambiente | Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho (N.4) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 3257 - Inspectores e técnicos, da saúde, do trabalho e ambiente | Técnico/a de Segurança e Higiene do Trabalho e Ambiente (N.4) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 3422 - Treinadores, instrutores e árbitros, de desportos | Técnico/a Especialista em Exercício Físico (N.5) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 2 | 2 |
| 3511 - Técnico operador das tecnologias de informação e comunicação (TIC) | Operador/a de Informática (N . 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 3512 - Técnico de apoio aos utilizadores das TIC | Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos (N.4); | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 2 | 2 |
| 3521 - Técnicos de emissões de rádio e televisão e de gravação audiovisual e de sist.comunicações via rádio | Técnico/a de Audiovisuais (N.4) | 0 | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 3521 - Técnicos de emissões de rádio e televisão e de gravação audiovisual e de sist.comunicações via rádio | Técnico/a de Produção de Tecnologias da Música (N.4) | 0 | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 3521 - Técnicos de emissões de rádio e televisão e de gravação audiovisual e de sist.comunicações via rádio | Técnico/a de Som (N.4) | 0 | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 3521 - Técnicos de emissões de rádio e televisão e de gravação audiovisual e de sist.comunicações via rádio | Técnico/a de Vídeo (N.4) | 0 | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 3521 - Técnicos de emissões de rádio e televisão e de gravação audiovisual e de sist.comunicações via rádio | Técnico/a de Animação 2D e 3 D (N.4) | 0 | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 2 |
| 4225 - Pessoal de informação administrativa | Técnico/a de Informática de Gestão (N.4); | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 2 | 2 |
| 5164 - Prestador de cuidados a animais | Tratador/a de Animais em Cativeiro (N. 2) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | -1 | 0 | -1 | 0 | 2 | 2 |
| 5419 - Outro pessoal dos serviços de protecção e segurança | Técnico/a de Proteção Civil (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 5419 - Outro pessoal dos serviços de protecção e segurança | Técnico de Socorros e Emergências de Aeródromo (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 5419 - Outro pessoal dos serviços de protecção e segurança | Técnico/a de Segurança e Salvamento em Meio Aquático (N.4) | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 | 2 |
| 7313 - Joalheiros, ourives e trabalhadores de diamantes industriais | Assistente de Ourivesaria (N. 2) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | -1 | -2 | -3 | 1 | 2 |
| 7313 - Joalheiros, ourives e trabalhadores de diamantes industriais | Técnico/a de Ourivesaria (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | -1 | -2 | -3 | 1 | 2 |
| 7313 - Joalheiros, ourives e trabalhadores de diamantes industriais | Técnico/a de Ourivesaria de Pratas Graúdas/Cinzelador/a (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | -1 | -2 | -3 | 1 | 2 |
| 7313 - Joalheiros, ourives e trabalhadores de diamantes industriais | Técnico/a de Joalharia/Cravador (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | -1 | -2 | -3 | 1 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Cerâmica (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Vidro Artístico (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Vidro (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Modelação Cerâmica (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Vidro Decorativo (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |

| O Emprego e as Qualificações | | | | | | | | | | | | NUT II - Norte |
|--|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|
| | | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | |
| Profissões segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.x= níveis do Quador Nacional de Qualificações | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 5 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | Relevância das Qualificações do Norte |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Pintura Decorativa (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Pintura de Cerâmica (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Técnico/a de Cerâmica Criativa (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 7316 - Lapidadores, gravadores e pintores-decoradores, de vidro, cerâmica e outros materiais | Pintor/a Artístico/a em Azulejo (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 2 | 2 |
| 8182 - Operador de máquinas a vapor e caldeiras | Maquinista Marítimo (N. 2); | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | -1 | 0 | -1 | -2 | 2 | 2 |
| 1431 - Director e gerente dos centros desportivos, recreativos e culturais | Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 1 | 1 |
| 2165 - Cartógrafo, agrimensor, topógrafo e similares | Técnico/a de Topografia (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 2621 - Arquivistas e curadores de museus | Técnico/a de Museografia e Gestão do Património (N.4); | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -2 | -2 | 1 | 1 |
| 2659 - Outros artistas e intérpretes criativos das artes do espectáculo | Artes do Espetáculo - Interpretação e Animação Circenses (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 1 | 1 |
| 3121 - Encarregado da indústria extractiva | Técnico/a Especialista em Produção Industrial de Rochas Ornamentais e Industriais (N.5) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 1 | 1 |
| 3143 - Técnico florestal (inclui cinegético) | Técnico/a de Gestão Cinégita (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 3143 - Técnico florestal (inclui cinegético) | Técnico/a de Máquinas Florestais (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 3143 - Técnico florestal (inclui cinegético) | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| 3332 - Organizador de conferências e eventos | Técnico/a de Organização de Eventos (N.4) | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 1 | 1 |
| 3433 - Técnicos de galerias, bibliotecas, arquivos e museus | Técnico/a de Informação, Documentação e Comunicação (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 0 | -1 | -1 | 1 | 1 |
| 3435 - Outros técnicos de nível intermédio das actividades culturais e artísticas | Artes do Espetáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 1 | 1 |
| 3435 - Outros técnicos de nível intermédio das actividades culturais e artísticas | Artes do Espetáculo - Cenografia, Figurinos e Adereços (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 1 | 1 |
| 3435 - Outros técnicos de nível intermédio das actividades culturais e artísticas | Assistente de Arqueólogo/a (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | -1 | -1 | 0 | 1 | 1 |
| 7314 - Oleiros e similares | Oleiro/a (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | -1 | -2 | -2 | 1 | 1 |
| 8111 - Mineiros e trabalhadores das pedreiras | Técnico/a de Pedreiras (N.4) | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | -1 | 0 | -1 | 1 | 1 | 1 |
| 8111 - Mineiros e trabalhadores das pedreiras | Operador/a Mineiro/a (N. 2) | 0 | 1 | 1 | 2 | 0 | -1 | 0 | -1 | 1 | 1 | 1 |

| |
|---|
| Diferença entre relevância das qualificações do Alto Minho e Norte = -1 |
| Relevância das qualificações do Alto Minho é igual à do Norte |
| Diferença entre relevância das qualificações do Alto Minho e Norte = 1 |
| Diferença entre relevância das qualificações do Alto Minho e Norte = 2 |

3. CIM 9

APRESENTAÇÃO DO SANQ DO ALTO MINHO



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho



Sistema de Antecipação Nacional de Qualificação SANQ do Alto Minho

VALENÇA , 21 DE MARÇO DE 2017

ARCOS DE VALDEVEZ CAMINHA MELGAÇO MONÇÃO PAREDES DE COURA PONTE DA BARCA PONTE DE LIMA VALENÇA VIANA DO CASTELO VILA NOVA DE CERVEIRA



Índice

1 - ENQUADRAMENTO GERAL

2 - METODOLOGIA

i. SISTEMA DE ANTECIPAÇÃO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

ii. MÓDULO DE APROFUNDAMENTO REGIONAL

3 - QUADRO DE INDICADORES DE SUPORTE A CADA EIXO

i. EIXO 1 - ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO

ii. EIXO 2 - ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

4 - PROPOSTA PRELIMINAR DE RELEVÂNCIA DE QUALIFICAÇÕES DO ALTO MINHO

i. ATRIBUIÇÃO DA RELEVÂNCIA DE QUALIFICAÇÃO PARA O ALTO MINHO

ii. PROPOSTA PRELIMINAR



- A CIM Alto Minho está a colaborar com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) no “Estudo de Antecipação das Necessidades de Qualificações do Alto Minho – Ação Piloto”
- A ANQEP definiu uma metodologia de trabalho que serviu de suporte à intervenção das Entidades Intermunicipais – o Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), no sentido de produzir uma abordagem mais contextualizada à dinâmica de procura e oferta das qualificações à escala da NUT III.
- O SANQ permite identificar as necessidades territoriais de qualificação, a relevância das diferentes saídas profissionais, apoiando deste modo o planeamento da rede de ofertas de qualificação e afigurando-se como instrumento relevante para a tomada de decisão em matéria de definição da rede de oferta educativa e formativa, bem como à atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)
- De acordo com a metodologia em apreço consideraram-se referenciais de natureza quantitativa e qualitativa, estruturados em dois eixos de análise, tendo em vista a caracterização das dinâmicas recentes do mercado de trabalho e a análise prospetiva da evolução da procura de qualificações.



SISTEMA DE ANTECIPAÇÃO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

Módulo de
Diagnóstico
Base

Módulo de
Planeamento

**Módulo de
Aprofundamento
Regional**

SISTEMA DE ANTECIPAÇÃO NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

- **Módulo de Diagnóstico de Base** - pretende-se aferir a relevância das qualificações para o mercado de trabalho, a nível do território continental no seu todo (**desagregação da análise ao nível da NUT II**), através da conjugação de análises retrospectiva e prospetiva. Este módulo combina o recurso a metodologias diversificadas, valorizando a complementaridade entre abordagens quantitativas e qualitativas e a produção de resultados cuja forma de explicitação permita a sua apropriação no domínio do planeamento.
- **Módulo de Planeamento** - pretende-se identificar as tendências de evolução da oferta de qualificações (**desagregação da análise ao nível da NUT II**), através da conjugação dos dados do diagnóstico com os dados sobre a oferta formativa existente. Este módulo implica igualmente a organização de informação passível de ser disponibilizada aos operadores e atores do Sistema de Educação e Formação Profissional, contribuindo assim para o reforço de uma cultura de planeamento.
- **Módulo de Aprofundamento Regional** - combinam-se as vertentes de diagnóstico e de planeamento à escala regional (**supramunicipal**). O enfoque regional ao nível do diagnóstico conduz à necessidade de ajustar os instrumentos mobilizados no âmbito do Módulo de Diagnóstico, atribuindo maior relevo ao papel das metodologias qualitativas. Complementarmente, a vertente de planeamento procura incorporar a dinamização de estratégias locais de concertação entre atores e a apresentação de uma proposta conjunta de rede de oferta.

MÓDULO DE APROFUNDAMENTO REGIONAL

- Do conjunto de instrumentos utilizados incluíram-se metodologias de cariz quantitativo e qualitativo, estruturado em dois eixos de análise, tendo em vista a caracterização das dinâmicas recentes do mercado de trabalho e a análise prospetiva da evolução da procura de qualificações.

Eixo 1: Análise de dinâmicas recentes do mercado de trabalho

Indicador 1: Diferença da taxa de crescimento do emprego na qualificação profissional entre 2012 e 2015 no NUT III - Alto Minho e NUTII – Norte (%)

Indicador 2: Rácio entre o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego jovem na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte (jovens 20-24 anos com ensino secundário ou menos)

Indicador 3: Rácio entre o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT III -Alto Minho e o peso do emprego na qualificação profissional em 2014 e 2015 na NUT II – Norte

Eixo 2: Análise prospetiva da evolução da procura de qualificações

Abordagem Quantitativa

Indicador 1: perspetiva de vagas de emprego por qualificação obtida no inquérito

Indicador 2: rácio entre o peso das vagas estimadas na qualificação profissional na NUT III Alto Minho no total das vagas na qualificação na NUT II-Norte e o peso do número total de vagas na NUT III no total de vagas na NUT II – Norte, 2015, 2016

Abordagem Qualitativa

Indicador 3: análise de necessidades de competências manifestadas nos Focus Group / programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho/ projetos aprovados no Sistema de Incentivos dos Programas Operacionais Norte 2020 e Compete 2020

EIXO 1- ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO

- Este eixo centra-se na análise de dados estatísticos sobre o mercado de trabalho, tendo por objetivo caracterizar as dinâmicas de evolução do emprego nos últimos 4 anos, no sentido de abranger as seguintes 3 dimensões de análise:
 - i. dinamismo do emprego na qualificação profissional;
 - ii. procura preferencial pelo emprego jovem;
 - iii. especialização profissional territorial.
- O trabalho a desenvolver neste eixo pressupõe a solicitação de informação estatística ao **GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento**, em particular dos Quadros de Pessoal, em 2012, 2013, 2014 e 2015.



EIXO 1- ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO

INDICADOR 1- DIFERENÇA DA TAXA DE CRESCIMENTO DO EMPREGO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE 2012 E 2015 NO NUT III - ALTO MINHO E NUTII - NORTE

Fórmula:

$$\text{taxa de crescimento (tc)} = \frac{(\text{n}^{\circ} \text{ de pessoas ao serviço, segundo a profissão, 2015} - \text{n}^{\circ} \text{ de pessoas ao serviço, segundo a profissão, 2012})}{\text{n}^{\circ} \text{ de pessoas ao serviço, segundo a profissão, 2012}}$$

$$\Delta tc = (tc \text{ do Alto Minho} - tc \text{ do Norte})$$

Notação:

- Se a taxa de crescimento no Alto Minho for negativa e a diferença de taxas de crescimento for negativa e se verificar um decréscimo de 10 ou mais empregados atribui-se -1;
- Se a taxa de crescimento no Alto Minho for positiva e a diferença de taxas for positiva e se verificar um aumento de 10 ou mais empregados atribui-se 1;
- Se o resultado não estiver nas condições anteriores atribui-se 0.

Diferença de taxas de crescimento de algumas qualificações/ profissões:

| Grupo Base | Alto Minho | | Diferença Taxa de crescimento |
|---|------------------|--|-------------------------------|
| | Taxa crescimento | Diferença Número de Pessoas ao Serviço | |
| 3117 - Técnico da metalurgia de base e da indústria extrativa | -50,0% | -1 | -80,9% |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | 60,6% | 103 | 24,9% |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | 52,8% | 19 | 33,1% |
| 4224 - Recepcionista de hotel | 22,9% | 24 | 5,8% |
| 5131 - Empregado de mesa | 19,5% | 203 | 0,8% |
| 5322 - Ajudante familiar | 24,8% | 176 | 6,6% |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | 1,7% | 3 | -3,6% |
| 6130 - Agricultor e trabalhador qualif.da agricultura e prod. animal combinadas,orientados para o mercado | 5,2% | 12 | 7,7% |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | 21,7% | 36 | 8,7% |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | -17,2% | -312 | -14,1% |
| 7113 - Trabalhadores de pedra, canteiros e similares | 25,0% | 28 | 29,3% |
| 7122 - Assentadores de revestimentos e ladrilhadores | 39,4% | 78 | 24,6% |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | 27,3% | 54 | 18,1% |
| 7223 - Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas para trabalhar metais | 5,2% | 34 | 6,2% |
| 7233 - Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais | 116,5% | 148 | 93,4% |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | 168,1% | 363 | 126,0% |
| 7412 - Electromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos eléctricos | 16,3% | 28 | 6,5% |
| 7511 - Preparadores de carne, peixe e similares | 12,7% | 63 | 9,2% |
| 8153 - Operador de máquinas de costura | 16,4% | 222 | 2,3% |
| 8341 - Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis | 0,0% | 0 | -9,4% |

| | |
|-----------|-------------------|
| taxa: > 0 | Emprego: + 10 |
| | Emprego: (-9) – 9 |
| Taxa: < 0 | Emprego: -(-10) |

EIXO 1- ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO

INDICADOR 2 - RÁCIO ENTRE O PESO DO EMPREGO JOVEM NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM 2014 E 2015 NA NUT III -ALTO MINHO E O PESO DO EMPREGO JOVEM NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM 2014 E 2015 NA NUT II - NORTE (JOVENS 20-24 ANOS COM ENSINO SECUNDÁRIO OU MENOS)

Fórmula:

$$\frac{\left(\frac{\text{nº de jovens ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão no Alto Minho}}{\text{nº de jovens ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão na Região Norte}} \right)}{\left(\frac{\text{nº total de jovens ao serviço nos estabelecimentos no Alto Minho}}{\text{nº total de jovens ao serviço nos estabelecimentos na Região Norte}} \right)}$$

(jovens 20 – 24 anos com ensino secundário ou menos)

Notação:

- Se o resultado está entre 0 – 0,49 nos dois anos atribui-se -1;
- Se o resultado está entre 0,5 - 1,49 nos dois anos atribui-se 0;
- Se o resultado igual ou superior a 1,5 nos dois anos atribui-se 1;
- Se o resultado não se verificar nos dois anos dentro do mesmo intervalo atribui-se 0

Procura preferencial pelo emprego jovem de algumas qualificações/ profissões:

| Grupo Base | 2014 | 2015 |
|--|-------|------|
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | 4,71 | 4,27 |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | 25,26 | 2,01 |
| 4224 - Recepcionista de hotel | 1,56 | 1,46 |
| 5131 - Empregado de mesa | 1,36 | 1,33 |
| 5322 - Ajudante familiar | 0,93 | 0,74 |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | 1,01 | 1,71 |
| 6130 - Agricultor e trabalhador qualif.da agricultura e prod. animal combinadas, orientados para o mercado | 0,83 | 1,01 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | 2,07 | 2,22 |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | 2,31 | 1,90 |
| 7113 - Trabalhadores de pedra, canteiros e similares | 1,32 | 1,29 |
| 7122 - Assentadores de revestimentos e ladrilhadores | 4,90 | 3,62 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | 2,51 | 1,80 |
| 7223 - Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas para trabalhar metais | 1,77 | 1,51 |
| 7233 - Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais | 1,79 | 1,85 |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | 2,53 | 5,28 |
| 7411 - Electricista de construções e similares | 1,75 | 1,50 |
| 7511 - Preparadores de carne, peixe e similares | 1,40 | 1,27 |
| 8153 - Operador de máquinas de costura | 1,07 | 1,04 |
| 8341 - Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis | 0,99 | 0,67 |

Valores : >1,50

Valores : 0,50-1,49

Valores : 0,00-0,49



EIXO 1- ANÁLISE DE DINÂMICAS RECENTES DO MERCADO DE TRABALHO

INDICADOR 3 - RÁCIO ENTRE O PESO DO EMPREGO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM 2014 E 2015 NA NUT III -ALTO MINHO E O PESO DO EMPREGO NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM 2014 E 2015 NA NUT II - NORTE

Fórmula:

$$\frac{\left(\frac{\text{nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão no Alto Minho}}{\text{nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos segundo a profissão na Região Norte}} \right)}{\left(\frac{\text{nº total de pessoas ao serviço nos estabelecimentos no Alto Minho}}{\text{nº total de pessoas ao serviço nos estabelecimentos na Região Norte}} \right)}$$

Notação:

- Se o resultado está entre 0 – 0,49 nos dois anos atribui-se -1;
- Se o resultado está entre 0,5 - 1,49 nos dois anos atribui-se 0;
- Se o resultado igual ou superior a 1,5 nos dois anos atribui-se 1;
- Se o resultado não se verificar nos dois anos dentro do mesmo intervalo atribui-se 0

Especialização profissional territorial de algumas qualificações/ profissões:

| Grupo Base | 2014 | 2015 |
|--|------|------|
| 3117 - Técnico da metalurgia de base e da indústria extractiva | 0,17 | 0,12 |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | 1,53 | 1,71 |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | 1,30 | 1,28 |
| 4224 - Recepcionista de hotel | 1,50 | 1,52 |
| 5131 - Empregado de mesa | 1,28 | 1,28 |
| 5322 - Ajudante familiar | 1,71 | 1,67 |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | 2,03 | 1,93 |
| 6130 - Agricultor e trabalhador qualif.da agricultura e prod. animal combinadas, orientados para o mercado | 1,95 | 1,94 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | 3,15 | 3,12 |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | 1,98 | 1,84 |
| 7113 - Trabalhadores de pedra, canteiros e similares | 1,63 | 1,96 |
| 7122 - Assentadores de revestimentos e ladrilhadores | 2,66 | 2,30 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | 1,91 | 1,79 |
| 7223 - Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas para trabalhar metais | 1,63 | 1,66 |
| 7233 - Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais | 1,81 | 1,75 |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | 3,19 | 3,64 |
| 7412 - Electromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos eléctricos | 0,70 | 0,74 |
| 7511 - Preparadores de carne, peixe e similares | 1,61 | 1,50 |
| 8153 - Operador de máquinas de costura | 0,82 | 0,85 |
| 8341 - Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis | 2,01 | 1,77 |

Valores : >1,50

Valores : 0,50-1,49

Valores : 0,00-0,49



EIXO 2 - ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

- Este eixo combina duas vertentes de análise:
 - i. Uma centrada essencialmente na informação de base quantitativa sobre a evolução prospetiva da procura de qualificações;
 - ii. uma segunda vertente que integra estratégias qualitativas de recolha de informação através da realização de Focus Group e análise qualitativa dos efeitos prospetivos que possam ser associados a projetos de investimento decorrentes dos apoios comunitários, nomeadamente do Sistema de Incentivos do Compete 2020 e do Norte 2020.

EIXO 2 - ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

INDICADOR 1 - PERSPETIVA DE VAGAS DE EMPREGO POR QUALIFICAÇÃO OBTIDA NO INQUÉRITO

Fórmula:

Considerou-se as respostas dos 124 questionários validados às questões C.13 - “Assinale, p.f., os casos em que nos próximos dois anos prevê contratar trabalhadores” e C.15 – “Estima ter que reduzir o número de trabalhadores nos próximos 2 anos?”

Notação:

- Se as respostas à C.15 for superior a 0 e à C.13 for igual a 0 atribui-se -1
- Se as respostas à C.13 estiverem entre 1 - 4 atribui-se 0;
- Se as respostas à C.13 for igual ou superior a 5 atribui-se 1.

EIXO 2 - ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

INDICADOR 1 - PERSPETIVA DE VAGAS DE EMPREGO POR QUALIFICAÇÃO OBTIDA NO INQUÉRITO

- **Objetivo do questionário:** O inquérito por questionário a empresas e empregadores do Alto Minho pretende aferir localmente as dinâmicas de evolução do emprego no curto prazo.
- **Definição da amostra:** O inquérito foi aplicado a 709 empresas/organizações dos 10 concelhos do Alto Minho, estratificadas por sector de atividade económica (CAE, VER.3) e por dimensão de empresa (escalões de pessoas ao serviço), a partir de uma base de dados dos Quadros de Pessoal disponibilizada pela ANQEP.
- Foram obtidas 135 respostas (correspondendo a 19% do total inquéritos enviados) tendo 10 respostas sido consideradas inválidas por não constar da amostra.

Qualificações/Profissões com 15 ou mais intenções de recrutamento nos próximos 2 anos:

| Qualificação/ Profissão | Intenções de recrutamento (nº de pessoas) - máx. | % - máx |
|---|--|---------|
| Operador/a de Máquinas Ferramentas | 63 | 6,8% |
| Técnico/a de Transportes | 59 | 6,4% |
| Eletricista de Automóveis | 53 | 5,8% |
| Operador/a de Fabrico de Marroquinaria | 50 | 5,4% |
| Operadores de Produção | 50 | 5,4% |
| Operador/a Agrícola | 45 | 4,9% |
| Técnico/a de Transformação de Polímeros/Processos de Produção | 20 | 2,2% |
| Agente de Geriatria | 18 | 2,0% |
| Soldador/a | 16 | 1,7% |
| Técnico/a Comercial | 15 | 1,6% |
| Condutor/a / Manobrador/a de Equipamento de Movimentação de Terra | 15 | 1,6% |
| Motoristas | 15 | 1,6% |
| Eletromecânico/a de Manutenção Industrial | 15 | 1,6% |

Intenções de redução do nº de trabalhadores a curto prazo por qualificação/profissão:

| Qualificação/ Profissão | Intenções de recrutamento (nº de pessoas) - máx. | % - máx |
|--|--|---------|
| Mecânico/a de Automóveis Ligeiros | 9 | 17,6% |
| Técnico/a de Segurança e Higiene no Trabalho | 6 | 11,8% |
| Operador/a Agrícola | 3 | 5,9% |
| Operador/a de Pecuária | 3 | 5,9% |
| Técnico/a de Aprovisionamento e Venda de Peças | 3 | 5,9% |
| Agente de Geriatria | 3 | 5,9% |
| Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade | 3 | 5,9% |
| Técnico/a Comercial Bancário/a | 3 | 5,9% |
| Técnico/a de Banca e Seguros | 3 | 5,9% |
| Técnico/a Especialista em Banca e Seguros | 3 | 5,9% |
| Assistente Administrativo/a | 3 | 5,9% |
| Técnico/a Administrativo/a | 3 | 5,9% |
| Técnico/a de Secretariado | 3 | 5,9% |

EIXO 2 - ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

INDICADOR 2 - RÁCIO ENTRE O PESO DAS VAGAS ESTIMADAS NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA NUT III ALTO MINHO NO TOTAL DAS VAGAS NA QUALIFICAÇÃO NA NUT II- NORTE E O PESO DO NÚMERO TOTAL DE VAGAS NA NUT III NO TOTAL DE VAGAS NA NUT II - NORTE, 2015, 2016

Fórmula:

$$\frac{\left(\frac{\text{nº de ofertas/vagas registadas no IEFP segundo a profissão no Alto Minho}}{\text{nº de ofertas/vagas registadas no IEFP segundo a profissão na Região Norte}} \right)}{\left(\frac{\text{nº total de ofertas/vagas registadas no IEFP no Alto Minho}}{\text{nº total de ofertas/vagas registadas no IEFP na Região Norte}} \right)}$$

Notação:

- Se o resultado está entre 0 – 0,49 nos dois anos atribui-se -1;
- Se o resultado está entre 0,5 - 1,49 nos dois anos atribui-se 0;
- Se o resultado igual ou superior a 1,5 nos dois anos atribui-se 1;
- Se o resultado não se verificar nos dois anos dentro do mesmo intervalo atribui-se 0

Especialização regional do nº de vagas/ofertas de algumas qualificações/ profissões:

| Grupo Base | 2015 | 2016 |
|--|------|------|
| 3117 - Técnico da metalurgia de base e da indústria extractiva | 0,00 | 0,00 |
| 3139 - Outros técnicos de controlo de processos industriais | 2,47 | 1,91 |
| 3412 - Técnico de nível intermédio de apoio social | 1,22 | 0,00 |
| 4224 - Recepcionista de hotel | 1,89 | 1,92 |
| 5131 - Empregado de mesa | 1,56 | 1,37 |
| 5322 - Ajudante familiar | 1,54 | 1,51 |
| 6113 - Agricultor e trabalhador qualificado, da horticultura, floricultura, de viveiros e jardins | 2,02 | 3,50 |
| 6130 - Agricultor e trabalhador qualif.da agricultura e prod. animal combinadas, orientados para o mercado | 1,11 | 1,21 |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | 3,27 | 3,14 |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | 0,90 | 1,29 |
| 7113 - Trabalhadores de pedra, canteiros e similares | 2,02 | 2,41 |
| 7122 - Assentadores de revestimentos e ladrilhadores | 1,69 | 2,13 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | 0,78 | 0,19 |
| 7223 - Reguladores e operadores de máquinas-ferramentas para trabalhar metais | 0,36 | 0,24 |
| 7233 - Mecânico e reparador, de máquinas agrícolas e industriais | 0,54 | 1,63 |
| 7318 - Trabalhadores manuais de artigos têxteis, couro e materiais similares | 3,72 | 0,20 |
| 7412 - Electromecânico, electricista e instalador de máquinas e equipamentos eléctricos | 1,55 | 0,85 |
| 7511 - Preparadores de carne, peixe e similares | 1,44 | 0,60 |
| 8153 - Operador de máquinas de costura | 0,63 | 0,34 |
| 8341 - Operador de máquinas agrícolas e florestais, móveis | 3,41 | 1,94 |

Valores : >1,50

Valores : 0,50-1,49

Valores : 0,00-0,49

EIXO 2 - ANÁLISE PROSPETIVA DA EVOLUÇÃO DA PROCURA DE QUALIFICAÇÕES

INDICADOR 3 - NECESSIDADES DE COMPETÊNCIAS MANIFESTADAS NOS FG / ANÁLISE DOS PROJETOS APROVADOS NO SISTEMA DE INCENTIVOS DOS PROGRAMAS OPERACIONAIS NORTE 2020 E COMPETE 2020

Fórmula:

Focus Group realizados no âmbito do Pacto para a Empregabilidade do Alto Minho, sobre: Turismo; Eno-Gastronomia; Energia; Floresta, Madeira e Mobiliário; Têxteis, vestuário e calçado; Comércio; Mecânica, Metalomecânica e Automóvel; Construção e Renovação Urbana; e Economia Social; o Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho; e ainda os projetos aprovados no âmbito dos Programas Operacionais Norte 2020 e Compete 2020 de acordo com as seguintes dimensões:

- Constrangimentos ao crescimento do emprego no setor
- Necessidades de qualificação e competências
- Distribuição do investimento elegível aprovado dos projetos dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por CAE

Notação:

- Se a tendência das três dimensões é negativa atribui-se -1;
- Se a tendência das três dimensões é neutra atribui-se 0;
- Se a tendência das três dimensões é positivo atribui-se 1.

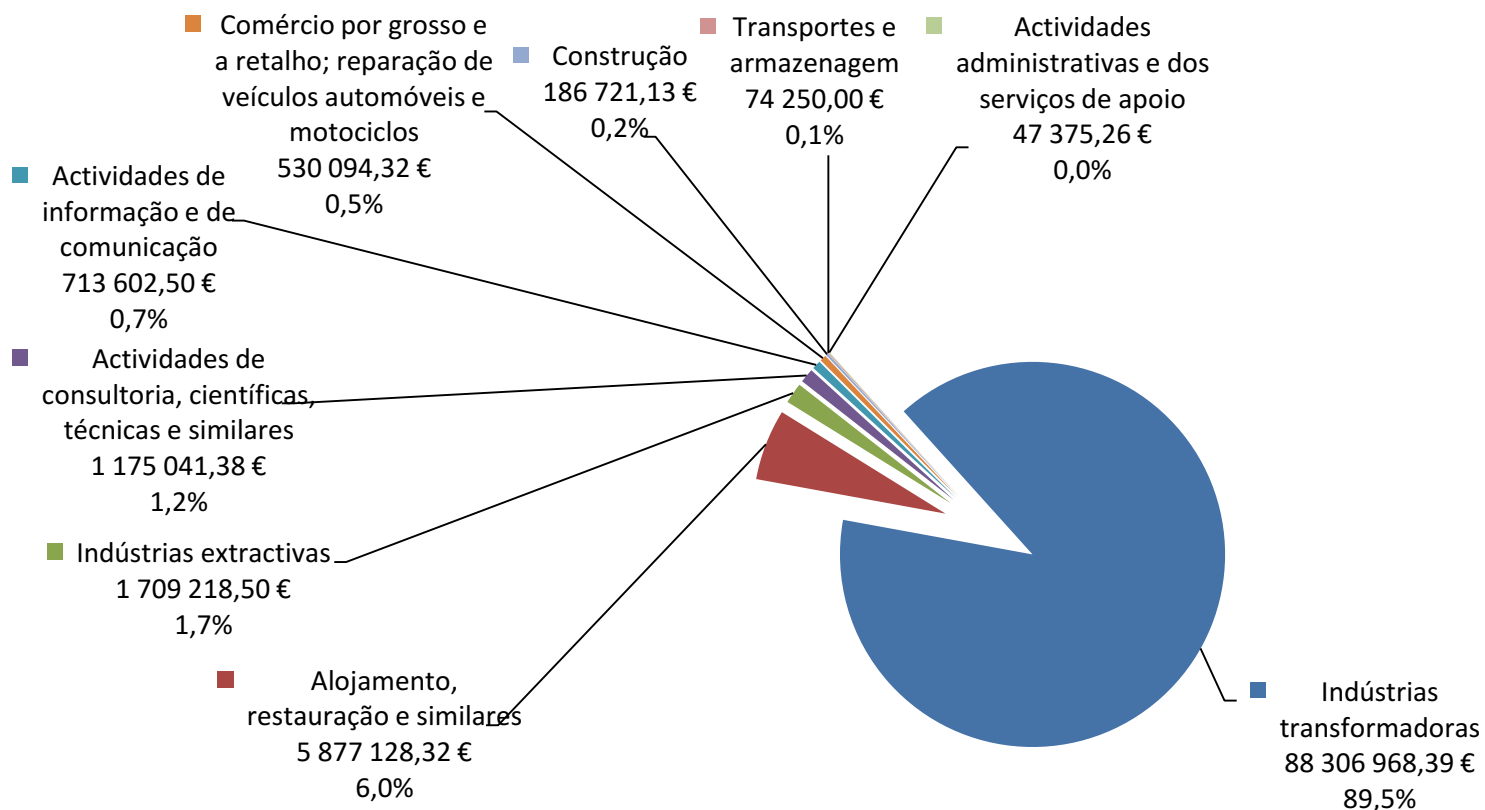
FOCUS GROUP

- Resultados dos Focus Groups realizados em 2014 no âmbito do processo de elaboração do Pacto para a Empregabilidade
- Considerando os setores de atividade com maior representatividade na região foram organizados 10 Focus Groups nos seguintes domínios temáticos/sectoriais:
 - Turismo,
 - Eno-Gastronomia,
 - Energia
 - Floresta, Madeira e Mobiliário
 - Têxteis, vestuário e calçado
 - Comércio
 - Mecânica, Metalomecânica e Automóvel
 - Construção e Renovação Urbana
 - Economia Social
 - Educação/ Formação
- Os Focus Group setoriais visaram essencialmente a identificação das necessidades e dinâmicas locais de qualificação e competências e análise dos principais constrangimentos ao crescimento do emprego nos diferentes setores.
- O domínio temático associado ao setor económico do Mar foi abordado no âmbito do Programa de formação para o desenvolvimento da economia do mar no Alto Minho



PROGRAMAS OPERACIONAIS NORTE 2020 E COMPETE 2020

Distribuição do fundo comunitário no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Norte 2020 e Compete 2020, por Ramo de Atividade



PROGRAMAS OPERACIONAIS NORTE 2020 E COMPETE 2020

Na indústria transformadora destacam-se as seguintes 10 atividades económicas

| CAE - Top 10 Indústria Transformadora | Fundo |
|--|-----------------|
| Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis | 24.433.663,58 € |
| Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário | 21.448.050,17 € |
| Fundição de metais leves | 10.343.475,00 € |
| Fabricação de papel e de cartão (exceto canelado) | 9.135.950,00 € |
| Fabricação de outros artigos de plástico, n.e | 5.171.286,85 € |
| Branqueamento e tingimento | 3.651.686,45 € |
| Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico | 2.037.150,00 € |
| Fabricação de máquinas para as indústrias do plástico e da borracha | 1.881.301,92 € |
| Fabricação de artigos de uso doméstico de faiança, porcelana e grés fino | 1.848.474,75 € |
| Fabricação de não tecidos e respectivos artigos, excepto vestuário | 1.315.923,75 € |

ATRIBUIÇÃO DA RELEVÂNCIA DE QUALIFICAÇÃO PARA O ALTO MINHO

- Da análise desta informação resultou um quadro de indicadores que constitui o referencial para atribuição da classificação da relevância de qualificação para o Alto Minho.

| Profissão segundo a CPP a 4 dígitos | Qualificação Relacionada | Eixo 1 | | | Total Eixo1 | Eixo 2 | | | Total Eixo2 | Total Eixos 1 + 2 | RELEVANCIA |
|-------------------------------------|--------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------------|------------|
| | | Indicador 1 | Indicador 2 | Indicador 3 | | Indicador 1 | Indicador 2 | Indicador 3 | | | |
| | | | | | | | | | | | |

- Conforme referencial metodológico proposto pela ANQEP, cada CIM deve completar o quadro de análise, identificando a relevância de cada qualificação para o Alto Minho, face à proposta de relevância para a Região Norte.

ATRIBUIÇÃO DA RELEVÂNCIA DE QUALIFICAÇÃO PARA O ALTO MINHO

- Para aferir a relevância de cada qualificação somam-se as notações obtidas nos eixos 1 e 2, que apresentam uma correspondência de acordo com a seguinte escala:
 - Se o total é menor ou igual a -5 = RN -2;
 - Se o total está entre -4 e -3 = RN -1;
 - Se o total está entre -2 e 2 = RN;
 - Se o total está entre 3 e 4 = RN +1;
 - Se o total é maior ou igual a 5 = RN +2
- A proposta de relevância das qualificações no Alto Minho é comparada com a relevância de cada qualificação na região Norte. A diferenciação das propostas do Alto Minho face à Região Norte está condicionada pelos seguintes intervalos de variação:

| Escala (de 1 a 10) | | | |
|--|-----------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| Relevância das qualificações ao nível do diagnóstico de âmbito nacional (NUT II) | Relevância de: 1, 2 ou 3 | Relevância de: 4, 5, 6 ou 7 | Relevância de: 8, 9 ou 10 |
| Ajuste da relevância através do diagnóstico regional (CIM/AM) | Variação até +/- 2 | Variação até +/- 3 | Variação até +/-2 |

PROPOSTA PRELIMINAR

Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação no Alto Minho

| O Emprego e as Qualificações | | Eixo 1 | | | | Eixo 2 | | | | Resultado | | NUT II - Norte | |
|---|---|--------|-------|-------|--------|--------|-------|-------|--------|-----------|--|---------------------------------------|--|
| Profissões segundo o CPP e 4 dígitos | Qualificações relacionadas N.ºs níveis do Quadro Nacional de Qualificações | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 1 | Ind 1 | Ind 2 | Ind 3 | Eixo 2 | Eixo 1+2 | Relevância das Qualificações do Alto Minho | Relevância das Qualificações do Norte | |
| 9103 - Operador de máquinas de costura | Costureira Industrial de Tecidos (N. 2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 3 | 10 | 10 | |
| 9106 - Operador de máquinas de fabrico de calçado e similares | Operadora de Fabrico de Calçado (N. 2) | -1 | -1 | -1 | -3 | 1 | -1 | 1 | 1 | -2 | 10 | 10 | |
| 9106 - Operador de máquinas de fabrico de calçado e similares | Operadora de Fabrico de Marcenaria (N. 2) | -1 | -1 | -1 | -3 | 1 | -1 | 1 | 1 | -2 | 10 | 10 | |
| 9121 - Empregados de armazenamento e armazém | Operador de Logística (N.2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | 0 | 1 | 1 | -1 | 9 | 9 | |
| 9121 - Empregados de armazenamento e armazém | Técnico de Logística (N.4) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | 0 | 1 | 1 | -1 | 9 | 9 | |
| 7211 - Operador de função | Operadora de Função (N. 2) | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | -1 | 1 | 0 | 2 | 9 | 9 | |
| 7211 - Operador de função | Operadora de Função Interata (N.2) | 1 | 1 | 0 | 2 | 0 | -1 | 1 | 0 | 2 | 9 | 9 | |
| 7304 - Sapateiros e similares | Técnica de Fabrico Manual de Calçado (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 9 | 9 | |
| 9102 - Operador de máquinas de teçar e tricotar | Costureira Industrial de Malhas (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 9 | 9 | |
| 9102 - Operador de máquinas de teçar e tricotar | Operadora de Tecelagem (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 9 | 9 | |
| 9102 - Operador de máquinas de teçar e tricotar | Operadora de Tricotagem (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 | |
| 9102 - Operador de máquinas de teçar e tricotar | Operadora de Tejido (N. 2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 | |
| 9102 - Operador de máquinas de teçar e tricotar | Técnica de Tecelagem (N.4) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 | |
| 9102 - Operador de máquinas de teçar e tricotar | Técnica de Malhas - Máquinas de Pique e Meia e Camiseta (N.4) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 9 | 9 | |
| 9117 - Técnico de manutenção de base e de máquina extractiva | Técnica Especialista em Gestão da Produção Superior de Produção - Indústria Metalúrgica e | 0 | 0 | -1 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 9211 - Técnicos de comércio e vendas (9211 a 9248) | Técnica Comercial (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 9211 - Técnicos de comércio e vendas (9211 a 9248) | Técnica de Vendas (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 9211 - Técnicos de comércio e vendas (9211 a 9248) | Empregada Comercial (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | -1 | 8 | 8 | |
| 9211 - Técnicos de comércio e vendas (9211 a 9248) | Técnica de Comércio (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 8 | |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | Pedreiro (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | 0 | 0 | 1 | 4 | 9 | 8 | |
| 7112 - Pedreiro, calceteiro e assentador de refractários | Calceteiro (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 9 | 9 | |
| 7222 - Sapeleiros de moldes, curtos, contornos e similares | Sapeleiro Mecânico (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 7222 - Sapeleiros de moldes, curtos, contornos e similares | Sapeleiro de Moldes, Curtos e Contornos (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | -1 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 7222 - Sapeleiros de moldes, curtos, contornos e similares | Sapeleiro Mecânico de Manutenção (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 0 | -1 | 8 | 8 | |
| 7222 - Sapeleiros de moldes, curtos, contornos e similares | Operadora de Máquinas Ferramentas para Moldar e Cortar | 1 | 1 | 1 | 3 | 1 | -1 | 1 | 1 | 4 | 9 | 5 | |
| 7303 - Trabalhadores de costura, bordados e similares | Costureira Modista (N.2) | 1 | -1 | -1 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 9101 - Operadores de máquinas de transformação de metais | Operadora de Máquinas Ferramentas (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 8 | 8 | |
| 9101 - Operadores de máquinas de transformação de metais | Operador de Máquinas Ferramentas CNC (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 9101 - Operadores de máquinas de transformação de metais | Semelhante Civil (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 8 | 8 | |
| 9104 - Operador de máquinas de transitar, ligar e limpar, e outros metais | Operadora de Tratamento (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 8 | 8 | |
| 9104 - Operador de máquinas de transitar, ligar e limpar, e outros metais | Técnica de Enchimento (N.4) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 8 | 8 | |
| 9104 - Operador de máquinas de transitar, ligar e limpar, e outros metais | Técnica Especialista em Design de Calçado (N.6) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 | |
| 9104 - Operador de máquinas de transitar, ligar e limpar, e outros metais | Modelista de Vestuário (N.4) | 1 | 0 | -1 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 1 | 7 | 7 | |

Página 1 de 9

| | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|----|---|---|----|---|---|---|---|---|---|---|--|
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | Motosserra (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 8 | 7 | |
| 6210 - Trabalhadores qualificados da floresta e similares | Técnica de Recursos Florestais e Ambientais (N.4) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 8 | 7 | |
| 7122 - Assentadores de investimentos e jardineiros | Jardineira / Assentadora (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 1 | 0 | 1 | 4 | 8 | 7 | |
| 7122 - Assentadores de investimentos e jardineiros | Carretilheira (N. 2) | 0 | 1 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 | |
| 7122 - Assentadores de investimentos e jardineiros | Técnica de Soldadura (N.4) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 1 | 1 | 2 | 1 | 7 | 7 | |
| 7122 - Assentadores de investimentos e jardineiros | Soldadora (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 2 | 7 | 7 | |
| 7211 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Reparadora de Motores (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 | |
| 7211 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Mecânica de Serviços Rápidos (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 | |
| 7211 - Mecânico e reparador de veículos automóveis | Mecânica de Automóveis Leves (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 7 | 7 | |

Página 2 de 9

| | | | | | | | | | | | | | |
|--|---|----|----|----|----|---|----|---|----|----|---|---|---|
| 9102 - Operador | Técnica de Costura (N.4) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 6 | 6 | |
| 9102 - Operador | Costureira (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 1 | 2 | 2 | 6 | 6 | |
| 7115 - Capateiros e similares | Capateiro de Limpos (N. 2) | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | Pintora de Construção Civil (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7 | 6 |
| 7131 - Pintores de construções e trabalhadores similares | Pintora / Decoradora (N. 2) | 1 | 1 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 7 | 6 |
| 7132 - Pintores a pistola e envernizadores | Pintora de Veículos (N.2) | 1 | 1 | 0 | 2 | 1 | -1 | 0 | 0 | 0 | 2 | 6 | 6 |
| 7421 - Mecânico e reparador de equipamentos electrónicos | Instaladora - Reparadora de Auto, Rádio, TV e Vídeo (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 7421 - Mecânico e reparador de equipamentos electrónicos | Eletroneletrónica de Eletromecânica (N.2) | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 6 | 6 |
| 7612 - Pasteleros, pasteleros e confeiteros | Pastelaria - Pastelaria (N. 2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 1 | 0 | 1 | 2 | 1 | 6 | 6 | |
| 7612 - Pasteleros, pasteleros e confeiteros | Forma Especialista em Gestão e Produção de Pastelaria (N.2) | -1 | 0 | 0 | -1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 6 | 6 | |
| 7621 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Operadora de Conservação e Apuramento de Cortiça (N. 2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 | |
| 7621 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Operadora de Transformação de Cortiça (N. 2) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 | |
| 7621 - Trabalhadores do tratamento da madeira e cortiça | Técnica de Programação e Gestão em Máquinas de Transformação de Madeira (N.4) | 0 | -1 | -1 | -2 | 0 | -1 | 0 | -1 | -3 | 5 | 6 | |

Página 3 de 9



cim alto minho
comunidade intermunicipal do alto minho



Obrigado pela vossa colaboração!

3.1. DGESTE 1

**PLANEAMENTO DA REDE DE OFERTA E PROCEDIMENTOS
A DESENVOLVER**

Rede de cursos profissionais

Ano letivo 2017/2018

24 de março de 2017

Ponto de partida

Objetivos estratégicos:

- ❖ Fomentar uma crescente valorização das ofertas de Ensino Profissional;
- ❖ Ajustar a oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho;
- ❖ Promover o sucesso educativo e a qualificação profissionalizante;
- ❖ Incentivar a adesão dos jovens a esta oferta formativa.

Ponto de partida

O planeamento e concertação da rede de cursos profissionais é instrumental para a **valorização destas ofertas formativas**, desenvolvendo a rede em **coerência com a capacidade instalada** e a oferta de cursos profissionais existente, procurando **evitar redundâncias** na oferta dos diversos operadores.

Princípios orientadores

1. Centralidade do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), implementado pela ANQEP, I.P.;
2. Mobilização de critérios de proporcionalidade, relevância, desempenho e de sustentabilidade e coesão na definição da rede de cursos profissionais;
3. A centralidade das CIM/AM no processo de coordenação conjunta, com as unidades orgânicas desconcentradas da DGEstE, das propostas de rede;

Princípios orientadores

4. A articulação de três pressupostos fundamentais no âmbito da definição da rede de cursos profissionais, em cada CIM/AM:
 - Relevância das qualificações no âmbito do SANQ;
 - Estabilidade da rede existente, tendo em conta a capacidade instalada em cada entidade/território;
 - Promoção da possibilidade de inovação.
5. A relevância do processo de concertação da rede com os estabelecimentos de ensino, designadamente através da realização de **reuniões das CIM/AM** e das direções de serviço regionais da **DGEstE** com as **entidades promotoras da oferta formativa**, tendo em vista a discussão e negociação das propostas apresentadas face aos princípios e critérios definidos.

Critérios de ordenamento da rede

1. **Critério da proporcionalidade** – Na definição da rede para o ano letivo de 2017/2018, deve manter-se a mesma proporção de cursos atribuídos a escolas profissionais, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que existiu ano letivo de 2016/2017;
2. **Critério da relevância** – Na definição da rede, as CIM/AM e as direções de serviço regionais da DGEstE utilizarão como referência de priorização o grau de relevância no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ);

Critérios de ordenamento da rede

3. **Critério de desempenho** – Construído com base nos seguintes indicadores:

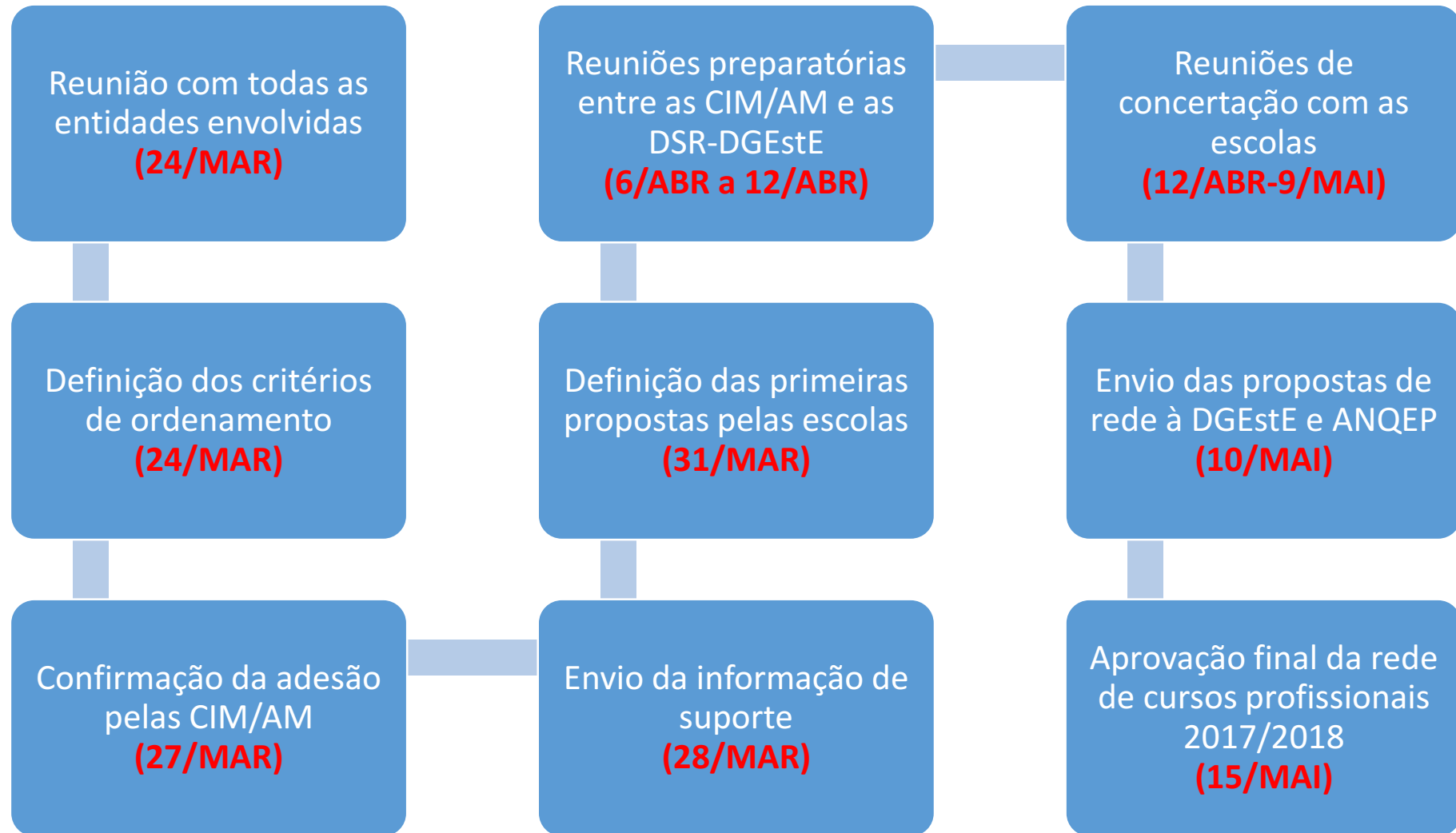
- Existência de **sistema de garantia da qualidade**;
- **Taxa de transição com sucesso** dos formandos;
- **Taxa de conclusão**;
- **Taxa de empregabilidade ou prosseguimento de estudos**.

Critérios de ordenamento da rede

4. **Critério de sustentabilidade e coesão** – Permitirá um **ajustamento das propostas** garantindo a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a **sustentabilidade da rede e a coesão territorial**, em torno das seguintes dimensões:

- **Valorização das parcerias** com entidades terceiras;
- **Não-redundância** da oferta;
- **Inclusão de alunos** com necessidades educativas específicas ou em risco de exclusão social.

Procedimentos a desenvolver



Rede de cursos profissionais

Ano letivo 2017/2018

24 de março de 2017

4. ANQEP_ DGESTE 1

CIRCULAR N.º 2/ANQEP/2017: OFÍCIO CONJUNTO
ANQEP/DGESTE – PLANEAMENTO E CONCERTAÇÃO DA
REDE DE CURSOS PROFISSIONAIS PARA O ANO LETIVO
2017-2018 – ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS E
CRITÉRIOS DE ORDENAMENTO

Circular nº 2/ANQEP/2017**Planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018****Orientações metodológicas e critérios de ordenamento****I. Enquadramento**

Na presente Circular são apresentadas as orientações metodológicas que enquadram o processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018 bem como são definidos os critérios de ordenamento dessa rede.

O ajustamento da oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho é um objetivo estratégico para o desenvolvimento económico e social do país e que, por essa razão, contribui para a valorização crescente das ofertas de Ensino Profissional, aumentando a motivação dos jovens e potenciando, assim, o seu sucesso educativo.

O processo de planeamento e concertação da rede de ofertas de cursos profissionais para o ano letivo de 2017-2018, articulado entre a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.), a Direção-Geral do Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e as Comunidades Intermunicipais/Áreas Metropolitanas (CIM/AM), segue as linhas de orientação política para o desenvolvimento de uma rede integrada de ofertas de educação e formação, procurando valorizar e induzir uma perspetiva de desenvolvimento estratégico sem, contudo, criar ruturas relativamente à capacidade instalada e à oferta de cursos profissionais existente e, simultaneamente, procurando evitar redundâncias e concorrência entre os diversos operadores.

A resposta a estes vários desafios passa pela existência de um quadro de referência que delimita, de forma objetiva e racional, o planeamento e concertação da rede de cursos profissionais. A racionalidade da rede é assegurada através da mobilização do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) enquanto instrumento estratégico que enquadra as necessidades de qualificações a nível regional/sub-regional, articulado com princípios e critérios que permitem a ordenação das várias propostas apresentadas.

II. Metodologia de trabalho associada ao processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais**1. Princípios orientadores**

- Centralidade do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) no âmbito do processo de definição da rede de cursos profissionais;
- Articulação de três pressupostos fundamentais no âmbito da definição da rede de cursos profissionais, em cada CIM/AM: (i) relevância das qualificações no âmbito do SANQ; (ii) estabilidade da rede existente tendo em conta a capacidade instalada em cada entidade/território; (iii) promoção da possibilidade de inovação;

- Mobilização de critérios de proporcionalidade, de relevância, de desempenho e de sustentabilidade e coesão na definição da rede de cursos profissionais;
- Centralidade das Comunidades Intermunicipais (CIM) e das Áreas Metropolitanas (AM) que, conjuntamente com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), coordenam o processo de definição da proposta de rede de cursos profissionais, com base na aplicação das orientações que constam deste documento;
- Relevância atribuída ao processo de concertação da rede, através da realização de reuniões das CIM/AM e das direções de serviço regionais da DGEstE com os estabelecimentos de ensino com oferta de cursos profissionais, com vista à discussão e negociação das propostas apresentadas, face aos princípios e critérios que as enquadram.

2. Critérios aplicados à seleção de propostas de cursos profissionais

A proposta de definição de rede de cursos profissionais apresentada por cada CIM/AM e pelas direções de serviço regionais da DGEstE deve obedecer à aplicação dos critérios que se seguem. Três destes critérios – critérios de proporcionalidade, relevância e desempenho – são definidos a partir de indicadores quantificados; um quarto critério – critério de sustentabilidade e coesão – baseia-se em informação de natureza qualitativa, que pode ser analisada e valorizada em sede de concertação da proposta de rede de cursos profissionais.

Considerando os vários critérios, a proposta de rede a elaborar pelas CIM/AM e pelas direções de serviço regionais deve espelhar a seguinte distribuição e ponderação:

| Critérios | Preponderância na proposta a realizar pela CIM |
|--|--|
| Critério de Proporcionalidade + Critério de Relevância + Critério de desempenho (aplicação de critérios fixados) | ≥ 70% |
| Critério de Sustentabilidade e Coesão (a estabelecer pela CIM) | ≤ 30% |

Critério de Proporcionalidade (*dados a apresentar pela ANQEP, I.P.*)

Na definição da rede para o ano letivo de 2017/2018, deve manter-se a mesma proporção de cursos atribuídos a escolas profissionais, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que existiu ano letivo de 2016/2017.

Critério de Relevância (*dados a apresentar pela ANQEP, I.P.*)

Na definição da rede, as CIM/AM e as direções de serviço regionais da DGEstE utilizarão como referência de priorização o grau de relevância no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), de acordo com os seguintes intervalos de distribuição:

| Níveis de relevância no SANQ | Percentagem do total de cursos a atribuir |
|------------------------------|---|
| 6 a 10 | ≥ 60% |
| 3 a 5 | ≤ 30% |
| 1 a 2 | ≤ 10% |

De modo a garantir a diversidade, disponibilidade e continuidade de ofertas formativas em áreas artísticas e culturais, como também a preservação de aspetos identitários e a salvaguarda de especificidades territoriais, deve ser acautelada a oferta de cursos de níveis de relevância mais baixos. (eg. ofertas formativas relacionadas com a cultura e as artes).

Critério de Desempenho (dados a apresentar pela ANQEP, I.P.)

Para cada curso, será produzida uma grelha de seriação das escolas que se propõem promovê-los, de acordo com o nível de desempenho de cada escola, medido a partir de vários indicadores que o quantificam.

A lista seriada permitirá informar/sustentar a proposta de afetação de cursos às escolas a ser efetuada pelas CIM/AM e pelas direções de serviço regionais da DGEstE num primeiro momento, a qual deverá ser discutida em sede de concertação com os estabelecimentos de ensino.

Descrição dos indicadores associados ao nível de desempenho de cada escola:

1. Existência de sistema de garantia da qualidade (alinhado com o EQAVET ou não alinhado)
2. Taxa de transição com sucesso dos formandos (aplicável em função dos cursos/turmas do 1º ano e do 2º ano)
3. Taxa de conclusão (no 3º ano do curso)
4. Taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos

| Indicadores de desempenho | Coefficiente de Ponderação |
|--|----------------------------|
| Existência de sistema de garantia da qualidade (alinhado com o EQAVET/não alinhado com o EQAVET mas com sistema de garantia da qualidade implementado, ou não alinhado) ^(*) | 30% |
| Taxa de transição com sucesso dos formandos (aplicável em função dos cursos/turmas do 1º ano e do 2º ano) | 20% |
| Taxa de conclusão (no 3º ano do curso) | 20% |
| Taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos ^(**) | 30% |

(¹) Para o ano letivo 2017-2018, serão valorizadas na mesma medida as escolas que têm sistemas de garantia da qualidade alinhados com o EQAVET e as escolas que, embora ainda não estando alinhadas com o EQAVET, implementam sistemas de garantia da qualidade. No ano letivo seguinte (2018-2019), o alinhamento com o EQAVET será considerado o indicador de desempenho a valorizar.

(²) Exemplo que explicita a forma como os indicadores aqui previstos permitem pontuar as diversas escolas e, nesse sentido, possibilitam a sua seriação: se a “taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos” for 75%, tem-se que: $75 \times 0,3 = 22,5$. À escola são atribuídos 22,5 pontos no indicador “taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos”. O mesmo racional aplica-se aos restantes indicadores.

Estes quatro indicadores são obtidos com base em dados apurados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Critério de Sustentabilidade e Coesão (*informação estabelecida pela CIM/AM e pelas direções de serviços regionais da DGEstE*)

A proposta da CIM/AM e da direção de serviços regionais da DGEstE pode ser ajustada até 30% para garantir a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a sustentabilidade da rede e a coesão territorial.

Descrição das variáveis associadas ao critério de sustentabilidade e coesão:

1. Parcerias

Devem ser valorizadas as ofertas de entidades que tenham parcerias efetivas e comprováveis, através de protocolos celebrados, com entidades que garantam formação específica, formação em contexto de trabalho e empregos de qualidade, nomeadamente: setor empresarial; autarquias; instituições do terceiro setor. Devem ainda ser valorizadas as ofertas formativas de entidades que tenham parcerias com outras instituições de formação (nacionais e internacionais).

2. Oferta não-redundante

Devem evitar-se ofertas redundantes em entidades do mesmo território, valorizando-se as que tiverem maior experiência formativa ou melhores condições de funcionamento (instalações, equipamentos e recursos humanos).

3. Inclusão

Devem garantir-se respostas a alunos com necessidades educativas específicas e a alunos em risco de exclusão social.

Não sendo facilmente “traduzíveis” em indicadores quantificáveis, estes critérios podem, no entanto, ser mobilizados pelas escolas em sede de concertação da rede para justificar as propostas apresentadas. Nesta situação, trata-se de critérios que podem ser determinantes para a definição da proposta final da rede de cursos profissionais a ser apresentada pela CIM/AM e pela direção de serviços regionais da DGEstE ao Gabinete do Secretário de Estado da Educação, desde que se situem na margem de 30% de ajustamento que a CIM/AM e a direção de serviços regionais da DGEstE podem introduzir, face aos critérios de proporcionalidade, relevância e desempenho estabelecidos.

3. Informação produzida pela ANQEP, I.P. e disponibilizada previamente ao início do processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais a nível de cada CIM/AM

Os pontos que se seguem especificam a informação que será produzida pela ANQEP, I.P. e disponibilizada às escolas e/ou às CIM/AM e DGEstE, para servir de base ao processo de planeamento e de definição/concertação da rede de cursos profissionais.

3.1. Definição do número máximo total de turmas a atribuir em cada CIM/AM

O número máximo total de turmas a atribuir em cada CIM/AM é calculado em função do número previsto de alunos a ingressar no ensino secundário e das metas estabelecidas para frequência de alunos no ensino profissional, estando definido no anexo I da presente circular.

3.2. Definição do número mínimo e máximo de turmas associadas a cada curso profissional, em cada CIM/AM

Para cada curso, em cada CIM/AM, é definido o número máximo, de referência, de turmas, bem como os intervalos para o número de turmas a autorizar. Estes valores de referência são definidos a partir, quer da relevância das qualificações identificada no SANQ, quer da rede de cursos profissionais em funcionamento (nº turmas de 1º ano no ano letivo 2016/17). Deste modo, procura induzir-se a evolução da rede no sentido de promover um ajustamento às necessidades de recursos humanos qualificados identificadas através do SANQ e, simultaneamente, acautelar-se que esse ajustamento seja feito de forma progressiva, sem ruturas, tendo em consideração a capacidade formativa instalada em cada território.

Assim, com base nas relevâncias do SANQ e no número de turmas em funcionamento associadas a cada curso, em cada CIM/AM, é calculado o número mínimo e máximo de turmas a atribuir da seguinte forma:

| Níveis de relevância no SANQ | Critério de intervalo (X é a oferta existente medida em termos do nº turmas de 1º ano em funcionamento) | Exemplos de turmas (X=nº turmas 1º ano em funcionamento) | Observações |
|------------------------------|--|--|--|
| 1 – 2 | $[x-2; x]$ | Se $x=4$: $[2;4]$ (se $X=4$, o intervalo de turmas a atribuir varia entre 2 e 4) $x=3$: $[1;3]$ $x=2$: $[0;2]$ $x=1$: $[0;1]$ | O limite máximo fica igual à oferta existente e o limite mínimo reduz 2 turmas |

| | | | |
|--------|--------------|--|--|
| 3 – 4 | $[x-1; x]$ | $x=4: [3;4]$ $x=3: [2;3]$ $x=2: [1;2]$ $x=1: [0;1]$ | O limite máximo fica igual à oferta existente e o limite mínimo reduz 1 turma |
| 5 – 6 | $[x-1; x+1]$ | $x=4: [3;5]$ $x=3: [2;4]$ $x=2: [1;3]$ $x=1: [0;2]$ | O limite mínimo reduz 1 turma à oferta existente e o limite máximo acresce 1 turma |
| 7 – 8 | $[x; x+1]$ | $x=4: [4;5]$ $x=3: [3;4]$ $x=2: [2;3]$ $x=1: [1;2]$ | O limite mínimo fica igual à oferta existente e o limite máximo acresce 1 turma |
| 9 – 10 | $[x; x+2]$ | $x=4: [4;6]$ $x=3: [3;5]$ $x=2: [2;4]$ $x=1: [1;3]$ | O limite mínimo fica igual à oferta e existente e o limite máximo acresce 2 turmas |

De referir ainda que os níveis de relevância do SANQ considerados neste exercício correspondem aos níveis de relevância definidos à escala da NUT III quando foram desenvolvidos aprofundamentos regionais ou à escala da NUT II, nos restantes casos.

Após este exercício de definição do intervalo de turmas a atribuir, a ANQEP, I.P. produz, para cada CIM/AM, um quadro com a seguinte informação:

Nº máximo de referência de turmas:

| AEF (Área de Educação-Formação) | Curso | Relevância SANQ | Nº de turmas | |
|------------------------------------|-------|-----------------|--------------|--------|
| | | | Mínimo | Máximo |
| (a definir) | | | | |

3.3. Distribuição do número de turmas a atribuir a cada CIM/AM, por níveis de relevância do SANQ

A partir do critério de relevância acima explicitado, é calculada, para cada CIM/AM, o número de referência, de turmas a atribuir por níveis de relevância do SANQ, o que resultará no seguinte quadro:

| Níveis de relevância no SANQ | Percentagem do total de cursos a atribuir | Nº de referência de turmas a atribuir |
|------------------------------|---|--|
| 6 a 10 | $\geq 60\%$ ^(*) | Nº a calcular para cada CIM/AM ($\geq 60\%$ do nº máximo de turmas a atribuir à CIM/AM) |
| 3 a 5 | $\leq 30\%$ | Nº a calcular para cada CIM/AM ($\leq 30\%$ do nº máximo de turmas a atribuir à CIM/AM) |
| 1 a 2 | $\leq 10\%$ ^(**) | Nº a calcular para cada CIM/AM ($\leq 10\%$ do nº máximo de turmas a atribuir à CIM/AM) |

(*) Nos casos das CIM/AM em que o “peso” dos cursos com relevância no SANQ de 6 a 10 face aos cursos disponíveis for inferior a 60%, a percentagem a considerar para o cálculo do número de turmas a atribuir deve corresponder precisamente ao “peso” dos cursos com relevância de 6 a 10 face ao número total de cursos disponíveis na CIM/AM (o total de cursos disponíveis na CIM corresponde ao número de cursos listados no quadro referido no ponto 3.2.).

(**) A indicação de uma percentagem associada aos mais baixos níveis de relevância (1 e 2) procura garantir a representatividade de alguns cursos que, embora pouco relevantes a nível da NUT III, possam ter um impacto significativo a uma microescala, em determinados territórios específicos.

3.4. Disponibilização do critério de proporcionalidade

Para cada CIM/AM, será calculada a percentagem de turmas atribuídas o ano passado, por escola e por tipologia de escolas (escolas profissionais, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas), para que possa ser tomada em consideração nas decisões a tomar, em cumprimento do critério de proporcionalidade.

3.5. Disponibilização do critério de desempenho

Em cada CIM, será definida uma grelha de seriação das escolas, tendo em consideração os diversos indicadores que concorrem para o critério de desempenho e respetivo coeficiente de ponderação.

A informação a que se referem os pontos 3.1. a 3.5. é produzida pela ANQEP, I.P. e serve como ponto de partida ao trabalho de definição da proposta de rede de cursos profissionais trabalhada por cada CIM/AM e pelas direções de serviço regionais da DGEstE. A informação a que referem os pontos 3.1. a 3.3. é igualmente divulgada junto da rede de escolas que desenvolvem cursos profissionais, de forma a enquadrar as propostas de oferta de cursos que vierem a apresentar.

III. Critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais

Os critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018 resultam da conjugação da relevância das qualificações identificada no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ) com a rede de cursos profissionais em funcionamento medida em termos do nº de turmas de 1º ano em funcionamento no ano letivo de 2016-2017. Deste modo, procura induzir-se a evolução da rede no sentido de promover um ajustamento às necessidades de recursos humanos qualificados identificadas através do SANQ e, simultaneamente, acautela-se que esse ajustamento seja feito de forma progressiva, sem ruturas, tendo em consideração a capacidade formativa instalada em cada território.

Assim, nos termos do artigo 11º do decreto-lei nº 396/2007, de 31 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 14/2017, de 26 de janeiro e no artigo 30º da portaria nº 74-A/2013, de 15 de fevereiro, define-se:

1. A unidade territorial do planeamento da rede de ofertas de cursos profissionais é a Comunidade Intermunicipal/área Metropolitana (CIM/AM); a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e a Área Metropolitana do Porto (AMP) são organizadas em subáreas de modo a permitir a eficaz concertação da rede de ofertas.
2. O número de referência máximo de turmas a autorizar em cada CIM/AM consta do Anexo I à presente Circular.
3. Para cada AM/CIM é apresentado um intervalo de variação do número de turmas a autorizar, por curso, de modo a induzir a evolução da rede no sentido de promover um ajustamento progressivo, sem ruturas, às necessidades de recursos humanos qualificados identificadas através do SANQ.
4. Os critérios resultam da conjugação da relevância das qualificações identificada no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ) com a rede de cursos profissionais em funcionamento medido em termos do nº de turmas de 1º ano em funcionamento no ano letivo de 2016-2017.
5. Nas CIM/AM que completaram a aplicação do módulo de Aprofundamento Regional no diagnóstico, o resultado do mesmo foi incorporado nos critérios definidos.

Em 24 de março de 2017

O Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Qualificação e o Ensino Profissional

Gonçalo Xufre Silva



4.1. ANQEP_ DGESTE 2

ANEXO I DA CIRCULAR N.º 2/ANQEP/2017

INTERVENIENTES NO PROCESSO

**Assunto: Planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018 –
Orientações metodológicas e critérios de ordenamento**

Lisboa, 27 de março de 2017

Exmos. Senhores Diretores de Escola/Agrupamento de Escolas

Exmos. Senhores Presidentes de CAP

O ajustamento da oferta de qualificações às necessidades da economia e do mercado de trabalho é um objetivo estratégico para o desenvolvimento económico e social do país e que, por essa razão, contribui para a valorização crescente das ofertas de Ensino Profissional, aumentando a motivação dos jovens e potenciando, assim, o seu sucesso educativo.

Conscientes desta importância estratégica, a exemplo que se passou no ano passado, e seguindo o Despacho Interno do Senhor Secretário de Estado da Educação relativo às “Orientações para o processo de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais – Ano letivo 2017-2018”, a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP, I.P.) e a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), irão desenvolver um processo articulado de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo de 2017-2018.

Considerando que a mobilização de atores locais constitui, neste âmbito, um fator crítico para a definição da rede de cursos profissionais, as Comunidades Intermunicipais (CIM)/Áreas Metropolitanas (AM) serão parceiras da ANQEP, I.P. e da DGEstE no processo de planeamento e concertação dessa rede, reforçando-se deste modo a intervenção que já têm ao nível do desenvolvimento do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ).

Serão seguidas as linhas de orientação política para o desenvolvimento de uma rede integrada de ofertas de educação e formação, procurando valorizar e induzir uma perspetiva de desenvolvimento estratégico sem, contudo, criar ruturas relativamente à capacidade instalada e à oferta de cursos profissionais existente e, simultaneamente, procurando evitar redundâncias e concorrência entre os diversos operadores.

A resposta a estes desafios passa pela existência de um quadro de referência que delimite de forma objetiva o exercício de planeamento e definição da rede de cursos profissionais. Esta objetividade é garantida através da mobilização do SANQ enquanto instrumento estratégico que enquadra as necessidades de qualificações a nível regional/sub-regional, articulado com princípios e critérios que permitem a ordenação das várias propostas apresentadas.

Esses princípios e critérios bem como os critérios de ordenamento da rede de cursos profissionais são explicitados na Circular nº 2/ANQEP/2017, que segue em anexo a este ofício.

A unidade territorial do planeamento é a da Comunidade Intermunicipal/Área Metropolitana.

As escolas devem elaborar as suas propostas de oferta de cursos profissionais tendo em consideração a capacidade instalada e a perspetiva de procura por parte dos alunos, num enquadramento que procura alcançar os 50% dos alunos do nível secundário em ofertas de dupla certificação.

Deste modo, considerando os critérios de ordenamento da rede para o próximo ano letivo, apresentados na circular nº. 2/ANQEP/2017, solicita-se que as escolas enviem as suas propostas de cursos profissionais a iniciar no ano letivo 2017-2018 à DGEste e à CIM a que pertencem (ao cuidado do respetivo Secretário Executivo), até ao próximo dia **31 de março**. As propostas apresentadas por cada escola serão posteriormente concertadas ao nível territorial da respetiva CIM/AM, em reuniões de rede nas quais participarão:

- a) As escolas com oferta de cursos profissionais do respetivo território;
- b) A Direção de Serviços Regional da DGEste e a CIM/AM, que coordenam;
- c) A ANQEP, que poderá fazer-se representar por um Centro Qualifica do respetivo território;
- d) O Instituto de Emprego e Formação Profissional;
- e) Representantes dos municípios.

Com os melhores cumprimentos,

**Gonçalo Xufre
Gonçalves da
Silva**

Digitally signed by Gonçalo Xufre
Gonçalves da Silva
DN: cn=Gonçalo Xufre Gonçalves
da Silva, c=PT, o=Ministério da
Educação e Ciência, ou=Agência
Nacional para a Qualificação e o
Ensino Profissional IP
Date: 2017.03.27 16:07:03 +01'00'

(Gonçalo Xufre Silva)

Presidente do Conselho Diretivo da ANQEP, IP

**Maria Manuela
Pinto Soares
Pastor Fernandes
Arraios Faria**

Digitally signed by Maria Manuela
Pinto Soares Pastor Fernandes
Arraios Faria
DN: c=PT, o=Direção-Geral dos
Estabelecimentos Escolares,
cn=Maria Manuela Pinto Soares
Pastor Fernandes Arraios Faria
Date: 2017.03.27 16:52:18 +01'00'

(Maria Manuela Faria)

Diretora Geral dos Estabelecimentos Escolares

Anexo I da Circular nº 2/ANQEP/2017

Critérios para ordenamento da rede de cursos profissionais, para o ano letivo 2017-2018

Os critérios resultam da conjugação da relevância das qualificações identificada no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificação (SANQ) com a rede de cursos profissionais em funcionamento medido em termos do nº de turmas de 1º ano em funcionamento no ano letivo de 2016-2017. Para cada curso, em cada CIM/AM é definido o número de referência máximo de turmas bem como os intervalos para o número de turmas a autorizar, de modo a induzir a evolução da rede no sentido de promover um ajustamento progressivo, sem ruturas, às necessidades de recursos humanos qualificadas identificadas através do SANQ.

A. NUT II - Norte

CIM do Alto Minho

Número máximo de referência de turmas a autorizar: **64**

| AEF | Curso Profissional | Relevância SANQ | N.º de Turmas | |
|-----|--|--------------------|---------------|--------|
| | | | Mínimo | Máximo |
| 212 | Artes do Espetáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos | 1 | 0 | 1 |
| 212 | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 2 | 0 | 1 |
| 212 | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 2 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico de Artes Gráficas | 3 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico de Audiovisuais | 2 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico de Desenho Digital 3D | 3 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico/a de Fotografia | 4 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico/a de Multimédia | 5 | 1 | 3 |
| 214 | Técnico de Design - Variantes de Técnico de Design Industrial; de Técnico de Design de Interiores/Exteriores; e de Técnico de Design de Equipamentos | 5 | 0 | 2 |
| 215 | Artesão/ã das Artes do Têxtil | 8 | 0 | 1 |
| 215 | Técnico/a de Construção de Instrumentos Musicais | 7 | 0 | 1 |
| 225 | Técnico de Recuperação do Património Edificado | 5 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 8 | 3 | 4 |
| 341 | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 7 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico/a de Distribuição | 7 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico/a de Logística | 9 | 1 | 3 |
| 341 | Técnico/a de Vendas | 8 | 1 | 2 |
| 341 | Técnico/a de Vendas e Marketing | 5 | 0 | 1 |
| 342 | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | 3 | 0 | 1 |
| 343 | Técnico/a Comercial Bancário/a | 5 | 0 | 1 |
| 343 | Técnico/a de Banca e Seguros | 5 | 0 | 1 |
| 345 | Técnico de Gestão; ou Técnico/a de Apoio à Gestão | 4 | 0 | 1 |
| 346 | Técnico de Administração Naval | 5 | 0 | 1 |
| 346 | Técnico/a Administrativo/a | 6 | 0 | 1 |

| | | | | |
|-----|---|---|---|---|
| 346 | Técnico/a de Secretariado | 2 | 0 | 1 |
| 347 | Técnico/a da Qualidade | 9 | 0 | 2 |
| 380 | Técnico de Serviços Jurídicos | 3 | 0 | 1 |
| 481 | Programador/a de Informática | 5 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 2 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 4 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico de Informática de Gestão | 2 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes | 5 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico/a de Informática - Sistemas | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 5 | 1 | 3 |
| 521 | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico de Relojoaria | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de CAD/CAM | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Desenho de Construções Mecânicas; ou Técnico/a de Desenho de Moldes; ou Técnico de Desenho de Construções Mecânicas - Variantes de Moldes; e de Modelação Gráfica de Moldes | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Desenho de Cunhos e Cortantes | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Fabrico de Componentes de Construção Metálica | 7 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Fabrico e Manutenção de Cunhos e Cortantes | 7 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Laboratório - Fundição | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Planeamento Industrial de Metalurgia e Metalomecânica | 6 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Produção e Montagem de Moldes | 7 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Produção e Transformação de Compósitos | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Projeto Aeronáutico | 5 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Projeto de Moldes e Modelos - Fundição | 6 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Soldadura | 7 | 0 | 1 |
| 521 | Técnico/a de Tratamento de Metais | 7 | 0 | 1 |
| 522 | Desenhador/a de Sistemas de Refrigeração e Climatização | 5 | 0 | 1 |
| 522 | Técnico de Eletricidade Naval | 5 | 0 | 1 |
| 522 | Técnico de Frio e Climatização; ou Técnico/a de Refrigeração e Climatização | 5 | 0 | 1 |
| 522 | Técnico/a de Instalações Elétricas | 3 | 0 | 1 |
| 522 | Técnico/a de Redes Elétricas | 5 | 0 | 1 |
| 522 | Técnico/a Instalador de Sistemas Eólicos; ou Técnico/a Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos; ou Técnico de Energias Renováveis - Variantes de Técnico Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos; e de Técnico Instalador de Sistemas Eólicos | 3 | 0 | 1 |
| 523 | Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações | 7 | 0 | 1 |
| 523 | Técnico/a de Eletrónica Médica | 7 | 0 | 1 |
| 523 | Técnico/a de Eletrónica, Áudio, Vídeo e TV | 7 | 0 | 1 |
| 523 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 7 | 1 | 2 |
| 523 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 7 | 1 | 2 |
| 523 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Instrumentação | 7 | 0 | 1 |
| 523 | Técnico/a de Mecatrónica | 7 | 1 | 2 |
| 524 | Técnico/a de Análise Laboratorial | 2 | 0 | 1 |
| 524 | Técnico/a de Química Industrial | 6 | 0 | 1 |
| 525 | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel; ou Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 4 | 1 | 2 |
| 525 | Técnico/a de Reparação e Pintura de Carroçarias | 7 | 0 | 1 |
| 541 | Técnico/a de Indústrias Alimentares | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Modelista de Vestuário | 7 | 0 | 1 |

| | | | | |
|-----|--|---|---|---|
| 542 | Técnico da Qualidade - Calçado e Marroquinaria | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico de Coordenação e Produção de Moda | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico de Gestão de Produção Têxtil e Vestuário | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico de Tinturaria, Estamparia e Acabamento | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Desenho de Vestuário | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Design de Moda | 7 | 1 | 2 |
| 542 | Técnico/a de Enobrecimento Têxtil | 8 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Fabrico Manual de Calçado | 9 | 0 | 2 |
| 542 | Técnico/a de Gestão da Produção de Calçado e de Marroquinaria | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Malhas - Máquinas Retas | 5 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Manutenção de Máquinas de Calçado e de Marroquinaria | 5 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Máquinas de Confeção | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Modelação de Calçado | 7 | 0 | 1 |
| 542 | Técnico/a de Tecelagem | 9 | 0 | 2 |
| 543 | Técnico/a de Gestão da Produção da Indústria da Cortiça | 6 | 0 | 1 |
| 543 | Técnico/a de Gestão da Produção em Madeira e Mobiliário | 7 | 0 | 1 |
| 543 | Técnico/a de Preparação de Cortiça | 7 | 0 | 1 |
| 543 | Técnico/a de Programação e Operação em Máquinas de Transformação da Madeira | 5 | 0 | 1 |
| 543 | Técnico/a de Transformação de Polímeros/Processos de Produção; ou Técnico de Transformação de Polímeros - Variantes de Controle da Qualidade; e de Processos de Produção | 6 | 0 | 1 |
| 543 | Técnico/a Industrial de Rolhas de Cortiça | 7 | 0 | 1 |
| 581 | Técnico de Cartografia - Variantes de Cartógrafo; e de Fotogrametrista | 5 | 0 | 1 |
| 581 | Técnico de Sistemas de Informação Geográfica | 5 | 0 | 1 |
| 581 | Topógrafo-Geómetra | 5 | 0 | 1 |
| 582 | Técnico de Construção Civil - Variantes de Medições e Orçamentos; de Topografia; de Desenho de Construção Civil; de Condução de Obra - Infraestruturas Urbanas; de Condução de Obra - Construção Tradicional Ecoambiental; e de Condução de Obra – Edifícios | 5 | 0 | 1 |
| 582 | Técnico/a de Medições e Orçamentos | 5 | 0 | 1 |
| 582 | Técnico/a de Obra / Condutor/a de Obra | 5 | 0 | 1 |
| 621 | Técnico/a de Gestão Equina | 3 | 0 | 1 |
| 621 | Técnico/a de Produção Agropecuária | 4 | 0 | 1 |
| 623 | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | 8 | 0 | 1 |
| 724 | Técnico Auxiliar Protésico - Prótese Dentária | 5 | 0 | 1 |
| 725 | Técnico Auxiliar Protésico - Variantes de Prótese Maxilo-Facial; de Prótese Orbitocraneal; de Prótese Auditiva; e de Prótese Ortopédica | 5 | 0 | 1 |
| 729 | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 7 | 2 | 3 |
| 761 | Técnico de Apoio à Infância; ou Técnico/a de Ação Educativa | 7 | 0 | 1 |
| 761 | Técnico/a de Juventude | 7 | 0 | 1 |
| 762 | Animador/a Sociocultural | 6 | 0 | 1 |
| 762 | Técnico de Apoio Psicossocial | 6 | 0 | 1 |
| 762 | Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade | 6 | 0 | 1 |
| 762 | Técnico/a de Geriatria | 7 | 0 | 1 |
| 811 | Técnico de Receção; ou Rececionista de Hotel; ou Técnico/a de Receção Hoteleira | 6 | 0 | 2 |
| 811 | Técnico/a de Andares | 7 | 0 | 1 |
| 811 | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 6 | 2 | 4 |
| 811 | Técnico/a de Pastelaria/Padaria | 7 | 0 | 1 |

| | | | | |
|-----|---|---|---|---|
| 811 | Técnico/a de Restaurante/Bar | 8 | 4 | 5 |
| 812 | Técnico de Turismo | 3 | 0 | 1 |
| 812 | Técnico/a de Operações Turísticas | 7 | 0 | 1 |
| 812 | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 2 | 0 | 2 |
| 812 | Técnico/a em Animação de Turismo | 7 | 1 | 2 |
| 813 | Técnico/a de Desporto | 7 | 1 | 2 |
| 815 | Esteticista | 3 | 0 | 1 |
| 815 | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 7 | 1 | 2 |
| 840 | Contramestre (Marinha Mercante) | 6 | 0 | 1 |
| 840 | Técnico/a de Tráfego de Assistência em Escala | 7 | 0 | 1 |
| 850 | Técnico de Gestão do Ambiente | 2 | 0 | 1 |
| 850 | Técnico/a de Sistemas de Tratamento de Águas | 5 | 0 | 1 |

CIM do Cávado

Número máximo de referência de turmas a autorizar: 100

| AE F | Curso Profissional | Relevância SANQ | N.º de Turmas | |
|---------|--|--------------------|---------------|--------|
| | | | Mínimo | Máximo |
| 212 | Artes do Espetáculo - Interpretação | 4 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico de Audiovisuais | 4 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico de Desenho Digital 3D | 3 | 0 | 1 |
| 213 | Técnico de Design Gráfico; ou Técnico/a de Desenho Gráfico | 7 | 3 | 4 |
| 213 | Técnico/a de Multimédia | 7 | 3 | 4 |
| 214 | Técnico de Design - Variantes de Técnico de Design Industrial; de Técnico de Design de Interiores/Exteriores; e de Técnico de Design de Equipamentos | 5 | 0 | 1 |
| 215 | Artesão/ã das Artes do Têxtil | 7 | 0 | 1 |
| 225 | Técnico de Recuperação do Património Edificado | 5 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 8 | 3 | 4 |
| 341 | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 5 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico/a de Distribuição | 7 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico/a de Logística | 8 | 0 | 1 |
| 341 | Técnico/a de Vendas | 8 | 1 | 2 |
| 342 | Técnico/a de Organização de Eventos | 3 | 0 | 1 |
| 343 | Técnico/a Comercial Bancário/a | 5 | 0 | 1 |
| 343 | Técnico/a de Banca e Seguros | 5 | 0 | 1 |
| 344 | Técnico/a de Contabilidade | 5 | 0 | 2 |
| 346 | Técnico de Administração Naval | 5 | 0 | 1 |
| 346 | Técnico/a Administrativo/a | 6 | 0 | 1 |
| 346 | Técnico/a de Secretariado | 5 | 2 | 4 |
| 347 | Técnico/a da Qualidade | 7 | 0 | 1 |
| 380 | Técnico de Serviços Jurídicos | 4 | 0 | 1 |
| 481 | Programador/a de Informática | 7 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 4 | 3 | 4 |
| 481 | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 7 | 7 | 8 |
| 481 | Técnico de Informática de Gestão | 4 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico/a de Informática - Instalação e Gestão de Redes | 7 | 0 | 1 |
| 481 | Técnico/a de Informática - Sistemas | 7 | 0 | 1 |

5. DGESTE_DSRN 1

CONVOCATÓRIA DA REUNIÃO REDE EDUCATIVA E
FORMATIVA 2017/2018



Angelina Presa <angelinapresa@etap.pt>

Fwd: FW : REUNIÃO - REDE EDUCATIVA E FORMATIVA 2017/2018 - 28 ABRIL - 14.30

1 mensagem

Jorge Humberto <jorgehumbertoribeiro@etap.pt>

18 de abril de 2017 às 11:54

Para: Angelina Presa <angelinapresa@etap.pt>

----- Mensagem encaminhada -----

De: "ETAP - Escola Profissional Valença" <valenca@etap.pt>

Data: 18/04/2017 09:13

Assunto: FW: REUNIÃO - REDE EDUCATIVA E FORMATIVA 2017/2018 - 28 ABRIL - 14.30

Para: <jorgehumbertoribeiro@etap.pt>

Cc:

De: Paula Vieira (DGEstE-DSRN) [mailto:paula.vieira@dgeste.mec.pt] Em nome de Delegado (DGEstE - DSRN)

Enviada: quinta-feira, 13 de abril de 2017 16:18

Assunto: REUNIÃO - REDE EDUCATIVA E FORMATIVA 2017/2018 - 28 ABRIL - 14.30

Exmo.(a) Senhor(a)

Diretor(a) / Presidente da CAP / Diretor(a) Pedagógico (a),

No âmbito do assunto em epígrafe, a Direção de Serviços da Região Norte da DGEstE e a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho convidam V. Ex^a a participar na reunião de trabalho a realizar no próximo dia 28 de abril, pelas 14.30 horas, nas instalações da Escola Secundária de Monserrate, sita na Avenida do Atlântico, 4904-860 VIANA DO CASTELO, cuja ordem de trabalhos é a concertação da Rede de Oferta de Cursos Profissionais, para o ano letivo 2017/2018.

Mais se informa que, pelas 16.00 horas, a reunião, a conduzir pela Direção Serviços da Região Norte da DGEstE, terá continuidade para abordar assuntos relacionados com a Rede da Educação Pré-Escolar, dos Ensinos Básico e Secundário - Ano letivo 2017/2018.

Com os meus respeitosos cumprimentos,

José Mesquita

Delegado Regional de Educação da Região Norte

Rua António Carneiro, 98
4349-003 Porto, PORTUGAL

TEL + 351 225 191 900 FAX + 351 225 191 999

www.dgeste.mec.pt

6. CIM 10

**PROCESSO DE PLANEAMENTO E CONCERTAÇÃO DA REDE
DE CURSOS PROFISSIONAIS 2017-2018 NO ALTO MINHO**

PROCESSO DE PLANEAMENTO E CONCERTAÇÃO DA REDE DE CURSOS PROFISSIONAIS 2017-2018 NO ALTO MINHO

VIANA DO CASTELO , 28 DE ABRIL DE 2017

Desenvolvimento do Processo de Planeamento e Concertação da Rede de Ensino Profissional

Em termos de desenvolvimento do processo e de acordo com a metodologia estabelecida pelo Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Educação / ANQEP, importa salientar os seguintes aspetos:

- Na sequência da reunião de 24 de março de 2017 das Entidades Intermunicipais com a Secretaria de Estado da Educação sobre a metodologia do processo de planeamento e concertação da Rede de Ensino Profissional e da posterior informação da CIM Alto Minho relativamente ao seu interesse em dar sequência ao processo, a ANQEP remeteu em 30 março as informações necessárias à aplicação da metodologia em apreço, tendo sido realizada em 6 de abril uma ação de formação para as DGEST e Entidades Intermunicipais no sentido de se assegurar a respetiva capacitação para o desenvolvimento do processo;
- Na sequência da reunião do passado dia 12 abril entre DGEstE Norte, CIM Alto Minho e os 10 Municípios do Alto Minho, foram analisadas as propostas apresentadas pelas escolas relativamente à rede de ensino profissional do Alto Minho, tendo em consideração a metodologia proposta pela ANQEP e algumas das observações e sugestões propostas pela DGEST Norte. Neste âmbito e considerando que a proposta global não assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia da ANQEP, os Municípios ficaram de auscultar os agrupamentos / escolas profissionais relativamente à possibilidade / viabilidade de ajustamento de algumas das suas propostas no sentido de se dar cumprimento, nomeadamente, quer ao Número Máximo de Turmas estabelecido, quer ao Critério de Relevância;

Desenvolvimento do Processo de Planeamento e Concertação da Rede de Ensino Profissional

- Na sequência da reunião do passado dia 20 abril entre DGEstE Norte, CIM Alto Minho e os 10 Municípios do Alto Minho, foram analisados os resultados do processo de auscultação das escolas por parte dos Municípios relativamente à rede de ensino profissional do Alto Minho, tendo em consideração a metodologia proposta pela ANQEP e algumas das observações e sugestões propostas pela DGEstE Norte. Neste âmbito, constatou-se que a proposta global decorrente desta concertação entre Municípios e as escolas do respetivo território, continua a não assegurar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia da ANQEP, nomeadamente, quer ao Número Máximo de Turmas estabelecido, quer ao Critério de Relevância;
- Deste modo, seguir-se-á uma reunião de trabalho, em 28 de abril, entre DGEstE Norte, a CIM Alto Minho, os 10 Municípios do Alto Minho e todas as escolas que apresentaram propostas de turmas no âmbito da rede de ensino profissional 2017/2018, no sentido de se avaliar, à escala intermunicipal, se existem condições para efetuar ajustamentos à proposta global que possam permitir o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia da ANQEP;
- Na sequência deste processo de concertação pretende-se estabilizar a proposta final de rede, a remeter à DGEstE e à ANQEP, I.P. até ao próximo dia 10 de maio;

Elementos de Base da metodologia da ANQEP

- 1. Rede de Ensino Profissional 2016/2017 no Alto Minho.**

No atual ano letivo 2016/2017 encontram-se em funcionamento 50 turmas no 1º ano dos agrupamentos / escolas profissionais do Alto Minho, 25 das quais da responsabilidade de entidades públicas, sendo as restantes 25 promovidas por entidades privadas;

- 2. Estimativas da DGEstE sobre a Rede de Ensino Profissional 2017/2018 no Alto Minho.**

**DADOS REDE (TOTALIDADE DE ALUNOS DO 9º ANO, INCLUINDO
CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO)**

| REDE | | | | Variação | | Previsão | | Previsão Alunos 10º Ano | |
|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|---------------------------------|---------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|----------------------------|----------------|
| Turmas 9.º Ano 2015/16 | Alunos 9.º Ano 2015/16 | Turmas 9.º Ano 2016/17 | Alunos 9.º Ano 2016/17 | Turmas 9.º Ano Var. 15/17 | Alunos 9.º Ano Var. 15/17 | Turmas 10.º Ano 2017/18 | Alunos 10.º Ano 2017/18 | Publico 50% | Privado 50% |

| CIM do Alto Minho | | | | | | | | | | | |
|--------------------------------|------------|-------------|-----------|-------------|------------|-------------|-----------|-------------|------------|-------------|--|
| Arcos de Valdevez | 12 | 209 | 8 | 157 | -4 | -52 | 8 | 157 | 79 | 79 | |
| Caminha | 4 | 77 | 3 | 55 | -1 | -22 | 3 | 55 | 28 | 28 | |
| Melgaço | 4 | 65 | 4 | 66 | 0 | 1 | 4 | 66 | 33 | 33 | |
| Monção | 8 | 157 | 6 | 120 | -2 | -37 | 6 | 120 | 60 | 60 | |
| Paredes de Coura | 4 | 85 | 3 | 56 | -1 | -29 | 3 | 56 | 28 | 28 | |
| Ponte da Barca | 9 | 163 | 5 | 90 | -4 | -73 | 5 | 90 | 45 | 45 | |
| Ponte de Lima | 25 | 511 | 19 | 413 | -6 | -98 | 19 | 413 | 207 | 207 | |
| Valença | 8 | 155 | 5 | 98 | -3 | -57 | 5 | 98 | 49 | 49 | |
| Viana do Castelo | 40 | 806 | 37 | 761 | -3 | -45 | 37 | 761 | 381 | 381 | |
| Vila Nova de Cerveira | 3 | 63 | 5 | 96 | 2 | 33 | 5 | 96 | 48 | 48 | |
| CIM do Alto Minho Total | 117 | 2291 | 95 | 1912 | -22 | -379 | 95 | 1912 | 956 | 956 | |
| | | | | | | | | | | 1912 | |

Elementos de Base da metodologia da ANQEP

- **3. Número máximo de turmas da rede de ensino profissional 2017/2018 do Alto Minho.**

De acordo com a metodologia definida pela ANQEP para 2017/2018, o número máximo global de turmas que pode ser proposto pelos Agrupamentos / escolas profissionais no território do Alto Minho para o ano letivo de 2017/2018 não deverá superar as 64 turmas (número que corresponde assim a um acréscimo máximo na ordem dos 25% relativamente às turmas em funcionamento efetivo no ano 2016/2017, a saber, as referidas 50 turmas);

No caso do Alto Minho, o número de turmas propostos pelos agrupamentos / escolas profissionais para o próximo ano letivo 2017/2018 ultrapassa o limite máximo estabelecido pela ANQEP (67,5 vs 64 definidas pela ANQEP, existindo assim 3,5 turmas a mais face ao limite máximo).

Aplicação do “Critério da Proporcionalidade”

- De acordo com as orientações da ANQEP, na definição da rede para o ano letivo de 2017/2018 deve manter-se a mesma proporção de cursos atribuídos a escolas profissionais, estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas que existiu ano letivo de 2016/2017.
- Considerando a repartição 2016/2017 entre turmas em funcionamento de escolas públicas e privadas (50% vs 50%) e face à versão mais recente das propostas 2017/2018 apresentadas pelas escolas públicas e privadas do Alto Minho, constata-se que:
 - são propostas pelas **escolas públicas 40,5 turmas**, superando, assim, o limite máximo de referência estabelecido pela metodologia da ANQEP (32);
 - são propostas pelas **escolas privadas 27 turmas**, número bastante inferior ao limite máximo de referência estabelecido pela metodologia da ANQEP (32);

Aplicação do “Critério da Relevância”

- De acordo com a metodologia estabelecida pela ANQEP, na definição da rede deverá ser utilizado como referência de priorização o grau de relevância no Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ), de acordo com os seguintes intervalos de distribuição:

| Níveis de relevância no SANQ | Percentagem do total de cursos a atribuir |
|------------------------------|---|
| 6 a 10 | ≥ 60% |
| 3 a 5 | ≤ 30% |
| 1 a 2 | ≤ 10% |

Aplicação do “Critério da Relevância”

- Deste modo e considerando a aplicação do “Critério da Relevância” às propostas apresentadas pelos agrupamentos / escolas profissionais do Alto Minho para a rede de ensino profissional 2017/2018, constata-se, nomeadamente, que:

| Níveis de relevância no SANQ | Proposta Turmas 2017/2018 | Limiar Proporcionalidade Metodologia ANQEP | Desvio |
|------------------------------|---------------------------|--|--------|
| 6 a 10 | 32,5 | 38 | 5,5 |
| 3 a 5 | 23,5 | 19 | 4,5 |
| 1 a 2 | 11,5 | 7 | 4,5 |
| Total | 67,5 | 64 | 14,5 |

Aplicação do “Critério de Desempenho”

- De acordo com a metodologia da ANQEP, para cada curso será produzida uma grelha de seriação das escolas que se propõem promovê-los, de acordo com o nível de desempenho de cada escola, medido a partir de vários indicadores que o quantificam. A lista seriada permitirá informar/sustentar a proposta de afetação de cursos às escolas a ser efetuada pelas CIM/AM e pelas direções de serviço regionais da DGEstE num primeiro momento, a qual deverá ser discutida em sede de concertação com os estabelecimentos de ensino.

| Indicadores associados ao nível de desempenho de cada escola | Ponderação |
|--|------------|
| 1. Existência de sistema de garantia da qualidade (alinhado com o EQAVET ou não alinhado) | 30% |
| 2. Taxa de transição com sucesso dos formandos (aplicável em função dos cursos/turmas do 1º ano e do 2º ano) | 20% |
| 3. Taxa de conclusão (no 3º ano do curso) | 20% |
| 4. Taxa de empregabilidade/prosseguimento de estudos | 30% |

Distribuição do número de turmas em cada curso, por níveis de relevância do SANQ (exemplo)

| AEF | Curso Profissional | Relevância | N.º de Turmas | | | |
|-------|---|------------|---------------|--------|--------|-----|
| | | SANQ | Proposto | Mínimo | Máximo | TSC |
| 212 | Artes do Espetáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 212 | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 212 | Instrumentista de Sopros e de Percussão | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 213 | Técnico de Audiovisuais | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 346 | Técnico/a de Secretariado | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 481 | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 481 | Técnico de Informática de Gestão | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 524 | Técnico/a de Análise Laboratorial | 2 | 1,5 | 0 | 1 | 0,5 |
| 812 | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 2 | 2 | 0 | 2 | 0 |
| 850 | Técnico de Gestão do Ambiente | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 212 | Básico de Instrumento | 2 | 2 | 1 | 2 | 0 |
| 213 | Técnico de Artes Gráficas | 3 | 0,5 | 0 | 1 | 0 |
| 213 | Técnico de Desenho Digital 3D | 3 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| 342 | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 |
| 380 | Técnico de Serviços Jurídicos | 3 | 0,5 | 0 | 1 | 0 |
| 522 | Técnico/a de Instalações Elétricas | 3 | 2 | 0 | 1 | 1 |
| Total | | | 67,5 | 24 | 159 | 14 |

[\(Consultar a tabela completa\)](#)

Aplicação do “Critério de Sustentabilidade e Coesão”

- A proposta final apresentada por cada NUTS III pode ser ajustada até 30% para garantir a funcionalidade do processo, a eficácia da oferta, a sustentabilidade da rede e a coesão territorial, podendo ponderar nomeadamente as seguintes variáveis:
 - **Parcerias.** Devem ser valorizadas as ofertas de entidades que tenham parcerias efetivas e comprováveis, através de protocolos celebrados, com entidades que garantam formação específica, formação em contexto de trabalho e empregos de qualidade, nomeadamente: setor empresarial; autarquias; instituições do terceiro setor. Devem ainda ser valorizadas as ofertas formativas de entidades que tenham parcerias com outras instituições de formação (nacionais e internacionais).
 - **Oferta não-redundante.** Devem evitar-se ofertas redundantes em entidades do mesmo território, valorizando-se as que tiverem maior experiência formativa ou melhores condições de funcionamento (instalações, equipamentos e recursos humanos);
 - **Inclusão.** Devem garantir-se respostas a alunos com necessidades educativas específicas e a alunos em risco de exclusão social.

Aplicação do “Critério de Sustentabilidade e Coesão”

- Não sendo facilmente “traduzíveis” em indicadores quantificáveis, estes critérios podem, no entanto, ser mobilizados pelas escolas em sede de concertação da rede para justificar as propostas apresentadas. Nesta situação, trata-se de critérios que podem ser determinantes para a definição da proposta final da rede de cursos profissionais, desde que se situem na margem de 30% de ajustamento que a CIM/AM e a direção de serviços regionais da DGEstE podem introduzir, face aos critérios de proporcionalidade, relevância e desempenho estabelecidos.
- Deste modo e considerando a aplicação do “Critério de Sustentabilidade e Coesão” às propostas apresentadas pelos agrupamentos / escolas profissionais do Alto Minho para a rede de ensino profissional 2017/2018, constata-se, nomeadamente, que:

| Desvios | Valores |
|------------------------------|---------|
| Máximo (30%*64 Turmas) | 19 |
| Critério "Proporcionalidade" | 13,5 |
| Critério "Relevância" | 14,5 |
| Critério "Desempenho" | 14 |
| Total Desvios | 42 |

Análise Síntese

- Em síntese, a versão mais recente das propostas apresentadas pelos agrupamentos / escolas profissionais do Alto Minho não assegura, neste momento, o cumprimento dos requisitos estabelecidos na metodologia estabelecida pela ANQEP, nomeadamente, no que respeita aos seguintes aspetos:
 - Número máximo de turmas propostas (64). Neste momento e já na sequência da iteração efetuada entre municípios e escolas com ensino profissional no respetivo território, o número de turmas propostas pelos agrupamentos / escolas profissionais atinge as 67;
 - Desvio máximo de 30% (ou seja, de 19 pontos) em relação aos limiares estabelecidos de acordo com os Critérios da Proporcionalidade, da Relevância, ou do Desempenho adotados na metodologia da ANQEP (decorrente da aplicação do “Critério de Sustentabilidade e Coesão”). Neste momento e já na sequência da iteração efetuada entre municípios e escolas com ensino profissional no respetivo território, o desvio decorrente da aplicação do “Critério de Sustentabilidade e Coesão” atinge os 42 superando assim claramente o desvio máximo fixado (19);

Cenário de Aplicação da Metodologia ANQEP

- Os principais princípios a adotar neste exercício de aplicação, com as necessárias adaptações, da metodologia da ANQEP, na distribuição do nº de turmas em cada curso por níveis de relevância, foram os seguintes:
 - Manutenção, sempre que possível, das propostas apresentadas pelas escolas privadas, no sentido de não aumentar o nível de desvio decorrente da aplicação do “Critério da Proporcionalidade” entre escolas públicas e privadas;
 - Manutenção das turmas propostas em cursos que estão a funcionar no atual ano letivo;
 - Prioridade, sempre que possível, às entidades que tenham desenvolvido oferta formativa na área de formação proposta pelo menos num dos anos letivos dos últimos 3 anos;
 - Aplicação do “Critério de Desempenho” em situações de desempate tendo prioridade as escolas melhor posicionadas neste critério;

Cenário de Aplicação da Metodologia ANQEP

- Atender à situação excecional decorrente do encerramento da Ancorensis no município de Caminha;
- Analisar a viabilidade de substituição de cursos nas mesmas áreas de formação, com relevância igual ou superior e que não apresentam propostas de turmas ou cujos desvios não ultrapassem os limites impostos;
- Acréscimo máximo de uma turma por escola relativamente ao nº de turmas em funcionamento em 2016/2017
- Promover acertos finais à proposta para assegurar, nomeadamente, o cumprimento dos limites impostos pelas relevâncias e evitar a existência de meias turmas nas escolas
- Assegurar que nenhum município ou escola tem menos propostas de turmas do que as atualmente em funcionamento em 2016/2017.

Cenário de Aplicação da Metodologia ANQEP

- Tabela com o exercício preliminar com o cenário de aplicação da metodologia

6.1. EPP 1

RECLAMAÇÃO ESCOLAS PROFISSIONAIS PRIVADAS
ENTREGUE AO SR. DELEGADO REGIONAL

REDE DE OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS

CIM ALTO MINHO

As Escolas Profissionais sedeadas no distrito de Viana do Castelo designadamente a ETAP – Escola Profissional, a EPRALIMA – Escola Profissional do Alto Lima, a EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior e a Esprominho (Delegação de Viana do Castelo) tomaram conhecimento das orientações veiculadas pela ANQEP e pela DGESTE relativas às ações de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018, bem como as orientações metodológicas e os critérios de ordenamento aplicáveis nos respetivos territórios, tendo sido analisado o conteúdo da documentação que nos foi remetida e as informações veiculadas pelas Câmaras Municipais.

A avaliação que fazemos permite-nos elencar um conjunto de aspetos que poderemos considerar importantes e positivos para efeito de organização e planeamento da oferta formativa para o próximo ano letivo, designadamente:

- a) A abordagem da oferta formativa focalizada no território da CIM do Alto Minho atendendo a que o leque das formações constantes do CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações implicam uma orientação supramunicipal;
- b) A existência de alguns estudos de diagnóstico de necessidades de formação apresentados pela CIM e pela ANQEP através do SANQ – Sistema de Antecipação de Qualificações, que elucidam sobre as prioridades regionais e sub-regionais;
- c) As informações/orientações veiculadas pela ANQEP para servirem de guião nas ações de planeamento e concertação da rede de cursos profissionais para o ano letivo 2017-2018, designadamente:
 - a. Perspetiva de desenvolvimento estratégico “sem criar ruturas relativamente à capacidade instalada e à oferta de cursos profissionais existentes”
 - b. Alerta para situações de sobredimensionamento das ofertas tendo em vista “evitar redundâncias e concorrência entre os diversos operadores”;
 - c. Referência à necessidade de articulação tendo por base os seguintes pressupostos:
 - i. Relevância das qualificações no âmbito do SANQ;
 - ii. Estabilidade da Rede existente tendo por base a capacidade instalada;
 - iii. Promoção da possibilidade de inovação;
 - iv. Proporcionalidade, relevância, desempenho, sustentabilidade e coesão.
- d) A referência de que o planeamento seja feito de “forma progressiva a sem ruturas tendo em conta a capacidade formativa instalada” e que se tenha em conta os cursos e turmas do 1º ano em funcionamento no ano letivo 2016-2017 o que significa que deveria haver comedimento e adequação à realidade, aferida pelos dados de cada território em anos letivos anteriores.

Face ao conhecimento que temos da forma como está a ser desenvolvido o processo em cada território, as escolas profissionais acima referidas que operam no distrito de Viana do Castelo, não podem deixar de sublinhar um outro conjunto de aspetos negativos, designadamente:

- a) A opacidade na veiculação da informação relativa ao número de alunos que terminam o 9º ano de escolaridade no distrito de Viana do Castelo os quais estão disponíveis para algumas entidades, mas não foram facilitados às escolas profissionais;
- b) A falta de informação sobre o número de turmas que se pretende abrir nos cursos científico-humanísticos para se poder avaliar a proporção dos 50% de alunos do secundário encaminhados para percursos qualificantes;
- c) O desconhecimento da realidade demográfica do distrito de Viana do Castelo pois todos sabemos que o número de alunos a frequentar as escolas é menor em cada ano que passa;
- d) A falta de aderência à realidade quando se pretende fazer crescer em 25% as ofertas de cursos profissionais no distrito de Viana do Castelo quando se sabe que cada vez há menos alunos;
- e) A falta de perceção de que, num território em que a frequência de alunos está em queda, só é possível aumentar a percentagem de alunos em cursos profissionais se houver uma redução de turmas de cursos científico-humanísticos;
- f) A subversão de princípios orientadores emanados da ANQEP/ DGESTE, no que concerne ao planeamento da rede, sem ruturas e tendo em conta o número de turmas abertas no ano letivo de 2016/2017;

Face ao acima expresso as Escolas Profissionais signatárias consideram que não faz qualquer sentido fazer um suposto trabalho de planeamento e concertação da rede quando:

- a) Não dispomos dos dados oficiais sobre o número total de alunos que terminam o 9º ano de escolaridade;
- b) Os dados que conseguimos apurar, com recurso a vias informais, apontam para a existência de cerca de 1900 alunos no distrito de Viana do Castelo, que terminam o 9º ano de escolaridade;
- c) No ano letivo 2016/2017 sabe-se que frequentaram o ensino profissional 1111 alunos, tendo sido constituídas 50 turmas;
- d) Para o próximo ano letivo, prevê-se que frequentem o ensino profissional, 972 alunos, atendendo à redução do n.º de alunos que se verifica no Distrito, significando uma perda de 139 alunos face ao ano transato;
- e) Face à real redução de alunos com que o Distrito de vai confrontar e, prevendo que optam pelo ensino profissional cerca de 970 alunos, seria possível constituir 44 turmas;
- f) Atendendo à meta de ter no ensino profissional 50% dos alunos, entende-se que em científico humanísticos serão constituídas, também, 44 turmas;

Face a estes dados, não se compreende como se pretendem aprovar em rede 67 cursos profissionais.

Pretende-se constituir a rede com base em dados objetivos ou queremos deixar a distribuição de alunos “ao acaso”?

Neste contexto, as escolas signatárias, admitem que:

- a) no máximo, se proponha a reposição do número de turmas do ano anterior e, eventualmente, que algumas escolas tenham que reduzir do número de turmas, por forma a acomodar a redução da abertura de 6 turmas no próximo ano letivo;
- b) para se manter a oferta de 67 turmas, face aos alunos que se prevê que optem pelo ensino profissional (972 alunos), estas teriam de ser constituídas com uma média de 14,5 alunos/turma. Admitindo uma variância de 4 alunos, relativamente à média, teríamos, no limite, turmas constituídas com 10 alunos e 18 alunos;
- c) mantendo-se a oferta de 67 turmas e cumprindo o número médio de alunos por turma, com os alunos previstos (1900), teriam de ser encaminhados para cursos profissionais 1582 alunos. Isto significa que, apenas 318 alunos seriam encaminhados para cursos científico humanísticos, constituindo-se desta forma 12 turmas (média de 25 alunos/turma).

Importa ainda dizer que as escolas privadas, seguindo as orientações escritas da DGESTE, da ANQEP e da ANESPO, apresentaram propostas na linha da reposição, apresentando 27 propostas de abertura de turmas, tendo em consideração a realidade do distrito face ao número de alunos. Tal não ocorreu nas escolas públicas que apresentaram propostas para 40 turmas, significando um aumento de 62% face ao ano transato.

Desta forma, as escolas signatárias, **expressam a sua não concordância com a metodologia seguida**, que não assenta em dados reais mas em dados completamente fictícios, **apelando a que se faça um trabalho de planeamento e concertação da rede tendo por base o histórico das escolas públicas e privadas que promovem formação qualificante destinada a jovens no ensino secundário**, ou seja, na base da reposição com os ajustamentos determinados pela redução demográfica que não podemos deixar de ter em conta.

As escolas signatárias alertam ainda para as consequências que o seguimento desta metodologia vai trazer para o distrito de Viana do Castelo, perspetivando-se:

- a) uma dispersão de alunos por um número significativo de cursos que se sabe que não vão abrir;
- b) a existência de turmas incompletas, que se prolongarão por tempo indeterminado, defraudando-se as expetativas dos alunos e dos seus encarregados de educação;
- c) o fecho efetivo da rede que só ocorrerá já no decurso do próximo ano letivo.

VIANA DO CASTELO, 28 DE ABRIL DE 2017

OS SIGNATÁRIOS,

ETAP – Escola Profissional

EPRALIMA – Escola Profissional do Alto Lima

EPRAMI – Escola Profissional do Alto Minho Interior

Esprominho (Delegação de Viana do Castelo)

7. ESCOLAS 1

**PROPOSTA BASE DAS ESCOLAS PARA A REDE DE CURSOS
PROFISSIONAIS DO ALTO MINHO**

Propostas de Cursos Profissionais para o ano letivo de 2017/18

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Relevância SANQ | 1º Ano | | Turmas em Funcionamento 2016/2017 [1.º ano] |
|---------|------------|-------------------|-----------|-----------|--|--------------|--|------------|--|------------|--|--|-----------------|---|-----------------------|--|
| | | | | | | | | | | | | | | Nº Turmas proposto para abrir em 17/18 | Nº alunos previsto | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Pub | AE | 522 | Eletricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 3 | 0,5 | 12 | 4 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 7 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Pub | AE | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 2 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Pub | AE | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 4 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Pub | AE | 542 | Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | Técnico/a de Design de Moda | 7 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 2 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | | | 1601258 | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 6 | 0,5 | 12 | 2 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | | | 1601258 | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 6 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | | | 1601258 | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 8 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | | | 1601258 | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | 152596 | Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha | 1602522 | Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 4 | 1 | 20 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | 152596 | Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha | 1602097 | Escola Básica e Secundária Sidónio Pais | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 3 | 1 | 20 | |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602084 | ETAP Escola Profissional - Caminha | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 4 | 1 | 24 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602485 | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 6 | 1 | 24 | 2 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602485 | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 8 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602485 | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico de Receção | 6 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | 152602 | Agrupamento de Escolas de Melgaço | 1603190 | Escola Básica e Secundária de Melgaço | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 1 | 24 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | | | 1603891 | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Priv | Prof | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 7 | 0,5 | 11 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | | | 1603891 | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 0,5 | 13 | |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | 153023 | Agrupamento de Escolas de Monção | 1604079 | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 8 | 0,5 | 10 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | 153023 | Agrupamento de Escolas de Monção | 1604079 | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 2 | 0,5 | 10 | |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | 153023 | Agrupamento de Escolas de Monção | 1604079 | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 2 | 1 | 20 | |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 4 | 1 | 24 | 3 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 6 | 0,5 | 13 | |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 8 | 0,5 | 11 | |

Propostas de Cursos Profissionais para o ano letivo de 2017/18

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Relevância SANQ | 1º Ano | | Turmas em Funcionamento 2016/2017 [1.º ano] |
|---------|------------|------------------|-----------|-----------|---|--------------|--|------------|--|------------|--|---|-----------------|--|--------------------|--|
| | | | | | | | | | | | | | | Nº Turmas proposto para abrir em 17/18 | Nº alunos previsto | |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 7 | 0,5 | 13 | |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 3 | 0,5 | 11 | |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | 152614 | Agrupamento de escolas de Paredes de Coura | 1605387 | Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Informática de Gestão | 2 | 1 | 24 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 214 | Design | Técnico de Design - Design Industrial | 5 | 0,5 | 13 | 2 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 7 | 0,5 | 11 | |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 7 | 0,5 | 13 | |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 7 | 0,5 | 11 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | 152626 | Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca | 1606743 | Escola Secundária de Ponte da Barca | Pub | AE | 213 | Áudiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 5 | 0,5 | 15 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | 152626 | Agrupamento de escolas de Ponte da Barca | 1606743 | Escola Secundária de Ponte da Barca | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Comércio | 8 | 0,5 | 15 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas e Marketing | 5 | 0,5 | 12 | 2 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 5 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 7 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 3 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 8 | 1 | 26 | 5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 346 | Secretariado e Trabalho Administrativo | Técnico/a de Secretariado | 2 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 5 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 522 | Eletricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 3 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 7 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404287 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Produção Agropecuária | 4 | 1 | 24 | 3 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404287 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Gestão Equina | 3 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404288 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 6 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404288 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 8 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | | | 1607524 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 213 | Áudiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Desenho Digital 3D | 3 | 1 | 24 | 2 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | | | 1607524 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 8 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | 150587 | Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho | 1608480 | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 8 | 0,5 | 14 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | 150587 | Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho | 1608480 | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Pub | AE | 522 | Eletricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 3 | 0,5 | 14 | |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | 150587 | Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho | 1608480 | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 1 | 28 | |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | | | 1608358 | ETAP Escola Profissional - Valença | Priv | Prof | 345 | Gestão e Administração | Técnico de Gestão | 4 | 0,5 | 12 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | | | 1608358 | ETAP Escola Profissional - Valença | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 0,5 | 12 | |

Propostas de Cursos Profissionais para o ano letivo de 2017/18

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Relevância SANQ | 1º Ano | | Turmas em Funcionamento 2016/2017 [1.º ano] |
|---------|------------|------------------|-----------|-----------|--------------------------------------|--------------|--|------------|--|------------|-----------------------------------|--|-----------------|--|--------------------|--|
| | | | | | | | | | | | | | | Nº Turmas proposto para abrir em 17/18 | Nº alunos previsto | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 152675 | Agrupamento de Escolas de Barroselas | 1609922 | Escola Básica e Secundária de Barroselas | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 4 | 0,5 | 15 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 152675 | Agrupamento de Escolas de Barroselas | 1609922 | Escola Básica e Secundária de Barroselas | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 7 | 0,5 | 15 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 213 | Áudiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 5 | 1 | 24 | 7 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 5 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 345 | Gestão e Administração | Técnico de Gestão | 4 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 2 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 5 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 7 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 7 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 2 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 6 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 2 | 1 | 24 | |

Propostas de Cursos Profissionais para o ano letivo de 2017/18

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Relevância SANQ | 1º Ano | | Turmas em Funcionamento 2016/2017 [1.º ano] |
|---------|------------|-----------------------|-----------|-----------|---|--------------|---|------------|--|------------|---|--|-----------------|--|--------------------|--|
| | | | | | | | | | | | | | | Nº Turmas proposto para abrir em 17/18 | Nº alunos previsto | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 213 | Áudiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Audiovisuais | 2 | 1 | 24 | 3 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 4 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 3 | 1 | 26 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 7 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151580 | Agrupamento Escolas Arga e Lima | 1609141 | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 7 | 1 | 24 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151580 | Agrupamento Escolas Arga e Lima | 1609141 | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 7 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609228 | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 2 | 1 | 14 | 4 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609228 | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 2 | 1 | 14 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609228 | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do espetáculo | Básico de Instrumento | | 2 | 28 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609092 | EsproMinho - Escola Profissional do Minho (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 7 | 1 | 24 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 213 | Áudiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 5 | 1 | 24 | 3 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 213 | Áudiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Artes Gráficas | 3 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 380 | Direito | Técnico de Serviços Jurídicos | 3 | 0,5 | 12 | |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 7 | 1 | 24 | |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | 151579 | Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira | 1610981 | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 8 | 0,5 | 13 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | 151579 | Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira | 1610981 | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 7 | 0,5 | 13 | |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610453 | Colégio de Campos | Priv | EPC | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 8 | 1 | 20 | 0 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610453 | Colégio de Campos | Priv | EPC | 347 | Enquadramento na Organização/Empresa | Técnico/a da Qualidade | 9 | 1 | 20 | |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610174 | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Priv | Prof | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 5 | 0,5 | 12 | 1 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610174 | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 7 | 0,5 | 12 | |

7.1. CIM 11

**CENÁRIO DE TRABALHO: APLICAÇÃO DA METODOLOGIA
DA ANQEP**

**PROPOSTA DA CIM ALTO MINHO PARA A REDE DE
CURSOS PROFISSIONAIS**

| Concelho | Estabelecimento de Ensino | Designação do Curso | Nº Total de Turmas Cenário de Trabalho de Aplicação da Metodologia ANQEP | Relevância SANQ |
|-------------------|--|--|--|-----------------|
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 | 7 |
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel; ou Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 1 | 7 |
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0 | 7 |
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico/a de Instalações Elétricas | 0 | 3 |
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico/a de Design de Moda | 1 | 7 |
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 0,5 | 8 |
| Arcos de Valdevez | EB 2/3 Sec de Arcos de Valdevez | Técnico/a da Qualidade | 0,5 | 9 |
| Arcos de Valdevez | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Animador/a Sociocultural | 0,5 | 6 |
| Arcos de Valdevez | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 | 6 |
| Arcos de Valdevez | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 | 8 |
| Arcos de Valdevez | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Técnico/a de Desporto | 0,5 | 7 |
| Caminha | Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 0 | 4 |
| Caminha | Escola Básica e Secundária Sidónio Pais | Técnico/a de Operações Turísticas | 1 | 8 |
| Caminha | ETAP Escola Profissional - Caminha | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel; ou Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 1 | 4 |
| Caminha | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 | 6 |
| Caminha | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 | 8 |
| Caminha | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico de Receção; ou Reccionista de Hotel; ou Técnico/a de Receção Hoteleira | 0,5 | 6 |
| Melgaço | Escola Básica e Secundária de Melgaço | Técnico/a de Desporto | 1 | 7 |
| Melgaço | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Técnico/a em Animação de Turismo | 0 | 7 |
| Melgaço | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Técnico/a de Geriatria | 0 | 7 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 0,5 | 8 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico/a de Análise Laboratorial | 0 | 2 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 0,5 | 2 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel; ou Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 1 | 4 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 | 6 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 | 8 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 0,5 | 7 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Esteticista | 0,5 | 3 |
| Paredes de Coura | Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura | Técnico de Informática de Gestão | 1 | 2 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico de Design - Variantes de Técnico de Design Industrial; de Técnico de Design de Interiores/Exteriores; e de Técnico de Design de Equipamentos | 0,5 | 5 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 | 7 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Mecatrónica | 0,5 | 7 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 | 7 |
| Ponte da Barca | Escola Secundária de Ponte da Barca | Técnico/a de Multimédia | 0,5 | 5 |
| Ponte da Barca | Escola Secundária de Ponte da Barca | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 0,5 | 8 |

| | | | | |
|------------------|---|--|-----|---|
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação), Ponte da Barca | Técnico/a de Vendas e Marketing | 0,5 | 5 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação), Ponte da Barca | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 0,5 | 5 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação), Ponte da Barca | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 | 7 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação), Ponte da Barca | Esteticista | 0,5 | 3 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 1 | 8 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Secretariado | 0,5 | 2 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 | 5 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 | 3 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 | 7 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Desporto | 0,5 | 7 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 1 | 4 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Gestão Equina | 1 | 3 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 | 6 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 | 8 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação), Ponte de Lima | Técnico de Desenho Digital 3D | 1 | 3 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação), Ponte de Lima | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 | 8 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico/a de Vendas | 1 | 8 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico/a de Instalações Elétricas | 0 | 3 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico/a de Desporto | 0 | 7 |
| Valença | ETAP Escola Profissional - Valença | Técnico de Gestão; ou Técnico/a de Apoio à Gestão | 0,5 | 4 |
| Valença | ETAP Escola Profissional - Valença | Técnico/a de Desporto | 0,5 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária de Barroselas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 0 | 4 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária de Barroselas | Técnico/a de Desporto | 0 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico/a de Multimédia | 1 | 5 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico de Design - Variantes de Técnico de Design Industrial; de Técnico de Design de Interiores/Exteriores; e de Técnico de Design de Equipamentos | 1 | 5 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico de Gestão; ou Técnico/a de Apoio à Gestão | 1 | 4 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 | 2 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 | 5 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 1 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico/a de Mecatrónica | 1 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico/a de Análise Laboratorial | 0 | 2 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Animador/a Sociocultural | 1 | 6 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 0 | 2 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Técnico de Audiovisuais | 1 | 2 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 | 4 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Técnico de Turismo | 1 | 3 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Técnico/a em Animação de Turismo | 0,5 | 7 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 1 | 2 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 1 | 2 |

| | | | | |
|-----------------------|---|--|-----|---|
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Básico de Instrumento | 2 | 2 |
| Viana do Castelo | EsproMinho - Escola Profissional do Minho (Deleg.) | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 | 7 |
| Viana do Castelo | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico/a de Multimédia | 1 | 5 |
| Viana do Castelo | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Artes Gráficas | 0,5 | 3 |
| Viana do Castelo | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Serviços Jurídicos | 0,5 | 3 |
| Viana do Castelo | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 | 7 |
| Vila Nova de Cerveira | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Técnico de Comércio; ou Técnico/a Comercial | 0,5 | 8 |
| Vila Nova de Cerveira | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 | 7 |
| Vila Nova de Cerveira | Colégio de Campos | Técnico/a de Vendas | 0 | 8 |
| Vila Nova de Cerveira | Colégio de Campos | Técnico/a da Qualidade | 1 | 9 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico de Design - Variantes de Técnico de Design Industrial; de Técnico de Design de Interiores/Exteriores; e de Técnico de Design de Equipamentos | 0,5 | 5 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 | 7 |

| | |
|--------------|-----------|
| Total | 59 |
|--------------|-----------|

8. DGESTE 2

**REDE DE CURSOS PROFISSIONAIS HOMOLOGADA – CICLO
DE FORMAÇÃO 2017/2020**

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|------------------------|-------------------|-----------|--|------------|----------------------|------------|---|--|-----------|
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Gaia Nascente | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Gaia Nascente | Pub | AE | 623 | Silvicultura e Caça | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Gaia Nascente | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Inês de Castro | Pub | ES | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Inês de Castro | Pub | ES | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Inês de Castro | Pub | ES | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Escola Secundária Inês de Castro | Pub | ES | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vila Nova de Gaia | DSR Norte | Instituto das Artes e da Imagem | Priv | EPC | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 347 | Enquadramento na Organização/Empresa | Técnico/a da Qualidade | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 542 | Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | Técnico/a de Design de Moda | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 523 | Elettrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | Escola Básica e Secundária Sidónio Pais | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Operações Turísticas | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Caminha | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Receção | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Melgaço | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Priv | Prof | 762 | Trabalho Social e Orientação | Técnico/a de Geriatria | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Priv | Prof | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|------------|------------------|-----------|--|------------|----------------------|------------|---|---|-----------|
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 214 | Design | Técnico de Design - Design Industrial | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Paredes de Coura | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Informática de Gestão | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas e Marketing | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte da Barca | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte da Barca | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Gestão Equina | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Produção Agropecuária | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Desenho Digital 3D | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 522 | Elettricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|------------|-----------------------|-----------|--|------------|----------------------|------------|---|--|-----------|
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 346 | Secretariado e Trabalho Administrativo | Técnico/a de Secretariado | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Murallas do Minho, Valença | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas | 1 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Valença | Priv | Prof | 345 | Gestão e Administração | Técnico de Gestão | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Valença | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Básico de Instrumento | 2 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 345 | Gestão e Administração | Técnico de Gestão | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Audiovisuais | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | EsproMinho - Escola Profissional do Minho (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Artes Gráficas | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 380 | Direito | Técnico de Serviços Jurídicos | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | Colégio de Campos | Priv | EPC | 347 | Enquadramento na Organização/Empresa | Técnico/a da Qualidade | 1 |

| NUTs II | CIM | Concelho | DSR | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|-------------|-----------------------|-----------|---|------------|----------------------|------------|---|--|-----------|
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Priv | Prof | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas e Marketing | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. António Granjo | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. António Granjo | Pub | AE | 623 | Silvicultura e Caça | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopros e de Percussão | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 344 | Contabilidade e Fiscalidade | Técnico/a de Contabilidade | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 541 | Indústrias Alimentares | Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Fernão de Magalhães | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | Escola Secundária Fernão de Magalhães | Pub | ES | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Montalegre | DSR Norte | Escola Básica e Secundária do Baixo Barroso | Pub | AE | 522 | Elettricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Montalegre | DSR Norte | Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Montalegre | DSR Norte | Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Ribeira de Pena | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Ribeira de Pena | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Ribeira de Pena | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Ribeira de Pena | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Pastelaria/Padaria | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Valpaços | DSR Norte | Escola Secundária de Valpaços | Pub | ES | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Valpaços | DSR Norte | Escola Secundária de Valpaços | Pub | ES | 481 | Ciências Informáticas | Técnico/a de Informática - Sistemas | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Vila Pouca de Aguiar | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Vila Pouca de Aguiar | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Vila Pouca de Aguiar | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Vila Pouca de Aguiar | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Vila Pouca de Aguiar | DSR Norte | Escola Básica e Secundária de Vila Pouca de Aguiar | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Pastelaria/Padaria | 0,5 |

9. DGESTE 3

**REDE DE CURSOS PROFISSIONAIS HOMOLOGADA – CICLO
DE FORMAÇÃO 2017/2020**

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|------------------------|-------------------|-----------|-----------|--|--------------|--|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | Tâmega e Sousa | Amarante | DSR Norte | 400828 | Escola Secundária de Amarante | 1301064 | Escola Secundária de Amarante | Pub | ES | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Amarante | DSR Norte | 400828 | Escola Secundária de Amarante | 1301064 | Escola Secundária de Amarante | Pub | ES | 522 | Eleticidade e Energia | Técnico/a Instalador/a de Sistemas Térmicos de Energias Renováveis | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Amarante | DSR Norte | | | 1301633 | Externato de Vila Meã | Priv | EPC | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Amarante | DSR Norte | | | 1301633 | Externato de Vila Meã | Priv | EPC | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Amarante | DSR Norte | | | 1301633 | Externato de Vila Meã | Priv | EPC | 522 | Eleticidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |
| Norte | Cávado | Amares | DSR Norte | 150459 | Agrupamento de Escolas de Amares | 301001 | Escola Secundária de Amares | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Técnico de Apoio Psicossocial | 1 |
| Norte | Cávado | Amares | DSR Norte | 150459 | Agrupamento de Escolas de Amares | 301001 | Escola Secundária de Amares | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 1 |
| Norte | Cávado | Amares | DSR Norte | 150459 | Agrupamento de Escolas de Amares | 301001 | Escola Secundária de Amares | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 347 | Enquadramento na Organização/Empresa | Técnico/a da Qualidade | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | 152584 | Agrupamento de Escolas de Arcos de Valdevez | 1601521 | Escola Básica e Secundária de Valdevez | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | | | 1601258 | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Minho | Arcos de Valdevez | DSR Norte | | | 1601258 | Escola Profissional do Alto Lima (Sede) | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Arouca | DSR Norte | 151634 | Agrupamento de Escolas de Arouca | 104548 | Escola Secundária de Arouca | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Arouca | DSR Norte | 151634 | Agrupamento de Escolas de Arouca | 104548 | Escola Secundária de Arouca | Pub | AE | 541 | Indústrias Alimentares | Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Arouca | DSR Norte | 151634 | Agrupamento de Escolas de Arouca | 104548 | Escola Secundária de Arouca | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Arouca | DSR Norte | 151634 | Agrupamento de Escolas de Arouca | 104548 | Escola Secundária de Arouca | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Arouca | DSR Norte | 151634 | Agrupamento de Escolas de Arouca | 104548 | Escola Secundária de Arouca | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Baião | DSR Norte | 150216 | Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil, Baião | 1302721 | Escola Básica e Secundária de Vale de Ovil | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Baião | DSR Norte | 150216 | Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil, Baião | 1302721 | Escola Básica e Secundária de Vale de Ovil | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Baião | DSR Norte | 150216 | Agrupamento de Escolas de Vale de Ovil, Baião | 1302721 | Escola Básica e Secundária de Vale de Ovil | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | 151257 | Agrupamento de Escolas de Vale D' Este, Barcelos | 302247 | Escola Básica e Secundária de Viatodos, Barcelos | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302197 | Escola Profissional de Barcelos | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302197 | Escola Profissional de Barcelos | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica e Telecomunicações | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302197 | Escola Profissional de Barcelos | Priv | Prof | 522 | Eleticidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302402 | Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Design Gráfico | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302402 | Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302402 | Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos | Priv | Prof | 542 | Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | Técnico/a de Design de Moda | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302402 | Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Fotografia | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302402 | Escola Profissional de Tecnologia e Gestão de Barcelos | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Pastelaria/Padaria | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302354 | Escola Profissional Profitecia | Priv | Prof | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Cávado | Barcelos | DSR Norte | | | 302354 | Escola Profissional Profitecia | Priv | Prof | 762 | Trabalho Social e Orientação | Técnico/a de Geriatria | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|----------------|----------------------|-----------|-----------|---|--------------|---|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | Ave | Cabeceiras de Basto | DSR Norte | | | 304101 | Externato de S. Miguel de Refojos | Priv | EPC | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 |
| Norte | Ave | Cabeceiras de Basto | DSR Norte | | | 304101 | Externato de S. Miguel de Refojos | Priv | EPC | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Operações Turísticas | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | 152596 | Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha | 1602097 | Escola Básica e Secundária Sidónio Pais | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Operações Turísticas | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602084 | ETAP Escola Profissional - Caminha | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602485 | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Minho | Caminha | DSR Norte | | | 1602485 | ETAP Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Douro | Carrazeda de Ansiães | DSR Norte | 151828 | Agrupamento de Escolas de Carrazeda de Ansiães | 403561 | Escola Básica e Secundária de Carrazeda de Ansiães | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Castelo de Paiva | DSR Norte | 151312 | Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva | 106146 | Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Castelo de Paiva | DSR Norte | 151312 | Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva | 106146 | Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Castelo de Paiva | DSR Norte | 151312 | Agrupamento de Escolas de Castelo de Paiva | 106146 | Escola Básica e Secundária de Castelo de Paiva | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Celorico de Basto | DSR Norte | 151737 | Agrupamento de Escolas de Celorico de Basto | 305958 | Escola Básica e Secundária de Celorico de Basto | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Celorico de Basto | DSR Norte | 404070 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | 305904 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | Pub | EP | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Celorico de Basto | DSR Norte | 404070 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | 305904 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | Pub | EP | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Celorico de Basto | DSR Norte | 404070 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | 305904 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Celorico de Basto | DSR Norte | 404070 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | 305904 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Gestão Equina | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Celorico de Basto | DSR Norte | 404070 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | 305904 | Escola Profissional de Fermil, Celorico de Basto | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Produção Agropecuária | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | | | 1703147 | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | | | 1703147 | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | | | 1703147 | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | | | 1703147 | Escola Profissional de Chaves | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas e Marketing | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 152730 | Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo | 1703325 | Escola Secundária Dr. António Granjo | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 152729 | Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins | 1703358 | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 152729 | Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins | 1703358 | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 152729 | Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins | 1703358 | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 152729 | Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins | 1703358 | Escola Secundária Dr. Júlio Martins | Pub | AE | 344 | Contabilidade e Fiscalidade | Técnico/a de Contabilidade | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 150230 | Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães | 1703324 | Escola Secundária Fernão de Magalhães | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Chaves | DSR Norte | 150230 | Agrupamento de Escolas Fernão de Magalhães | 1703324 | Escola Secundária Fernão de Magalhães | Pub | ES | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Cinfães | DSR Norte | | | 1804244 | Escola Profissional de Cinfães | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Cinfães | DSR Norte | | | 1804244 | Escola Profissional de Cinfães | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Cinfães | DSR Norte | 402564 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | 1804942 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | Pub | ES | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Cinfães | DSR Norte | 402564 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | 1804942 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | Pub | ES | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Cinfães | DSR Norte | 402564 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | 1804942 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | Pub | ES | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Cinfães | DSR Norte | 402564 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | 1804942 | Escola Secundária Professor Dr. Flávio F. Pinto Resende | Pub | ES | 522 | Elettricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|--------------------------|-------------------|-----------|-----------|--|--------------|--|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 401006 | Escola Secundária da Boa Nova-Leça da Palmeira | 1308419 | Escola Secundária da Boa Nova-Leça da Palmeira | Pub | ES | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 401006 | Escola Secundária da Boa Nova-Leça da Palmeira | 1308419 | Escola Secundária da Boa Nova-Leça da Palmeira | Pub | ES | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 401006 | Escola Secundária da Boa Nova-Leça da Palmeira | 1308419 | Escola Secundária da Boa Nova-Leça da Palmeira | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 152080 | Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora | 1308675 | Escola Secundária da Senhora da Hora | Pub | AE | 761 | Serviços de Apoio a Crianças e Jovens | Técnico de Apoio à Infância | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 152080 | Agrupamento de Escolas da Senhora da Hora | 1308675 | Escola Secundária da Senhora da Hora | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 402011 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | 1308345 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | Pub | ES | 811 | Hotelaria e Restauração | Rececionista de Hotel | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 402011 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | 1308345 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | Pub | ES | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 402011 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | 1308345 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | Pub | ES | 481 | Ciências Informáticas | Técnico/a de Informática - Sistemas | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 402011 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | 1308345 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a de Logística | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Matosinhos | DSR Norte | 402011 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | 1308345 | Escola Secundária João Gonçalves Zarco | Pub | ES | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Melgaço | DSR Norte | 152602 | Agrupamento de Escolas de Melgaço | 1603190 | Escola Básica e Secundária de Melgaço | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | Douro | Mesão Frio | DSR Norte | 152742 | Agrupamento de Escolas Professor António da Natividade | 1704848 | Escola Básica e Secundária Prof. António da Natividade - Mesão Frio | Pub | EP | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Miranda do Douro | DSR Norte | 150538 | Agrupamento de Escolas de Miranda do Douro | 406691 | Escola Básica e Secundária de Miranda do Douro | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | 404263 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | 407459 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | Pub | EP | 541 | Indústrias Alimentares | Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar | 0,5 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | 404263 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | 407459 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | Pub | EP | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 0,5 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | 404263 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | 407459 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Produção Agropecuária | 0,5 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | 404263 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | 407459 | Escola Profissional de Agricultura Desenv Rural Carvalhais | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a Vitivinícola | 0,5 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | | | 407248 | Escola Profissional de Arte de Mirandela | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Básico de Instrumento | 2 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | | | 407248 | Escola Profissional de Arte de Mirandela | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | | | 407248 | Escola Profissional de Arte de Mirandela | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | 152997 | Agrupamento de Escolas de Mirandela | 407754 | Escola Secundária de Mirandela | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mirandela | DSR Norte | 152997 | Agrupamento de Escolas de Mirandela | 407754 | Escola Secundária de Mirandela | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mogadouro | DSR Norte | 151191 | Agrupamento de Escolas de Mogadouro | 408677 | Escola Básica e Secundária de Mogadouro | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Mogadouro | DSR Norte | 151191 | Agrupamento de Escolas de Mogadouro | 408677 | Escola Básica e Secundária de Mogadouro | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva | 0,5 |
| Norte | Douro | Moimenta da Beira | DSR Norte | | | 1807277 | EP Tecnológica e Agrária de Moimenta da Beira | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Douro | Moimenta da Beira | DSR Norte | | | 1807277 | EP Tecnológica e Agrária de Moimenta da Beira | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | Douro | Moimenta da Beira | DSR Norte | | | 1807277 | EP Tecnológica e Agrária de Moimenta da Beira | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | Douro | Moimenta da Beira | DSR Norte | 151890 | Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira | 1807935 | Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 1 |
| Norte | Douro | Moimenta da Beira | DSR Norte | 151890 | Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira | 1807935 | Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Douro | Moimenta da Beira | DSR Norte | 151890 | Agrupamento de Escolas de Moimenta da Beira | 1807935 | Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 1 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|------------------------|---------------------|-----------|-----------|--|--------------|--|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | | | 1604776 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | 153023 | Agrupamento de Escolas de Monção | 1604079 | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Monção | DSR Norte | 153023 | Agrupamento de Escolas de Monção | 1604079 | Escola Secundária de Monção | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 0,5 |
| Norte | Ave | Mondim de Basto | DSR Norte | 152754 | Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto | 1705801 | Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Ave | Mondim de Basto | DSR Norte | 152754 | Agrupamento de Escolas de Mondim de Basto | 1705801 | Escola Básica e Secundária de Mondim de Basto | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Montalegre | DSR Norte | 1706742 | Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre | 345696 | Escola Básica e Secundária do Baixo Barroso | Pub | AE | 522 | Eletricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Montalegre | DSR Norte | 1706742 | Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre | 346780 | Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Montalegre | DSR Norte | 1706742 | Agrupamento de Escolas Dr. Bento da Cruz, Montalegre | 346780 | Escola Básica e Secundária Dr. Bento da Cruz | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Douro | Murça | DSR Norte | 152778 | Agrupamento de Escolas de Murça | 1707142 | Escola Básica e Secundária de Murça | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 0,5 |
| Norte | Douro | Murça | DSR Norte | 152778 | Agrupamento de Escolas de Murça | 1707142 | Escola Básica e Secundária de Murça | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 |
| Norte | Douro | Murça | DSR Norte | | | 1707699 | Escola Profissional de Murça | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 0,5 |
| Norte | Douro | Murça | DSR Norte | | | 1707699 | Escola Profissional de Murça | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 |
| Norte | Douro | Murça | DSR Norte | | | 1707699 | Escola Profissional de Murça | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 0,5 |
| Norte | Douro | Murça | DSR Norte | | | 1707699 | Escola Profissional de Murça | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Fotografia | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151348 | Agrupamento de Escolas de Fajões | 113401 | Escola Básica e Secundária de Fajões | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico/a de Informática - Sistemas | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151348 | Agrupamento de Escolas de Fajões | 113401 | Escola Básica e Secundária de Fajões | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151348 | Agrupamento de Escolas de Fajões | 113401 | Escola Básica e Secundária de Fajões | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 153047 | Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro | 113147 | Escola Básica e Secundária de Ferreira de Castro | Pub | AE | 761 | Serviços de Apoio a Crianças e Jovens | Técnico de Apoio à Infância | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 153047 | Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro | 113147 | Escola Básica e Secundária de Ferreira de Castro | Pub | AE | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 153047 | Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro | 113147 | Escola Básica e Secundária de Ferreira de Castro | Pub | AE | 345 | Gestão e Administração | Técnico de Gestão | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 153047 | Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro | 113147 | Escola Básica e Secundária de Ferreira de Castro | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151324 | Agrupamento de Escolas Dr. Ferreira da Silva | 113513 | Escola Básica e Secundária Dr. Ferreira da Silva | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Marketing | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Produção em Metalomecânica - Programação e Maquinação | 2 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 543 | Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) | Técnico/a de Transformação de Polímeros/Processos de Produção | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Oliveira de Azeméis | DSR Norte | 151658 | Agrupamento de Escolas Soares Basto | 113278 | Escola Básica e Secundária Soares Basto | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | | | 1309333 | Escola Profissional Vértice | Priv | Prof | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | | | 1309333 | Escola Profissional Vértice | Priv | Prof | 543 | Materiais (Indústrias da Madeira, Cortiça, Papel, Plástico, Vidro e Outros) | Técnico/a de Desenho de Mobiliário e Construções em Madeira | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | | | 1309333 | Escola Profissional Vértice | Priv | Prof | 542 | Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | Técnico/a de Design de Moda | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPG) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|--------------------------|-------------------|-----------|-----------|---|--------------|--|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 150769 | Agrupamento de Escolas D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira | 1309013 | Escola Secundária D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 150769 | Agrupamento de Escolas D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira | 1309013 | Escola Secundária D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 150769 | Agrupamento de Escolas D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira | 1309013 | Escola Secundária D. António Taipa, Freamunde, Paços de Ferreira | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico de Receção | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 346 | Secretariado e Trabalho Administrativo | Técnico/a Administrativo/a | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Paços de Ferreira | DSR Norte | 407433 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | 1309528 | Escola Secundária de Paços de Ferreira | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151543 | Agrupamento de Escolas de Paredes | 1310500 | Escola Básica de Paredes | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 150862 | Agrupamento de Escolas de Lordelo | 1310047 | Escola Básica e Secundária de Lordelo | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 150861 | Agrupamento de Escolas de Lordelo | 1310046 | Escola Básica e Secundária de Lordelo | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151555 | Agrupamento de Escolas de Vilela | 1310758 | Escola Básica e Secundária de Rebordosa | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151555 | Agrupamento de Escolas de Vilela | 1310955 | Escola Básica e Secundária de Vilela | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 2 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151555 | Agrupamento de Escolas de Vilela | 1310955 | Escola Básica e Secundária de Vilela | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Fotografia | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151555 | Agrupamento de Escolas de Vilela | 1310955 | Escola Básica e Secundária de Vilela | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151452 | Agrupamento de Escolas Daniel Faria, Paredes | 1310527 | Escola Secundária Daniel Faria, Baltar | Pub | AE | 214 | Design | Técnico de Design - Design Industrial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 151452 | Agrupamento de Escolas Daniel Faria, Paredes | 1310527 | Escola Secundária Daniel Faria, Baltar | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Paredes | DSR Norte | 402424 | Escola Secundária de Paredes | 1310582 | Escola Secundária de Paredes | Pub | ES | 761 | Serviços de Apoio a Crianças e Jovens | Técnico de Apoio à Infância | 1 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Paredes de Coura | DSR Norte | | | 1605639 | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 152572 | Agrupamento de Escolas de Pinheiro | 1311212 | Escola Básica e Secundária de Pinheiro | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 152572 | Agrupamento de Escolas de Pinheiro | 1311212 | Escola Básica e Secundária de Pinheiro | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | | | 1311565 | Escola Profissional e Tecnológica PROFENSINO | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | | | 1311565 | Escola Profissional e Tecnológica PROFENSINO | Priv | Prof | 522 | Elettricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | | | 1311565 | Escola Profissional e Tecnológica PROFENSINO | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas | 0,5 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 402473 | Escola Secundária de Penafiel | 1311034 | Escola Secundária de Penafiel | Pub | ES | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 402473 | Escola Secundária de Penafiel | 1311034 | Escola Secundária de Penafiel | Pub | ES | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 402473 | Escola Secundária de Penafiel | 1311034 | Escola Secundária de Penafiel | Pub | ES | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 402473 | Escola Secundária de Penafiel | 1311034 | Escola Secundária de Penafiel | Pub | ES | 344 | Contabilidade e Fiscalidade | Técnico/a de Contabilidade | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 402473 | Escola Secundária de Penafiel | 1311034 | Escola Secundária de Penafiel | Pub | ES | 521 | Metallurgia e Metalomecânica | Técnico/a de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|--------------------------|----------------|-----------|-----------|---|--------------|---|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 15259 | Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo | 1311567 | Escola Secundária Joaquim de Araújo | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Técnico de Apoio Psicossocial | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 15259 | Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo | 1311567 | Escola Secundária Joaquim de Araújo | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 15259 | Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo | 1311567 | Escola Secundária Joaquim de Araújo | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 1 |
| Norte | Tâmega e Sousa | Penafiel | DSR Norte | 15259 | Agrupamento de Escolas Joaquim de Araújo | 1311567 | Escola Secundária Joaquim de Araújo | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 404068 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | 1708326 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 404068 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | 1708326 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | Pub | EP | 522 | Eleticidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 0,5 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 404068 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | 1708326 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | Pub | EP | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 404068 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | 1708326 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 404068 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | 1708326 | Escola Profissional de Desenvolvimento Rural do Rodo | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a Vitivinícola | 0,5 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 152780 | Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia | 1708193 | Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 0,5 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 152780 | Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia | 1708193 | Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 0,5 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 152780 | Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia | 1708193 | Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Técnico/a de Geriatria | 0,5 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 152780 | Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia | 1708193 | Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Douro | Peso da Régua | DSR Norte | 152780 | Agrupamento de Escolas Dr. João de Araújo Correia | 1708193 | Escola Secundária Dr. João de Araújo Correia | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | | | 1606009 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas e Marketing | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | 152626 | Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca | 1606743 | Escola Secundária de Ponte da Barca | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico de Comércio | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte da Barca | DSR Norte | 152626 | Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca | 1606743 | Escola Secundária de Ponte da Barca | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404288 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404287 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Gestão Equina | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404287 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 621 | Produção Agrícola e Animal | Técnico/a de Produção Agropecuária | 1,5 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 404288 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 1607088 | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Pub | EP | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | | | 1607524 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Desenho Digital 3D | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | | | 1607524 | Escola Profissional do Alto Lima (Delegação) | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 522 | Eleticidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 |
| Norte | Alto Minho | Ponte de Lima | DSR Norte | 152638 | Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 1607424 | Escola Secundária de Ponte de Lima | Pub | AE | 346 | Secretariado e Trabalho Administrativo | Técnico/a de Secretariado | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Porto | DSR Norte | | | 1312121 | Academia de Música de Costa Cabral | Priv | EPC | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Porto | DSR Norte | | | 1312121 | Academia de Música de Costa Cabral | Priv | EPC | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 1,5 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|--------------------------|------------------|-----------|-----------|--|--------------|--|------------|--|------------|---|--|-----------|
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Trofa | DSR Norte | 152316 | Agrupamento de Escolas da Trofa | 1314466 | Escola Secundária da Trofa | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Trofa | DSR Norte | 152316 | Agrupamento de Escolas da Trofa | 1314466 | Escola Secundária da Trofa | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Trofa | DSR Norte | 152316 | Agrupamento de Escolas da Trofa | 1314466 | Escola Secundária da Trofa | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Trofa | DSR Norte | 152316 | Agrupamento de Escolas da Trofa | 1314466 | Escola Secundária da Trofa | Pub | AE | 342 | Marketing e Publicidade | Técnico/a de Organização de Eventos | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Trofa | DSR Norte | 152316 | Agrupamento de Escolas da Trofa | 1314466 | Escola Secundária da Trofa | Pub | AE | 346 | Secretariado e Trabalho Administrativo | Técnico/a de Secretariado | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vale de Cambra | DSR Norte | 151701 | Agrupamento de Escolas de Búzio | 119684 | Escola Básica e Secundária de Búzio | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Produção em Metalomecânica - Programação e Maquinação | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vale de Cambra | DSR Norte | 151701 | Agrupamento de Escolas de Búzio | 119684 | Escola Básica e Secundária de Búzio | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vale de Cambra | DSR Norte | 151701 | Agrupamento de Escolas de Búzio | 119684 | Escola Básica e Secundária de Búzio | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vale de Cambra | DSR Norte | 151701 | Agrupamento de Escolas de Búzio | 119684 | Escola Básica e Secundária de Búzio | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Sul Douro | Vale de Cambra | DSR Norte | 151701 | Agrupamento de Escolas de Búzio | 119684 | Escola Básica e Secundária de Búzio | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico/a de Soldadura | 1 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | 150587 | Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho | 1608480 | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas | 1 |
| Norte | Alto Minho | Valença | DSR Norte | | | 1608358 | ETAP Escola Profissional - Valença | Priv | Prof | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152365 | Agrupamento de Escolas de Alfena | 1315926 | Escola Básica e Secundária de Alfena | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152341 | Agrupamento de Escolas de Campo | 1315577 | Escola Básica e Secundária de Campo | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Logística | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152377 | Agrupamento de Escolas de Ermesinde | 1315042 | Escola Básica e Secundária de Ermesinde | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152377 | Agrupamento de Escolas de Ermesinde | 1315042 | Escola Básica e Secundária de Ermesinde | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Desenho Gráfico | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152377 | Agrupamento de Escolas de Ermesinde | 1315042 | Escola Básica e Secundária de Ermesinde | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | | | 1315027 | Escola Profissional de Valongo | Priv | Prof | 481 | Ciências Informáticas | Programador/a de Informática | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | | | 1315026 | Escola Profissional de Valongo | Priv | Prof | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | | | 1315028 | Escola Profissional de Valongo | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152353 | Agrupamento de Escolas de Valongo | 1315134 | Escola Secundária de Valongo | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152353 | Agrupamento de Escolas de Valongo | 1315134 | Escola Secundária de Valongo | Pub | AE | 346 | Secretariado e Trabalho Administrativo | Técnico/a Administrativo/a | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152353 | Agrupamento de Escolas de Valongo | 1315134 | Escola Secundária de Valongo | Pub | AE | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152353 | Agrupamento de Escolas de Valongo | 1315134 | Escola Secundária de Valongo | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Operações Turísticas | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Valongo | DSR Norte | 152353 | Agrupamento de Escolas de Valongo | 1315134 | Escola Secundária de Valongo | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Alto Tâmega | Valpaços | DSR Norte | 1852821 | Agrupamento de Escolas de Valpaços | 1712744 | Escola Secundária de Valpaços | Pub | ES | 813 | Desporto | Técnico/a de Desporto | 0,5 |
| Norte | Alto Tâmega | Valpaços | DSR Norte | 152821 | Agrupamento de Escolas de Valpaços | 1712744 | Escola Secundária de Valpaços | Pub | ES | 481 | Ciências Informáticas | Técnico/a de Informática - Sistemas | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151580 | Agrupamento de Escolas Arga e Lima | 1609141 | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Pub | AE | 729 | Saúde - Programas não Classificados Noutra Área de Formação | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151580 | Agrupamento de Escolas Arga e Lima | 1609141 | Escola Básica e Secundária Arga e Lima | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a em Animação de Turismo | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609228 | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Básico de Instrumento | 2 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609228 | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609228 | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|--------------------------|-----------------------|-----------|-----------|---|--------------|--|------------|--|------------|---------------------------------------|--|-----------|
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 345 | Gestão e Administração | Técnico de Gestão | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 521 | Metallurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Mecatrónica | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 150381 | Agrupamento de Escolas de Monserrate | 1609311 | Escola Secundária de Monserrate | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Audiovisuais | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | 151567 | Agrupamento de Escolas de Santa Maria Maior | 1609486 | Escola Secundária de Santa Maria Maior | Pub | AE | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609092 | EsproMinho - Escola Profissional do Minho (Deleg.) | Priv | Prof | 815 | Cuidados de Beleza | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Artes Gráficas | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 380 | Direito | Técnico de Serviços Jurídicos | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | DSR Norte | | | 1609721 | ETAP Escola Profissional - Viana do Castelo | Priv | Prof | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 1 |
| Norte | Ave | Vieira do Minho | DSR Norte | 150605 | Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo | 311345 | Escola Básica e Secundária de Vieira Araújo | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 0,5 |
| Norte | Ave | Vieira do Minho | DSR Norte | 150605 | Agrupamento de Escolas Vieira de Araújo | 311345 | Escola Básica e Secundária de Vieira Araújo | Pub | AE | 623 | Silvicultura e Caça | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | 0,5 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | | | 1316272 | Escola Profissional de Vila do Conde | Priv | Prof | 761 | Serviços de Apoio a Crianças e Jovens | Técnico de Apoio à Infância | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | | | 1316272 | Escola Profissional de Vila do Conde | Priv | Prof | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Informática de Gestão | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | | | 1316272 | Escola Profissional de Vila do Conde | Priv | Prof | 812 | Turismo e Lazer | Técnico de Turismo | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | | | 1316272 | Escola Profissional de Vila do Conde | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 152390 | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 1316003 | Escola Secundária D. Afonso Sanches | Pub | AE | 815 | Cuidados de Beleza | Esteticista | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 152390 | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 1316003 | Escola Secundária D. Afonso Sanches | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Design Gráfico | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 152390 | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 1316003 | Escola Secundária D. Afonso Sanches | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 152390 | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 1316003 | Escola Secundária D. Afonso Sanches | Pub | AE | 812 | Turismo e Lazer | Técnico/a de Operações Turísticas | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 152390 | Agrupamento de Escolas D. Afonso Sanches | 1316003 | Escola Secundária D. Afonso Sanches | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 401997 | Escola Secundária José Régio | 1316007 | Escola Secundária José Régio | Pub | ES | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 401997 | Escola Secundária José Régio | 1316007 | Escola Secundária José Régio | Pub | ES | 524 | Tecnologia dos Processos Químicos | Técnico/a de Análise Laboratorial | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 401997 | Escola Secundária José Régio | 1316007 | Escola Secundária José Régio | Pub | ES | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | A.M. Porto - Norte Douro | Vila do Conde | DSR Norte | 401997 | Escola Secundária José Régio | 1316007 | Escola Secundária José Régio | Pub | ES | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 1 |
| Norte | Terras de Trás-os-Montes | Vila Flor | DSR Norte | 151841 | Agrupamento de Escolas de Vila Flor | 410378 | Escola Básica e Secundária de Vila Flor | Pub | AE | 623 | Silvicultura e Caça | Técnico/a de Recursos Florestais e Ambientais | 1 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610453 | Colégio de Campos | Priv | EPC | 347 | Enquadramento na Organização/Empresa | Técnico/a da Qualidade | 1 |

| NUTS II | CIM | Concelho | DSR | Código UO | Unidade Orgânica (UO) | Código DGEEC | Estabelecimento de Ensino | Pub / Priv | Natureza da Entidade Pub. (AE/ES/EP) Priv. (Prof./EPC) | Código AEF | AEF | Curso | Nº Turmas |
|---------|------------|------------------------|-----------|-----------|---|--------------|---|------------|--|------------|--|---|-----------|
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | 151579 | Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Cerveira | 1610981 | Escola Básica e Secundária de Vila Nova de Cerveira | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610174 | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Priv | Prof | 214 | Design | Técnico de Design - Design de Equipamentos | 0,5 |
| Norte | Alto Minho | Vila Nova de Cerveira | DSR Norte | | | 1610174 | ETAP Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 1312739 | Academia Contemporânea do Espetáculo | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Artes do Espetáculo - Interpretação | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312055 | ARTAVE - Escola Profissional Artística do Vale do Ave | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Básico Instrumentista de Sopros | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312055 | ARTAVE - Escola Profissional Artística do Vale do Ave | Priv | Prof | 212 | Artes do Espetáculo | Instrumentista de Sopros e de Percussão | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312395 | Didáxis - Riba de Ave | Priv | EPC | 542 | Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | Técnico de Coordenação e Produção de Moda | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312395 | Didáxis - Riba de Ave | Priv | EPC | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312395 | Didáxis - Riba de Ave | Priv | EPC | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312395 | Didáxis - Riba de Ave | Priv | EPC | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312395 | Didáxis - Riba de Ave | Priv | EPC | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312395 | Didáxis - Riba de Ave | Priv | EPC | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico/a de Multimédia | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312137 | Didáxis Vale S.Cosme | Priv | Prof | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312137 | Didáxis Vale S.Cosme | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312137 | Didáxis Vale S.Cosme | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312137 | Didáxis Vale S.Cosme | Priv | Prof | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Restaurante/Bar | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312776 | Escola Profissional Bento de Jesus Caraça - Delegação de Pedome | Priv | Prof | 342 | Marketing e Publicidade | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312776 | Escola Profissional Bento de Jesus Caraça - Delegação de Pedome | Priv | Prof | 761 | Serviços de Apoio a Crianças e Jovens | Técnico/a de Juventude | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312745 | Escola Profissional Cior | Priv | Prof | 762 | Trabalho Social e Orientação | Animador/a Sociocultural | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312745 | Escola Profissional Cior | Priv | Prof | 525 | Construção e Reparação de Veículos a Motor | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 2 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312745 | Escola Profissional Cior | Priv | Prof | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Produção em Metalomecânica - Programação e Maquinação | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312745 | Escola Profissional Cior | Priv | Prof | 523 | Eletrónica e Automação | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | | | 312745 | Escola Profissional Cior | Priv | Prof | 522 | Elettricidade e Energia | Técnico/a de Instalações Elétricas | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 151762 | Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco | 312577 | Escola Secundária Camilo Castelo Branco | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Audiovisuais | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 151762 | Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco | 312577 | Escola Secundária Camilo Castelo Branco | Pub | AE | 213 | Audiovisuais e Produção dos Media | Técnico de Design Gráfico | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 151762 | Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco | 312577 | Escola Secundária Camilo Castelo Branco | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 151762 | Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco | 312577 | Escola Secundária Camilo Castelo Branco | Pub | AE | 811 | Hotelaria e Restauração | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 151762 | Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco | 312577 | Escola Secundária Camilo Castelo Branco | Pub | AE | 542 | Indústrias do Têxtil, Vestuário, Calçado e Couro | Técnico/a de Design de Moda | 0,5 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 151762 | Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco | 312577 | Escola Secundária Camilo Castelo Branco | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a de Vendas | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 150642 | Agrupamento de Escolas D. Sancho I | 312521 | Escola Secundária D. Sancho I | Pub | AE | 481 | Ciências Informáticas | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 150642 | Agrupamento de Escolas D. Sancho I | 312521 | Escola Secundária D. Sancho I | Pub | AE | 521 | Metalurgia e Metalomecânica | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 150642 | Agrupamento de Escolas D. Sancho I | 312521 | Escola Secundária D. Sancho I | Pub | AE | 341 | Comércio | Técnico/a Comercial | 1 |
| Norte | Ave | Vila Nova de Famalicão | DSR Norte | 150642 | Agrupamento de Escolas D. Sancho I | 312521 | Escola Secundária D. Sancho I | Pub | AE | 344 | Contabilidade e Fiscalidade | Técnico/a de Contabilidade | 1 |

10. DGESTE 4

**REDE DE CURSOS PROFISSIONAIS EM FUNCIONAMENTO –
CICLO DE FORMAÇÃO 2017/2020**

Modalidade: Curso Profissional
Certificação: Dupla Certificação
Tipologia: Nível 4
Tutela Ministerial: ME - Ministério da Educação
Serviço Regional de Educação: Direção de Serviços da Região Norte
NUTS III: Alto Minho

| Modalidade | Entidade Formadora | Entidade Promotora | Data de Início | Data de Fim | Tipologia | Qualificação | Plano | Regime | Certificação | Nº de Turmas Previstas | Nº de Formandos Não Desistentes | Nº de Formandos Total | Total NEE Reduz Turna | Total NEE Não Reduz Turna | Total CEI | NUTS II | NUTS III | Distrito | Concelho | Tipologia da Entidade |
|--------------------|---|---|----------------|-------------|-----------|--|--|--------|--------------------|------------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------------|-----------|---------|------------|------------------|-------------------|------------------------|
| Curso Profissional | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/07/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | Nível 4 - Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 10 | 10 | 3 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 2356 - ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | 2356 - ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico de Artes Gráficas | Nível 4 - Técnico de Artes Gráficas | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 10 | 11 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/07/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Produção Agropecuária | Nível 4 - Técnico/a de Produção Agropecuária | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 14 | 14 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 2183 - Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | 5875 - Agrupamento de Escolas de Valdevez, Arcos de Valdevez | 13/08/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | Nível 4 - Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 23 | 23 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Arcos de Valdevez | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0887 - ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Ancora | 0887 - ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Ancora | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | Nível 4 - Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 19 | 20 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Caminha | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0887 - ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Ancora | 0887 - ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Ancora | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Restaurante/Bar | Nível 4 - Técnico/a de Restaurante/Bar | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 18 | 18 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Caminha | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0908 - Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | 0908 - Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Instrumentista de Sopros e de Percussão | Nível 4 - Instrumentista de Sopros e de Percussão | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 13 | 14 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0908 - Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | 0908 - Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Instrumentista de Cordas e de Tecla | Nível 4 - Instrumentista de Cordas e de Tecla | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 14 | 14 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 8361 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | 8361 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Restaurante/Bar | Nível 4 - Técnico/a de Restaurante/Bar | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 17 | 18 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0894 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | 0894 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | Nível 4 - Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 8 | 8 | 2 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Paredes de Coura | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0894 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | 0894 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Mecatrónica | Nível 4 - Técnico/a de Mecatrónica | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 25 | 25 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Paredes de Coura | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0894 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | 0894 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | Nível 4 - Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 14 | 14 | 2 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Paredes de Coura | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | Nível 4 - Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | Diurno | Dupla Certificação | 1,5 | 33 | 36 | 3 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Monção | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0902 - Escola Básica e Secundária de Muraldas do Minho, Valença | 2928 - Agrupamento de Escolas de Muraldas do Minho, Valença | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Vendas | Nível 4 - Técnico/a de Vendas | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 14 | 14 | 3 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Valença | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 2183 - Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | 5875 - Agrupamento de Escolas de Valdevez, Arcos de Valdevez | 13/08/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | Nível 4 - Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 22 | 22 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Arcos de Valdevez | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 2183 - Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | 5875 - Agrupamento de Escolas de Valdevez, Arcos de Valdevez | 13/08/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a da Qualidade | Nível 4 - Técnico/a da Qualidade | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 21 | 21 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Arcos de Valdevez | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | Nível 4 - Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 12 | 12 | 3 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Monção | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Esteticista | Nível 4 - Esteticista | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 21 | 21 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Monção | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 0892 - EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | Nível 4 - Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 21 | 21 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Monção | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/07/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Gestão Equina | Nível 4 - Técnico/a de Gestão Equina | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 10 | 10 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 0899 - Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Produção Agropecuária | Nível 4 - Técnico/a de Produção Agropecuária | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 25 | 27 | 2 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0907 - Escola Básica e Secundária de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | 5814 - Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico em Animação de Turismo | Nível 4 - Técnico em Animação de Turismo | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 13 | 13 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0907 - Escola Básica e Secundária de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | 5814 - Agrupamento de Escolas de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a Auxiliar de Saúde | Nível 4 - Técnico/a Auxiliar de Saúde | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 19 | 19 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Multimédia | Nível 4 - Técnico/a de Multimédia | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 23 | 25 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | Nível 4 - Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 25 | 26 | 0 | 3 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico de Gestão | Nível 4 - Técnico de Gestão | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 24 | 25 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | Nível 4 - Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 26 | 27 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | Nível 4 - Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 23 | 23 | 2 | 3 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Animador/a Sociocultural | Nível 4 - Animador/a Sociocultural | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 17 | 22 | 1 | 3 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | Nível 4 - Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 26 | 27 | 2 | 2 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0909 - Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | 5747 - Agrupamento de Escolas de Monserrate, Viana do Castelo | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Mecatrónica | Nível 4 - Técnico/a de Mecatrónica | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 22 | 23 | 0 | 4 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Viana do Castelo | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0886 - Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, Vilelho, Caminha | 5453 - Agrupamento de Escolas Sidónio Pais, Caminha | 13/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Operações Turísticas | Nível 4 - Técnico/a de Operações Turísticas | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 16 | 16 | 0 | 6 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Caminha | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0900 - Escola Secundária de Ponte de Lima | 6036 - Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a Comercial | Nível 4 - Técnico/a Comercial | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 27 | 27 | 0 | 1 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0900 - Escola Secundária de Ponte de Lima | 6036 - Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a Auxiliar de Saúde | Nível 4 - Técnico/a Auxiliar de Saúde | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 21 | 21 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0900 - Escola Secundária de Ponte de Lima | 6036 - Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Secretariado | Nível 4 - Técnico/a de Secretariado | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 22 | 22 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0900 - Escola Secundária de Ponte de Lima | 6036 - Agrupamento de Escolas de Ponte de Lima | 01/09/2017 | 31/08/2020 | Nível 4 | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | Nível 4 - Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 26 | 26 | 0 | 2 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0891 - Escola Secundária de Monção | 8821 - Agrupamento de Escolas de Monção | 08/09/2017 | 31/07/2020 | Nível 4 | Técnico/a Comercial | Nível 4 - Técnico/a Comercial | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 12 | 12 | 0 | 1 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Monção | Agrupamento de Escolas |
| Curso Profissional | 0891 - Escola Secundária de Monção | 8821 - Agrupamento de Escolas de Monção | 08/09/2017 | 31/07/2020 | Nível 4 | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | Nível 4 - Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 11 | 11 | 0 | 1 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Monção | Agrupamento de Escolas |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|--|--|------------|------------|---------|---|---|--------|--------------------|-----|----|----|---|---|---|-------|------------|------------------|-------------------|---------------------|
| Curso Profissional | 0883 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | 0883 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | 01/09/2015 | 31/08/2018 | Nível 4 | Técnico/a de Restaurante/Bar | Nível 4 - Técnico/a de Restaurante/Bar | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 11 | 13 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Arcos de Valdevez | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 8361 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | 8361 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | 01/09/2015 | 31/08/2018 | Nível 4 | Técnico de Desenho Digital 3D | Nível 4 - Técnico de Desenho Digital 3D | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 18 | 26 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 8361 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | 8361 - EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | 01/09/2015 | 31/08/2018 | Nível 4 | Técnico/a de Restaurante/Bar | Nível 4 - Técnico/a de Restaurante/Bar | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 20 | 25 | 0 | 2 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte de Lima | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0895 - Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | 0895 - Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | 01/09/2015 | 31/08/2018 | Nível 4 | Técnico/a de Instalações Elétricas | Nível 4 - Técnico/a de Instalações Elétricas | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 8 | 10 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte da Barca | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0895 - Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | 0895 - Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | 01/09/2015 | 31/08/2018 | Nível 4 | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | Nível 4 - Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | Diurno | Dupla Certificação | 1 | 18 | 24 | 1 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte da Barca | Escola Profissional |
| Curso Profissional | 0895 - Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | 0895 - Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | 01/09/2015 | 31/08/2018 | Nível 4 | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | Nível 4 - Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | Diurno | Dupla Certificação | 0,5 | 10 | 14 | 0 | 0 | 0 | Norte | Alto Minho | Viana do Castelo | Ponte da Barca | Escola Profissional |

11. DSRN 2

REDE DE CURSOS PROFISSIONAIS EM FUNCIONAMENTO -

FONTE: SIGO

| CONCELHO | ESCOLA | QUALIFICACAO | Ano | N.º Turmas | N.º Alunos |
|-------------------|--|--|------|------------|------------|
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 10.º | 1 | 21 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Desporto | 10.º | 1 | 18 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a da Qualidade | 10.º | 1 | 21 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 10.º | 1 | 22 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 10.º | 1 | 23 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 10.º | 1 | 19 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 10.º | 1 | 20 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Restaurante/Bar | 10.º | 1 | 18 |
| Caminha | Escola Básica e Secundária Sidónio Pais, Vilarelho, Caminha | Técnico/a de Operações Turísticas | 10.º | 1 | 16 |
| Melgaço | Escola Básica e Secundária de Melgaço | Técnico/a de Desporto | 10.º | 1 | 25 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Esteticista | 10.º | 1 | 21 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 10.º | 1,5 | 36 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 10.º | 1 | 20 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 10.º | 0,5 | 12 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico/a Comercial | 10.º | 0,5 | 12 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 10.º | 0,5 | 11 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 10.º | 0,5 | 14 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 10.º | 0,5 | 8 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Mecatrónica | 10.º | 1 | 25 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Esteticista | 10.º | 0,5 | 12 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 10.º | 1 | 21 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico/a de Vendas e Marketing | 10.º | 0,5 | 12 |
| Ponte da Barca | Escola Secundária de Ponte da Barca | Técnico/a Comercial | 10.º | 0,5 | 10 |
| Ponte da Barca | Escola Secundária de Ponte da Barca | Técnico/a de Multimédia | 10.º | 0,5 | 13 |
| Ponte de Lima | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | Técnico de Desenho Digital 3D | 10.º | 1 | 26 |
| Ponte de Lima | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 10.º | 1 | 18 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 10.º | 1 | 8 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Gestão Equina | 10.º | 0,5 | 10 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 10.º | 1 | 27 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 10.º | 0,5 | 14 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Restaurante/Bar | 10.º | 1 | 8 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 10.º | 1 | 26 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 10.º | 1 | 21 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Comercial | 10.º | 1 | 27 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Desporto | 10.º | 1 | 23 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Instalações Elétricas | 10.º | 1 | 26 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Secretariado | 10.º | 1 | 22 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Murialhas do Minho, Valença | Técnico/a de Vendas | 10.º | 1 | 14 |
| Valença | ETAP - Escola Profissional - Valença | Técnico/a de Desporto | 10.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | Técnico em Animação de Turismo | 10.º | 0,5 | 13 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 10.º | 0,5 | 19 |

| CONCELHO | ESCOLA | QUALIFICACAO | Ano | N.º Turmas | N.º Alunos |
|-----------------------|---|---|------|------------|------------|
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Básico de Instrumento | 10.º | 2 | 14 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 10.º | 1 | 14 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 10.º | 1 | 14 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Animador/a Sociocultural | 10.º | 1 | 22 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Gestão | 10.º | 1 | 25 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 10.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 10.º | 1 | 26 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 10.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 10.º | 1 | 23 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Mecatrónica | 10.º | 1 | 23 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Multimédia | 10.º | 1 | 25 |
| Viana do Castelo | ESPROMINHO - Escola Profissional do Minho, Viana Castelo Viana Castelo (Deleg.) | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 10.º | 1 | 22 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Artes Gráficas | 10.º | 0,5 | 11 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Serviços Jurídicos | 10.º | 0,5 | 10 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 10.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico/a de Multimédia | 10.º | 1 | 20 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Audiovisuais | 10.º | 1 | 23 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 10.º | 1 | 29 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Turismo | 10.º | 1 | 29 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 10.º | 1 | 26 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP - Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 10.º | 0,5 | 9 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP - Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 10.º | 0,5 | 10 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 11.º | 1 | 21 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Desporto | 11.º | 0,5 | 15 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 11.º | 0,5 | 11 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 11.º | 1 | 28 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Design de Moda | 11.º | 1 | 20 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 11.º | 1 | 31 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 11.º | 1 | 18 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 11.º | 1 | 18 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico de Receção | 11.º | 0,5 | 10 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 11.º | 1 | 24 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Restaurante/Bar | 11.º | 0,5 | 12 |
| Melgaço | Escola Profissional do Alto Minho Interior - EPRAMI - Melgaço | Técnico de Informática de Gestão | 11.º | 1 | 19 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 11.º | 1 | 24 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 11.º | 1 | 24 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 11.º | 1 | 22 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Pub | 11.º | 0,5 | 11 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 11.º | 0,5 | 11 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Artes do Espectáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos | 11.º | 0,5 | 14 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Esteticista | 11.º | 0,5 | 11 |

| CONCELHO | ESCOLA | QUALIFICACAO | Ano | N.º Turmas | N.º Alunos |
|-----------------------|---|---|------|------------|------------|
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Mecatrónica | 11.º | 1 | 21 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico de Receção | 11.º | 0,5 | 13 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico em Animação de Turismo | 11.º | 0,5 | 14 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 11.º | 1 | 24 |
| Ponte da Barca | Escola Secundária de Ponte da Barca | Técnico/a de Multimédia | 11.º | 1 | 27 |
| Ponte de Lima | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | Técnico de Desenho Digital 3D | 11.º | 1 | 23 |
| Ponte de Lima | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 11.º | 1 | 24 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 11.º | 0,5 | 16 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Gestão Equina | 11.º | 0,5 | 10 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 11.º | 1 | 23 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 11.º | 0,5 | 10 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Restaurante/Bar | 11.º | 0,5 | 13 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 11.º | 1 | 23 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 11.º | 1 | 28 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Comercial | 11.º | 1 | 21 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Instalações Elétricas | 11.º | 1 | 24 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Secretariado | 11.º | 1 | 19 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 11.º | 0,5 | 12 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico/a de Logística | 11.º | 0,5 | 13 |
| Valença | ETAP - Escola Profissional - Valença | Técnico de Informática de Gestão | 11.º | 0,5 | 8 |
| Valença | ETAP - Escola Profissional - Valença | Técnico/a de Desporto | 11.º | 0,5 | 16 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Básico de Instrumento | 11.º | 2 | 24 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 11.º | 1 | 14 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Sopro e de Percussão | 11.º | 1 | 17 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Gestão | 11.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 11.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 11.º | 1 | 28 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 11.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Desporto | 11.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Multimédia | 11.º | 1 | 22 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 11.º | 1 | 25 |
| Viana do Castelo | ESPROMINHO - Escola Profissional do Minho, Viana Castelo Viana Castelo (Deleg.) | Técnico de Turismo | 11.º | 1 | 22 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Artes Gráficas | 11.º | 1 | 19 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Audiovisuais | 11.º | 1 | 19 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 11.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Audiovisuais | 11.º | 0,5 | 12 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 11.º | 1 | 24 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Turismo | 11.º | 1 | 28 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 11.º | 0,5 | 16 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP - Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Pub | 11.º | 0,5 | 8 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP - Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico de Fotografia | 11.º | 0,5 | 10 |

| CONCELHO | ESCOLA | QUALIFICACAO | Ano | N.º Turmas | N.º Alunos |
|-------------------|--|---|------|------------|------------|
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico de Serviços Jurídicos | 12.º | 0,5 | 11 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 12.º | 0,5 | 11 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 12.º | 0,5 | 17 |
| Arcos de Valdevez | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Arcos de Valdevez (Sede) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 12.º | 0,5 | 13 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Análise Laboratorial | 12.º | 1 | 21 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 12.º | 1 | 24 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 12.º | 1 | 30 |
| Arcos de Valdevez | Escola Básica e Secundária de Valdevez, Arcos de Valdevez | Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 12.º | 1 | 19 |
| Caminha | Escola Básica e Secundária do Vale do Âncora, Vila Praia de Âncora, Caminha | Técnico de Turismo | 12.º | 1 | 25 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 12.º | 1 | 19 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico de Receção | 12.º | 0,5 | 13 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 12.º | 1 | 20 |
| Caminha | ETAP - Escola Profissional - Vila Praia de Âncora | Técnico/a de Restaurante/Bar | 12.º | 0,5 | 11 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 12.º | 0,5 | 11 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 12.º | 1 | 29 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 12.º | 1 | 24 |
| Monção | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Monção (Deleg.) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 12.º | 0,5 | 18 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico/a de Instalações Elétricas | 12.º | 0,5 | 7 |
| Monção | Escola Secundária de Monção | Técnico/a de Vendas | 12.º | 0,5 | 12 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica | 12.º | 0,5 | 16 |
| Paredes de Coura | EPRAMI - Escola Profissional do Alto Minho Interior, Paredes de Coura (Sede) | Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 12.º | 0,5 | 11 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Pub | 12.º | 1 | 24 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 12.º | 0,5 | 14 |
| Ponte da Barca | Escola Profissional do Alto Lima - EPRALIMA - Ponte da Barca | Técnico/a de Instalações Elétricas | 12.º | 0,5 | 10 |
| Ponte da Barca | Escola Secundária de Ponte da Barca | Técnico/a de Multimédia | 12.º | 1 | 16 |
| Ponte de Lima | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | Técnico de Desenho Digital 3D | 12.º | 1 | 26 |
| Ponte de Lima | EPRALIMA - Escola Profissional do Alto Lima, Ponte de Lima (Deleg.) | Técnico/a de Restaurante/Bar | 12.º | 1 | 25 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 12.º | 0,5 | 15 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Gestão Equina | 12.º | 0,5 | 14 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 12.º | 0,5 | 9 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Produção Agropecuária | 12.º | 1 | 27 |
| Ponte de Lima | Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Ponte de Lima | Técnico/a de Restaurante/Bar | 12.º | 0,5 | 8 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico de Gestão de Ambiente | 12.º | 1 | 12 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 12.º | 1 | 23 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 12.º | 1 | 25 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a Comercial | 12.º | 0,5 | 18 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Instalações Elétricas | 12.º | 1 | 17 |
| Ponte de Lima | Escola Secundária de Ponte de Lima | Técnico/a de Secretariado | 12.º | 1 | 19 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 12.º | 1 | 17 |
| Valença | Escola Básica e Secundária de Muralhas do Minho, Valença | Técnico/a Comercial | 12.º | 1 | 21 |
| Valença | ETAP - Escola Profissional - Valença | Técnico/a de Contabilidade | 12.º | 0,5 | 9 |

| CONCELHO | ESCOLA | QUALIFICACAO | Ano | N.º Turmas | N.º Alunos |
|-----------------------|---|--|------|------------|------------|
| Valença | ETAP - Escola Profissional - Valença | Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 12.º | 0,5 | 9 |
| Viana do Castelo | Escola Básica e Secundária de Arga e Lima, Lanheses, Viana do Castelo | Técnico/a Comercial | 12.º | 1 | 17 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Básico de Instrumento | 12.º | 2 | 31 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Cordas e de Tecla | 12.º | 1 | 13 |
| Viana do Castelo | Escola Profissional de Música de Viana do Castelo | Instrumentista de Sopros e de Percussão | 12.º | 1 | 15 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Animador/a Sociocultural | 12.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Gestão | 12.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 12.º | 1 | 26 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 12.º | 1 | 27 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Análise Laboratorial | 12.º | 1 | 17 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 12.º | 1 | 25 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Instalações Elétricas | 12.º | 1 | 19 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a de Multimédia | 12.º | 1 | 24 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Monserrate, Viana do Castelo | Técnico/a Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos | 12.º | 1 | 23 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 12.º | 1 | 28 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico de Turismo | 12.º | 1 | 23 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico/a Auxiliar de Saúde | 12.º | 0,5 | 10 |
| Viana do Castelo | Escola Secundária de Santa Maria Maior, Viana do Castelo | Técnico/a Comercial | 12.º | 0,5 | 11 |
| Viana do Castelo | ESPROMINHO - Escola Profissional do Minho, Viana Castelo Viana Castelo (Deleg.) | Técnico/a Comercial | 12.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Artes Gráficas | 12.º | 1 | 21 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 12.º | 1 | 23 |
| Viana do Castelo | ETAP - Escola Profissional - Viana do Castelo | Técnico/a de Multimédia | 12.º | 1 | 23 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP - Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico de Fotografia | 12.º | 0,5 | 11 |
| Vila Nova de Cerveira | ETAP - Escola Profissional - Vila Nova de Cerveira | Técnico/a de Desenho Gráfico | 12.º | 0,5 | 11 |

CIM: Alto Minho

| Turmas por Qualificação e por Ano | Ano | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| Qualificações - Cursos Profissionais | 10.º | 11.º | 12.º | Total Geral |
| Animador/a Sociocultural | 1 | | 1 | 2 |
| Artes do Espectáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos | | 0,5 | | 0,5 |
| Básico de Instrumento | 2 | 2 | 2 | 6 |
| Esteticista | 1,5 | 0,5 | | 2 |
| Instrumentista de Cordas e de Tecla | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Instrumentista de Sopros e de Percussão | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Técnico de Artes Gráficas | 0,5 | 1 | 1 | 2,5 |
| Técnico de Audiovisuais | 1 | 1,5 | | 2,5 |
| Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | | 1 | 1 | 2 |
| Técnico de Desenho Digital 3D | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Técnico de Fotografia | | 0,5 | 0,5 | 1 |
| Técnico de Gestão | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Técnico de Gestão de Ambiente | | | 1 | 1 |
| Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 1 | 1,5 | 1 | 3,5 |
| Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 1 | 1 | 2 | 4 |
| Técnico de Informática de Gestão | | 1,5 | | 1,5 |
| Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 3 | 2,5 | 3 | 8,5 |
| Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica | | | 0,5 | 0,5 |
| Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 2,5 | 1 | | 3,5 |
| Técnico de Receção | | 1 | 0,5 | 1,5 |
| Técnico de Serviços Jurídicos | 0,5 | | 0,5 | 1 |
| Técnico de Turismo | 1 | 2 | 2 | 5 |
| Técnico em Animação de Turismo | 0,5 | 0,5 | | 1 |
| Técnico/a Auxiliar de Saúde | 1,5 | 1 | 2,5 | 5 |
| Técnico/a Comercial | 2 | 1 | 4 | 7 |
| Técnico/a da Qualidade | 1 | | | 1 |
| Técnico/a de Análise Laboratorial | | | 2 | 2 |
| Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 1 | | | 1 |
| Técnico/a de Contabilidade | | | 0,5 | 0,5 |
| Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 4 | 2,5 | 3 | 9,5 |
| Técnico/a de Desenho Gráfico | | | 0,5 | 0,5 |
| Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 1,5 | 1 | 1,5 | 4 |
| Técnico/a de Design de Moda | | 1 | | 1 |
| Técnico/a de Desporto | 4 | 2 | | 6 |
| Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 1,5 | 1 | 1 | 3,5 |
| Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 2 | 2 | 1 | 5 |
| Técnico/a de Gestão Equina | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 1,5 |
| Técnico/a de Instalações Elétricas | 1 | 1 | 3 | 5 |
| Técnico/a de Logística | | 0,5 | | 0,5 |
| Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 2,5 | 1,5 | | 4 |
| Técnico/a de Mecatrónica | 2 | 1 | | 3 |
| Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 1 | 2 | 3 | 6 |
| Técnico/a de Multimédia | 2,5 | 2 | 3 | 7,5 |
| Técnico/a de Operações Turísticas | 1 | | | 1 |
| Técnico/a de Produção Agropecuária | 1,5 | 1,5 | 1,5 | 4,5 |
| Técnico/a de Restaurante/Bar | 3 | 3,5 | 3 | 9,5 |
| Técnico/a de Secretariado | 1 | 1 | 1 | 3 |
| Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 0,5 | 2 | 1 | 3,5 |
| Técnico/a de Vendas | 1 | | 0,5 | 1,5 |
| Técnico/a de Vendas e Marketing | 0,5 | | | 0,5 |
| Técnico/a Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos | | | 1 | 1 |
| Total Geral | 56 | 50 | 53,5 | 159,5 |

Fonte: SIGO, em 11.12.2017

| N.º Inscrições por Qualificação e por Ano | Ano | | | |
|---|-------------|-------------|-------------|--------------------|
| Qualificações - Cursos Profissionais | 10.º | 11.º | 12.º | Total Geral |
| Animador/a Sociocultural | 22 | | 21 | 43 |
| Artes do Espectáculo - Luz, Som e Efeitos Cénicos | | 14 | | 14 |
| Básico de Instrumento | 14 | 24 | 31 | 69 |
| Esteticista | 33 | 11 | | 44 |
| Instrumentista de Cordas e de Tecla | 14 | 14 | 13 | 41 |
| Instrumentista de Sopros e de Percussão | 14 | 17 | 15 | 46 |
| Técnico de Artes Gráficas | 11 | 19 | 21 | 51 |
| Técnico de Audiovisuais | 23 | 31 | | 54 |
| Técnico de Comunicação - Marketing, Relações Públicas e Publicidade | | 19 | 24 | 43 |
| Técnico de Desenho Digital 3D | 26 | 23 | 26 | 75 |
| Técnico de Fotografia | | 10 | 11 | 21 |
| Técnico de Gestão | 25 | 27 | 27 | 79 |
| Técnico de Gestão de Ambiente | | | 12 | 12 |
| Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos | 27 | 39 | 26 | 92 |
| Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos | 29 | 24 | 51 | 104 |
| Técnico de Informática de Gestão | | 27 | | 27 |
| Técnico de Manutenção Industrial - Eletromecânica | 73 | 62 | 67 | 202 |
| Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica | | | 16 | 16 |
| Técnico de Manutenção Industrial - Mecatrónica Automóvel | 55 | 28 | | 83 |
| Técnico de Receção | | 23 | 13 | 36 |
| Técnico de Serviços Jurídicos | 10 | | 11 | 21 |
| Técnico de Turismo | 29 | 50 | 48 | 127 |
| Técnico em Animação de Turismo | 13 | 14 | | 27 |
| Técnico/a Auxiliar de Saúde | 40 | 28 | 57 | 125 |
| Técnico/a Comercial | 49 | 21 | 88 | 158 |
| Técnico/a da Qualidade | 21 | | | 21 |
| Técnico/a de Análise Laboratorial | | | 38 | 38 |
| Técnico/a de Comunicação e Serviço Digital | 23 | | | 23 |
| Técnico/a de Contabilidade | | | 9 | 9 |
| Técnico/a de Cozinha/Pastelaria | 69 | 61 | 81 | 211 |
| Técnico/a de Desenho Gráfico | | | 11 | 11 |
| Técnico/a de Design - Design de Equipamentos | 37 | 21 | 36 | 94 |
| Técnico/a de Design de Moda | | 20 | | 20 |
| Técnico/a de Desporto | 87 | 58 | | 145 |
| Técnico/a de Eletrónica, Automação e Comando | 31 | 24 | 23 | 78 |
| Técnico/a de Eletrónica, Automação e Computadores | 43 | 52 | 24 | 119 |
| Técnico/a de Gestão Equina | 10 | 10 | 14 | 34 |
| Técnico/a de Instalações Elétricas | 26 | 24 | 53 | 103 |
| Técnico/a de Logística | | 13 | | 13 |
| Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar | 60 | 40 | | 100 |
| Técnico/a de Mecatrónica | 48 | 21 | | 69 |
| Técnico/a de Mecatrónica Automóvel | 23 | 42 | 73 | 138 |
| Técnico/a de Multimédia | 58 | 49 | 63 | 170 |
| Técnico/a de Operações Turísticas | 16 | | | 16 |
| Técnico/a de Produção Agropecuária | 41 | 33 | 36 | 110 |
| Técnico/a de Restaurante/Bar | 44 | 82 | 75 | 201 |
| Técnico/a de Secretariado | 22 | 19 | 19 | 60 |
| Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural | 11 | 43 | 19 | 73 |
| Técnico/a de Vendas | 14 | | 12 | 26 |
| Técnico/a de Vendas e Marketing | 12 | | | 12 |
| Técnico/a Instalador de Sistemas Solares Fotovoltaicos | | | 23 | 23 |
| Total Geral | 1203 | 1137 | 1187 | 3527 |